

em Linguagem Discurso

ISSN 1982-4017

volume 22, número 3, set./dez. 2022

 unisul
Universidade



ISSN 1982-4017 (eletrônica)

em Linguagem (Dis)curso

**Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina**



Tubarão – SC

v. 22, n. 3, p. 337-511, set./dez. 2022

Dados Postais/Mailing Address

Revista Linguagem em (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul

A/C: Comissão Editorial

Avenida José Acácio Moreira, 787

88.704-900 – Tubarão, Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (48) 3621-3000 - Fax: (55) (48) 3621-3036

E-mail: lemd@unisul.br

Site: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/index.htm>

Portal de Periódicos: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso

SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1518-7632&nrm=iso&lng=pt

Ficha Catalográfica

Linguagem em (Dis)curso/Universidade do Sul de Santa Catarina. -
v. 1, n. 1 (2000) - Tubarão: Unisul, 2000 -

Quadrimestral

ISSN 1518-7632; 1982-4017

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA – Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES); Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil); Cabell's Database.

The journal and its contents are indexed in: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES, Brazil); and Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministry of Science and Technology, Brazil); Cabell's Database.



Reitor

Mauri Luiz Heerd

Vice-Reitor

Lester Marcantonio Camargo

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor Acadêmico

Hércules Nunes de Araújo

Pró-Reitor Administrativo

Ademar Schmitz

Diretor de Marketing

Fabiano Ceretta

Diretor da Região Sul

Rafael Ávila Faraco

Diretor da Região Grande Florianópolis e Unisul Virtual

Zacaria Alexandre Nassar

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Nádia Régia Maffi Neckel (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br

Editores/Editors

Silvânia Siebert (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Fábio José Rauhen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Editores de Seção/Section Editors

Andréia da Silva Daltoé (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Juliana da Silveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Editora Honorária/Honorary Editor

Maria Marta Furlanetto (Florianópolis, Brasil)

Secretária Executiva/Executive Secretary

Kellen Oliveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Comitê Editorial/Editorial Committee

Adair Bonini (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Carmen Rosa Caldas-Coulthard (University of Birmingham, Birmingham, Inglaterra)
Débora de Carvalho Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Freda Indursky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Univ. Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Conselho Consultivo/Advisory Board

Aleksandra Piasecka-Till (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Alessandra Baldo (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Ana Cristina Ostermann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil)
Ana Cristina Pelosi (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Ana Elisa Ribeiro (Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Brasil)
Anna Christina Bentes (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil)
Anna Flora Brunelli (Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil)
Angela Maria Rubel Fanini (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Angela Paiva Dionísio (Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Brasil)
Antônio Carlos Soares Martins (Instituto Fed. do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil)
Aparecida Feola Sella (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
Belmira Rita da Costa Magalhães (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil)
Clarissa Gonzalez (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Cleide Inês Wittke (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Conceição Aparecida Kindermann (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Cristiane Gonçalves Dagostim (Secretaria de Estado da Educação, Criciúma, Brasil)
Cristina Teixeira Vieira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
Daniele Marcelo de Jesus (Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil)
Danielle Barbosa Lins de Almeida (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil)
Désirée Motta-Roth (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil)
Enio Clark de Oliveira (Texas Christian University – TCU, Fort Worth, Texas, United States)
Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Fernanda Mussalim (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil)
Gisele de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Heloísa Pedrosa de Moraes Feltes (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil)
Heronides Maurílio de Melo Moura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
João Carlos Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
José Luiz Vila Real Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil)

Juliana Enrico (Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina)
 Júlio César Araújo (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Lilian Cristine Hübner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. Alegre, Brasil)
 Luiz Paulo da Moita Lopes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
 Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
 Marci Fileti Martins (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
 Maria Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal)
 Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Univ. Federal de Minas Gerais, B. Horizonte, Brasil)
 Maria da Conceição Fonseca-Silva (Univ. Est. do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil)
 Maria de Fátima Silva Amarante (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
 Maria Ester Moritz (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
 Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Maria Otilia Ninin (Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, Brasil)
 Mariléia Silva dos Reis (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil)
 Marly de Bari Matos (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
 Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Mônica Magalhães Cavalcante (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil)
 Nicolás Bermúdez (Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Arte, Buenos Aires, Argentina)
 Nívea Rohling (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
 Onici Claro Flôres (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
 Orlando Vian Jr. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil)
 Patrícia da Silva Meneghel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Pedro de Moraes Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
 Raquel Bambirra (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
 Renilson Menegassi (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil)
 Ricardo Moutinho (Universidade de Macau, Macau, China)
 Richarles Souza de Carvalho (Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil)
 Roberto Leiser Baronas (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)
 Rosângela Gabriel (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
 Rossana de Felipe Böhlke (Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil)
 Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Sebastião Lourenço dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil)
 Sílvia Ines C. C. de Vasconcelos (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Simone Padilha (Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil)
 Solange Leda Gallo (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil)
 Sônia Maria de Oliveira Pimenta (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
 Susana Borneo Funck (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Vanessa Wendhausen Lima (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Vera Lúcia Lopes Cristovão (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
 Vilson José Leffa (Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil)
 Wagner Alexandre dos Santos Costa (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil)
 Wander Emediato (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Equipe Técnica/Technical Team

Tradução e revisão/Translation and Revision

Editores (português); Thalia Eluar do Nascimento (inglês); Elita de Medeiros (espanhol)

Bolsistas/Trainees

Ricardo Ribeiro Elias e Thalia Eluar do Nascimento

Diagramação/Layout

Fábio José Rauen

SUMÁRIO
CONTENTS | CONTENIDO

DOSSIÊ ESTUDOS PRAGMÁTICOS CONTEMPORÂNEOS
DOSSIER CONTEMPORARY PRAGMATIC STUDIES
DOSSIER ESTUDIOS PRAGMÁTICOS CONTEMPORÂNEOS

Editorial | *Editorial* | *Editorial*

Estudos pragmáticos contemporâneos:
desenvolvimentos no sul do Brasil

Contemporary Pragmatic Studies:
Developments in Southern Brazil

Estudios pragmáticos contemporâneos:
desarrollos en el sur de Brasil

Fábio José Rauen

Sebastião Lourenço dos Santos

347

Artigos de Pesquisa | *Research Articles* | *Artículos de investigación*

Teoria da relevância e teoria da literatura:

as teorias científicas e as teorias críticas devem ser (re)conciliadas?

Relevance Theory and Literary Theory:

Should Scientific and Critical Theories Be (Re)Conciliated?

Teoría de la relevancia y teoría de la literatura:

deben (re)conciliarse las teorías científicas y críticas?

Rodrigo Bueno

Louis de Saussure

365

Pragmática como ciência social

Pragmatics as Social Science

Pragmática como ciencia social

Daniel do Nascimento e Silva

385

A metáfora como gatilho ostensivo do efeito:

o paradoxo das coisas diferentes

The Metaphor as the Ostensive Trigger of the Effect:

The Paradox of Different Things

La metáfora como disparador ostensivo del efecto:

la paradoja de las cosas diferentes

Elena Godoy

Sebastião Lourenço dos Santos

403

Prosody, Relevance and Manipulation in Political Discourse

Prosódia, relevância e manipulação no discurso político

Prosodia, relevancia y manipulación en el discurso político

Leopoldo Omar Labastía

421

Politeness, Relevance, and Goal-conciliation:

An analysis of “Can You Pass the salt?”

Polidez, relevância e conciliação de metas:

uma análise de “Você pode passar o sal?”

Cortesía, relevancia y conciliación de metas:

un análisis de “¿Puedes pasarme la sal?”

Fábio José Rauen

Gabriela Niero

443

Escolhas linguísticas e valores culturais

na construção interacional de pedidos de brasileiros e italianos

Linguistic Choices and Cultural Values

in the Interactional Construction of Brazilians’ and Italians’ Requests

Elecciones lingüísticas y valores culturales

en la construcción interaccional de las peticiones de brasileños e italianos

Elisabetta Santoro

Adriana Mendes Porcellato

465

Poder” e “conseguir”: um estudo sobre
seus usos por aprendizes de português brasileiro

“Poder” and “Conseguir”: *A Study on
their Usage by Learners of Brazilian Portuguese*

“Poder” y “conseguir”: *un estudio sobre
sus usos por aprendices extranjeros de portugués brasileño*

Cristina Becker Lopes Perna

Ana Maria Tramunt Ibaños

Martha Machado Porto

483

EDIÇÃO CORRENTE
CURRENT EDITION | EDICIÓN CORRIENTE

Artigo de Pesquisa | *Research Article* | *Artículo de investigación*

Língua, materialidade discursiva e cosmogonia

Language, Discursive Materiality, and Cosmogony

Lengua, materialidad discursiva y cosmogonía

Tania Conceição Clemente de Souza

501

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-22-03-347-364-Editorial>

Recebido em: 02/02/23 | Aprovado em: 08/02/23

ESTUDOS PRAGMÁTICOS CONTEMPORÂNEOS: DESENVOLVIMENTOS NO SUL DO BRASIL

Contemporary Pragmatic Studies: | Estudios pragmáticos contemporâneos:
Developments in Southern Brazil | desarrollos en el sur de Brasil

Fábio José Rauhen*

Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação
em Ciências da Linguagem, Tubarão, SC, Brasil

Sebastião Lourenço dos Santos**

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Departamento de Estudos da Linguagem, Ponta Grossa, PR, Brasil

Resumo: Contextualizamos neste ensaio o dossiê temático *Estudos Pragmáticos Contemporâneos* no contexto do desenvolvimento dos estudos pragmáticos brasileiros nas duas últimas décadas, destacando aqueles direta ou indiretamente organizados em torno de iniciativas dos *Grupo de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural* (PUCRS) e *Linguagem e Cultura* (UFPR) e, mais recentemente, do *Grupo de Trabalho em Estudos Pragmáticos* da *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras/Linguística* (ANPOLL). O dossiê reúne sete estudos sobre aspectos contextualizados da linguagem, assumindo a ideia de que os significados inferidos pelo ouvinte são em alguma medida influenciados pelas intenções informativas do falante em interações comunicacionais nas quais se negociam interpretações voláteis.

Palavras-chave: Linguagem. Interpretação. Intenção.

Abstract: In this essay, we contextualize the thematic dossier *Contemporary Pragmatic Studies* in the context of the development of Brazilian pragmatic studies in the last two decades, highlighting those directly or indirectly organized around initiatives of the *Research Group on Logic and Natural Language* (PUCRS) and *Language and Culture* (UFPR) and, more recently, from the *Working Group on Pragmatic Studies* of the *National Association for Research and Graduate Studies in Letters/Linguistics* (ANPOLL). The dossier brings together seven studies on contextualized aspects of language, assuming the idea that the speaker's informative intentions influence the inferred meanings in communication interactions in which volatile interpretations are negotiated.

Keywords: Language. Interpretation. Intention.

Resumen: En este ensayo, contextualizamos el dossier temático *Estudios Pragmáticos Contemporâneos* en el contexto del desarrollo de los estudios pragmáticos brasileños en las últimas dos décadas, destacando aquellos organizados directa o indirectamente en torno a iniciativas del *Grupo de Investigación en Lógica*

* Doutor em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1096-7253>. E-mail: fabio.rauhen@gmail.br

** Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Adjunto do Curso de Letras e do curso de Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5340-3362>. E-mail: lorecutp@hotmail.com

y *Lenguaje Natural* (PUCRS) y *Lenguaje y Cultura* (UFPR) y, más recientemente, del *Grupo de Trabajo de Estudios Pragmáticos* de la *Asociación Nacional de Investigación y Posgrado en Letras/Lingüística de Brasil* (ANPOLL). El dossier reúne siete estudios sobre aspectos contextualizados del lenguaje, asumiendo la idea de que los significados inferidos por el oyente están en cierta medida influidos por las intenciones informativas del hablante en interacciones comunicativas en las que se negocian interpretaciones volátiles.

Palabras clave: Language. Interpretación. Intención.

PALAVRAS INICIAIS

É com satisfação que disponibilizamos à comunidade científica o dossiê temático *Estudos Pragmáticos Contemporâneos*, congregando investigações de pesquisadores interessados em descrever e explicar fenômenos pragmáticos da linguagem.

Julgamos oportuno salientar que essa coletânea é tributária de um esforço diligente de inúmeros investigadores que, a rigor, pode ser rastreado 50 anos atrás, quando, citando Rajagopalan (1999), essa subárea aportou no *Instituto de Estudos da Linguagem* (IEL) da *Universidade de Campinas* com Marcelo Dascal, ele próprio e, nos seus termos, “outros, ainda que tangencialmente”. Conforme resenham Santos e Godoy (2017), Dascal organiza a série *Fundamentos Metodológicos da Linguística*, cujo volume IV, *Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da linguística* (DASCAL, 1983), torna acessível, entre outros, textos de Bar-Hillel, Benveniste, Stalnaker e o imprescindível *Lógica e Conversação*, de Grice; e Eduardo Guimarães organiza a coletânea *Sobre Pragmática* (GUIMARÃES, 1983).

Passada essa fase pioneira e a despeito de resistências, certo é que perspectivas pragmáticas foram ganhando terreno e espalhando-se em diferentes universidades brasileiras¹. Posto isso, e longe de qualquer pretensão de exaustão, destacamos neste ensaio algumas iniciativas desenvolvidas no sul do Brasil – direta ou indiretamente irradiadas a partir do Grupo de Pesquisa em *Lógica Natural* da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e do Grupo de Pesquisa em *Linguagem e Cultura* da Universidade Federal do Paraná – que consideramos importantes para o desenvolvimento e a integração de pesquisadores brasileiros em torno do tema, tomando como marco temporal a virada do milênio.

DESENVOLVIMENTOS MAIS AO SUL

No sul do Brasil, Santos e Godoy (2017) destacam a criação do *Programa de Pós-Graduação em Letras* da *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul* (PUCRS). Em 1983, Feryal Yavas abre a linha de pesquisa *linguística aplicada*, de quem

¹ De fato, se consultarmos publicações nacionais, encontraremos muitos produtos sobre atos de fala, implicaturas conversacionais, relevância e polidez, inspiradas em Austin (1962), Searle (1969), Grice (1975), Sperber e Wilson (1986, 1995) e Brown e Levinson (1987). Resultados semelhantes decorrem tanto da consulta a grupos de pesquisa no Diretórios de Grupos de Pesquisa do CNPq como da consulta a eventos.

deriva o *Programa de Lógica e Linguagem Natural*, de Jorge Campos da Costa, um marco nos estudos de interface entre a semântica e a pragmática a partir dos anos 1990².

Em 1997, Jane da Silveira e Heloisa Feltes publicam *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância* (SILVEIRA; FELTES, 1999), produzindo excelente síntese sobre a teoria da relevância por um lado; e, por outro, aproximando os estudos pragmáticos dos estudos textuais-discursivos na esteira dos estudos de Blass (1990).

Em 2002, publica-se a coletânea *Na interface semântica/pragmática*, organizada por Ana Ibaños e Jane da Silveira (IBAÑOS; SILVEIRA, 2002), com onze textos que atualizavam pesquisas nesta área à época.

Em 2005, Fábio Rauen e Jane da Silveira organizam um número especial da Revista *Linguagem em (Dis)curso* dedicado à teoria da relevância³, contendo quatro artigos, quatro ensaios e duas traduções dos organizadores de textos essenciais de Dan Sperber e Deidre Wilson: o *Posfácio da edição de 1995 de “Relevância: comunicação & cognição”* (SPERBER; WILSON, 2005); e *Teoria da relevância* (WILSON, SPERBER, 2005).

Os seguintes textos integram o número:

1. *Esforço cognitivo e efeito contextual em tradução: relevância no desempenho de tradutores novatos e expertos*, de Fábio Alves (ALVES, 2005);
2. *Inferências em resumo com consulta ao texto de base: estudo de caso com base na teoria da relevância*, de Fábio José Rauen (RAUEN, 2005);
3. *A entrevista radiofônica: uma análise através da teoria da relevância*, de Luciano Klöckner (KLÖCKNER, 2005);
4. *Era o verbo um deus? – análise de João 1:1 a partir da teoria da relevância*, de Marcos Souza (SOUZA, 2005);
5. *A imagem: interpretação e comunicação*, de Jane Rita Caetano da Silveira (SILVEIRA, 2005);
6. *Desenvolvimentos da pragmática e a teoria da relevância aplicada à tradução*, de José Luiz Vila Real Gonçalves (GONÇALVES, 2005);
7. *Algumas considerações informais sobre inferência*, de Ana Maria Tramunt Ibaños (IBAÑOS, 2005);
8. *A teoria da relevância e as irrelevâncias da vida cotidiana*, de Jorge Campos da Costa (COSTA, 2005).

Em 2008, Jorge Campos da Costa e Fábio Rauen (COSTA; RAUEN, 2008) organizam a coletânea *Tópicos em teoria da relevância*, congregando oito textos de pesquisadores brasileiros. Em 2009, versão em inglês desses estudos é publicada na coletânea *Topics on Relevance Theory* (COSTA; RAUEN, 2009).

Vejam-se os textos:

² Orientado por Yavas, Costa defende em 1984 a dissertação *A relevância da pragmática na pragmática da relevância* (COSTA, 2004; 2008) e, em 1988, a tese *O status lógico-lingüístico da nomeação: uma questão problemática da filosofia da linguagem* (COSTA, 1988).

³ Essa iniciativa marca a integração do atual *Grupo de Pesquisa em Pragmática Cognitiva* da Unisul.

1. *Relevância, kluges, emoções: reflexões provocativas*, de Jorge Campos da Costa;
2. *Sobre relevância e irrelevâncias*, de Fábio Rauen;
3. *Relevância, cognição, inferência e processos dedutivos*, de Ana Ibaños;
4. *Cognição, relevância e textualidade*, de Jane da Silveira;
5. *Explicitude e explicitação em tradução: uma abordagem à luz da teoria da relevância*, de Fábio Alves;
6. *Rediscutindo o conceito de competência de uma perspectiva relevantista*, de José Luiz Vila Real Gonçalves;
7. *A tradução jurídica à luz da teoria da relevância*, de Cristina Lopes Perna; e
8. *Linguística cognitiva e teoria da relevância: perspectivas para a construção de uma teoria de interface para inferências*, de Heloísa Feltes.

Ainda em 2009, Jorge Campos da Costa e Vera Wanmacher Pereira organizam a coletânea *Linguagem e cognição: relações interdisciplinares* pela Edipucrs (COSTA; PEREIRA, 2009), em cujo tópico 1, *Linguagem em Cognição*, destacam-se os textos:

1. *Relevance Theory and How It Can Shed Light on Readers' Responses to Poetry*, de Signe Mari Wiland;
2. *Lógica e linguagem natural nas interfaces*, de Jorge Campos da Costa;
3. *Kripke sobre sentenças de crença*, de Ana Ibaños;
4. *Processos inferenciais, mesclagem e princípio da relevância: a emergência do humor em uma piada narrativa*, de Heloísa Feltes; e
5. *Influências do registro escrito de perguntas-QU na reescrita de produções textuais: estudo de caso com base na teoria da relevância*, de Fábio Rauen.

Em 2014, Fábio Rauen, Francisco Yus e Jorge Campos da Costa organizam o dossiê temático *Relevance Theory: Challenges and Perspectives*, publicado no terceiro fascículo do volume 14 de *Linguagem em (Dis)curso*, com nove textos publicados em inglês:

1. *Can Pictures Have Explicatures?*, de Charles Forceville e Billy Clark (FORCEVILLE; CLARK, 2014);
2. *What Words Mean is a Matter of What People Mean by Them*, de Tim Wharton (WHARTON, 2014);
3. *Relevance Theory and Metaphor*, de Esther Romero e Belén Soria (ROMERO; SORIA, 2014);
4. *Not All Emoticons Are Created Equal*, de Francisco Yus (YUS, 2014);
5. *Inferences in Advertisements: Exemplifying with Relevance Theory*, de Jane da Silveira e Ana Ibaños (SILVEIRA; IBAÑOS, 2014);
6. *The Communicative Relevance in Fictional Discourse*, de Elena Godoy e Rodrigo Bueno Ferreira (GODOY; FERREIRA, 2014);
7. *The Mechanism of Humour under Relevance-Theoretic Perspective*, de Sídnei Cursino-Guimarães (CURSINO-GUIMARÃES, 2014);

8. *Inferences and Interfaces: Validity and Relevance*, de Jorge Campos da Costa e Claudia Strey (COSTA; STREY, 2014); e
9. *For a Goal-Conciliation Theory: Ante-Factual Abductive Hypotheses and Proactive Modelling*, de Fábio Rauén (RAUÉN, 2014)⁴.

Em 2017, Vera Wannmacher Pereira, Gilberto Keller de Andrade, Jorge Campos da Costa, Jonas Rodrigues Saraiva e Kári Lucia Forneck lançam pela EDIPUCRS o MBook *Gate to Pragmatics* (PEREIRA et al., 2017). Coerente com o subtítulo da obra, essa iniciativa em formato multimídia apresenta trezes textos, produzindo uma importante introdução a abordagens, conceitos e teorias da pragmática.

1. *Pragmática: linguagem e interfaces*, de Jorge Campos e Carlos Gerbase;
2. *A pragmática no Brasil: trajetória e perspectivas*, de Sebastião Lourenço dos Santos e Elena Godoy;
3. *Dizer e querer dizer*, de Jorge Campos, Jonas Saraiva e Kari Forneck;
4. *Teoria da polidez*, de Cristina Lopes Perna e Karina Molsing;
5. *E fez-se a relevância: Sperber e Wilson*, de Fábio Rauén;
6. *Ações em palavras*, de Heloísa Feltes;
7. *O papel da pragmática na interpretação do sentido das formas gramaticais*, de Heronides Moura;
8. *Pragmática e literatura: o papel da inferência na leitura do conto “O engraçado arrependido”*, de Monteiro Lobato, de Leandro Prado e Maria Tereza Amodeo;
9. *Pragmática, literatura e tradução*, de Beatriz Viégas-Faria;
10. *Pragmática(s) e cognição: perspectivas sobre a construção, ou a emergência, do significado*, de Aline Aver Vanin;
11. *Communicative Agency Language, Dialogue and Rationality*, de Stéphane Dias e Felipe Müller;
12. *Mobile Tourism: Discourse, Interactivity and Usability in Mobile Apps for Tourism*, de Francisco Yus; e
13. *Habemus pragmática: formal e computacional*, de Gilberto Keller, Renata Vieira e Evandro Fonseca.

WORKSHOP INTERNACIONAL DE PRAGMÁTICA

Em paralelo às iniciativas de pesquisadores da PUCRS e da Unisul, é relevante destacar as atividades do *Grupo de Pesquisa Linguagem e Cultura* – mais recentemente *Linguagem, cognição e comunicação* – da Universidade Federal do Paraná. Criado em 2003, liderado pela professora Elena Godoy e vinculado à linha de pesquisa *Linguagem e Práticas Sociais* do Programa de Pós-graduação em Letras da UFPR, seu objetivo é o de analisar, à luz da pragmática cognitiva, os princípios que regem os processos mentais

⁴ Texto inaugural do que o autor chama de teoria de conciliação de metas.

de produção e de interpretação de enunciados conversacionais. Composto por professores, alunos e egressos de diversas universidades paranaenses, o grupo de pesquisa congrega várias áreas do conhecimento entre as quais a psicologia, o direito, a filosofia, o jornalismo, a comunicação social, além da área de linguística e de literatura.

Resulta do trabalho do Grupo a criação do *Workshop Internacional de Pragmática da Universidade Federal do Paraná*, cuja primeira edição se realiza de 27 a 29 de agosto de 2012. Decorre do evento, a publicação da *Coletânea do I Workshop Internacional de Pragmática*, organizada em três partes por Elena Godoy, Crisbelli Domingos e Mariana Paula Muñoz Arruda (GODOY, E. et al., 2014). Na primeira parte, apresentam-se três textos sobre questões epistemológicas da Pragmática:

1. *De que trata a pragmática?* de José Borges Neto;
2. *Pragmática: quo vadis?*, de Kanavillil Rajagopalan; e
3. *Pragmática, retórica e interfaces*, de Jorge Campos da Costa.

Na segunda parte, há cinco textos sobre pragmática sociocultural, a teoria da polidez e seus desdobramentos:

1. *La atenuación lingüística: esbozo de una propuesta teórico-metodológica para su análisis*, de Antonio Briz;
2. *Indiretividade e polidez: relação sempre possível?*, de Luiza Schalkoski Dias;
3. *La pragmática y los actos de habla: creación de interacciones activas y reales en la enseñanza del español como lengua extranjera ESL/ELE*, de Armando Gonzales Salinas;
4. *Formas de atenuação em sala de aula*, de Mariana Paula Muñoz Arruda; e
5. *Cortesía y descortesía em el salón de clase: um recorrido personal sobre el tema*, de Beatriz Gabbiani.

Na terceira parte, há quatro textos com perspectivas cognitivas da Pragmática

1. *A semântica da teoria da relevância: uma abordagem cognitivo-evolutiva para a interface semântico/pragmática*, de Maurício Benfatti;
2. *Poética cognitiva: a pragmática na comunicação Literária*, de Rodrigo Bueno Ferreira e Elena Godoy;
3. *Linguagem e cognição: uma abordagem interdisciplinar dos processos de interpretação humana*, de Sebastião Lourenço dos Santos; e
4. *From Assumptions to Actions and Vice Versa: The Dialogic Rationality and Expressive Dialogue as a Form of Mediation*, de Stéphane Dias.

Dois anos depois, realiza-se entre os dias 26 e 28 de novembro o *II Workshop Internacional de Pragmática*, com o tema *A construção sócio-cognitiva da significação*. Nesta edição, prestigiada entre outros por Jef Verschueren (presidente da *International Pragmatic Association*), Francisco Yus (Espanha) e Louis de Saussure (Suíça), criou-se a *Associação Brasileira de Pragmática*. A ABRAP é uma associação civil de ação científica e cultural sem fins econômicos nem lucrativos, apartidária, regida pela legislação vigente no território brasileiro, que tem por objetivos: desenvolver, fomentar e divulgar os estudos científicos, as pesquisas acadêmicas e aplicadas na interface entre a Pragmática Linguística e as demais ciências que estudam a linguagem, a cultura e o comportamento humano, bem como a promoção de eventos científicos, acadêmicos e culturais em âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional.

Deriva da segunda edição do evento a publicação da *Coletânea do II Workshop Internacional de Pragmática*, supervisionada por Elena Godoy, organizada por Crisbelli Domingos, André Luiz de Oliveira Almeida, Luzia Schalkoski Dias (GODOY, E. et al., 2015), e dividida em três partes. A primeira parte retoma e continua a discussão do *I WIP* sobre a situação da Pragmática no Brasil e conta com o texto *De que não trata a Pragmática, afinal?*, de Rodrigo Bueno Ferreira e Elena Godoy. A segunda parte discute questões formais, lidando com conexões da Pragmática com outras subáreas da Linguística. Compõem essa parte dois textos:

1. *Inferências multiformes na interface entre lógica formal e lógica natural*, de Jorge Campos da Costa; e
2. *Hipóteses antedutivas e conciliação de metas*, de Fábio Rauen.

A terceira parte apresenta sete estudos que conectam a pragmática com diferentes esferas da vida humana:

1. *Ciências humanas e a esfera pública: uma perspectiva pragmática*, de Jef Verschueren;
2. *Pragmática e direito: possível descrição dos processos interpretativos-inferenciais de magistrados para julgar casos não previstos explicitamente na legislação, sob a ótica da teoria da relevância*, de André Luiz de Oliveira Almeida;
3. *E agora quem poderá nos ajudar? Em busca da resolução do enigma da piada*, de Sebastião Lourenço dos Santos;
4. *A construção da identidade do usuário em chamadas para serviços telefônicos de empresas públicas do Uruguai*, de Beatriz Gabbiani
5. *Os atos diretivos e a hierarquia no ambiente corporativo: caso da língua portuguesa e da língua japonesa*, de Satomi Oishi Azuma;
6. *Análise multimodal das estratégias de polidez em campanha de doação de sangue do Ministério da Saúde*, de Luiza Schalkoski Dias e Angela Mari Gusso; e
7. *“Desculpe, David Luiz”*: o ritual da polidez na preservação da fachada, de Sandra Batista da Costa.

O *III Workshop Internacional de Pragmática*, com o tema *Cem anos do Curso de Linguística Geral e trinta anos da Teoria da Relevância: do estruturalismo à pragmática atual*, foi realizado em Curitiba entre os dias 28 e 30 de novembro de 2016. O *IV Workshop Internacional de Pragmática*, por sua vez, foi realizado entre os dias 11 e 12 de março de 2020. O evento contou com a participação de Dan Sperber, autor da teoria da relevância, representando o *Institut Nicod* da Universidade de Budapeste.

Ademais, o grupo realizou duas *Jornadas Internacionais de Pragmática*: a primeira, realizada em 10 de dezembro de 2019, contando com a participação de Stéphane Dias, do *Center for Cognitive Science*, da *Rutgers University*; e a segunda, realizada em 24 de agosto de 2021, contando com a conferência *on-line* de Jef Verschueren, presidente a Associação Internacional de Pragmática.

GRUPO DE TRABALHO EM ESTUDOS PRAGMÁTICOS

Além da criação da ABRAP, outro marco de consolidação dos estudos pragmáticos é a criação do *Grupo de Trabalho em Estudos Pragmáticos* da *Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras/Linguística* (ANPOLL). O GT foi homologado oficialmente em maio de 2018, de modo que suas atividades foram inauguradas no XXXIII *Encontro Nacional da Anpoll* (ENANPOLL), evento ocorrido na *Universidade Federal de Mato Grosso* (UFMT) de 27 a 29 de junho do mesmo ano. Coordenado pelos autores deste editorial, o GT procurou estabelecer desde então um lócus de interação de pesquisadores, docentes e estudantes comprometidos com essa perspectiva, de modo a congregar esforços de pesquisa, otimizando relações interinstitucionais entre os Programas de Pós-Graduação que abrigam projetos e grupos de pesquisa no campo.

O GT concebe que cabe à Pragmática descrever e explicar o uso da linguagem e, principalmente, como os fenômenos de interpretação ocorrem em interação real. Posto isso, considera essencial que as pesquisas desenvolvidas na área se deem a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, vale destacar o alinhamento de iniciativas de trabalhos em rede, a consolidação dos *Workshops Internacionais de Pragmática* e a publicação de dossiês temáticos em revistas consolidadas.

Posto isso, o GT promoveu em conjunto com o Grupo de Pesquisa *Linguagem, Cognição e Comunicação* da Universidade Federal do Paraná (UFPR) o *IV Workshop Internacional de Pragmática* (WIP). O evento foi realizado nos dias 10 e 11 de março de 2020 no *Campus Reitoria* da UFPR em Curitiba e contou com a conferência magna de Dan Sperber do CEU, Budapest e do Institute Nicod de Paris. Ainda que realizado antes das medidas de isolamento social, o evento aconteceu em modalidade híbrida, o que viabilizou a participação de estudantes, docentes e pesquisadores de diversos grupos de pesquisa brasileiros. Os trabalhos apresentados no evento podem ser vistos no canal *Linguagem Cognição e Comunicação CNPq UFPR* (LINGUAGEM, 2022).

Ainda em 2020, pesquisadores do GT, bem como estudantes dos grupos de pesquisa vinculados, participaram remotamente do XXXV *ENANPOLL*, realizado de 9 a 11 de dezembro na *Universidade Estadual de Londrina*. Nesta oportunidade, foram apresentados 13 pesquisas listadas a seguir em ordem alfabética:

1. *A avaliação da competência pragmática em uma segunda língua: um estudo com aprendizes brasileiros de italiano*, de Elisabetta Santoro e Luciane do Nascimento Spadotto;
2. *A relevância na mente patológica: uma análise pragmática da loucura quijotesca*, de Letícia Caminha e Sebastião Lourenço dos Santos;
3. *A teoria da relevância no conto “Colinas como elefantes brancos”*, de Ernest Hemingway, de Daiane Pereira Xavier;
4. *Como a teoria de conciliação de metas descreve e explica pedidos de informação*, de Fábio José Rauén;
5. *Definição de corrente elétrica como movimento ordenado de cargas elétricas: análise pragmático-cognitiva*, de Lizandra Botton Marion Morini;

6. *Do contexto à inferência: o fenômeno da propagação de desinformação na comunicação em mídia social à luz da Teoria da Relevância*, de Angélica Jeanice Martins Andersen;
7. *Ensinar a competência (meta)pragmática em italiano LE: a realização de pedidos em diferentes contextos*, de Adriana Mendes Porcellato; e
8. *Estudo pragmático do efeito racional e efeito emocional*, de Sebastião Lourenço dos Santos;
9. *Estudos pragmáticos em tempos de pandemia: a teoria da metáfora conceitual em análise de notícias*, de Meriliane de Lima;
10. *Mulheres alteradas I: a representação da mulher sob a perspectiva da teoria da relevância*, de Daniele Aparecida Barbosa Zenz;
11. *Pragmática e neurociência cognitiva*, de Crisbelli Domingos e Elena Godoy.
12. *Relevância, conciliação de metas e polidez*, de Gabriela Niero;
13. *Sobre os cuidados na escolha de estímulos em experimentos linguísticos: um caso envolvendo testagem da hipótese de que pressuposições são implicaturas de quantidade escalares*, de Marcos Goldnadel e Tamara Melo de Oliveria;

Além disso, foram organizados três dossiês temáticos publicados nas revistas *Memorare* (2020), da *Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)*, *Percursos Linguísticos* (2020), da *Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)*, e *Muitas Vozes* (2021), da *Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)*.

A segunda edição do sétimo volume da *Revista Memorare* apresentou o dossiê *Pragmática: desenvolvimentos e extensões*, organizado por Fábio Rauen e Crisbelli Domingos. Conforme os organizadores (RAUEN; DOMINGOS, 2020, p. 2), o dossiê buscou fazer avançar no Brasil, em diálogos com outras ciências, estudos alinhados com abordagens pragmáticas contemporâneas que levam em conta capacidades linguísticas e metarrepresentacionais para comunicação e para a criação e aprendizagem de culturas humanas enquanto propriedades evolutivas de organismos capazes de inferir informação relevante (TOMASELLO, 2008; SPERBER et al., 2010; BARA, 2010; REBOUL, 2017).

Esse projeto contou com os seguintes trabalhos:

1. *Ciências humanas e a esfera pública: uma perspectiva pragmática*, de Jef Verschueren (VERSCHUEREN, 2020);
2. *Intention and Goal-Conciliation*, de Fábio Rauen (RAUEN, 2020);
3. *Efeito racional e efeito emocional: um estudo pragmático da cognição humana*, de Sebastião Lourenço dos Santos e Elena Godoy (SANTOS; GODOY, 2020);
4. *A pragmática e os jogos comunicativos nas comunicações organizacionais*, de Ivete Morosov e Aristeu Mazuroski Junior (MOROSOV; MAZUROSKI JUNIOR, 2020);
5. *Relevância, conciliação de metas e polidez*, de Gabriela Niero e Fábio Rauen (NIERO; RAUEN, 2020);
6. *A construção da identidade do usuário em chamadas para serviços telefônicos de empresas públicas do Uruguai*, de Beatriz Gabbiani, Crisbelli Domingos e Ana Cláudia da Cunha (GABBIANI; DOMINGOS; CUNHA, 2020);

7. *Aspectos pragmáticos da Libras como língua adicional*, de Marina Xavier Ferreira e Maurício Benfatti (FERREIRA; BENFATTI, 2020);
8. *Interações de Sheldon Cooper no episódio piloto de “Big Bang: a Teoria”:* análise conforme a Teoria da Relevância, de Fábio Rauen e João Augusto Campos Michels (RAUEN; MICHELS, 2020);
9. *Cognição e relevância: uma análise pragmática da loucura quijotesca*, de Sebastião Lourenço dos Santos e Letícia dos Santos Caminha (SANTOS; CAMINHA, 2020);
10. *Pragmática do cotidiano: notas sobre a epidemiologia cultural de bebidas alcoólicas*, de Aristeu Mazuroski Junior (MAZUROSKI JUNIOR, 2020);
11. *A Constituição Federal brasileira e suas controvérsias interpretativas: uma perspectiva pragmática*, de Crisbelli Domingos e Ana Marina Godoy Zanotti (DOMINGOS; ZANOTTI, 2020); e
12. *Infodemia em tempos de pandemia: batalhas invisíveis com baixas imensuráveis*, de Angélica Andersen e Elena Godoy (ANDERSEN; GODOY, 2020).

O número 26 do volume 10 da Revista *Percursos Linguísticos*, por sua vez, abrigou o dossiê *Linguagem, comunicação e cognição*, organizado por Elena Godoy, Crisbelli Domingos e Patrick Rezende. Trata-se de uma coletânea de dez trabalhos apresentados no *IV Workshop Internacional de Pragmática*, realizado em março de 2020.

1. *Questões sobre linguagem e cognição: algumas perguntas para Dan Sperber*, entrevista concedida por Dan Sperber a Elena Godoy (SPERBER, 2020);
2. *Intenção e conciliação de metas*, tradução de *Intention and Goal-Conciliation*, de/por Fábio Rauen (RAUEN, 2020);
3. *Língua, cultura e cognição: um estudo do ato de fala do pedido em italiano, português brasileiro, espanhol argentino e alemão*, de Elisabetta Santoro e Adriana Mendes Porcellato (SANTORO; PORCELLATO, 2020);
4. *Marcadores pragmáticos, comunicação e ensino*, de Aurélia Lyrio, Antônio Suárez Abreu (LYRIO; ABREU, 2020);
5. *A construção da face como estratégia argumentativa no filme “El patrón: a radiografía de un crimen”*, de Araceli Covre Silva (SILVA, 2020);
6. *A exploração das máximas conversacionais e o tópico discursivo em comentários do perfil @laertegenial do instagram*, de Jucélia Azevedo dos Santos Silva, Maria da Penha Pereira Lins (SILVA; LINS, 2020);
7. *Humor e (des)construção de face no site Desciclopédia: uma análise do objeto de discurso Anitta*, de Mônica Lopes Smiderle de Oliveira e Aline Souza de Lima (OLIVEIRA; LIMA, 2020);
8. *“É batalha de rap ou discurso feminista”:* as construções metapragmáticas dos participantes de rituais de batalhas de rap e de sua audiência nos ciberespaços, de Lucas Felipe de Oliveira Santiago e Maria das Graças Dias Pereira (SANTIAGO; DIAS, 2020);

9. *Relevância e motivação: propriedades inerentes da aquisição de L2*, de Marina Xavier Ferreira (FERREIRA, 2020); e
10. *A virada pragmática nos distúrbios da linguagem e da comunicação*, de Crisbelli Domingos e Elena Godoy (DOMINGOS; GODOY, 2020).

Em 2021, a revista *Muitas Vozes* publicou em seu volume 10 o dossiê temático interdisciplinar *A linguagem em perspectivas pragmáticas*. Editado por Sebastião Lourenço dos Santos e Elena Godoy, o projeto reuniu estudos sobre o processamento da linguagem natural em interações comunicativas. As contribuições embasaram-se em fundamentos teóricos e/ou aplicações das principais teorias pragmáticas, de modo a promover releituras críticas sobre atos de fala, máximas conversacionais, metáforas conceituais, e teorias de polidez, de relevância e de conciliação de metas.

Vejam-se os textos:

1. *Revisitando um experimento sobre mentira*, de Marina Chiara Legroski, Fernanda de Fátima Geremias e Fernanda Ferreira Godoy (LEGROSKI; GEREMIAS; GODOY, 2021);
2. *As contribuições da teoria da relevância aos estudos da racionalidade humana*, de Angélica Andersen e Maurício Benfatti (ANDERSEN; BENFATTI, 2021);
3. *Como a teoria de conciliação de metas descreve e explica um pedido de informação*, de Fabio Rauen (RAUEN, 2021);
4. *Sobre a percepção tardia da ironia na “segunda fase” da ficção de Machado de Assis: descrição e interpretação do problema à luz da teoria da relevância*, de Pedro Ramos Dolabela Chagas e Anny Moreira (CHAGAS; MOREIRA, 2021);
5. *Persuasão e emoção: uma análise multissemiótica da construção do apelo emocional em uma campanha de incentivo ao isolamento social*, de Gabriele Polato Sachinski, Aline Santos Pereira Rodrigues e Luzia Schalkoski (SACHINSKI; RODRIGUES; SCHALKOSKI, 2021);
6. *Estratégias de polidez na comunicação aérea*, de Marina Xavier Ferreira e Ivete Morosov (FERREIRA; MOROSOV, 2021);
7. *Pandemiologia das representações ou uma epidemiologia das representações pandêmicas*, de Rodrigo Bueno Ferreira (FERREIRA, 2021);
8. *Afasia pragmática: cérebro, linguagem e comunicação*, de Letícia dos Santos Caminha e Aristeu Mazuroski Junior (CAMINHA; MAZUROSKI JUNIOR, 2021); e
9. *Pragmática clínica*, de Louise Cummings (CUMMINGS, 2021).

O DOSSIÊ ESTUDOS PRAGMÁTICOS CONTEMPORÂNEOS

Coerente com a trajetória de valorização dos trabalhos em pragmática no Brasil, chegamos ao terceiro fascículo do volume 22 de *Linguagem em (Dis)curso* com o dossiê temático interdisciplinar *Estudos Pragmáticos Contemporâneos*, congregando os seguintes estudos.

RAUEN, Fábio José; SANTOS, Sebastião Lourenço dos. Estudos pragmáticos contemporâneos: desenvolvimentos no sul do Brasil. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 347-364, set./dez. 2022.

Louis de Saussure (Université de Neuchâtel) e Rodrigo Bueno Ferreira (Université de Neuchâtel) abrem o dossiê com o texto *Teoria da relevância e teoria da literatura: as teorias científicas e as teorias críticas devem ser (re)conciliadas?* Citando Wilson (2012; 2018; 2019), Saussure e Ferreira (2022) destacam haver duas concepções conflitantes conforme se assume que a noção teórica de relevância pode contribuir ou, nos termos de Keith Green (1997), tem pouco a contribuir para o estudo literário. Eles argumentam que a teoria da relevância e a teoria da literatura não compartilham o mesmo objeto teórico ainda que compartilhem a literatura como objeto observacional. Assim, consideram que é um equívoco fazê-las equivaler, colocando o debate sobre a pesquisa literária no programa da relevância sob o risco de incomensurabilidade teórica, além de iminente fracasso da pragmática para sistematizar fenômenos literários.

No segundo texto do dossiê, *Pragmática como ciência social*, Daniel Silva (UFSC) reflete sobre o que se tem chamado de “pragmática linguística”. Perspectivando a pragmática como ciência social – implicando considerá-la como um campo etnograficamente orientado ao papel, às ideologias e à agência dos usuários da linguagem – e como uma ciência “na sociedade” – portanto, politicamente engajada –, o texto revisita etnografias linguísticas realizadas na Oceania e na África e trabalhos de orientação semântica. Seguindo Rajagopalan, Silva (2022) conclui que a pragmática não se opõe a nenhum campo especializado e que problemas como forma, indexicalidade e conteúdo proposicional são refinamentos da ação situada dos sujeitos na linguagem.

No terceiro texto do dossiê, *A metáfora como gatilho ostensivo do efeito: o paradoxo das coisas diferentes*, Sebastião Lourenço dos Santos (UEPG) e Elena Godoy (UFPR) argumentam que abordagens cognitivistas mais recentes têm produzido estudos interessantes sobre processos metafóricos de produção e interpretação. Santos e Godoy (2022) analisam metáforas a partir de recentes abordagens cognitivistas (SPERBER; WILSON, 2008; GENTNER; BOWDLE, 2008; WILSON; CARSTON, 2006, 2008), assumindo que metáforas *ad hoc* criativas também geram efeitos emocionais e que estudos inspirados no conceito de relevância (SPERBER; WILSON, 1995), ainda que promissores, restringem-se aos efeitos racionais.

No quarto texto do dossiê, *Prosody, Relevance and Manipulation in Political Discourse*, Leopoldo Labastía (Universidad Nacional del Comahue, Argentina) analisa o papel da entonação no discurso em espanhol rio-platense em trechos de três entrevistas de dois políticos e de um discurso presidencial como forma de levar o público a aceitar suposições questionáveis. Conforme Labastía (2022), as evidências sugerem que o nível e a entonação crescente, muitas vezes associados a informações de fundo, podem ser usados para indicar, em sinergia com outros dispositivos linguísticos, que a informação deve ser processada como parte de um terreno comum compartilhado e, desse modo, inquestionável, de tal forma que, desviando a atenção do público das informações críticas, as informações favoráveis ao falante tornam-se mais acessíveis.

No quinto texto, *Politeness, Relevance, and Goal-Conciliation: An Analysis of “Can you Pass the Salt?”*, Fábio Rauen (Unisul) e Gabriela Niero (SEED/SC) mobilizam as teorias de conciliação de metas, de Rauen (2014), de relevância, de Sperber e Wilson (1986, 1995), e de polidez, de Brown e Levinson (1986), para modelar o enunciado “Você pode passar o sal?” e cotejá-la com estudos de polidez neogriceanos de segunda onda e

aqueles orientados pela teoria da relevância. Para Rauén e Niero (2022), aspectos de polidez contribuem para a consecução de planos de ação intencionais, afetando a eleição de metas práticas que superordenam submetas informativas e comunicativas; e definindo a superestratégia de polidez e a formulação do enunciado polido.

No sexto texto do dossiê, *Escolhas linguísticas e valores culturais na construção interacional de pedidos de brasileiros e italianos*, Elisabeta Santoro (USP) e Adriana Mendes Porcellato (USP) investigam 40 *role plays* gravados por italianos e brasileiros. Considerando os pedidos como atos sociais básicos, Santoro e Porcellato (2012) observam convergências em escolhas linguísticas determinadoras da sequência interacional, mas também diferenças no contato com o interlocutor: orientado pela empatia entre brasileiros e pelo respeito ao território alheio entre italianos.

No sétimo e último texto, *Poder e conseguir: reflexões sobre seus usos por aprendizes de português brasileiro*, Ana Ibaños (PUCRS) e Cristina Lopes Perna (PUCRS) analisam o uso dos verbos ‘poder’ e ‘conseguir’ entre aprendizes de nível básico de português como língua estrangeira (PLE). Ibaños e Perna (2022), seguindo Cabrelli et al. (2020), apontam que equívocos no uso desses verbos sugerem uma transferência não facilitadora do espanhol para o português brasileiro (PB) e argumentam em direção à adoção de práticas de conscientização sobre essas diferenças para que os aprendizes possam utilizá-los de apropriadamente conforme seus contextos de uso.

Em comum, os autores assumem que, em interações comunicacionais nas quais “interlocutores negociam interpretações voláteis que se dissolvem tão logo os enunciados são produzidos” (SANTOS, 2016), os significados inferidos pelo ouvinte são em alguma medida influenciados pelas intenções informativas do falante. Enfim, trata-se de um conjunto de textos que não apenas mobilizam de modo crítico noções teóricas, mas também respectivas aplicações práticas das principais teorias pragmáticas *per se* ou em interface com outras formulações pertinentes.

Com certeza, o leitor encontrará nesses materiais extrato pertinente do potencial descritivo-explanatório de pesquisadores interessados no tema.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, F. Esforço cognitivo e efeito contextual em tradução: relevância no desempenho de tradutores novatos e expertos. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial, p. 11-31, 2005. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/278/292. Acesso em 15 out. 2022.
- ANDERSEN, A. J.; BENFATTI, M. F. N. As contribuições da teoria da relevância aos estudos da racionalidade humana. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 10, p. 1-21, e-2120087, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/20087/209209216486>. Acesso em: 13 out. 2022.
- ANDERSEN, A.; GODOY, E. Infodemia em tempos de pandemia: batalhas invisíveis com baixas imensuráveis. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 184-198, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ghOvVq>. Acesso em 13 out. 2022.
- AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. London: Oxford University Press, 1962.
- BARA, B. *Cognitive Pragmatics: The Mental Processes of Communication*. Cambridge: MIT Press, 2010.
- BLASS, R. *Relevance Relations in Discourse: A Study with Special Reference to Sissala*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RAUEN, Fábio José; SANTOS, Sebastião Lourenço dos. Estudos pragmáticos contemporâneos: desenvolvimentos no sul do Brasil. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 347-364, set./dez. 2022.

- BORGES NETO, J. *De que trata a pragmática?* Texto da conferência proferida no I Workshop Internacional de Pragmática (I WIP). Curitiba, UFPR, 28 de agosto de 2012. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/pragmatica.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BUENO, R.; SAUSSURE, F. de; Teoria da relevância e teoria da literatura: as teorias científicas e as teorias críticas devem ser (re)conciliadas? *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 365-383, set./dez. 2022.
- CABRELLI, J.; IVERSON, M.; GIANCASPRO, D.; GONZÁLEZ, B. H. The Roles of L1 Spanish Versus L2 Spanish in L3 Portuguese Morphosyntactic Development. In: *Linguistic Approaches to Portuguese as Additional Language*. MOLSING, K. V.; PERNA, C. B. L.; IBANOS, A. M. T. (eds.). Amsterdam: Johns Benjamins Publishing Company, 2020.
- CAMINHA, L. dos S.; MAZUROSKI JUNIOR, A. Afasia pragmática: cérebro, linguagem e comunicação. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 10, p. 1-17, e-2120062, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/20062/209209216460>. Acesso em: 13 out. 2022
- CHAGAS, P. R. D.; MOREIRA, A. Sobre a percepção tardia da ironia na “segunda fase” da ficção de Machado de Assis: descrição e interpretação do problema à luz da teoria da relevância. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 10, p. 1-17, e-2120104, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/20104/209209216484>. Acesso em: 13 out. 2022.
- COSTA, J. C. da. *A Pragmática da relevância na relevância da pragmática*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3VNVx4t>. Acesso em: 15 out. 2022
- COSTA, J. C. da. *A relevância da pragmática na pragmática da relevância*, 1984. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.
- COSTA, J. C. da. *A relevância da pragmática na pragmática da relevância* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- COSTA, J. C. da. A teoria da relevância e as irrelevantias da vida cotidiana. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial, p. 161-169, 2005. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/285/299. Acesso em 15 out. 2022.
- COSTA, J. C. da. *Epistemologia da pragmática*. Conferência proferida na mesa redonda do II Workshop Internacional de pragmática (II WIP). Curitiba, UFPR, 27 de novembro de 2014.
- COSTA, J. C. da; PEREIRA, V. W. *Linguagem e cognição* [recurso eletrônico]: relações interdisciplinares. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009.
- COSTA, J. C. da; RAUEN, F. J. *Tópicos em teoria da relevância* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3D0KH2O>. Acesso em: 16 out. 2022.
- COSTA, J. C. da; RAUEN, F. J. *Topics on Relevance Theory* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- COSTA, J. C. da; STREY, C. Inferences and Interfaces: Validity and Relevance. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 577-594, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/Jn3YfwMF6K3kV6Y95Ym68Gw/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 16 out. 2022.
- CUMMINGS, L. Pragmática clínica. Trad. de Crisbelli Domingos, Elena Godoy, Sebastião Lourenço dos Santos, Patrick Rezende e Ana Cláudia Fagundes da Cunha Ramuski. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 10, p. 1-27, e-2120153, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/20153/209209216482>. Acesso em: 13 out. 2022.
- CURSINO-GUIMARÃES, S. The Mechanism of Humour under Relevance-Theoretic Perspective. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 557-576, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/ph8ySSChd9g9pBbVydRmcr/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 16 out. 2022.
- DASCAL, M. *Fundamentos metodológicos da linguística*. V. 4. Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da linguística. Campinas: Unicamp, 1982.
- DOMINGOS, C.; GODOY, E. A virada pragmática nos distúrbios da linguagem e da comunicação. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 26, p. 194-206, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/33848/22656>. Acesso em 13 out. 2022.

- DOMINGOS, C.; ZANOTTI, A. M. G. A Constituição Federal brasileira e suas controvérsias interpretativas: uma perspectiva pragmática. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 169-183, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3yYNCHK>. Acesso em 13 out. 2022.
- FERREIRA, M. X. Relevância e motivação: propriedades inerentes da aquisição de L2. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 26, p. 174-193, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/32828/22643>. Acesso em 13 out. 2022.
- FERREIRA, M. X.; BENFATTI, M. F. N. Aspectos pragmáticos da Libras como língua adicional. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 104-114, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3CUNIXK>. Acesso em 13 out. 2022.
- FERREIRA, M. X.; MOROSOV, I. Estratégias de polidez na comunicação aérea. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 10, p. 1-22, e-2120025, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/20025/209209216463>. Acesso em: 13 out. 2022.
- FERREIRA, R. B. Pandemiologia das representações ou uma epidemiologia das representações pandêmicas. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 10, p. 1-26, e-2120083, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/20083/209209216459>. Acesso em: 13 out. 2022.
- FORCEVILLE, C.; CLARK, B. Can Pictures Have Explicatures? *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 451-472, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/fMVVVCVRc95Jr47mWrBp65gC/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 16 out. 2022.
- GABBIANI, B.; DOMINGOS, C.; CUNHA, A. C. F. R da. A construção da identidade do usuário em chamadas para serviços telefônicos de empresas públicas do Uruguai. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 93-103, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Dfnaw6>. Acesso em 13 out. 2022.
- GENTNER, D.; BOWDLE, B. F. Metaphor as Structure-Mapping. In: GIBBS, Raymond W (ed.). *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 109-128.
- GODOY, E. (Sup.); BRUNET, C. D.; ALMEIDA, A. L. de O; DIAS, L. S. (Orgs.). *Coletânea do II Workshop Internacional de Pragmática*. Curitiba: UFPR-Setor de Ciências Humanas, 2015.
- GODOY, E.; BRUNET, C. D.; ARRUDA, M. P. M. (Orgs.). *Coletânea do I Workshop Internacional de Pragmática da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2014.
- GODOY, E.; FERREIRA, R. B. The Communicative Relevance in Fictional Discourse. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 545-556, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/GwxRvtc4zXKV8zW97PkCHXs/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 16 out. 2022.
- GONÇALVES, J. V. R. Desenvolvimentos da pragmática e a teoria da relevância aplicada à tradução. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial, p. 129-150, 2005. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/283/297. Acesso em 15 out. 2022.
- GREEN, K. Butterflies, Wheels and the Search for Literary Relevance. *Language and Literature*, v. 6, n. 2, p. 133-138, 1997.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (eds.). *Syntax and Semantics*. V. 3: Speech Acts. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.
- GUIMARÃES, E. R. J. (Org.) *Sobre Pragmática*. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1983. (Série Estudos 9)
- IBAÑOS, A. M. T. Algumas considerações informais sobre inferência. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial, p. 151-160, 2005. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/284/298. Acesso em 15 out. 2022.
- IBAÑOS, A. M. T.; SILVEIRA, J. R. C. da. *Na interface semântica/pragmática: programa de pesquisa em lógica e linguagem natural*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- KLÖCKNER, L. A entrevista radiofônica: uma análise através da teoria da relevância. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial, p. 59-82, 2005. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/280/294. Acesso em 15 out. 2022.
- LABASTÍA, L. Prosody, Relevance and Manipulation in Political Discourse. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 421-441, set./dez. 2022.
- RAUEN, Fábio José; SANTOS, Sebastião Lourenço dos. Estudos pragmáticos contemporâneos: desenvolvimentos no sul do Brasil. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 347-364, set./dez. 2022.

- LEGROSKI, M. C.; GEREMIAS, F. de F.; GODOY, F. F. Revisitando um experimento sobre mentira. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 10, p. 1-15, e-2120092, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/20092/209209216485>. Acesso em: 13 out. 2022.
- LINGUAGEM Cognição e Comunicação CNPq UFPR. Canal do YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC23hBqkKGEoHYgNLVt7-EKA>. Acesso em 18 out. 2022
- LYRIO, A.; ABREU, A. S. Marcadores pragmáticos, comunicação e ensino. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 26, p. 72-94, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/32725/22644>. Acesso em 13 out. 2022.
- MAZUROSKI JUNIOR, A. Pragmática do cotidiano: notas sobre a epidemiologia cultural de bebidas alcoólicas. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 151-168, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3sIMzxP>. Acesso em 13 out. 2022.
- MOROSOV, I.; MAZUROSKI JUNIOR, A. A pragmática e os jogos comunicativos nas comunicações organizacionais. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 59-70, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3TmDJvX>. Acesso em 13 out. 2022.
- NIERO, G.; RAUEN, F. J. Relevância, conciliação de metas e polidez. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 71-92, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3eUthH5>. Acesso em 13 out. 2022.
- OLIVEIRA, M. L. S. de; LIMA, A. S. de. Humor e (des)construção de face no site Desciclopédia: uma análise do objeto de discurso Anitta. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 26, p. 127-150, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/32810/22646>. Acesso em 13 out. 2022.
- PEREIRA, V. W.; ANDRADE, G. K. de; COSTA, J. C. da; SARAIVA, J. R.; FORNECK, K. L. *Gate to Pragmatics* [recurso eletrônico]: uma introdução a abordagens, conceitos e teorias da pragmática. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/Ebooks/Web/978-85-397-0995-3/#/>. Acesso em 16 out. 2022.
- PERNA, C. B. L.; IBANOS, A. M. T; PORTO, M. M. “Poder” e “conseguir”: reflexões sobre seus usos por aprendizes de português brasileiro. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 483-500, set./dez. 2022.
- RAJAGOPALAN, K. Os caminhos da pragmática no Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 15, n. esp., p. 323-338, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/SQzNNhkbsGPsMKRQdH5J7pK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 out. 2022.
- RAUEN, F. J. Como a teoria de conciliação de metas descreve e explica um pedido de informação. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 10, p. 1-17, e-2119678, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/19678/209209216457>. Acesso em: 13 out. 2022.
- RAUEN, F. J. For a Goal Conciliation Theory: Ante-Factual Abductive Hypotheses and Proactive Modelling. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 595-615, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/qthZttzPBPDpSMszv6jLQbL/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 16 out. 2022.
- RAUEN, F. J. Inferências em resumo com consulta ao texto de base: estudo de caso com base na teoria da relevância. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial, p. 33-58, 2005. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/279/293. Acesso em 15 out. 2022.
- RAUEN, F. J. Intenção e conciliação de metas. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 26, p. 24-48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/32867/22642>. Acesso em 13 out. 2022.
- RAUEN, F. J. Intention and Goal-Conciliation. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 27-43, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3MSSMuB>. Acesso em 13 out. 2022.
- RAUEN, F. J.; DOMINGOS, C. Pragmática: desenvolvimentos e extensões. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 2-6, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3TikEnK>. Acesso em 13 out. 2022.
- RAUEN, F. J.; MICHELS, J. A. dos S. Interações de Sheldon Cooper no episódio piloto de “Big Bang: a Teoria”: análise conforme a Teoria da Relevância. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 115-133, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3VHRved>. Acesso em 13 out. 2022.
- RAUEN, F. J.; NIERO, G. Politeness, Relevance, and Goal-Conciliation: An Analysis of “Can you Pass the Salt?”. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 443-464, set./dez. 2022.
- REBOUL, A. *Cognition and Communication in the Evolution of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

- ROMERO, E.; SORIA, B. Relevance Theory and Metaphor. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 489-509, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/k4y6jVmKLMOCKMGt8tHYvDy/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 16 out. 2022.
- SACHINSKI, G. P.; RODRIGUES, A. S. P.; SCHALKOSKI, L. Persuasão e emoção: uma análise multissemiótica da construção do apelo emocional em uma campanha de incentivo ao isolamento social. *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v. 10, p. 1-18, e-2120106, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/20106/209209216483>. Acesso em: 13 out. 2022.
- SANTIAGO, L. F. de O.; PEREIRA, M. das G. D. “É batalha de rap ou discurso feminista”: as construções metapragmáticas dos participantes de rituais de batalhas de rap e de sua audiência nos ciberespaços. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 26, p. 151-173, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/32900/22641>. Acesso em 13 out. 2022.
- SANTORO, E.; PORCELLATO, A. M. Escolhas linguísticas e valores culturais na construção interacional de pedidos de brasileiros e italianos. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 465-482, set./dez. 2022.
- SANTORO, E.; PORCELLATO, A. M. Língua, cultura e cognição: um estudo do ato de fala do pedido em italiano, português brasileiro, espanhol argentino e alemão. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 26, p. 49-71, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/33412/22659>. Acesso em 13 out. 2022.
- SANTOS SILVA, J. A. dos; LINS, M. da P. A exploração das máximas conversacionais e o tópico discursivo em comentários do perfil @laertegenial do instagram. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 26, p. 113-126, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/113-126/22648>. Acesso em 13 out. 2022.
- SANTOS, S. L. dos. A irredutibilidade da intenção como input do significado humorístico na piada. *Letrônica*, Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 78-89, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/download/22054/14516/>. Acesso em 14 out. 2022.
- SANTOS, S. L. dos. Contexto e contextualização: quando o significado acontece. VII Ciclo de estudos em Linguagem (VII CIEL). *Anais...* Ponta Grossa: UEPG, p. 703-711, 2013.
- SANTOS, S. L. dos; CAMINHA, L. dos S. Cognição e relevância: uma análise pragmática da loucura quijotesca. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 134-150, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3TDPPAv>. Acesso em 13 out. 2022.
- SANTOS, S. L. dos; GODOY, E. A metáfora como gatilho ostensivo do efeito: o paradoxo das coisas diferentes. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2022.
- SANTOS, S. L. dos; GODOY, E. Efeito racional e efeito emocional: um estudo pragmático da cognição humana. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 403-420, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3se6n6j>. Acesso em 13 out. 2022.
- SANTOS, S. L. dos; GODOY, E. A pragmática no Brasil: trajetória e perspectivas. In: PEREIRA, V. W.; ANDRADE, G. K. de; COSTA, J. C. da; SARAIVA, J. R.; FORNECK, K. L. Gate to Pragmatics [recurso eletrônico]: uma introdução a abordagens, conceitos e teorias da pragmática. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/Ebooks/Web/978-85-397-0995-3/#/>. Acesso em 16 out. 2022.
- SILVA, A. C. Construção da face como estratégia argumentativa no filme “El patrón: a radiografia de un crimen”. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 26, p. 95-112, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/32694/22647>. Acesso em 13 out. 2022.
- SILVA, D. Pragmática como ciência social. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 385-401, set./dez. 2022.
- SILVEIRA, J. R. C. da. A imagem: interpretação e comunicação. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial, p. 113-128, 2005. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/282/296. Acesso em 15 out. 2022.
- SILVEIRA, J. R. C. da; FELTES, H. P. de M. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância e outros ensaios*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.
- SILVEIRA, J. R. C. da; IBANOS, A. M. T. Inferences in advertisements: exemplifying with Relevance Theory. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 531-543, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/gC9D5Y3hNC37LPgGzqM9JQh/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 16 out. 2022.
- RAUEN, Fábio José; SANTOS, Sebastião Lourenço dos. Estudos pragmáticos contemporâneos: desenvolvimentos no sul do Brasil. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 347-364, set./dez. 2022.

- SOUZA, M. Era o verbo um deus? – análise de João 1:1 a partir da teoria da relevância. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial, p. 83-111, 2005. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/281/295. Acesso em 15 out. 2022.
- SPERBER, D. et al. Epistemic Vigilance. *Mind & Language*, v. 25, n. 4, p. 359-393, set. 2010.
- SPERBER, D. Questões sobre linguagem e cognição: algumas perguntas para Dan Sperber. Entrevista concedida a Elena Godoy. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 26, p. 14-23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/33847/22655>. Acesso em 13 out. 2022.
- SPERBER, D.; WILSON, D. A Deflationary Account of Metaphors. In: GIBBS, Raymond W. (ed.). *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 84-105.
- SPERBER, D.; WILSON, D. Posfácio da edição de 1995 de “Relevância: comunicação & cognição”. Trad. de Fábio José Rauen e Jane Rita Caetano da Silveira. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial, p. 171-219, 2005. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/286/300. Acesso em 15 out. 2022.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*. 2nd. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1995. (1st. ed. 1986).
- SPERBER, D; WILSON, D. *Relevância: comunicação e cognição*. Trad. de Helen Santos Alves. Lisboa: Galouste Gulbekian, 2001.
- TOMASELLO, M. *The Jean Nicod Lectures: Origins of Human Communication*. Cambridge: MIT Press, 2008.
- VERSCHUEREN, J. Ciências humanas e a esfera pública: uma perspectiva pragmática. *Memorare*, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 7-26, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Sktrej>. Acesso em 13 out. 2022.
- VERSCHUEREN, J. Para entender la pragmática. Trad. de Elisa Baena e Marta Lacorte. Madrid: Gredos, 2002
- WHARTON, T. What Words Mean is a Matter of What People Mean by Them. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 473-488, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/sV86y9B5h6gQSSPVWcCDJdt/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 16 out. 2022.
- WILSON, D. Relevance and the Interpretation of Literary Works. In: YOSHIMURA, A. (ed.). *Observing Linguistic Phenomena: Festschrift for Seiji Uchida*. Tokyo: Eihosha, 2012. p. 1-12.
- WILSON, D. Relevance Theory and Literary Interpretation. In: CAVE, X.; Wilson, D. (eds.). *Reading Beyond the Code: Literature and Relevance Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 185-204.
- WILSON, D. *Relevance Theory and Literary Interpretation*. Verbal presentation at University of Geneva, 22 May, 2019. Disponível em: <https://mediaserver.unige.ch/play/118954>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- WILSON, D.; CARSTON, R. Metaphor and the “Emergent Property” Problem: A Relevance-Theoretic Treatment. *The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication*. v. 3. Kansas: New Prairie Press, p. 1-40, 2008.
- WILSON, D.; CARSTON, R. Metaphor, Relevance and the “Emergent Property” Issue. *Mind and Language*, v. 21, n. 3, p. 404-433, 2006.
- WILSON, D.; SPERBER, D. Teoria da relevância. Trad. de Fábio José Rauen e Jane Rita Caetano da Silveira. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial, p. 221-268, 2005. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/287/301. Acesso em 15 out. 2022.
- YUS, F. Not all Emoticons are Created Equal. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 511-529, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/RpjTmJQTbPjfdvCPJ3MDmSm/?format=pdf&lang=en>. Acesso em 16 out. 2022.
- ZILBERMAN, R. Em nome do saber. In: IBÁÑOS, A. M. T.; SILVEIRA, J. R. C. da (Orgs.). *Na interface semântica/pragmática*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-22-03-365-383>

Recebido em: 23/07/22 | Aprovado em: 23/02/23

TEORIA DA RELEVÂNCIA E TEORIA DA LITERATURA: AS TEORIAS CIENTÍFICAS E AS TEORIAS CRÍTICAS DEVEM SER (RE)CONCILIADAS?*

Relevance Theory and Literary Theory: Should Scientific and Critical Theories Be (Re)Conciliated?	Teoría de la relevancia y teoría de la literatura: deben (re)conciliarse las teorías científicas y críticas?
---	--

Rodrigo Bueno**

Universidade de Neuchâtel, Neuchâtel, Suíça

Louis de Saussure***

Universidade de Neuchâtel, Neuchâtel, Suíça

Resumo: No programa da relevância, Wilson (2012; 2018; 2019) tem conduzido o estudo literário expondo duas conflitantes concepções. A primeira é a concepção dos teóricos relevantistas de que a relevância contribui para o estudo da literatura. A segunda concepção é um contraponto da teoria da literatura, especificada no nome do crítico literário Keith Green (1997), de que a relevância não contribui para o estudo literário. Analisamos ambos os pontos de vista, tais como protagonizados por Wilson e Green, e discutimos a natureza das teorias da linguagem e das teorias da literatura. Propomos que, embora compartilhem o mesmo objeto observacional, isto é, a literatura, a teoria da relevância e a teoria da literatura não compartilham o mesmo objeto teórico, sendo um equívoco a equivalência de ambas. De tal equívoco resulta um problema de incomensurabilidade teórica e um risco eminente de fracasso da pragmática em sua iniciativa de sistematização dos fenômenos literários.

Palavras-chave: Teoria da Relevância. Teoria da Literatura. Estudos Literários. Teorias Científicas. Teorias Críticas.

Abstract: Wilson (2012; 2018; 2019) has been conducting literature studies within the relevance theory program by exposing two conflicting conceptions. First is the notion held by relevance theory and its supporters that relevance can contribute to literary studies. The second conception is a counterpoint from literary theory by literary critic Keith Green (1996), that relevance has little to contribute to literary studies. We analyse both points of view, as asserted by Wilson and Green and we discuss the nature of linguistic communication theories and literary theories. We propose that, although they share the same observational object – literature – relevance theory and literary theory do not share the same theoretical object, so that the equivalence of both is a mistake. From such a mistake results a theoretical incommensurability problem and an imminent risk of pragmatics failing in its initiative to systematize literary phenomena.

Keywords: Relevance Theory. Literary Theory. Literary Studies. Scientific Theories. Critical Theories.

Resumen: En el programa de la teoría de la relevancia, Wilson (2012; 2018; 2019) realizó el estudio literario exponiendo dos concepciones en conflicto. La primera concepción es que la relevancia contribuye

* Este texto consiste em uma versão prévia de pesquisa mais ampla em desenvolvimento.

** Doutorando em Ciências Cognitivas na Universidade de Neuchâtel. Orcid: 0000-0003-4085-2091. E-mail: ruod_rik@ymail.com.

*** Cátedra de Linguística e Análise do Discurso, Universidade de Neuchâtel. Orcid: 0000-0001-9587-8729. E-mail: louis.desaussure@unine.ch.

al estudio de la literatura. La segunda concepción es un contrapunto defendido por el teórico literario Keith Green (1997), que la relevancia no contribuye al estudio literario. Analizamos ambos puntos de vista, tal como lo llevan a cabo Wilson y Green, y discutimos la naturaleza de las teorías del lenguaje y las teorías de la literatura. Proponemos que, aunque comparten el mismo objeto observacional, es decir, la literatura, la teoría de la relevancia y la teoría de la literatura no comparten el mismo objeto teórico, siendo la equivalencia de ambas un error. De tal error resulta un problema de inconmensurabilidad teórica y un riesgo inminente de fracaso de la pragmática en su iniciativa de sistematizar los fenómenos literarios.

Palabras-clave: Teoría de la Relevancia. Teoría de la Literatura. Estudios Literarios. Teorías Científicas. Teorías Críticas.

It is not uncommon, at the end of an introductory seminar on Relevance Theory, for members of the audience to ask questions about the potential of the theory as a means of explaining literary communication or, for short, Literature (not less!) (Guijarro, 1998).¹

1 PROLOGO – TEORIA DA RELEVÂNCIA E TEORIA DA LITERATURA

Perhaps surprisingly, most reactions have come not from Gricean pragmatists, whose analyses we severely criticised, but from psychologists, non-Gricean pragmatists and literary theorists (Sperber and Wilson, 1995).²

Passados mais de 30 anos desde a postulação da teoria da relevância (SPERBER; WILSON, 1986, 1995), sua aspiração de realocar o fenômeno da comunicação inferencial (GRICE, 1975) do domínio filosófico para o domínio científico parece tê-la removido de seu propósito inicial. O que outrora foi apresentado estritamente como uma teoria cognitiva para a comunicação, adquiriria agora o status de um ‘programa de pesquisa’, conforme a terminologia sugerida por Lakatos (1978) e mais atentamente discutida por Allott (2013). A teoria da relevância (doravante TR) foi direcionada aos mais diversificados fenômenos da comunicação, pela manutenção da ideia-chave do programa relevantista: o desenvolvimento de um modelo da comunicação humana psicologicamente plausível, compatível com noção de que a cognição humana é vetorial, orientada por relevância, isto é, pela busca de informações potencialmente relevantes.

Nesses últimos anos, dois desafios correlacionados parecem ter sido priorizados no interior do programa, a fim de não mais refrearem seu progresso. Ambos os desafios foram destacados em duas distintas chamadas:

- a) a primeira, de um ponto de vista mais geral, é o que tem sido chamado de “o desafio dos efeitos não-proposicionais” (IFANTIDOU; DE SAUSSURE; WHARTON, 2021; DE SAUSSURE; WHARTON, 2019; WILSON; CARSTON 2019; WILSON, 2018) ou seja, o aprofundamento do estudo de aspectos que transcendem o significado linguístico em seus limites lógicos e

¹ Não é raro, ao final de um seminário introdutório sobre Teoria da Relevância, que os membros da audiência façam perguntas sobre o potencial da teoria como meio de explicar a comunicação literária ou, resumindo, a Literatura (não menos!) (Guijarro, 1998).

² Talvez surpreendentemente, a maioria das reações não vieram de pragmaticistas griceanos, cujas análises criticamos severamente, mas de psicólogos, pragmaticistas não-griceanos e teóricos literários (Sperber e Wilson, 1995).

semânticos. Em outras palavras, uma melhora na compreensão do que vai “além do significado do falante” (SPERBER; WILSON, 2015);

- b) a segunda, de um ponto de vista mais específico ao interesse deste trabalho, é o debate acerca dos limites da contribuição que a pragmática cognitiva (SPERBER; WILSON, 1995) tende a oferecer ao estudo literário (DE SAUSSURE, 2021; WILSON, 2018; BRIENS; DE SAUSSURE, 2018; CAVE; WILSON, 2018).

Embora a primeira chamada, referidamente a dos fenômenos da não proposicionalidade, interesse diretamente ao estudo da comunicação literária, ao menos como proposto na perspectiva da TR, nos concentraremos exclusivamente na segunda chamada, destinada a discutir a contribuição que a TR tende a fornecer ao estudo da literatura. É válido ressaltar que propostas de enquadramento do estudo literário sob a noção de relevância têm sido apresentadas ao longo de todo o desenvolvimento da TR (PILKINGTON, 1992, 1994; BLAKEMORE, 1992; FURLONG, 1995, 2007; CLARK, 1996; GUIJARRO, 1998; MACKENZIE, 2002; BRIENS; DE SAUSSURE, 2018; CHIHAIA; RENNHAK, 2019; DE SAUSSURE; WHARTON, 2019; DE SAUSSURE, 2021). Contudo, na atualidade, a pesquisa parece ser predominantemente norteada pela posição de Wilson (2012) e, mais recentemente, pela parceria de Cave e Wilson (2018), somados a um grupo interdisciplinar de pesquisadores das cátedras do Reino Unido, que executaram conjuntamente um projeto de estudo literário pelo programa relevantista, materializado na obra *Reading Beyond the Code* (CAVE; WILSON, 2018).

O livro apresenta uma extensa tratativa de tópicos literários pela perspectiva da relevância e busca se apresentar como um modelo prático de como críticos literários poderiam empregar o modelo ostensivo-inferencial da comunicação para análises inovadoras, divorciadas das análises inspiradas unicamente nos códigos linguísticos. Contudo, o que nos interessa neste trabalho é que, em sua argumentação em favor do estudo da literatura na perspectiva da relevância, Wilson (2012) e Wilson (2018) tem reiteradamente eleito a postura crítica do teórico literário Keith Green (1997) como um parâmetro desafiador. Wilson tem destacado que o debate estabelecido sobre relevância e literatura está situado entre duas diferentes posições: a posição dos adeptos da TR, entre os quais está a própria Wilson, naturalmente, de que a relevância pode contribuir para o estudo literário; e a posição dos adeptos da teoria da literatura (doravante TL), notadamente Keith Green, de que a TR tem pouco a contribuir para o estudo da literatura.

Dessa forma, consideramos que um objetivo central neste trabalho é o de apresentar o debate ainda tênue entre a TR e a TL e sugerir o modo como entendemos que a noção de relevância pode contribuir aos estudos literários. Por isso, nós buscaremos reconstituir, ainda que parcialmente, o debate entre a TR, mais centralmente representada no nome de Wilson, e TL, representada no nome de Keith Green. Para tanto, recuperaremos algumas das críticas tecidas por Green (1993, 1997, 1998, 2000) à investida relevantista sobre a literatura. Logo após, também apresentaremos alguns contrapontos dos pesquisadores da TR. Por fim, apresentaremos nossa própria percepção sobre o debate entre TR e TL, introduzindo o questionamento acerca da necessidade de aproximação entre ambas, e se elas devem ser repelidas, conciliadas ou reduzidas uma ao domínio de atuação da outra.

Nossa sugestão é a de que uma maior atenção ao estatuto das teorias de ambição científica e ao estatuto das teorias de ambição literária podem auxiliar no esclarecimento de como se distinguem as teorias dedicadas à explicação e as teorias dedicadas ao exercício da crítica. Isso tenderia, em princípio, a prevenir a atribuição de tarefas equivocadas a uma e outra parte, além de antever e prevenir a indesejável incidência dos problemas de incomensurabilidade teórica, como preconizados por Kuhn (1962) e Feyerabend (1962).

Uma ideia-chave que buscaremos explicitar ao longo de nossa exposição é a de que, embora a TR e a TL compartilhem do mesmo objeto observacional, isto é, a literatura, elas não compartilham de um mesmo objeto teórico. Portanto, parece necessário que sejam distinguidas as esferas de atuação de teorias que se propõem ao escrutínio estritamente explicativo (científico) daquelas que se propõem à tarefa crítica (literária). Uma tarefa intermediária em que ambas poderiam ser conciliadas é no compartilhamento da tarefa descritiva, instância de trabalho em que estudiosos da linguagem e da literatura têm muito a se beneficiarem mutuamente.

2 CONFLITO – UM DEBATE SUBESPECIFICADO

“Colorless green ideas sleep furiously” (CHOMSKY, 1957).³

Para dimensionarmos a dificuldade em se empreender um estudo sistemático da literatura, o paradigma do Estruturalismo permanece pedagógico – passados mais de 100 anos de sua fundação, com Ferdinand de Saussure e seus discípulos, ainda hoje não foram obtidos resultados incontroversos nos estudos literários, apesar de toda a envergadura de intelectuais como Jakobson, Barthes e Todorov. Nem mesmo o esforço conjunto de duas unanimidades da tradição estruturalista, Jakobson e Lévi-Strauss (1962), foi capaz de produzir um resultado inequivocamente satisfatório. Superado o paradigma estrutural, nos restando o exemplo de seus sucessos e fracassos, eis que vem a hora, e já é chegada, em que a TR está posta à prova em sua programática ambição de se apresentar como uma alternativa viável ao estudo da literatura. À espreita, contudo, eis aí a TL.

De um lado, com Sperber e Wilson (1986), a TR se candidatou à tarefa de converter o caráter misterioso atribuído à atividade da comunicação humana em um problema inteligível. Semelhantemente, de outro lado, desde sua obra fundacional com Wellek e Warren (1949), a TL busca expelir o fantasma do impressionismo interpretativo e sistematizar o aparente caos que parece permear os fenômenos literários. Portanto, seria esperado que a aproximação desses trabalhos de sistematização tenda a ser proveitosa tanto na pragmática quanto na literatura. Exceto se tal aproximação resultar em uma obscuridade ainda maior do que aquelas já contempladas em suas atividades individuais. Por isso, na medida em que pretendem lançar luz sobre os fenômenos que desejam explicar, ainda em maior medida, TR e TL devem simultaneamente lançar luz sobre si mesmas, evitando obscurecer ainda mais um objeto de estudo excessivamente opaco,

³ “Idéias verdes incolores dormem furiosamente” (CHOMSKY, 1957).³

como é o caso da literatura. Em grande parte, lançar luz acerca do debate literário é lançar luz sobre um objeto a ser tratado, uma especificação, e, ao menos como apresentada até agora, a pesquisa da literatura no interior da TR não se fundamenta em um problema especificado, mas repousa sobre um conjunto de problemas, como veremos adiante.

O debate sobre o emprego da TR para o estudo literário não é tema recente e, para fins expositivos, pode ser abreviado do modo como se segue. Um ano após a publicação da primeira edição de *Relevância: Cognição e Comunicação* (SPERBER; WILSON, 1986), o debate em torno de *Précis of Relevance* (SPERBER; WILSON, 1987), divulgado na *Behavioral and Brain Sciences*, incluiu duas posições extremamente opostas acerca da contribuição que a TR poderia oferecer ao estudo da literatura de ficção. Herbert H. Clark (1987) e Anne Reboul (1987) protagonizaram esse debate. Clark (1987) mostrou ceticismo sobre a possibilidade de a TR mostrar-se eficiente para o estudo do discurso ficcional, argumentando que a teoria não propunha adequadamente a observação das diferentes “camadas” que os fenômenos comunicativos geram simultaneamente em diferentes níveis. Reboul (1987) defendeu que, ao contrário do que afirmara Clark, a Relevância poderia oferecer um tratamento adequado ao discurso ficcional, sobretudo por meio da aproximação que o quadro relevantista propunha para o estudo da metáfora. Como esperado, Sperber e Wilson (1987) endossaram a posição de Reboul, reafirmando o potencial da TR para uma explanação representacional de segunda ordem para o estudo da ficção. Desde então, os esforços inaugurais para o estudo de temas relativos à literatura sob a perspectiva da relevância podem ser atribuídos aos estudos de Reboul (1986, 1987).

A passagem aos anos 90 registra alguns desenvolvimentos da TR para o estudo literário, com Adrian Pilkington (1992), David Trotter (1992) e Diane Blakemore (1992). Esse mesmo período registra também um ganho de maior robustez com as teses de doutoramento de Pilkington (1994) e de Anne Furlong (1995), além de propostas adicionais, como a de Clark (1996) e Guijarro (1998)⁴. É nesse contexto, do desenvolvimento das ideias relevantistas, que Keith Green (1993, 1996, 1998, 2000) apresentou uma sequência de críticas ao ainda embrionário esforço de uma análise literária inspirada na relevância, direcionadas majoritariamente às ideias desenvolvidas por Pilkington (1992, 1997).

Em contrapartida, Adrian Pilkington, Barbara MacMahon and Billy Clark (1997) consideraram desproporcionais as críticas de Green, cujos argumentos foram respondidos como tentativas de desconfigurar suas propostas originais. Eles também reclamaram do teor não moderado com que Green conduziu seus argumentos, o que pode ter sido decisivo para a brevidade na resposta e a interrupção numa eventual extensão do debate. Ainda mais abreviada que a réplica de Pilkington, MacMahon e Clark (1997), foi a tréplica de Green (1998), afirmando que longe de ter o objetivo de “acabar com o debate”, sua polemização teve precisamente o efeito desejado, o de estimular os teóricos da relevância a apresentarem alguma defesa de seus trabalhos. Assim, a polêmica pareceu momentaneamente encerrada.

⁴ Para o aprofundamento dos estudos em Teoria da Relevância e estudos literários, os autores recomendam os trabalhos de Pilkington (1992), Trotter (1992) Blakemore (1992), Pilkington (1994), Furlong (1995), Clark (1996), Guijarro (1998), Wilson (2012) e Cave e Wilson (2018).

No entanto, em anos mais recentes, nos trabalhos em que buscou abordar a literatura pelo viés da relevância, Deirdre Wilson reintroduziu a crítica de Green, como uma espécie de assombro à TR. Em sua parceria com Terence Cave (CAVE; WILSON, 2018), em trabalho anterior (WILSON, 2012) e em sua palestra magna sobre relevância e literatura (WILSON, 2019), Wilson personificou na figura de Green a hipótese de que a TR não tem contribuições a oferecer ao estudo da literatura. Assim, Wilson contrastou as duas diferentes percepções acerca da contribuição ou não da relevância ao estudo literário. Consideremos, portanto, alguns dos argumentos de ambos os lados.

2.1 GREEN IDEAS: A TEORIA DA RELEVÂNCIA PELA TEORIA DA LITERATURA

We have a simple theory elegantly articulated suggesting a revolution in thinking about communication. But then along come Peter and Mary... (GREEN, 1997).⁵

Keith Green (1993, 1997, 1998, 2000; GREEN; LeBIHAN, 1996) dedicou uma parcela de seus trabalhos ao comentário e crítica da TR em sua tentativa de aproximação ao estudo da literatura. Naquela que parece ser sua crítica inicial, Green (1993) apresentou o ponto de vista de que a relação entre relevância e a literatura deveria ser observada em duas dimensões, numa dimensão macrotextual e noutra microtextual. O nível macro deveria ser compreendido em termos do texto literário em si mesmo, *lato sensu*, como uma entidade de maior grandeza, enquanto o nível micro deveria ser entendido em termos de análise de textos literários específicos. Green avaliou que embora a TR discorresse sobre algumas noções literárias, como a dos efeitos poéticos, da ironia, da metáfora, além de uma ou outra característica formal de natureza literária, os textos literários propriamente ditos não costumavam ser empregados. Green considerou que, por ser um modelo desenvolvido fundamentalmente pelo apelo a enunciados canônicos, como as proposições, a TR seria antiquada para o estudo de enunciados não canônicos, como os que ocorrem no texto literário. Uma dificuldade adicional no cerne da relação da TR com o texto literário também poderia ser vislumbrada nas nebulosas noções de ‘mutualidade cognitiva’ e ‘mutualidade afetiva’, conceitos da TR que tendem a se tornar fortuitas durante os processos interpretativos.

Em trabalho posterior, a crítica de Green (1997) foi dirigida contra a edição especial da *Language and Literature* (1996), destinada à relação entre teoria da relevância, retórica e estilo literário. Green iniciou sua argumentação recapitulando o fracasso de modelos anteriores que se propuseram ao estudo da literatura, como a semiótica de Jakobson (1960) e a pragmática literária de Sell (1991). Retoricamente, Green elaborou a seguinte pergunta: ‘por que esses programas falharam?’ A resposta, conforme Green, é a de que ‘eles falharam porque foram, de uma só vez, muito ambiciosos e muito limitados’:

Why have these programmes failed? They have, failed because they are at once too ambitious and too narrow. They are ambitious in that they seem to offer theories of textuality which

⁵ Temos uma teoria simples elegantemente articulada sugerindo uma revolução na forma de pensar a comunicação. Mas depois vêm Pedro e Maria... (GREEN, 1997).

range across discourses and they are narrow in that the readings produced by the application of the theories are weak and reductive. (GREEN, 1997, p. 133).⁶

Com isso, Green (1997) considerou estar evidenciando uma série de problemas sobre a natureza da comunicação literária, tanto no escopo da linguística quanto da pragmática relevantista. Ele expressou a esperança de que mais acadêmicos se envolvessem para a resolução desses problemas, e que apresentassem novas contribuições para as relações entre linguagem e literatura, ao invés de se limitarem à consideração de que a aplicação da TR aos textos literários parece pouco questionável. Empenhado em realçar a inconsistência da aproximação da relevância ao estudo literário, Green desferiu uma de suas mais controversas afirmações, ao dizer que:

Anything that a relevance theorist can say about a literary text, however, can be, and most probably has been, said by conventional literary criticism. Indeed the word 'conventional' has an ironic edge here, for the literary readings produced by the application of relevance-theoretic approaches are of the most naive and intentionalist kind. It is as if the past thirty years or so of stunning developments in the field of literary criticism had never occurred. (GREEN, 1997, p. 134).⁷

Green (1997) deu continuidade aos seus argumentos protestando contra a afirmação de que todos os textos são processados cognitivamente da mesma maneira. Esse equívoco estaria conduzindo a TR ao fracasso, e tal fracasso poderia ser explicado por uma aparente cegueira de que a pragmática da relevância sofre no tocante à teoria literária. Para ilustrar a aparente cegueira da pragmática relevantista, Green retomou seu argumento anterior sobre dimensão macro da literatura e a dimensão micro da literatura, admitindo que do ponto de vista macro, a TR oferece uma grande contribuição para o entendimento da comunicação literária. Porém em seu nível micro, para a análise de textos literários, a TR soaria como reducionista, devido ao seu modo de análise de enunciados de um diálogo entre Pedro e Maria:

The reification of textual examples has a long history, from "Socrates is mortal" and "The King of France is bald" to "Colourless green ideas sleep furiously," and in some ways is unavoidable. But such examples present many more difficulties when used to elucidate a model of living communication. (GREEN, 1997, p. 136).⁸

⁶ Por que esses programas falharam? Eles falharam porque são ao mesmo tempo ambiciosos demais e limitados demais. São ambiciosos na medida em que parecem oferecer teorias de textualidade que vão além dos discursos e são limitados na medida em que as leituras produzidas pela aplicação das teorias são fracas e redutoras. (GREEN, 1997, p. 133).

⁷ Qualquer coisa que um teórico da relevância possa dizer sobre um texto literário, no entanto, pode ser, e muito provavelmente já foi dito pela crítica literária convencional. De fato, a palavra "convencional" tem aqui uma vantagem irônica, pois as leituras literárias produzidas pela aplicação de abordagens teórico-relevantistas são do tipo mais ingênuo e intencionalista. É como se os últimos trinta anos, mais ou menos, de desenvolvimentos impressionantes no campo da crítica literária nunca tivessem ocorrido. (GREEN, 1997, p. 134).

⁸ A reificação de exemplos textuais tem uma longa história, desde "Sócrates é mortal" e "O Rei da França é careca" até "Idéias verdes incolores dormem furiosamente", e de certa forma é inevitável. Mas tais exemplos apresentam muito mais dificuldades quando usados para elucidar um modelo de comunicação viva. (GREEN, 1997, p. 136).

Devido ao seu caráter reducionista para com a materialidade literária, Green (1997) concluiu que a TR não pode oferecer melhores leituras literárias, mas somente o emprego de um *metaframe*, não contribuindo em nada para a extração do significado de um texto. Em outras palavras, apesar da importância de algumas de suas ideias para a compreensão da literatura como discurso, a TR nada tinha a contribuir para a análise de um texto literário. Green (1997) considerou, ainda, que algumas das ideias da relevância para o estudo literário não passavam de um conjunto de chavões interpretativos típico de velhas poéticas *old fashion*. Sendo assim, ainda que oferecesse a possibilidade de uma reinterpretação/reavaliação das interpretações mais tradicionais dadas aos textos, a aproximação da TR à literatura, ao menos como foi apresentada na década de 1990, reduzia a interpretação literária a um nível muito básico:

A model of communication is produced which is then elucidated through the use of simplified and skewed examples. They are simplified because although their theory is about the mechanics of communication the examples are ossified and abstracted; they are skewed because it seems that a theory of living communication must rely on the most petrified of examples for its elucidation. (GREEN, 1997, p. 136).⁹

Caricaturando os teóricos da relevância como neófitos, Green encerrou sua crítica com a afirmação de que embora a TR empregasse jargões dos anos de 1990, ela vinha apresentando uma visão dos anos de 1920, ao se concentrar somente nos esforços de processamento e nas entradas enciclopédicas da linguagem. Para Green, a ideia de que um autor criativo procura meramente tornar manifesta uma grande variedade de implicaturas fracas, submetia a TR à condição de uma teoria conservadora, sendo este tipo de proposta o que mais se distanciava das preocupações tanto daqueles que se interessam pela psicologia cognitiva quanto pela teoria literária.

2.2 WILSON'S IDEALS: A TEORIA DA LITERATURA PELA TEORIA DA RELEVÂNCIA

Keith Green commented that so far, the impact of relevance theory on literary studies had been 'minute' in comparison with its effect on other disciplines... (WILSON, 2018).¹⁰

A contestação de Green (1997), sobre a inaptidão de uma teoria proposicionalista, como a TR, para o estudo literário não era uma novidade, visto que o trabalho de Pilkington (1994) antecipara esse problema como o argumento central para a elaboração daquela que viria a ser sua tese dedicada a uma pragmática dos efeitos poéticos. Coube exatamente a Pilkington, somado a Barbara MacMahon e Billy Clark (1997), se encarregar de responder as críticas que Green (1997) desferiu à edição especial de *Language and Literature* (1996) dedicada à aproximação da teoria da relevância aos estudos da literatura.

⁹ Produz-se um modelo de comunicação que é então elucidado por exemplos simplificados e enviesados. Eles são simplificados porque embora sua teoria seja sobre a mecânica da comunicação, os exemplos são ossificados e abstraídos; eles são enviesados porque parece que uma teoria de comunicação viva deve contar com os exemplos mais petrificados para sua elucidação. (GREEN, 1997, p. 136).

¹⁰ Keith Green comentou que, até agora, o impacto da teoria da relevância nos estudos literários tinha sido "minúsculo" em comparação com seu efeito em outras disciplinas... (WILSON, 2018).

De acordo com Pilkington, MacMahon e Clark (1997), um artigo anterior de Green (1996) deturpava sobremodo as propostas da TR e apresentava críticas descabidas aos teóricos da relevância, como que apenas visando a vilipendiar a tentativa de desenvolvimento de um debate sobre a pragmática e o estilo literário, ao invés de fomentá-lo. Pilkington e colegas reivindicaram o encorajamento para um debate mais construtivo, esclarecendo que a teoria da relevância não pode propiciar leituras mais ricas de textos literários, pelo simples fato de que não é a isso que ela se propõe. Uma vez que a teoria da relevância não suscita leituras, ela não pode ser responsável por um procedimento de descobertas textuais, mas apenas de oferecer explicações de leituras já existentes em termos pragmáticos cognitivos. Além disso, visa a abordar questões sobre a natureza da comunicação literária e a relação entre o literário e o não literário.

Pilkington e colaboradores criticaram as metodologias de análise que apresentam os textos literários como um produto repleto de “efeitos e elementos estéticos” a serem extraídos ou decodificados pelo crítico. Diferentemente, um texto literário se apresenta como um conjunto de indícios a serem interpretados e o processo interpretativo envolveria ao menos algumas etapas, como uma etapa de decodificação, uma de construção de contexto e uma de inferenciação, num intrincado procedimento psicológico. A riqueza dos processos interpretativos, bem como o processo pelo qual diferentes leitores chegam a diferentes leituras é que poderiam ser capturados em uma teoria da comunicação literária tal como a desenhada pela TR.

Sumariamente, Pilkington, MacMahon e Clark (1997) contra-atacaram o argumento de Green (1997), de que os relevantistas não teriam dado a devida atenção aos últimos trinta anos de desenvolvimentos no campo da crítica literária, afirmando que Green é que não teria sido atento aos recentes desenvolvimentos na pragmática. O esperado da TR deveria ser o fornecimento de uma explicação dos efeitos poéticos em termos de representações e processos mentais, em vez de uma explicação puramente extraída de padrões linguísticos previamente fixados pelos textos literários. Para os autores, parecia ser premente que se Green aceitava a teoria da relevância em um nível teórico geral, ele deveria aceitar também os processos de leitura guiados por relevância. Eles repeliram a nulidade da teoria da relevância para o estudo literário, como sugerida por Green, enfatizando que os pesquisadores do quadro relevantista permaneceriam com suas mentes abertas para essa aproximação, com apelos para um debate mais construtivo entre teóricos da relevância e da literatura.

Também com a finalidade de responder as críticas de Green, Wilson (2012) elencou uma série de contribuições que a TR teria fornecido a uma melhor compreensão da comunicação humana e, por extensão, à uma melhor compreensão da comunicação literária. Entre elas, Wilson destacou que as principais contribuições da teoria da relevância para o estudo da comunicação verbal foram: a distinção de o novo modelo de comunicação inferencial da antiga versão do modelo de código da comunicação verbal; a explicitação do modo como a comunicação inferencial pode ser compreendida de acordo com as intenções informativas e comunicativas dos falantes; a proposição das noções de comunicação forte e comunicação fraca, dependendo do grau de manifestação das intenções comunicativas de um falante; e a defesa da tese de que a comunicação inferencial é empiricamente relegada a uma compreensão heurística de relevância.

Ainda segundo Wilson (2012), a interpretação dos trabalhos literários estaria ancorada nos mesmos princípios da comunicação ordinária e, por isso, o modelo da comunicação inferencial tende a lançar luz sobre os fenômenos prototípicos da literatura. A explicação inicial de Wilson foi a de que um autor literário pode não possuir apenas objetivos estritamente comunicativos, mas também objetivos não comunicativos, sociais, individuais ou puramente estéticos, o que situaria a literatura em um domínio que excede os efeitos cognitivos da interpretação, resultando em uma série de efeitos emocionais. Consequentemente, a comunicação literária se caracterizaria pelo compartilhamento de experiências sensoriais, troca de impressões, em vez de comunicação de informações precisas.

Desde as críticas de Green (1997) até o destaque oferecido a ele pela resposta de Wilson (2012), passaram-se 15 anos. Mais recentemente, em um novo trabalho dedicado ao estudo da literatura, Wilson (2018) tornou a dar destaque à crítica de Green, reavivando a polêmica 20 anos mais tarde. Na aparente tentativa de expelir um antigo fantasma, Deirdre Wilson e Terence Cave (2018) se associaram interdisciplinarmente a demais pesquisadores da academia britânica para a apresentação daquela que parece ser a resposta materializada à crítica de Green sobre a não satisfatoriedade da TR para as microanálises dos textos literários:

Is important to make clear from the outset that the aim of our collaboration was not to develop some overarching 'theory' of literature, or to add another turn to the constantly shifting theoretical agenda of literary studies, but to explore a pragmatic of close reading. (CAVE; WILSON, 2018, p viii).¹¹

Em adição:

At the level of close reading, it provides a powerful and highly flexible set of critical and analytic instruments. (CAVE; WILSON, 2018, p 1).¹²

Complementar à introdução da ideia de uma pragmática do '*close reading*', duas afirmações adicionais nos chamam a atenção no modo como Cave e Wilson (2018) elaboram sua apresentação da atual perspectiva relevantista para a literatura. A primeira delas é a definição de literatura, expressa sob a noção de algo como '*loosetalk*', e a segunda é a admissão de que *Reading Beyond the Code* não sistematiza a TR em sua relação com TL. Estas afirmações nos serão proveitosas para a sugestão daquilo que poderia se adequar à tentativa de sistematização entre TR e TL, uma vez que o ponto de convergência entre a proposição a) de Wilson (advogada de defesa da utilidade da TR para o ESTUDO LITERÁRIO) e a proposição b) de Green (advogado de acusação da incapacidade da TR para a CRÍTICA LITERÁRIA) é uma proposição c) de que TR é proveitosa na condição metateórica para a TEORIA LITERÁRIA.

¹¹ É importante deixar claro desde o início que o objetivo de nossa colaboração não era desenvolver alguma 'teoria' geral da literatura, ou acrescentar outra reviravolta à agenda teórica em constante mudança dos estudos literários, mas explorar uma pragmática de leitura atenta. (CAVE; WILSON, 2018, p viii).

¹² Ao nível da leitura atenta, fornece um conjunto poderoso e altamente flexível de instrumentos críticos e analíticos. (CAVE; WILSON, 2018, p 1).

We hope that others will be encouraged to engage in a more constructive debate... (PILKINGTON; MACMAHON; CLARK, 1997).¹³

Nesta seção final, nós buscaremos nos beneficiar dos pontos de vista contrastados de Green e de Wilson para apresentarmos nossa própria percepção de como a TR pode contribuir para o estudo da literatura. Consideremos, portanto, tanto as críticas e sugestões de Green, quanto a defesa e proposições dos teóricos da relevância, sobretudo de Wilson. Podemos aceitar, com Green, que a TR realmente sofre de um impasse quando se propõe como uma teoria de inspiração proposicionalista para a análise literária, e esta posição é defendida por de Saussure e Wharton (2019). Podemos também aceitar, com Wilson e demais pragmaticistas, que a TR pode contribuir para o estudo da literatura, quer em seu nível macro (WILSON, 2012; PILKINGTON, 2000; GUIJARRO, 1999; FURLONG, 1995; TROTTER, 1992), quer em seu nível micro, para análises de textos literários específicos (WILSON; CAVE, 2018).

Podemos, simultaneamente, nos afastar da crítica de Green, de que a TR não produz melhores leituras das obras literárias que aquelas já oferecidas pelas escolas literárias anteriores e, como já anteriormente respondido (PILKINGTON; MacMAHON; CLARK, 1997), refutar a atribuição à TR de que ela deveria produzir melhores leituras literárias, como instrumento para o exercício da crítica, quando ela, na verdade, se propõe como uma teoria descritiva/explicativa. De igual modo, podemos nos afastar das sugestões do reenquadramento relevantista para renovar ideias centradas na análise puramente textualista, como a de uma pragmática do close reading, tal como adotada por Cave e Wilson (2018), em seu tributo à neocrítica. Além disso, nos afastamos também da ideia de uma estilística da relevância (CLARK, 1996), em seu tributo ao estruturalismo.

Portanto, *o debate não é se a TR pode ou não contribuir para o estudo da literatura*. Não apenas os partidários da TR defendem seu emprego para a pesquisa literária, como o próprio Green (1993) admite a grande contribuição da TR para a literatura desde que empregada como um *metaframe*. *O debate é acerca de como a TR pode contribuir para a pesquisa literária* e, neste aspecto, tendemos a concordar tanto com Green (1997), com a proposta de que a TR pode fornecer uma boa contribuição metateórica para a TL, como com Cave e Wilson (2018), em sua confissão de que *Reading Beyond the Code* não sistematiza a relação da TR com a TL.

Assim, seguindo o encorajamento que Pilkington e colegas (1997) nos dão na epígrafe acima, nos arriscamos a postular uma pequena contribuição, ainda que muito rudimentar, ao requerido esforço de sistematizar a relação entre TR e TL. Essa tarefa poderia se realizar pela reivindicação do estatuto das teorias científicas, em detrimento das teorias consideradas de segunda ordem. No entanto, este argumento nos pareceu minimamente já bem apresentado por Furlong (2007), em sua discussão sobre as teorias de inspiração linguística – comprometidas com a finalidade explicativa e com os critérios

¹³ Esperamos que outros sejam encorajados a se engajar em um debate mais construtivo... (PILKINGTON; MACMAHON; CLARK, 1997).

de ciência popperiana em sua busca por construírem-se em critérios de refutabilidade – em oposição à orientação das teorias de inspiração literária – comprometidas com a finalidade do esgotamento descritivo e com critérios de segunda ordem como a tarefa interpretativa. Nos absteremos, também, de comentar as teorias que se apresentam como uma empresa científica e as teorias que se apresentam como uma empresa interpretativa, para não incorrerem em outra das críticas de Green, sobre a excessiva reivindicação do status científico:

Linguistics itself has a fairly long history based on a tacit assumption of its ‘scientific credentials’. Indeed, it has constantly attempted to prove itself as a science. But as Roy Harris (1980) has shown, only a discipline which is fundamentally unsure of its status would need to constantly find it necessary to broadcast that status. Neither physics nor chemistry, for example, need to reaffirm their positions as sciences. (GRENN; LEBIHAN, 1996, p. 20).¹⁴

Ao invés de recorrer ao estatuto das teorias científicas, recorramos, portanto, ao estatuto das teorias literárias, tanto em sua corrente teorética, ou seja, aquela em favor das tentativas de construção teórica, quanto em sua corrente antiteorética (leia-se pensadores pós-modernos, ou especificamente da desconstrução), aquela assentada na assunção da impossibilidade da teorização literária.

Em um dos marcos inaugurais da TL, a clássica obra de Wallek e Warren (1949) chamava a atenção para as recorrentes tentativas de se obscurecer uma importante distinção entre literatura e estudos literários, que pressupõe duas atividades distintas: uma é a atividade criadora, é uma arte; a outra, se não for exatamente uma atividade de ciência, é uma espécie atividade de conhecimento ou saber. Em defesa da necessidade de sistematização do estudo da literatura, eles expuseram um bem difundido ceticismo de que o estudo literário possa ser racionalizado. “O problema é como lidar intelectualmente com a arte e, em especial, com a arte literária. É possível? E como é possível?” (WALLEK; WARREN, 1949). Para os autores, um estudo adequado seria aquele que distingue teoria, crítica e história literária, enfatizando a “teoria literária” como o estudo dos princípios da literatura, das suas categorias, critérios etc., e diferenciar os estudos de obras de arte concretas como “crítica literária”.

Na linha de Wallek e Warren, Compagnon (1998) também distinguiu teoria, crítica e história. Caberia à crítica literária a construção dos discursos sobre as obras literárias, os quais descrevem, interpretam, reforçam o sentido e o efeito que as obras exercem sobre os leitores. A crítica avalia, aprecia, julga; a história literária, por sua vez, é um discurso que insiste nos fatores exteriores à experiência da leitura, por exemplo, na concepção ou na transmissão das obras, sendo que enquanto a crítica literária enuncia proposições do tipo “A é mais belo que B”, a história literária afirma: “C deriva de D”. Finalmente, a teoria literária requer que os pressupostos dessas afirmações sejam explicitados. O que você chama de literatura? Quais são seus critérios de valor? A teoria se apresenta como

¹⁴ A própria lingüística tem uma história bastante longa baseada em uma suposição tácita de suas “credenciais científicas”. De fato, ela tem constantemente tentado se provar como uma ciência. Mas, como Roy Harris (1980) demonstrou, apenas uma disciplina que é fundamentalmente insegura de seu status precisaria constantemente achar necessário transmitir esse status. Nem a física nem a química, por exemplo, precisam reafirmar suas posições como ciências. (GRENN; LEBIHAN, 1996, p. 20).

um permanente protesto contra o implícito, lembrando que suas problemáticas perguntas podem ser respondidas de diversas maneiras, constituindo-se como uma disciplina relativista. Compagnon entende a TL como uma atitude analítica, cética (crítica), um ponto de vista metacrítico, com a finalidade de interrogar os pressupostos de todas as práticas críticas (em sentido amplo). A TL não constitui, portanto, um método, mas um procedimento de desconfiança, vigilância e ceticismo, incutindo sempre a suspeita.

Suspeita é, inclusive, a aposta central da explicação de Paul Fry (2012) para sua explanação para a o atual estado da arte da TL. Para Fry, além de definir literatura, a teoria literária também é o domínio do conhecimento em que são feitas as seguintes perguntas: o que causa a literatura e quais são os efeitos da literatura? Quanto à causa, perguntamos: o que é um autor? E qual é a natureza da autoridade literária? Da mesma forma, se a literatura tem efeitos, deve ter efeitos sobre alguém, e isso levanta a questão igualmente interessante e irritante, segundo Fry: o que é um leitor? A teoria literária estaria direcionada ao modo como a literatura é formada pela linguagem, como ela é formada pela psique humana e por forças sociais, econômicas e históricas. A teoria literária também pergunta “o que é um leitor?”, bem como “Como se faz a leitura? Como é a experiência de leitura? Como encontramos o texto face a face? Como nos colocamos em contato com o texto, que em muitos aspectos pode estar distante de nós?”.

Partindo de nomes como o de Marx, Nietzsche e Freud, em sua *Theory of Literature*, Fry (2012) diferencia a TL não somente das teorias científicas, mas também das teorias filosóficas, especialmente as da metafísica, que operam pela proposição de questões fundamentais e construção de sistemas. Fry apresenta a versão antiteórica do estudo literário, sendo que o estudo da literatura, ao menos como praticado no século XX, se distingue das demais formas de teorias por estar fortemente influenciado pelo ceticismo. Assim, a TL estaria permeada de uma variedade de dúvidas sobre os fundamentos acerca do que podemos pensar, sendo a dúvida sua principal característica. O argumento de Fry está intimamente vinculado àquilo que Paul Ricoeur propôs como uma hermenêutica da suspeição. Os mestres da suspeita, Marx, Nietzsche e Freud, foram precursores de uma forma de pensamento que tem sido dominante na TL, uma modalidade de pensamento crítico orientado permanentemente para o trabalho do questionamento, para o exercício da crítica.

De um ponto de vista bastante contrastante com o de Fry, que partiu de Marx, Nietzsche e Freud, Wolfgang Iser (2006) apelou às ideias de Popper e Kuhn para caracterizar a TL. Ao explicar *How to do Theory*, Iser (2006) considerou as teorias como ‘ferramentas intelectuais’, divididas entre teorias *hard-core* e teorias *soft-core*. Enquanto as teorias científicas estão aptas à realização de previsões, as teorias *soft*, como praticadas nas humanidades, preconizam uma tentativa de mapeamento. Teorias, portanto, não são construídas para a observação de fenômenos, antes, elas viabilizam a observação dos fenômenos, colocando-os em sistemas, operando por um conjunto de afirmações e buscando premissas.

Iser explica que uma das motivações para o surgimento da TL foi a dificuldade em se caracterizar uma essência definível da arte, o que resultou numa série de novas questões, como “Quais são as funções da obra, quais são suas modalidades, como

funcionam e o que explica suas diferenças?” Desde então, os desdobramentos da TL não estão mais em abordar a arte, mas sim em questões como a linguagem e a estrutura da obra, sua mensagem, a organização de suas relações sógnicas, seus padrões e sua comunicação, as incursões feitas em suas realidades contextuais, o processamento e a recepção de textos e a exposição de pressupostos inerentes ao trabalho.

Uma das motivações centrais no desenvolvimento da TL, como comentada por Iser, foi a de que a significação literária passou a ganhar centralidade. Até certo momento, o fato de que uma obra individual resultasse em interpretações muito diferentes não parecia constituir um problema, já que o professor arbitrava o significado das obras para fins pedagógicos. Mas no momento em que se questionou seriamente como os significados escondidos nas obras variavam de acordo com os intérpretes, tornou-se muito intrigante a constatação de que embora as letras, as palavras e as frases da obra permanecessem as mesmas, elas variavam a cada nova recepção interpretativa. Desde então, a TL tornou-se consciente de que os pressupostos que regem a interpretação eram em grande parte responsáveis pelo que a obra deveria significar. A TL tornou-se necessária para discernir entre os insights objetivos e o gosto subjetivo, tornando-se um antídoto contra a crítica impressionista. O sucesso da TL só foi possível porque vários movimentos contribuíram para o seu desenvolvimento, destacadamente a semiótica, teoria da gestalt, psicanálise, hermenêutica, teoria da informação, sociologia e pragmática, cada uma apresentando suas próprias perspectivas teóricas para o estudo da arte e da literatura.

Nesse sentido de Iser é que a TR também se apresenta como candidata a oferecer uma orientação adicional ao estudo literário. Sua inovação não está na produção de novas leituras literárias, como requerido por Green (1997, 2001), mas naquilo que Guijarro (apud BUENO, 2017) considerou um “giro copernicano no estudo da literatura e das artes”, pela introdução de uma nova compreensão sobre a comunicação humana, de base fundamentalmente cognitiva. Acreditamos que a TR pode cumprir uma dupla finalidade: contribuir para o enriquecimento do ecletismo teórico, caro à TL, e também contribuir para sua ambição de sistematização dos fenômenos literários.

Como a TR pode contribuir à sistematização literária? Uma primeira sugestão é aquela centralmente contida na discussão como posta por Green e Wilson, acima relatada. Green (1993, 1997) requereu o desenvolvimento de uma abordagem relevantista mais centrada nos textos literários – a ideia de uma pragmática da microanálise literária. Wilson, em sua parceria com Cave e colaboradores, ofereceu uma pragmática do ‘close reading’, fornecendo uma série de análises avaliativas da literatura. Nós ressaltamos que enquanto a preocupação de Green era essencialmente a obtenção de um ferramental para o exercício prático da crítica literária, Wilson e colaboradores buscaram desenvolver um manual para o exercício dessas análises e críticas literárias. Desse modo não nos parece equivocado afirmar que as preocupações de Green e de Wilson e colaboradores podem ser alocadas no domínio daquilo que os manuais de TL designam como ‘crítica literária’.

O interesse da crítica literária é a valoração, a busca por uma “leitura autoral do texto literário, pela capacidade de oferecer um ponto de vista inovador”. Como definido por Pilkington (1994, p. 7), “literary criticism is centrally concerned with evaluating works of literature. The aesthetic value to be obtained from works of literature derives from a particular kind of reading experience”. Contudo, para além desse domínio do exercício das análises literárias e da práxis crítica, nós entendemos a TR como uma ferramenta também para a teorização literária.

Seguindo o entendimento de que a TL se ocupa da pesquisa por princípios, sugerimos que uma regra geral é está contida na observação de que o significado literário não está restrito ao código linguístico, e essa premissa é compartilhada tanto por teóricos literários quanto por pragmaticistas. O significado literário repousa em alguma capacidade dos intérpretes em inferir tal significado e, embora nem todos os teóricos literários se filiem a uma perspectiva inferencialista, a dimensão inferencial da interpretação literária é tacitamente bem aceita. Em outras palavras, conscientemente ou não, a TL pressupõe uma abordagem inferencial e, ao pressupor uma abordagem inferencial, a TL clama por uma teoria inferencial bem explicitada. É neste sentido que a TR pode contribuir para os estudos da Literatura.

Neste mesmo sentido, Mackenzie (2002) observa de que se há um ponto em que as teorias dedicadas aos estudos da literatura se aproximam é o de que os significantes linguísticos raramente coincidem totalmente com os significados pretendidos ou interpretados. Apesar desse consenso, o que afasta as teorias umas das outras são as conclusões extraídas dessa premissa. Mackenzie comenta que teorias de orientação desconstrucionista, por exemplo, tendem a considerar esse tipo de fenômeno como uma chave para a afirmação da instabilidade da linguagem e da impossibilidade do entendimento. Teorias pragmáticas, de outro modo, tendem a considerar que a disparidade entre códigos linguísticos e ações comunicativas reforça a necessidade de inferência nos processos interpretativos.

Também Blakemore (1992), observou aspectos de aproximação e afastamento entre ambos. Não há consenso, na medida em que é geralmente aceito entre os teóricos literários a ideia da irrecuperabilidade da intenção comunicativa de um autor literário, enquanto entre os pragmaticistas é bem-aceita a ideia de que em algum grau a intenção comunicativa expressa pela autoria literária é reconstruída pelo leitor, ainda que na esfera das suposições. Todavia, há consenso entre teóricos literários e pragmaticistas sobre a inexistência de uma linha divisória nítida entre o metafórico e o literal, diferentemente do que propunha a visão clássica (aristotélica), cujo apelo era o de que enunciados figurativos exprimiam o afastamento das normas do que se convencionava como literal.

Essas observações de Mackenzie (2002) e Blakemore (1992) não são as únicas forças centrífugas e centrípetas no modo como se relacionam os teóricos literários e os teóricos da pragmática. Contudo, não parece haver dissenso de que parte da dificuldade em se estudar literatura repousa no caráter reducionista das mensagens, se analisadas de um ponto de vista estritamente linguístico. Também não parece haver dissenso quanto ao fato de que o objeto literário projeta fenômenos extralinguísticos, como a noção de contexto, de interpretação, de estética, valoração, subjetividade, entre outros. Como explicado por Green e LeBihan (1995, p. 6), “language is only one aspect of the literary experience, albeit an important one. Criticism would have to develop methods of integrating linguistic analysis with other aspects of texts such as context (historical, social, situational)”.

Por essas razões, os teóricos da literatura geralmente trabalham com a extensão de técnicas que superam as ferramentas tradicionais de análise linguística, tanto nas tradições intratextuais quanto nas tradições extratextuais. Como é constatável na maioria dos manuais de TL, os teóricos se apoderam de técnicas como: a) ‘close reading’, a fim de

obter insights interpretativos de cada elemento do texto; b) marxismo, a fim de observar como a literatura expressa dinâmicas das relações materiais da produção humana; c) formalismo russo, em que a estrutura fornece fundamentos materiais da textualidade para a interpretação literária; d) estruturalismo, em que a noção de sistema estruturado é a base para a compreensão da literatura; e mais recentemente com as escolas contemporâneas, e) crítica social, f) feminismo, g) desconstrucionismo, h) ecocrítica, i) decolonialismo, entre outros, em que o modo de organização social é a matéria-prima da crítica.

Nós argumentamos que estes conjuntos de técnicas são fundamentalmente inferencialistas, isto é, ao perceberem as limitações de técnicas puramente fundamentadas nos códigos linguísticos, os teóricos literários apelam para suas habilidades inferenciais tanto para a construção de suas hipóteses teóricas quanto para a elaboração de suas críticas literárias. Tradições intratextualistas tendem a inferir a interpretação literária exclusivamente do texto. Tradições extratextualistas tendem a inferir a interpretação a partir do contexto – um dado contexto *ad hoc* – empregando ‘marxismo, feminismo, decolonialismo’ etc. como um *background* de conhecimentos em que o texto literário deverá ser interpretado.

Em nossa perspectiva inferencial da pragmática, uma escola crítica (o marxismo ou o feminismo, por exemplo) não tenderia a estabelecer uma teoria rival, que compete por uma melhor interpretação do significado literário. Contrariamente, uma escola crítica projeta um contexto *ad hoc* (um contexto dado) em que uma dada obra deverá ser interpretada. Desse modo, a interpretação de um romance à luz do marxismo ou do feminismo evidencia quais aspectos da obra tendem a ser considerados relevantes pelo analista. Nesta perspectiva inferencialista, não apenas os aspectos da obra se tornam salientes, mas as próprias predileções do crítico, em sua busca por aquilo que considera mais relevante. Essa predileção termina por contribuir não apenas para a dimensão em que a obra está sendo interpretada, mas também indica à luz de qual contexto, além, é claro, da originalidade do próprio crítico em sua leitura autoral.

Eis, portanto, uma das contribuições que a TR tende a oferecer à TL: ela fornece um quadro geral da comunicação humana fundamentalmente inferencial e sistemático, que pode ser empregado tanto para o estudo da linguagem ordinária, como apreendida pelos pragmaticistas, como para o estudo da linguagem extraordinária da literatura, como apreendida pelos teóricos literários. Por não estar limitada ao escopo estrito das teorias linguísticas, mas ampliada em uma visão cognitiva e comunicativa do uso da linguagem, a TR está, ao menos provisoriamente, gabaritada a oferecer um esquema metodológico auxiliar aos teóricos literários em seus *insights* criativos – sendo a própria noção de *insight* entendida como uma forma prototípica de procedimento inferencial.

4 EPÍLOGO

Nós introduzimos este trabalho expondo duas agendas inter-relacionadas para o desenvolvimento da TR, uma dedicada ao dito ‘desafio dos efeitos não-proposicionais’ e uma chamada especificada para o desafio ao aprimoramento do estudo literário no programa relevantista. Tendo nos concentrado na segunda chamada, entendemos que

nossa contribuição pode ser resumida em três etapas. Primeiramente, nós procuramos reconstruir o processo pelo qual os estudos literários foram introduzidos como um problema para a pesquisa relevantista. Nós tentamos elucidar que, embora TR e TL compartilhem a literatura como mesmo objeto a ser apreendido de um ponto de vista observacional, seus objetos teóricos são bastante distintos e não devem ser confundidos.

Portanto, em alguma medida, há um equívoco conceitual bidirecional no debate entre TR e TL. Enquanto teóricos literários, como Green, seduzem a TR à tentação de se lançar à mesma tarefa já delegada aos críticos literários, oficialmente encarregados da produção de leituras autorais dos textos literários, os teóricos da relevância se deixam seduzir por algumas sutilezas: a crítica literária produz impressões/interpretações (valores) sobre a literatura; a teoria literária avalia ceticamente as impressões/interpretações (valores) da crítica literária; a teoria da relevância não produz impressões/interpretações e nem as avalia, ela tão meramente as descreve e explica. Por fim, nós buscamos apresentar nossa própria perspectiva de como a TR pode contribuir não para a crítica literária, mas para a TL, afirmando que se é verdade que o significado literário não está restrito ao código linguístico, então uma TL requer uma teoria da inferência do significado. Consequentemente, a TR pode fornecer um quadro teórico auxiliar da comunicação inferencial, como requerido nos estudos da literatura.

Nossas ideias não são novas por completo, mas desfrutam da fortuna crítica que se vem estabelecendo no debate TR e TL, tendo sido prenunciadas por outros teóricos da relevância e mesmo outros teóricos da literatura, especialmente por aqueles que deram atenção aos seminais trabalhos de Paul Grice. Prevendo uma ou outra rotulação de *old fashion*, como as já anteriormente proferidas por Green, há que se considerar que não somente a tradição dos críticos literários tem o domínio exclusivo da reinterpretação e da criatividade autoral das leituras, mas também outras tradições têm dado ênfase a ideia de que “todo escriba, instruído no Reino (Unido), é como um homem que tira do seu tesouro coisas novas e velhas”.

AGRADECIMENTOS

Os autores são gratos a Fábio José Rauen, Maria Isabel Bordini, Angélica Andersen e Raquel Praconi pelas preciosas leituras, revisões e críticas ao manuscrito na primeira etapa de aprovação deste artigo. Além disso, agradecem aos avaliadores da LemD que ampliaram as contribuições. Erros remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALLOTT, Nicholas (2013). Relevance theory. In CAPONE, A.; LO PIPARO, F.; CARAPEZZA, M. (eds.). *Perspectives on Linguistic Pragmatics*. Cham: Springer, 2013. p. 57-98.
- BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. Heidelberg: Carl Winter's Universitäts-Buchhandlung, 1909.
- BLAKEMORE, Diane. Implicatures and Style. In: BLAKEMORE, D. *Understanding Utterances*. Oxford: Blackwell, 1992.

- BRIENS, Sylvain; De SAUSSURE, Louis. Littérature, émotion et expressivité. Pour un nouveau champ de recherche en littérature. *RLC XCII*, n. 1, p. 67-82, jan./mars 2018.
- BUENO, Rodrigo. *A natureza pragmática do discurso ficcional*. 2017. X f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- CAVE, Terence; WILSON, Deirdre. *Reading Beyond the Code: Literature e Relevance Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- CHIHAI, Matei; RENNHAK, Katharina. *Relevance and Narrative Research*. Lanham: Lexington Books, 2019.
- CLARK, Billy. Stylistic analysis and relevance theory. *Language and Literature*, v. 5, n. 3, p. 163-178, 1996.
- CLARK, Herbert H. Relevance to What? *Behavioral and Brain Sciences*, n. 10, p. 714-715, 1987.
- EAGLETON, Terry. *Literary Theory: An Introduction*. Oxford: Blackwell, 1983.
- FEYERABEND, Paul. *Explanation, Reduction and Empiricism*. In: FEIGL, H.; Maxwell, G. (eds.). *Scientific Explanation, Space, and Time*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1962. p. 28-97.
- FRY, Paul. *Theory of Literature*. New Haven: Yale University Press, 2012.
- FURLONG, Anne. 1995. *Relevance Theory and Literary Interpretation*. Doctoral thesis (Ph.D) – University College London, 1995.
- FURLONG, Anne. A Modest Proposal: Linguistics and Literary Studies. *Canadian Journal of Applied Linguistics*, v. 10, n. 3, p. 325-347, 2007.
- GREEN, Keith. Relevance Theory and the Literary Text: Some Problems and Perspectives. *Journal of Literary Semantics*, v. 2, n. 3, p. 207-217, 1993.
- GREEN, Keith. Butterflies, Wheels and the Search for Literary Relevance. *Language and Literature*, v. 6, n. 2, p. 133-138, 1997.
- GREEN, Keith. A Further Response to Pilkington, MacMahon and Clark. *Language and Literature*, v. 7, n. 1, p. 70-72. 1998
- GREEN, Keith; LEBIHAN, Jill. *Critical Theory and Practice: A Coursebook*. London: Routledge, 1995.
- GREEN, Keith. Creative Writing, Language and Evaluation. 2000. Disponível em: <https://extra.shu.ac.uk/wpw/value/green.htm>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (eds.). *Syntax and Semantics*. V. 3: Speech Acts. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.
- GUIJARRO, José Luis. The Possible Place of Relevance Theory in a Cognitive Explanation of Literature. *Revista Alicantina de Estudios Ingleses*, v. 11, p. 117-137, 1998.
- IFANTIDOU, Elly; DE SAUSSURE, Louis; WHARTON, Tim. (eds.) *Beyond Meaning*. Amsterdam - New York: John Benjamins, 2021.
- ISER, Wolfgang. *How to do Theory*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2002(1960).
- JAKOBSON, Roman; LÉVI-STRAUSS, Claude. Les Chats de Charles Baudelaire. In: *L'Homme*, 1962, tome 2 n°1. pp. 5-21.
- KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. [S.l.]: Editora Perspectiva, 1962.
- LAKATOS, Imre. *The Methodology of Scientific Research Programmes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- MACKENZIE, Ian. *Paradigms of Reading: Relevance Theory and Deconstruction*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2002.
- PILKINGTON, Adrian. Poetic effects. *Lingua* v. 87, p. 29-51, 1992.
- PILKINGTON, Adrian. *Poetic Thoughts and Poetic Effects: A Relevance Theory Account of the Literary Use of Rhetorical Tropes and Schemes*. 1994. Doctoral thesis (Ph.D) – University College London, 1994.
- PILKINGTON, Adrian. *Poetic Effects: A Relevance Theory Perspective*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.
- PILKINGTON, Adrian; MACMAHON, Barbara; CLARK, Billy. Looking for an Argument: A Response to Green. *Language and Literature*, v. 6, p. 139-148, 1997.
- REBOUL, Anne. L'interprétation des énoncés de fiction. *Cahiers de linguistique française*, n. 7, p. 27-41, 1986.
- BUENO, Rodrigo; SAUSSURE, Louis de. Teoria da relevância e teoria da literatura: as teorias científicas e as teorias críticas devem ser (re)conciliadas? *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 365-383, set./dez. 2022.

- REBOUL, Anne. The Relevance of Relevance for Fiction. *Behavioral and Brain Sciences*, n. 10, p. 729, 1987.
- REBOUL, Anne. *Rhétorique et stylistique de la fiction*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1992.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1916.
- de SAUSSURE, Louis. Literary Relevance. In: Ifantidou E.; DE SAUSSURE, L.; WHARTON, T. (eds.). *Beyond Meaning*. Amsterdam; New York: John Benjamins, 2021.
- de SAUSSURE, Louis; WHARTON, Tim. La notion de pertinence au défi des effets émotionnels. TIPA. *Travaux interdisciplinaires sur la parole et le langage [En ligne]*, n. 35, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/tipa/3068>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- SELL, Roger D. *Literary Pragmatics*. London;New York: Routledge, 1991.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1986.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and Cognition*. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 1995.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Beyond Speaker's Meaning. *Croatian Journal of Philosophy*, v. 15, n. 44, p. 117-149, 2015.
- TROTTER, David. Analysing Literary Prose: The Relevance of Relevance Theory. *Lingua*, v. 87, p. 1-27, 1992.
- WELLEK, René; WARREN, Austin. *Theory of Literature*. New York: Harcourt Brace, 1949.
- WILSON, Deirdre. Relevance and the Interpretation of Literary Works. In: YOSHIMURA, A. (ed.). *Observing Linguistic Phenomena: Festschrift for Seiji Uchida*. Tokyo: Eihosha, 2012. p.
- WILSON, Deirdre. Relevance Theory and Literary Interpretation. In: CAVE, X.; Wilson, D. (eds.). *Reading Beyond the Code: Literature and Relevance Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 185-204
- WILSON, Deirdre. Relevance Theory and Literary Interpretation. *Verbal presentation at University of Geneva*, 22 May, 2019. Disponível em: <https://mediaserver.unige.ch/play/118954>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- WILSON, Deirdre; CARSTON, Robyn. Pragmatics and the Challenge of 'Non-propositional' Effects. *Journal of Pragmatics*, v. 145, p. 31-38, May 2019.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-22-03-385-401>

Recebido em: 06/02/23 | Aprovado em: 20/02/23

PRAGMÁTICA COMO CIÊNCIA SOCIAL

Pragmatics as Social Science | Pragmática como ciência social

Daniel do Nascimento e Silva*

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

Resumo: A partir de pesquisas de orientação etnográfica, como as de Stephen Levinson e Elinor Ochs, e social, como as de Jacob Mey e Joana Plaza Pinto, o artigo assume uma postura particular sobre a pragmática linguística. Nomeada originalmente por Peirce e firmada como perspectiva – em vez de disciplina –, a pragmática abriga pesquisadores/as de diversas tradições. Pessoas com trabalho pragmaticamente orientado ao estudo linguístico podem estar filiadas a áreas como a sociolinguística, a antropologia linguística, a linguística aplicada, a etnometodologia etc., mas sugiro uma semelhança de família: a pragmática vista como ciência social – i.e., tanto área etnograficamente orientada ao papel, às ideologias e à agência dos usuários da linguagem, quanto ciência “na sociedade”, engajada. O artigo revisita etnografias linguísticas na Oceania e África, bem como trabalhos de orientação semântica. Conclui-se, com Rajagopalan, que uma diversidade de problemas de pesquisa dessa perspectiva são refinamentos da ação situada dos sujeitos.

Palavras-chave: Pragmática. Ciência social. Etnografia. Ideologia Linguística.

Abstract: Drawing on scholarly works that are both ethnographically-based (such as Stephen Levinson and Elinor Ochs's) and socially-based (such as Jacob Mey and Joana Pinto's), this paper takes a particular stance on linguistic pragmatics. Originally named by Peirce and established as a perspective – rather than a discipline – pragmatics gathers researches from different traditions around the world. In departmental terms, people working on language from a pragmatic perspective may be affiliated with areas such as sociolinguistics, linguistic anthropology, applied linguistics, neurolinguistics, etc., yet a family resemblance unites them: pragmatics seen as social science, which stands for both a field ethnographically oriented to the role, ideologies and agency of language users, and science “in society,” politically situated. The paper revisits language ethnographies in Oceania and Africa, in addition to semantically-oriented scholarship. I conclude, with Rajagopalan, that a diversity of problems investigated in pragmatics are refinements from subjects' situated action.

Keywords: Pragmatics. Social Science. Ethnography. Language Ideology.

Resumen: Apoyándose en investigaciones etnográficas, como las de Stephen Levinson y Elinor Ochs, y sociales, como las de Jacob Mey y Joana Pinto, el artículo adopta una postura particular sobre la pragmática. Denominada por Peirce y establecida como perspectiva en vez de disciplina, la pragmática reúne a investigadores afiliados a diversas tradiciones. Las personas con trabajos pragmaticamente orientados pueden estar afiliadas a campos como la sociolingüística, la antropología lingüística, la lingüística aplicada, la etnometodología, etc., pero les une una semejanza de familia: la pragmática como una ciencia social, lo que implica tanto un campo orientado a la etnografía y preocupado por las ideologías y la agencia de los usuarios del lenguaje, como una ciencia “en la sociedad.” El artículo revisa etnografías lingüísticas realizadas en Oceanía y África, así como trabajos de orientación semántica. Se concluye que una diversidad de problemas de investigación ahí son refinamientos de la acción de sujetos situados.

Palabras clave: Pragmática. Ciencia social. Etnografía. Ideología lingüística.

* Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6098-5185> E-mail: dnsfortal@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo olha para pesquisas social e etnograficamente orientadas nos últimos 40 anos no campo da pragmática linguística – entendida não como disciplina, mas como perspectiva de estudos sobre linguagem situada – e busca avançar uma definição desse campo de investigação como uma ciência social do estudo da linguagem humana. Em particular, observo desdobramentos contemporâneos de pesquisas engajadas social e politicamente, que praticam a pragmática como perspectiva de estudos sobre o “uso da linguagem” – um programa de pesquisa diverso, interessado por problemas igualmente diversos, que se une em torno da natureza *social* do uso da linguagem (MEY, 2001; PINTO, 2001; RAJAGOPALAN, 2005, 2010; SILVA; FERREIRA; ALENCAR, 2014; SILVA; SOUZA JR., 2016)¹. Utilizo a expressão “ciência social” em pelo menos duas acepções. A primeira tem a ver com a própria relação entre campos como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a etnometodologia com a pragmática. Se formos a um congresso como o da International Pragmatics Association (IPrA), que ocorre bianualmente em diferentes cidades do globo e abriga pessoas diferentemente interessadas pela pragmática, veremos que muitas das pessoas que dele participam vêm de departamentos que vão além da linguística. O primeiro presidente dessa associação, John Gumperz, desenvolveu sua carreira no Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia em Berkeley. Gumperz foi orientador de pessoas como Stephen Levinson e Monica Heller, cujas formulações sobre linguagem têm forte base etnográfica e social. As pesquisas de Gumperz sobre problemas como a alternância de código (BLOM; GUMPERZ, 2000) e a contextualização (GUMPERZ, 2002) buscaram entender o funcionamento pragmático ou prático da linguagem em paralelo a um entendimento etnográfico ou situado da sociedade envolvente (ver HELLER, 2020). A segunda acepção de “ciência social” tem a ver com a ideia de “ciência na sociedade” ou “ciência que se preocupa com os aspectos sociais (em vez de puramente individuais) da linguagem”. Em uma nota de enciclopédia intitulada “Aspectos sociais da pragmática”,

¹ Entendo que a definição de pragmática que proponho adiante no texto pode não ser reconhecida por pesquisadores que não veem seu trabalho como socialmente orientado. Ou por pesquisadores que veem a pragmática sob outra perspectiva – por exemplo, como estudo de processos mentais que se dão na produção e recepção de mensagens. Bauman & Briggs (2003), em seu estudo histórico sobre ideologias de linguagem que constituíram a noção de modernidade, discutem as bases históricas e filosóficas dessa orientação, em particular a visão contratual e mentalista na teoria de linguagem do filósofo John Locke. Um debate entre Rajagopalan (2005) e Wilson & Sperber (2005) no periódico *Intercultural Pragmatics* pode ser visto como um resumo do tipo de debate que a definição de pragmática que proponho aqui poderia gerar. Rajagopalan (2005, p. 95) sugere como meta para a pragmática assumir-se como campo eminentemente social, no qual questões como “a estrutura da sociedade, a rede de poder inscrita nelas, as pressões para mudança vindas de dentro e de fora” etc. seriam mais prementes do que as de ordem formal e cognitiva. Em sua resposta, Wilson & Sperber (2005), embora discordem de Rajagopalan sobre essa orientação, digamos, voltada a questões de poder, não chegam a discordar da importância da sociedade em seu modelo de pragmática centrado no princípio cognitivo da relevância. Wilson & Sperber (2005), ao final, apontam para a natureza institucional de disputas como cognitivismo x “societalismo” nas disciplinas acadêmicas – o que pode significar, por exemplo, disputas por mais vagas em departamentos para um campo, por mais páginas em um periódico, enfim, por mais capital simbólico e financeiro. Adiante, não deixo de reconhecer a importância da cognição na definição de pragmática que formulo – e faço questão de deixar claro de que se trata de uma definição possível, diante de outras que podem ser evocadas como contraponto. A diversidade de orientações é o que constitui a beleza de muitas coisas, incluindo os campos de investigação.

Rajagopalan (2010a) se pergunta sobre a própria plausibilidade de tal título, uma vez que a sociedade está tão imbrincada na pragmática que não faria sentido falar de aspectos especificamente sociais nesse campo. As duas perguntas a seguir, feitas por Rajagopalan (2010a, p. 31-32) no início desse texto, são significativas:

Faz algum sentido, alguém poderia perguntar, conceber a pragmática em quaisquer outros termos que não o social? Por sua vez, não seria pleonástico falar dos aspectos sociais da pragmática, uma vez que, seja qual for a definição do campo de pesquisa chamado pragmática linguística, a dimensão social da linguagem acabará sendo – ou deveria ser, para permanecer fiel ao objeto de estudo – um aspecto constitutivo da mesma e não algo adicionado depois, digamos, como uma reflexão posterior?

Embora adiante no texto eu busque definir a pragmática linguística a partir de Mey (2001) e da própria visão de pragmática como estudo social esboçada acima, creio que seja importante apontar, de partida, que não existe uma definição única dessa perspectiva de estudos chamada pragmática. Pesquisadores ainda debatem se a pragmática seria uma disciplina (ARIEL, 2010), se é um componente das línguas naturais, como a sintaxe, a fonologia e a semântica (LEVINSON, 1983), se é uma perspectiva de observação da linguagem (VERSCHUEREN, 1999), ou se este seria um campo aplicado dos estudos da linguagem (MEY; SILVA, 2014; SIGNORINI, 2015). Além disso, como alertou Bar-Hillel (1971), a pragmática foi por muito tempo tratada, pejorativamente, como uma espécie de “resíduo” para problemas que não são adequadamente explicados por teorias formais da gramática e do significado. No início da década de 1980, Stephen Levinson (1983) produziu um dos primeiros manuais sobre a pragmática². Nesse texto pioneiro, ele chama atenção, com uma certa ironia, para o fato de a maioria das pessoas na linguística de então olharem para a pragmática com uma certa reserva e sentirem que nada de realmente preciso estava sendo discutido ali. Levinson observava, por exemplo, que Lyons (1977) apontara que os fenômenos da linguagem agrupados sob a égide de ‘pragmáticos’, em oposição àqueles vistos como ‘lógicos’, eram, “para dizer o mínimo, incertos” (LYONS, 1977 apud LEVINSON, 1983, p. 6). Levinson cita ainda uma observação de Searle, Kiefer e Bierwisch (1980), que chamam atenção para a opacidade mesma do termo pragmática: “*Pragmática é uma daquelas palavras (societal e cognitivo são outras) que dão a impressão de que algo bastante específico e técnico está sendo discutido quando de fato o termo não tem nenhum significado claro*” (apud LEVINSON, 1983, p. 6, itálico no original).

No entanto, o fato de haver bastante multiplicidade e por vezes vagueza no modo em que o termo pragmática é empregado para falar do funcionamento da linguagem não é necessariamente um problema. Conforme a filosofia de Wittgenstein (1953), por exemplo, a indeterminação é uma característica básica do significado linguístico – e isso não impede que as pessoas tenham certeza e façam interpretações válidas dos enunciados.

² Naquele ano, Geoffrey Leech também publicava *Principles of Pragmatics*, o segundo livro introdutório do campo (LEECH, 1983). O manual de Levinson foi traduzido para o português por Luiz Carlos Borges e Aníbal Mari em 2007 com o título *Pragmática*. A revisão técnica foi de Rodolfo Ilari. A citação de trechos dessa obra de Levinson oscilará entre o original (LEVINSON, 1983) e a tradução brasileira (LEVINSON, 2007).

Kanavillil Rajagopalan, um pragmaticista cujo trabalho foi fundamental para institucionalizar e desenvolver a pragmática no Brasil, apontou em 1996 que não havia “consenso” sobre o que seja a pragmática (RAJAGOPALAN, 1996, p. 6), mas que o fato de a pragmática “não ser uma disciplina propriamente dita” não seria importante, já que experimentar as várias pragmáticas, no plural, foi o que lhe permitiu investigar problemas tão diferentes quanto a negação nas línguas naturais (RAJAGOPALAN, 1982), a performatividade ou a capacidade que tem a linguagem de produzir efeitos no mundo (RAJAGOPALAN, 2010b), a importância dos comentários reflexivos das pessoas leigas na teorização técnica da linguística (RAJAGOPALAN, 2003), entre tantos outros.

Seguindo o espírito de pesquisas que estudam a pragmática da linguagem conjuntamente com o estudo das condições sociais dos usos da linguagem, avançarei, na seção seguinte, com base em uma vinheta etnográfica de Gunther Senft (2014), rumo a uma definição possível de pragmática.

2. EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE PRAGMÁTICA

Afirmo acima que não há consenso sobre o que seja pragmática. Mas isso não nos impede de que adotemos uma definição para o que seja esse campo – o que será importante para uma série de razões, inclusive para que você possa contrastar essa definição com outras que se oponham ou difiram dela. Pensemos inicialmente em como os usuários – o termo preferido na pragmática para se referir aos falantes ou sujeitos que usam a linguagem – lidam com as expressões rituais empregadas para saudar outras pessoas em suas línguas, como “tudo bem?” e “até logo”, em português. Saudações existem em praticamente todas as línguas do mundo (DURANTI, 1997) – com raras exceções como os Apaches Ocidentais estudados por Basso (1972), que preferem manter silêncio em encontros –, porém essas línguas diferem em relação a como os usuários as empregam em diferentes contextos. Para uma pessoa que aprende uma língua, alguns aspectos da pragmática da saudação nessa nova língua podem diferir radicalmente das práticas às quais estão habituados. Para ilustrar isso, vejamos um relato detalhado abaixo, oferecido pelo pragmaticista Gunther Senft, sobre seus primeiros dias, em 1982, estudando a língua dos habitantes das Ilhas Tobriand, em Papua Nova Guiné, na Oceania:

(1)

Toda manhã depois de levantar e escovar meus dentes, eu pegava minha toalha e uma pequena nécessaire contendo meu sabão, xampu, escova de cabelo e outros itens que nós europeus ocidentais achamos absolutamente necessários para tomar um banho, e andava pela vila até o caminho que me levaria até uma gruta de água fresca, localizada a cerca de dez minutos a pé pela mata no sudeste de Tauwema. Embora todo mundo pudesse inferir, pelas coisas que eu carregava, para onde eu estava indo, e embora todos os moradores soubessem depois de algum tempo que isso fazia parte de minha rotina matinal, as pessoas sempre me perguntavam na vila ou no caminho para a gruta, ‘*Ambe?*’ – “Onde?” – o que queria dizer “Para onde você vai?” Inicialmente eu reagia com um sorriso e respondia com o nome da gruta: *Bugei*. Entretanto, depois de algumas semanas – tendo feito algum progresso em minha aquisição da língua kilivila, respondia com alguma impaciência, seja mostrando minha toalha às pessoas que faziam essa pergunta (para mim, boba), seja respondendo apenas *O, kunukwali, bala Bugei makala yumyam* – “Ah, você sabe, eu vou (até a) Bugei, como faço todo dia”. Depois de responder a essa pergunta desse modo por alguns dias, Weyei – meu

vizinho e um dos meus melhores informantes e amigos – me abordou dizendo que eu deveria sempre responder a essa pergunta da maneira mais exata possível. Assim, depois de algum progresso aprendendo a língua eu podia reagir à pergunta *Ambe?* de modo apropriado entre os trobriandeses, respondendo por exemplo: *Bala bakakaya baka'ita basisu bapaisewa* – “Eu irei, eu tomarei um banho, eu retornarei, eu ficarei (na vila), eu trabalharei.”

Com a ajuda de Weyei, pude entender que essa pergunta era na verdade uma fórmula de saudação. As pessoas que se encontram nas Ilhas Trobriand e que querem indicar que se preocupam uns com os outros não usam fórmulas de saudação... tais como *Bwena kaukwa* – “bom dia”, mas em vez disso perguntam para onde o outro está indo. Essa pergunta é sempre respondida da maneira mais verdadeira e detalhada possível (como no exemplo dado). Isso tem uma razão prática: todos os caminhos na Ilha Kaile'uma e a maioria dos caminhos nas outras ilhas pertencentes ao grupo Trobriand consistem em trilhas estreitas e bem repisadas que costumam passar por pedras de corais afiadas, nas quais é bastante fácil cair e machucar o pé ou a perna. Também, às vezes as trilhas cruzam bosques de coqueiros, e já aconteceu de pessoas nesses caminhos terem se machucado bastante com a queda de cocos. Além disso, os moradores das Ilhas Trobriand têm muito medo dos *kosi*. De acordo com suas crenças, os *kosi* são espíritos fantasmagóricos dos mortos que não receberam um velório e funeral adequados e, portanto, aterrorizam os vivos. A aparição de um *kosi* pode assustar uma pessoa na floresta de tal modo que ela perca a orientação. Portanto, a resposta a esse tipo de saudação funciona para garantir que o caminho e a chegada ao destino da pessoa sejam seguros. Se as pessoas não chegarem depois de um certo horário no local mencionado em suas respostas à pergunta da saudação, seus vizinhos e amigos irão procurar por elas. Assim, ser saudado com essa pergunta é um sinal de que a comunidade se preocupa com a pessoa. É uma rotina diária que serve à função do laço social. E é considerada tão importante que os trobriandeses que não são saudados dessa maneira pelo menos pelos seus vizinhos na vila irão concluir que eles devem ter cometido alguma séria ofensa contra a comunidade. Uma comunidade que não saúda um dos seus habitantes com essa pergunta está indicando que não se importa mais com essa pessoa. Então foi uma reação completamente inapropriada quando eu – às vezes orgulhosamente – sorria diante daquilo que inicialmente achei uma pergunta boba. Ao contrário, ser saudado com essa pergunta pelas pessoas de Tauwema depois de apenas alguns dias em sua aldeia foi um primeiro sinal da boa vontade e boas intenções dos moradores de me integrarem à comunidade. (SENF, 2014, p. 1-2)³.

Este relato do contato inicial de um europeu com a língua kilivila e com o modo de vida dos habitantes desse pequeno grupo de ilhas em Papua Nova Guiné, na Oceania, indica que falar uma língua é muito mais do que conhecer o sentido literal das palavras. Semanticamente, a palavra ‘*Ambe*’ significa ‘onde’ em kilivila, porém o seu uso cotidiano nas situações em que as pessoas se encontram ou se despedem tem uma pragmática particular. Isto é, de acordo com um dos princípios básicos da pragmática, o significado de *Ambe* nesse contexto concreto é o seu uso como uma pergunta que serve ao propósito de manter o laço social entre os moradores, estabelecer práticas de cuidado com seu bem-estar e protegê-los de maus espíritos. Como as pessoas familiarizadas com as bases filosóficas da pragmática devem ter percebido, esse princípio foi formulado por um dos pioneiros da pragmática, o filósofo Ludwig Wittgenstein, que afirmou: “Para uma *grande* classe de casos do emprego da palavra ‘significado’ – mas não para todos – essa palavra pode ser explicada da seguinte forma: o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 1953, §43, *italico* do autor). Perceba que Wittgenstein não afirma que o significado de uma palavra seja sempre o seu uso, mas sim em uma “*grande* classe de casos”. E este é o chão em que andamos na pragmática: o terreno em que as regras não são universalmente válidas, mas sim regularmente válidas, de

³ A menos que indicado diferentemente, todas as traduções de excertos de textos consultados em língua estrangeira são de minha responsabilidade.

acordo com as condições sociais do enunciado em questão. No caso concreto narrado por Senft, o uso da elocução ‘*Ambe?*’ (Onde?) não diz respeito à idiosincrasia deste ou daquele vizinho, que estaria querendo bisbilhotar a vida do novo habitante da ilha; ao contrário, o significado dessa expressão nos contextos regulares de saudação é seu uso convencional. E esse uso é ao mesmo tempo uma força social que afeta o comportamento individual dos usuários de kilivila.

Enfatizo a força de fatores culturais e da convenção no uso de *Ambe* e na prática de saudar os outros nas Ilhas Trobriand porque esse caso indica que a pragmática não é o estudo dos caprichos ou singularidades dos usuários da linguagem, que intencionalmente violariam regras lógicas de emprego das palavras para gerar um sentido não literal e local, em oposição ao sentido lógico de uma expressão da língua. Perceba que o uso concreto da expressão ‘*Ambe*’ na saudação trobriandesa indica um tipo de intenção – porém não uma intenção circunscrita à mente de um indivíduo, mas sim uma intenção coletiva: “ser saudado com essa pergunta pelas pessoas de Tauwema depois de apenas alguns dias em sua aldeia foi um primeiro sinal da boa vontade e boas intenções dos moradores de me integrarem à comunidade”, relata Senft (2014, p. 2). Isso não nega, obviamente, que os indivíduos em Tauwema ou Nijmegen, Holanda, onde Senft vive, não tenham intenções individuais ou que não subentendam ou revelem essas intenções na linguagem; em vez disso, esse caso concreto chama atenção para o peso da intenção coletiva e da convenção no modelamento do significado dessa expressão da língua kilivila – e, de modo mais amplo, na modelagem de uma série de práticas de atenção, cuidado coletivo e proteção espiritual encaixadas na pragmática da saudação nas ilhas Trobriand⁴.

Inspirados pelo caso empírico experienciado e discutido por Senft (2014) e pela definição pioneira de Mey (2001; HABERLAND; MEY, 1977), podemos definir que *a pragmática estuda a linguagem humana, tal como usada concretamente e influenciada pelas condições da sociedade, da cultura e da cognição*⁵.

Apesar de curta, essa definição é suficientemente ampla em escopo e nos ajudará a situar um conjunto de problemas da linguagem de acordo com as forças sociais que os influenciam e modelam. Esses problemas vão desde a forma linguística até problemas de escala “mais ampla”, como a diversidade na linguagem e o discurso. Na seção seguinte, discutirei como essa definição pode ser útil para pensarmos sobre a forma linguística.

3. PRAGMÁTICA E FORMA LINGUÍSTICA

Embora não seja meu objetivo aqui estabelecer divisões estanques entre a pragmática e outros campos de investigação, a definição que apresentei na seção anterior estabelece, como qualquer definição, uma fronteira – Jacob Mey (2001, p. 6-7) lembra que “definir significa: impor um fim ou uma aresta, conforme a palavra latina *finis* ‘fim’; plural *fines* ‘fronteira’”. A principal fronteira em questão é aquela que provocou a

⁴ Para uma literatura crítica sobre a noção de intenção em pragmática, recomendo os textos: Duranti (2015), Santos-Allen (2017) e Silva (2017).

⁵ Utilizo itálico na definição por uma questão estilística de ênfase. A definição original de Mey, mais restrita em escopo, pode ser consultada em Mey (2001, p. 6).

consolidação da pragmática linguística nos anos 1960: a construção de um paradigma alternativo à definição de Chomsky de que o foco primário da linguística seria o conhecimento gramatical de uma língua “idealizada, distanciada (especialmente) da irregularidade ou do erro e da variação” (LEVINSON, 2007, p. 39). Vejamos a famosa demarcação de fronteiras do trabalho linguístico estabelecida por Chomsky em seu *Aspectos da teoria da sintaxe*:

A teoria linguística se preocupa primeiramente com um falante-ouvinte ideal, em uma comunidade linguística completamente homogênea, que conhece a sua língua perfeitamente e não é afetado por tais condições gramaticalmente irrelevantes como limitações de memória, distrações, mudanças de atenção e interesse e erros (aleatórios ou característicos) ao aplicar o seu conhecimento da língua no desempenho (CHOMSKY, 1965, p. 3).

Como vimos no exemplo (1), o conhecimento das expressões linguísticas que expressam saudação em kilivila está longe de ser ideal; esse conhecimento é bastante concreto e implica que combinações gramaticais da língua como *Bwena kaukwa*, “bom dia”, embora façam parte do repertório convencional da língua, não se adequam ao propósito coletivo dos trobriandeses de estabelecer laço e cuidado social. Perceba que a “comunidade linguística” dos trobriandeses tampouco é ideal ou homogênea; o forasteiro em questão praticou alguns erros (como não responder de maneira detalhada à pergunta-saudação *Ambe?*) que suscitaram um estranhamento entre os moradores, até que Weyei, o amigo-informante de Senft, o alertou. Esse tipo de interação entre membros de línguas e culturas distintas, cada vez mais intensificado com a globalização, sempre foi do interesse das pesquisas em pragmática, uma vez que ele põe em foco a concretude dos usos da linguagem e, comparativamente, dá a ver o peso da cultura nesses usos. O mal-entendido cultural e o mal-estar resultante do fato de Senft aplicar regras de saudação de seu ambiente cultural europeu a um pré-requisito pragmático local – responder à pergunta *Ambe?* da forma mais sincera, completa e detalhada – ajudaram que Senft percebesse que o *uso* de *Ambe?* entre os trobriandeses vai muito além de seu conteúdo proposicional (ou do significado lógico-semântico da sentença).

Perceba que, em sua definição do que seria o escopo da teoria linguística, Chomsky aponta que o conhecimento gramatical da língua pode ser idealizado e distanciado de fatores cognitivos como atenção, interesse e memória e de fatores como erros aleatórios e característicos. Gostaria de focar nesta seção no caráter pragmático da gramática, chamando atenção para o lugar da forma em nossa definição de pragmática acima. Chomsky (2006, p. 176) resumiu o que as teorias formais da linguagem entendem como a gramática de uma língua: “um sistema de regras que atribui som e significado de maneira definida para uma classe infinita de sentenças possíveis”. Uma questão fundamental que a literatura pragmática aponta é que conhecer os sons (ou os signos linguísticos visíveis, no caso de pessoas surdas) de uma língua e os significados correlacionados a eles é uma tarefa que exige um longo processo de aquisição ou socialização cultural (OCHS; SCHIEFFELIN, 2008) e que o caráter prático ou pragmático da ação verbal gera imposições de toda ordem na forma linguística. Vejamos por exemplo a restrição pragmática que recai sobre a conjunção “e” nos exemplos (2) e (3) a seguir, que extraio de Levinson (1983, p. 35):

(2) Casar e ter um filho é melhor do que ter um filho e casar.

Considere que “casar” e “ter um filho” equivalem, em linguagem lógica, aos argumentos p e q ; e que a conjunção “e” equivale à conjunção lógica “&”. Segundo o princípio lógico da *substitutividade salva veritate*, que o filósofo Gottlob Frege retoma de seu antecessor Leibniz, sentenças com a mesma referência podem ter seus elementos alterados sem que a verdade do todo seja alterada. Assim, em termos puramente formais, a conjunção lógica p & q (casar e ter um filho) tem a mesma referência que q & p (ter um filho e casar). Porém, pragmaticamente, a sentença (2), embora tenha logicamente a mesma referência que (3), significa algo bem diferente:

(3) Ter um filho e casar é melhor do que casar e ter um filho.

Qualquer usuário proficiente do português entenderá que ‘ter um filho e casar’ e ‘casar e ter um filho’ são sequências de ações diferentes, mesmo que gramaticalmente elas tenham o mesmo valor de verdade ou representação semântica. O argumento de Levinson (1983, p. 35) para a solução desse problema e para outros tantos fenômenos gramaticais é que “a significância pragmática de e nesse contexto sentencial (...) deve ser levada em conta antes de se fazer a semântica”. Nesse contexto específico, os usuários do português entendem que conjunção “e”, que semanticamente não envolve *a priori* uma noção de temporalidade (ver MEY, 2001, p. 24), está investida do significado temporal “e então”, e esse conhecimento do significado dessa conjunção em contexto é motivado por observações pragmáticas desses usuários, tais como o fato de que conceber filhos fora do casamento pode ser alvo de preconceito social – o que poderia estar sendo expresso por um falante que enuncie (2) – ou como o fato de que arranjos familiares tradicionais estão sempre sendo contestados – o que alguém poderia expressar ao declarar (3).

Perceba que enfatizei na discussão dos exemplos extraídos de Levinson (1983) a diferença de percepção do significado de um enunciado a partir de sua composição pragmática – e sobretudo como percepções sociais e morais mais amplas (por exemplo, se as pessoas devem casar antes ou depois de terem filhos) afetam a interpretação de um enunciado. Pode-se dizer que a consideração do usuário (e de suas percepções) na interpretação de uma sentença é o mais básico de uma teoria pragmática. Pragmática como campo que estuda a relação entre usuários e signos é uma das definições mais pioneiras dessa área de estudos. Ela foi feita por Charles Morris em 1938. Seguindo Charles Sanders Peirce (que inventou o termo “pragmática” como o conhecemos, ver Pinto (2006)), Morris publica o texto *Foundations of the Theory of Signs*, dedicado a explicar o processo de semiose – ou o “processo pelo qual algo funciona como signo” (MORRIS, 1938, p. 3). Nele, Morris fala de três “dimensões ou níveis” de semiose: a semântica, a pragmática e a sintaxe. Cada uma dessas dimensões comporia uma frente de estudos diferente. Em seus termos, a semântica é estudo “das relações dos signos com os objetos [ou referentes] aos quais os signos se aplicam”; a pragmática, por seu turno, é o estudo “da relação dos signos com os intérpretes”; por fim, a sintaxe estuda “a relação formal dos signos entre si” (MORRIS, 1938, p. 6).

Embora mais restrita que a definição de pragmática que apresentei na seção anterior, a definição de Morris traz o intérprete ou usuário para o centro da pragmática. Mas eu gostaria de enfatizar que pensar em usuário não significa pensar em indivíduo dissociado da sociedade mais ampla – como o faz Chomsky em sua idealização sobre falante-ouvinte ideal. O campo da pragmática gerou conceitos como o de ideologias linguísticas – proposto por Michael Silverstein em 1979 – segundo o qual estamos a todo momento racionalizando a forma e o uso da linguagem. O termo “ideologia de linguagem” é mais interessante do que o tradicional e já datado “concepção de língua”. Ao contrário de concepção, que pode em princípio ser algo puramente individual, ideologia é, de partida, um termo que vai além do que pensa um indivíduo particular: ideologias são sempre coletivas, sociais. Eis a definição pioneira de Silverstein: “ideologias sobre a linguagem, ou ideologias linguísticas, são quaisquer conjuntos de crenças sobre a linguagem articuladas pelos usuários como racionalização ou justificação de estrutura e uso linguístico percebidos”. Essas racionalizações ou justificações sobre estrutura e uso linguístico, segundo Silverstein (1979), são um traço básico da reflexão sobre a linguagem – tanto de leigos quanto de especialistas, embora, obviamente, leigos e linguistas tenham agendas e interesses diferentes no que diz respeito à linguagem (ver, por exemplo, Rajagopalan e Silva (2004)). Eu arriscaria dizer que é a consideração das ideologias linguísticas – isto é, das percepções, racionalizações, justificações etc., sempre coletivas, sobre uso da linguagem – que torna um estudo sobre a linguagem pragmático. Além disso, ao considerar a reflexividade e o posicionamento social de quem usa a linguagem, necessariamente deixamos de lado explicações sobre língua como objeto independente. A linguagem passa a ser vista como recurso cuja estrutura, uso e percepção são dinamicamente moldados por seus usuários. Na seção seguinte, revisito o importante trabalho de Judith Irvine e Susan Gal sobre a marcação do respeito em línguas, de modo a elaborar a relação dinâmica e fundamentalmente pragmática entre ideologia linguística e estrutura (e mudança) linguísticas.

4. MARCAÇÃO DO RESPEITO NA LINGUAGEM: CONVERGÊNCIA ENTRE REFLEXIVIDADE E ESTRUTURA LINGUÍSTICAS

O estudo sobre como as línguas do mundo expressam respeito entre os interlocutores (isto é, a polidez linguística) tem oferecido evidências empíricas interessantes sobre a relação entre reflexividade, estrutura e mudança linguísticas. Como explica Judith Irvine (1998, p. 51), todas as línguas do mundo, “presumivelmente, fornecem meios de expressar respeito (ou desrespeito), mas apenas alguns sistemas têm aquelas formas linguísticas convencionalizadas que os linguistas chamam de ‘honoríficos’”. Enquanto em português nós expressamos respeito, por exemplo, pela escolha dos pronomes (“o senhor/a senhora” em oposição a “tu/você”), pela seleção das palavras em contexto, pelo uso do futuro do pretérito (“você poderia me informar...?”) etc., línguas com sistemas de honoríficos incorporam a expressão do respeito à sua própria gramática. Por exemplo, o javanês, uma língua austronésia falada na ilha de Java na Indonésia, possui um intrincado sistema de honoríficos. O javanês possui seis “níveis” de linguagem ou registros, que, baseados no grau de respeito ou status entre os

interlocutores, afetam não apenas a morfologia das palavras, mas também restringem a escolha do item lexical, a ser selecionado em um paradigma de formas alternantes (específicas para cada nível de linguagem). O exemplo (4) abaixo foi sistematizado por Irvine (1998, p. 53) a partir do trabalho de Errington (1988, p. 90-91). Nele você verá as variações dos constituintes da sentença “Você pegou aquele tanto de arroz?”, empregada em diferentes níveis ou registros honoríficos. Na classificação de Errington, os níveis são distribuídos por três graus de formalidade – Krama (do sânscrito *krama*, “em ordem”; fala formal, também usada por pessoas de status baixo ao endereçarem pessoas de alto status), Madya (do sânscrito *madhya*, meio; fala semiformal, usada, por exemplo, entre estranhos que se encontram na rua) e Ngoko (fala informal, usada entre amigos ou familiares próximos, também usada por pessoas de alto status endereçando pessoas de status inferior):

(4) “Níveis de linguagem do javanês”

Krama:	1. menapa	nandalem	mundhut	sekul	semanten
	2. menapa	panjenengan	mendhet	sekul	semanten
Madya:	3. napa	sampeyan	mendhet	sekul	semonten
	4. napa	sampeyan	njupuk	sega	semonten
Ngoko:	5. apa	sliramu	mundhut	sega	semono
	6. apa	kowe	njupuk	sega	semono
Glosa:	Marcador de pergunta	‘você’	‘pegar’	‘arroz’	‘aquele tanto’
Tradução:	“Você pegou aquele tanto de arroz?”				

Fonte: (ERRINGTON, 1988, discutido em IRVINE, 1998, p. 53)

Compare essas variações da “mesma” frase em javanês com as variações possíveis em português do ponto de vista do respeito. Em uma situação de distância social entre interlocutores, uma pessoa de menos status provavelmente alteraria o pronome “você” para “o senhor/a senhora”; talvez, a depender da escolaridade desse mesmo falante, o tempo verbal variasse para: “o senhor teria pego aquele tanto de arroz?”. Muitas outras alternâncias seriam possíveis ainda em português, mas elas são muito menos convencionais do que em javanês, uma língua com honoríficos gramaticalizados. Com exceção da nossa distinção convencional entre “você” vs. “o senhor/a senhora”, usuários do português marcam respeito situacionalmente.

A lição que gostaria de tirar do trabalho de Irvine (1998) para nossa reflexão sobre pragmática como ciência social é: o uso da linguagem honorífica no javanês ilustra como ideologias sobre relações sociais, respeito e status – um fenômeno social – afetam a forma linguística. Diferentemente de línguas como o português, em que o respeito depende em geral de como usamos as palavras em contexto, línguas como o javanês gramaticalizaram a expressão dessa relação entre os falantes. Irvine inicialmente utiliza a distinção entre significado da sentença (ou significado semântico-convencional) e significado do enunciado (ou significado pragmático-situacional) para explicar essa dinâmica gramatical: o “valor pragmático [dos honoríficos], expressando graus de deferência, respeito ou distância social, opera como parte do significado da sentença, não do significado do enunciado. Isto é, nos honoríficos, a deferência é incorporada na construção da sentença em si, em vez de depender de como a sentença é empregada em

seu contexto discursivo” (IRVINE, 1998, p. 53). Nas situações concretas de uso linguístico, no entanto, essa divisão de trabalho entre semântica e pragmática não necessariamente coincide com a reflexividade dos usuários da língua. Irvine comenta que, embora nós linguistas possamos fazer a lista do exemplo (4), com termos isossemânticos para cada nível de linguagem – isto é, termos que significam a mesma coisa –, na prática, os falantes do javanês não tomam esses diferentes lexemas como sinônimos, já que cada nível de linguagem é associado a ideologias particulares sobre a adequação dessas formas, a “essência” de quem as utiliza, seu grau de refinamento ou destemperança etc.

Em outras palavras, os falantes do javanês, como quaisquer usuários das línguas do mundo, racionalizam a forma linguística e atribuem valor e significado (moral, estético etc.) a ela – isto é, usam a língua de acordo com ideologias linguísticas (SILVERSTEIN, 1979; MOITA LOPES, 2013). Os *priyayi*, o grupo de elite entre os javaneses, interpretam que os níveis “altos” (isto é, a fala *krama*) são “governados por uma ética da ordem apropriada, de paz e calma” (IRVINE, 1998, p. 56). O falante “refinado” que usa – ou é autorizado a usar – o nível *krama* é visto como alguém que não expressa seus próprios sentimentos. Já os níveis “baixos” (*ngoko*) são “aqueles em que se perde o temperamento” (ERRINGTON, 1984 apud IRVINE, 1998, p. 57). Portanto, pragmaticamente, os lexemas dos níveis no exemplo (4) não são meros sinônimos, na medida em que os falantes de javanês consideram que esses usos revelam graus de refinamento e mesmo “essências” de pessoas diferentes (ver Irvine (1998, p. 57)).

Ao longo de sua carreira, Rajagopalan tem nos chamado atenção para a importância de cotejarmos a observação especializada sobre a pragmática das línguas que nós linguistas fazemos e as percepções sistemáticas dos usuários sobre os usos concretos das suas línguas (ver, por exemplo, Rajagopalan (2003); Rajagopalan e Silva (2004)). Esse é um princípio básico da pragmática como ciência social. De forma a tornar ainda mais nítida essa interação entre pragmática e estruturação linguística, trarei agora um exemplo de outras línguas com sistemas gramaticalizados de honoríficos: as línguas zulu e xhosa, faladas na África do Sul. Essas línguas dão um bom exemplo de como a reflexividade sistemática dos usuários das línguas (isto é, a ideologia linguística) afeta não só a estrutura das línguas, mas também influencia a mudança histórica dessas línguas (ver Thomason e Kauffman (1998)). Irvine e Gal (2000) explicam que as línguas do ramo angune, o ramo mais ao sul das línguas Bantu das quais o zulu e xhosa fazem parte, originalmente não possuíam cliques – sons consonantais produzidos com a língua e os lábios, sem o uso dos pulmões – em sua fonologia. Esses cliques foram adquiridos das línguas da família Coissã, que já eram faladas na África do Sul quando os falantes das línguas Bantu chegaram à região. Irvine e Gal (2000) apontam que foi justamente um dos registros honoríficos do zulu e do xhosa – o *hlonipha* – que serviu de porta de entrada para esses cliques. Vejamos inicialmente como funciona a pragmática dos níveis honoríficos nessas línguas.

O zulu e xhosa possuem dois níveis de linguagem honoríficos – comum e “*hlonipha*”. O registro comum se refere à fala informal cotidiana e o registro *hlonipha* é aquele que indicia modéstia e respeito “a parentes mais velhos e, em tempos pré-coloniais, à realeza” (IRVINE; GAL, 2000, p. 41). O exemplo (5) abaixo lista as alternâncias de nomes, verbos e pronomes em ambos os registros em zulu:

(5) Exemplos de vocabulário comum e *hlonipha* (de respeito) em zulu

	Comum	Hlonipha
Pastar, tecer	aluka	acuka
Desalentar-se	jaba	gxaba
Affair	indaba	injuso
Hipopótamo	imvuǂu	incubu
Leão	imbuǂe	injuǂe
Casa	indlu	incumba
Nosso	-ithu	-itsu
Seu (2ª. Pessoa pl.)	-kho	-to

(adaptado de IRVINE; GAL, 2000, p. 43)

O registro *hlonipha* é empregado de acordo com regras de respeito entre os falantes de zulu. Uma dessas regras estipulam que uma pessoa não deve enunciar o nome de algumas pessoas mais velhas a quem se deve mostrar deferência, como o sogro ou a sogra. Por exemplo, “se o nome do sogro de uma mulher soar como *imvuǂu*, ‘hipopótamo’, essa mulher deve chamar os hipopótamos de *incubu*” (IRVINE; GAL, 2000, p. 41). Além disso, a regra de respeito obriga que a pessoa modifique essa mesma consoante e outras partículas de seu entorno em outras palavras no co-texto. Por exemplo, as autoras citam a explicação de Bryant (1949 apud IRVINE; GAL, 2000, p. 41-42), que explica:

Se a pessoa a quem se deve respeito se chamar *uMutí* (Sr. Árvore), não apenas essa palavra para árvore deve ser evitada, substituindo-a pela palavra *hlonipha* equivalente, *umCakantshi*, mas também qualquer outra palavra que contenha a partícula *tí* em seu radical deve ser também evitada; assim, em vez de *ukuTíba*, deve-se dizer *ukuPúnga*; em vez de *Tákati*, diz-se *umKúnkuli*; em vez de *ukuTí*, fala-se *ukuNki*, e assim por diante. (grifos no original).

Do modo que os falantes de zulu e xhosa racionalizam, o comportamento *hlonipha* é guiado por regras que se aplicam ao vestir, ao gesticular e ao falar: diante de um parente mais velho, deve-se “evitar olhar nos olhos da pessoa, cobrir o corpo e restringir sua afetividade” (IRVINE; GAL, 2000, p. 41). Linguisticamente, as alternantes honoríficas, como vimos, se realizam pela modificação de sequências de sons que identificam o nome da pessoa e de sílabas semelhantes em outras palavras.

Como essa “evitação” de contato com a pessoa a quem se deve respeito precisa ser conspícua – isto é, precisa saltar à vista – nada melhor do que os cliques das línguas Coissã, que já estavam em processo de contato com as línguas angunes. Irvine e Gal (2000) explicam que, para os falantes das línguas angunes, os cliques originalmente soavam como sons “estrangeiros”. Assim, para os falantes de zulu e xhosa, a própria noção de falar uma língua estrangeira “parece ter tido como foco as línguas Coissã, que são perceptivelmente cheias de cliques” (IRVINE; GAL, 2000, p. 40). A raiz dos verbos em zulu e xhosa que significam “falar uma língua estrangeira” – respectivamente *úkukhumsha* e *ukuhúmusha* – vem do Coissã *khom*, que significa “falar” (p. 40). Nesse processo de contato entre línguas, os falantes das línguas angunes, que precisavam marcar a evitação conspícua da pessoa de ascendência superior no registro *hlonipha*, passaram a realizar a necessária alternância da sílaba a ser evitada com cliques emprestados do Coissã. Irvine e Gal (2000) argumentam ainda que essa substituição da sílaba ofensiva

por uma sílaba com clique (ou outros sons, como as coronais africadas ts e dz) inicialmente pode ter sido relativamente idiossincrático, mas foi se tornando regular e convencional. Nas palavras das autoras:

O resultado foi um vocabulário de respeito repleto de cliques, talvez consistindo parcialmente de formulações idiossincráticas, criadas no momento da enunciação, mas também incluindo palavras que eram amplamente conhecidas como alternantes *hlonipha*. O fato de que o vocabulário de respeito mostrar tal porcentagem alta de consoantes-cliques, comparativamente ao vocabulário comum, é uma das maiores evidências de que o registro de respeito foi o veículo para a entrada dessas consoantes nos repertórios das línguas angunes. (IRVINE; GAL, 2000, p. 42).

Perceba que a hipótese de Irvine e Gal (2000) e de outros linguistas (HERBERT, 1949) é a de que esse processo de mudança linguística foi, pelo menos parcialmente, motivado pela pragmática – pelas percepções coletivas de usuários e usuárias sobre como conspicuamente marcar o respeito a pessoas mais velhas. Em outras palavras, tanto individual quanto coletivamente, os falantes de zulu e xhosa ajustaram sua conduta verbal à ética do comportamento *hlonipha*, que estipula regras de comportamento modesto e uma demonstração conspícua de respeito a pessoas mais velhas na família (e antigamente à realeza). Gradualmente, essa demonstração conspícua de respeito passou a ser feita, parcialmente, com um recurso linguístico disponível, os cliques das línguas dos vizinhos Coissã. De forma regular, o comportamento sistemático dos falantes, guiado por uma ideologia de respeito aos mais velhos, provocou uma mudança no repertório fonológico e lexical de suas línguas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, caminhamos em torno de uma definição de pragmática como ciência social. Ou seja, de pragmática como *estudo da linguagem humana, tal como usada concretamente e influenciada pelas condições da sociedade, da cultura e da cognição*. Essa definição é baseada tanto no que pessoas na pragmática fazem (notadamente aquelas pessoas com trabalho de orientação mais etnográfica ou empírica) quanto em evidências empíricas obtidas em trabalho de campo com usuários de diversas línguas do mundo. Grande parte das teorias pragmáticas são baseadas em trabalho de campo. Para citar um exemplo: reconhecido pragmaticista, Stephen Levinson, em seu doutorado, realizou trabalho etnográfico na Índia entre falantes de Tamil – o que está na base de sua teoria sobre a polidez, coelaborada com Penelope Brown, que fez trabalho de campo com falantes de Tzeltal no México (e que, como Levinson, também foi orientada por Gumperz na Antropologia de Berkeley). Considerando o trabalho atual de Levinson no Max Planck, a relevância do estudo etnográfico nesse instituto de pesquisa e a influência do trabalho de Levinson e outras pessoas na pragmática cujo trabalho citei aqui, não é exagero dizer que a ciência social está na base de uma parte considerável do que se faz em pragmática hoje.

Embora minha trajetória de pesquisa no campo da pragmática seja mais voltada para aspectos de discurso, identidade e violência no uso da linguagem, intencionalmente citei dados que poderiam ser classificados como lógico-semânticos (exemplos 2 e 3) e gramaticais (exemplos 4 e 5). Ao lado da discussão de um exemplo fundamentalmente etnográfico e cultural, como o aprendizado do uso da elocução *Ambe?* no trabalho de campo de Senft (exemplo 1), minha discussão da sociedade na forma linguística objetivou dizer que o estudo do uso concreto da linguagem humana, tal como esse uso é condicionado pelas condições da sociedade, da cultura e da cognição, não significa que devemos *abandonar* a tese de que as línguas têm gramáticas, e de que essas gramáticas têm propriedades particulares. William Hanks (1996, p. 232) resume bem esse ponto: o “sistema da língua tem propriedades únicas, e é mais prático reconhecer essas propriedades do que fingir que elas não existam.” Esse linguista e antropólogo, cuja formação resume bem a síntese da força de trabalho que vejo como base da pragmática contemporânea, acrescenta que “argumentos de que a gramática é meramente uma construção a posteriori dos linguistas [...] são indefensáveis. Não apenas há muitos universais poderosos da estrutura linguística, mas também sem uma noção de gramática, é impossível explicar mesmo a sentença mais simples” (HANKS, 1996, p. 232).

Os casos empíricos de ideologia linguística envolvida na estruturação e mudança linguísticas discutidos na seção 4 são, a meu ver, bastante significativos sobre a força que usuários e usuárias exercem sobre a forma linguística. Aprendemos com o trabalho de Irvine e Gal (2000) que o empréstimo de cliques por línguas do grupo bantu na África do Sul foi gerado pela reflexividade dos/as falantes, que socialmente precisavam marcar linguisticamente o respeito, de maneira conspícua, diante de pessoas mais velhas. Creio que seja importante comparar a influência da reflexividade dos/as falantes na mudança linguística com afirmações que linguistas no Brasil têm feito sobre o fenômeno da “linguagem neutra” ou linguagem inclusiva de gênero como “aberração”⁶. A opinião de especialistas em linguagem, bastante difundida, é de que as mudanças nas línguas são “naturais”, isto é, não são reflexivas ou induzidas por falantes. Por exemplo, embora ache louvável o uso de linguagem inclusiva de gênero no português contemporâneo, Maria Helena Moura Neves, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, afirma que “não se pode supor que, em um determinado momento da vida da sociedade, algum falante de uma língua, ou algum contingente de falantes, impelido pela motivação de uma conduta desejável, terá sucesso propondo uma alteração do ‘sistema’ da língua” (apud VICENTE, 2022). Ela acrescenta: “Se recuperarmos historicamente as alterações de sistemas linguísticos, até com extinção de línguas e com criação de novas línguas, veremos que as mudanças, em cada sistema, fizeram-se a partir do uso natural da língua por uma comunidade” (apud VICENTE, 2022). Contrariamente a essa visão e com base em robusta evidência empírica sobre mudança linguística em diversas línguas do mundo, Thomason e Kaufman (1998,

⁶ Em setembro de 2020, a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) postou em seu perfil no Facebook o link para um artigo de opinião de Cíntia Chagas, publicado no jornal *Estado de Minas*, intitulado: “Com o uso da linguagem não binária, chegamos ao fim dos tempos” (CHAGAS, 2020) Na mesma postagem, a ABRALIN publicou excerto do artigo, sem aspas, que chama de “aberração” palavras como “alune” e “todes”, que exibem marcação inovadora de gênero com o sufixo -e. Eis o trecho, entre muitas aspas: “O indivíduo afirma que palavras finalizadas por “a” e por “o” precisam perder a terminação, concedendo lugar a aberrações como “adulte”, “menine”, “filhe”, “alune” e “todes”.

p. 4) argumentam que “a história de uma língua é uma função da história de seus falantes, e não um fenômeno independente que pode ser amplamente estudado sem referência ao contexto social em que essa história está calcada”. No Brasil, Rodrigo Borba vem se dedicando ao estudo da linguagem inclusiva no português contemporâneo, em linha com a visão de pragmática como ciência social (ver BORBA, 2019, 2020).

No geral, a definição de pragmática que apresentei acima e os exemplos (1) a (5), os quais apontam para diferentes graus de influência do comportamento pragmático de falantes na estrutura e no uso das línguas, evidenciam que forma linguística, uso linguístico e reflexividade linguística dos usuários andam de mãos dadas. Uma lição importante que podemos tirar da discussão desses exemplos é a de que a pragmática é um campo de estudos que leva a sério a interação entre o conhecimento que os usuários têm da estruturação da língua (ou das línguas) que utilizam, os sistemas de valores nos quais essas pessoas se inserem e as condições sociais que afetam esse conhecimento linguístico e seu uso efetivo. Assim, as/os pragmaticistas, desde a formação desse campo de conhecimento, argumentaram que a pragmática “deve ser incluída numa teoria geral da competência linguística” (LEVINSON, 1983, p. 34) e incluída numa teoria ampla e integrada da linguística (LEVINSON, 1983, p. 35).

Já no início de sua carreira como pragmaticista, Rajagopalan (1987) resumiu bem a proposta de pragmática como “perspectiva” ou “orientação” social para o trabalho com a linguagem (ver Verschueren (1999)). Depois de detalhadamente discutir num artigo inicial de sua atuação a importância crucial da pragmática para entender diferenças semânticas como as que discutimos nos exemplos (2) e (3), Rajagopalan (1987, p. 91) conclui que o melhor seria deixar de lado uma “divisão” estanque de trabalho entre pragmática e as áreas vizinhas (semântica, sintaxe, fonologia etc.) e caminhar em direção a uma “Pragmática – com ‘P’ maiúsculo – que não esteja oposta a nada, pelo menos dentro da linguagem”. Ele previa que o fim da divisão estanque entre os campos acontecerá com a “realização de que o que há é a Pragmática, sendo a pragmática, a semântica e a sintaxe produtos da atividade intelectual” que consiste em progressivo refinamento (p. 91).

REFERÊNCIAS

- ARIEL, M. *Defining Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BAR-HILLEL, Y. Out of the Pragmatic Wastebasket. *Linguistic Inquiry*, v. 2, p. 401-407, 1971.
- BASSO, K. “To Give Up on Words”: Silence in Western Apache Culture. In: GIGLIOLI, P. (org.). *Language and Social Context*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972. p. 67-86.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. *Voices of modernity: Language ideologies and the politics of inequality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BLOM, J. P.; GUMPERZ, J. J. Social Meaning in Linguistic Structure: Code-Switching in Norway. In: WEI, L. (org.). *The Bilingual Reader*. London: Routledge, 2000. p. 111-136.
- BORBA, R. *Linguagem neutra, ansiedades cisgêneras e pragmática da recusa*. ALAB. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BQ_PGwHFvLg&t=2620s. Acesso em: 4 maio 2022.
- BORBA, R. Gendered Politics of Enmity: Language Ideologies of Social Polarisation in Brazil. *Gender and Language*, v. 13, p. 423-448, 2019.
- CHAGAS, C. Com o uso da linguagem não binária, chegamos ao fim dos tempos. *Estado de Minas*, 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/colunistas/cintia->

chagas/2020/09/21/interna_cintia_chagas,1187120/com-o-uso-da-linguagem-nao-binaria-chegamos-ao-fim-dos-tempos.shtml. Acesso em: 4 maio 2022.

- CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1965.
- CHOMSKY, N. *Linguagem e mente*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- DURANTI, A. *The Anthropology of Intentions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- DURANTI, A. Universal and Culture-Specific Properties of Greetings. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 7, n. 1, p. 63-97, 1997.
- ERRINGTON, J. *Structure and Style in Javanese*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988.
- GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B.; GARCEZ, P. (org.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 149-182.
- HABERLAND, H.; MEY, J. Editorial: Linguistics and Pragmatics. *Journal of Pragmatics*, v. 1, n. 1, p. 1-16, 1977.
- HANKS, W. *Language and Communicative Practices*. Boulder: Westview, 1996.
- HELLER, M. Gumperz e justiça social. In: FABRÍCIO, B. (org.). *Sociolinguística interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 249-262.
- HERBERT, R. The Sociohistory of Clicks in Southern Bantu. *Anthropological Linguistics*, v. 32, p. 295-315, 1990.
- IRVINE J.; GAL, S. Language Ideology and Linguistic Differentiation. In: KROSKRITY, P. (org.). *Regimes of Language: Ideologies, Politics, and Identities*. Santa Fe: American Research Press, 2000. p. 35-84.
- IRVINE, J. Ideologies of Honorific Language. In: SCHIEFFELIN, B.; WOOLARD, K.; KROSKRITY, P. (org.). *Language Ideologies: Practice and Theory*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 51-67.
- LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. London: Longman, 1983.
- LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LEVINSON, S. *Pragmática*. Trad. de Luis Carlos Borges; Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MEY, J. *Pragmatics: An Introduction*. London: Blackwell, 2001.
- MEY, J.; SILVA, D. Pragmática, sociedade e a alma: uma entrevista com Jacob Mey. *DELTA*, v. 30, n. 1, p. 161-179, 2014.
- MOITA LOPES, L. P. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 18-52.
- MORRIS, C. *Foundations of the Theory of Signs*. Chicago: The University of Chicago Press, 1938.
- OCHS, E.; SCHIEFFELIN, B. Language Socialization: An Historical Overview. In: DUFFAND, P.; HORNBERGER, H. (orgs.). *Encyclopedia of Language and Education*. New York: Springer, 2008. p. 3-15.
- PINTO, J. Pragmática. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. (org.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 47-68.
- PINTO, J. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 23, p. 1-26, 2007.
- RAJAGOPALAN, K. *Negation and Denial: A Study in the Theory of Speech Acts*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1982.
- RAJAGOPALAN, K. Quando ‘2+3’ não é igual a ‘3+2’: a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 13, p. 67-96, 1987.
- RAJAGOPALAN, K. Apresentação: pragmática – uma vista aérea. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 30, p. 5-7, 1996.
- RAJAGOPALAN, K. O linguista e o leigo: por um diálogo cada vez mais necessário e urgente. In: RAJAGOPALAN, K. (org.). *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003. p. 129-135.

- RAJAGOPALAN, K. Linguistic pragmatics: A discipline bedeviled by its own history? Implications for intercultural studies. *Intercultural Pragmatics*, v. 2, n. 1, p. 93-97, 2005.
- RAJAGOPALAN, K. Aspectos sociais da pragmática. Trad. de Claudiana Alencar. In: RAJAGOPALAN, K. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola, 2010a. p. 31-44.
- RAJAGOPALAN, K. Sobre os fundamentos ideológicos da teoria dos atos de fala. Trad. de Karla Cristina dos Santos. In: RAJAGOPALAN, K. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola, 2010b. p. 119-142.
- RAJAGOPALAN, K.; SILVA, F. (orgs.). *A linguística que nos faz falhar*. São Paulo: Parábola, 2004.
- SANTOS-ALLEN, K. Racist Speech as a Linguistic Discriminatory Practice in Brazil: Between the Speech Act's Reference and Effects. In: SILVA, D. (org.). *Language and Violence: Pragmatic Perspectives*. Amsterdam: John Benjamins, 2017. p. 125-140.
- SENF, G. *Understanding Pragmatics*. London: Routledge, 2014.
- SIGNORINI, I. Epistemologias da pesquisa no campo aplicado dos estudos da língua(gem). *DELTA*, v. 31, p. iii-vi, 2015.
- SILVA, D. Investigating Violence in Language: An Introduction. In: SILVA, D. (org.). *Language and Violence: Pragmatic Perspectives*. Amsterdam: John Benjamins, 2017. p. 1-29.
- SILVA, D.; FERREIRA, D.; ALENCAR, C. Uma nova pragmática para antigos problemas. In: SILVA, D.; FERREIRA, D.; ALENCAR, C. (org.) *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 15-39.
- SILVA, D.; SOUZA JR., P. S. Sobre adesões e críticas ao modelo de usuário racional em pragmática: o recurso à psicanálise. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 32, p. 673-693, 2016.
- SILVERSTEIN, M. Language Structure and Linguistic Ideology. In: CLYNE, Paul et al. (orgs.). *The Elements: A Parasession on Linguistic Units and Levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.
- THOMASON, S.; KAUFMAN, T. *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- VERSCHUEREN, J. *Understanding Pragmatics*. New York: Arnold, 1999.
- VICENTE, E. 2022. Professora e linguista com 70 anos no serviço público vê equívoco em termo 'linguagem neutra'. *Folha de S. Paulo*, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/professora-e-linguista-com-70-anos-no-servico-publico-ve-equivoco-em-termo-linguagem-neutra.shtml>. Acesso em: 4 maio 2022.
- WILSON, D.; SPERBER, D. Reply to Rajagopalan. *Intercultural Pragmatics*, v. 2, n. 1, p. 99-103, 2005.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. London: Blackwell, 1953.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-22-03-403-420>

Recebido em: 20/07/22 | Aprovado em: 09/02/23

A METÁFORA COMO GATILHO OSTENSIVO DO EFEITO: O PARADOXO DAS COISAS DIFERENTES

The Metaphor as the Ostensive Trigger of the Effect:	La metáfora como disparador ostensivo del efecto:
The Paradox of Different Things	la paradoja de las cosas diferentes

Elena Godoy*

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil

Sebastião Lourenço dos Santos**

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, PR, Brasil

Resumo: Este texto revisa o conceito de metáfora *ad hoc* e a hipótese de Sperber e Wilson (1995) sobre o significado metafórico como ajuste por implicação inferencial entre os conceitos lexicalizados e as informações contextuais via alargamento ou estreitamento do conceito (CARSTON, 2002, 2010; WILSON; CARSTON, 2006, 2008) e considera a hipótese da extensão de uma categoria do modelo relevantista ampliado (SPERBER; WILSON, 2008). Porém, apesar de promissoras, essas abordagens ainda estão bastante restritas à presunção de efeitos racionais apenas. Partindo da premissa de que a metáfora é uma estratégia de ostensão comunicativa construída sobre conceitos de categorias e propriedades distintas, o texto discute a plausibilidade do enriquecimento de interpretação metafórico. A conclusão é que a metáfora criativa *ad hoc*, guiada pelo princípio de relevância, além de efeitos cognitivos também gera efeitos emocionais (SANTOS; GODOY, 2020; 2021).

Palavras-chave: Metáfora. Interpretação de metáforas. Teoria da Relevância. Efeito cognitivo. Efeitos emocionais.

Abstract: This text reviews the concept of *ad hoc* metaphor and the Sperber and Wilson's (1995) hypothesis about metaphorical meaning as an adjustment by inferential implication between lexicalized concepts and contextual informations via broadening or narrowing the concept (CARSTON, 2002, 2010; WILSON; CARSTON, 2006, 2008) and consider the hypothesis of the extension of a category of the extended relevantist model (SPERBER; WILSON, 2008). However, although promising, these approaches are still quite restricted to the assumption of rational effects only. Based on the premise that metaphor is a communicative ostension strategy built on concepts of categories and distinct properties, the text discusses the plausibility of metaphorical interpretation enrichment. The conclusion is that the *ad hoc* creative metaphor, guided by the principle of relevance, in addition to cognitive effects, also generates emotional effects (SANTOS; GODOY, 2020, 2021).

Keywords: Metaphor. Interpretation of Metaphors. Relevance Theory. Cognitive Effect. Emotional Effects.

* Professora Sênior do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1881-6932>. Email: elena.godoi@gmail.com.

** Professor Adjunto do Curso de Letras e do Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5340-3362>. E-mail: lorecutp@hotmail.com.

Resumen: Este texto propone una revisión del concepto de metáfora *ad hoc* y de la hipótesis de Sperber y Wilson (1995) acerca del significado metafórico como ajuste por implicación inferencial entre los conceptos lexicalizados y las informaciones contextuales por ampliación o estrechamiento del concepto (CARSTON, 2002, 2010; WILSON; CARSTON, 2006, 2008) y considera la hipótesis de la extensión de una categoría del modelo relevantista ampliado (SPERBER; WILSON, 2008). Sin embargo, aunque prometedores, estos enfoques se restringen únicamente a la presunción de efectos racionales. Partiendo de la premisa de que la metáfora es una estrategia de ostensión comunicativa construida sobre conceptos de categorías y propiedades distintas, el texto discute la plausibilidad del enriquecimiento de interpretación metafórico. La conclusión es que la metáfora creativa *ad hoc*, guiada por el principio de la pertinencia, además de efectos cognitivos también genera efectos emocionales (SANTOS; GODOY, 2020; 2021).

Palabras clave: Metáfora. Interpretación de metáforas. Teoría de la Pertinencia. Efecto cognitivo. Efectos emocionales.

1 INTRODUÇÃO

A tradição aristotélica assume a metáfora como uma função discursiva figurativa de caráter meramente ornamental, assumpção que define a metáfora como um recurso estilístico que transpõe um sentido literal em direção a um sentido figurado, a fim de atribuir maior expressividade ao discurso. Nessa acepção, a metáfora seria uma figura de linguagem constituída por meio de uma relação de semelhanças entre dois termos distintos (objetos ou seres) com o objetivo de produzir sentidos figurados ou poéticos.

A relação por semelhança comparativa é uma tradição que compreende a metáfora por meio de uma paráfrase na forma de *símile* (ou metonímia), através do termo “como”. O problema com a definição da metáfora pelo método da comparação por semelhança é que a diferença entre metáfora e seu *símile* acarreta diferença tanto na interpretação quanto no significado. Portanto, afirmar que a metáfora é uma figura de linguagem que constrói semelhanças entre termos distintos é uma atitude temerária, uma vez que a metáfora vai muito além do simples ato de estabelecer relações comparativas entre dois referentes distintos por meio de uma paráfrase na forma de *símile* (ou mesmo metonímia), através do termo coesivo “como”.

Para explicarmos essa relação metáfora-símile, tomemos o seguinte exemplo:

(1) Meu namorado é um gato.

Essa metáfora é estruturada segundo a tradição conceitual (LAKOFF; JOHNSON, 1986) pela fórmula “A é B”. Mas, afirmar “meu namorado é um gato” não é a mesma coisa que dizer “meu namorado é como um gato” (A é como B), expressão que representamos no *símile* (2):

(2) Meu namorado é como um gato.

Para Gurgel (2016, p. 262), assumir essa ideia destitui a metáfora de qualquer função cognitiva distinta daquela que se obtém mediante *símiles*, uma vez que “o *símile* simples, na forma “a é como b”, estabelece uma comparação ou correspondência de

propriedades (*feature matching*) e não uma categorização”. Em (2), no modelo de comparação por símile (A é como B), o conceito designado “gato” corresponde a um “gato” canônico/convencional: um gato doméstico. Já na interpretação metafórica (A é B), o conceito designado GATO*. corresponde a uma categoria abstrata (por isso metafórica) de criaturas belas, sensuais, carinhosas¹.

De acordo com Gurgel (2016, p. 263):

Usando o “como”, o emissor admite a fragilidade, a aplicabilidade muito restrita e ocasional de seu juízo. Ele não se compromete com uma recategorização, não afirma que “a é um tipo de b”. Em suma, o símile não assume um compromisso ontológico forte.

Inferimos, então, que a explicação da metáfora (A é B) pela sua paráfrase na forma de símile (A é como B) é falha e não serve para conceituar a metáfora. Mas se a concepção tradicional da metáfora não é suficiente para explicá-la, haveria alguma outra via para se chegar a uma explicação plausível? Mais: o que diferencia uma interpretação natural (literal) de uma interpretação metafórica? Partindo dessas premissas, nosso objetivo neste estudo é testar o princípio de relevância no processamento de metáforas criativas *ad hoc* a partir das abordagens cognitivistas recentes de Sperber e Wilson (2008), Gentner e Bowdle (2008) e Wilson e Carston (2006, 2008). Para tal, assumiremos a hipótese de que a metáfora criativa *ad hoc* configura-se como uma estratégia de comunicação ostensiva construída sobre conceitos categoriais de propriedades distintas que gera efeitos cognitivos e efeitos emocionais.

2 TEORIAS CATEGORIAIS

A teoria dos protótipos é um modelo classificatório proposto pela psicóloga cognitiva Eleanor Rosch nos anos 1970². A teoria se alicerça na classificação por gradação natural, concebendo que alguns membros de uma categoria conceitual possuem propriedades que são mais distintivas da espécie que outras. O protótipo é a referência em posição de destaque de uma categoria pelo fato de ser o primeiro estímulo a ser associado a essa categoria.

Assim, categorias de protótipos parecem seguir os mesmos princípios das categorias básicas. Protótipos parecem ser apenas aqueles membros de uma categoria que mais refletem a estrutura de redundância da categoria como um todo. Categorias se formam para maximizar os argumentos de atributos ricos em informações no ambiente e, assim, a validade de pistas dos atributos das categorias. Protótipos de categorias parecem se formar de maneira a maximizar os agrupamentos e validade de sugestões dentro das categorias.³ (ROSCH, 1973, p. 433).

¹ Adotamos o (*) para designar o termo metafórico de uma expressão metafórica.

² O termo “protótipo” aparece pela primeira vez em 1973, no artigo de Rosch *Natural Categories*, que contém doze experimentos sobre a categorização de protótipos.

³ Salvo indicação, todas as traduções são de nossa responsabilidade. No original: “Thus, prototypes of categories appear to follow the same principles as basic categories. Prototypes appear to be just those members of a category which most reflect the redundancy structure of the category as a whole. Categories

A justificativa da pesquisadora é a de que o conceito contido no protótipo o torna potencialmente útil à cognição, uma vez que seria extremamente vantajoso aos humanos ‘aproveitar-se da’ contingência do ambiente para não recorrer ao laborioso processo de computar e validar as pistas individuais. O elemento prototípico que representa a categoria é o ponto de referência em uma escala de gradação tipicamente estruturada, de modo que as categorias de nível básico são muito mais facilmente aprendidas e mais comumente utilizadas. Isso significa que é mais fácil, até para uma criança, categorizar mais rapidamente “golfinho” como “peixe” do que “baleia” como “peixe” ou categorizar mais rapidamente “morcego” como “ave” do que “pinguim” como “ave”. No paradigma de inclusão de classe, o nome de uma categoria de nível básico passa a designar uma categoria de nível superior (ou superordenada).

As ideias de Rosch e de seus colaboradores (ROSCH, 1973; ROSCH et al., 1976) influenciaram fortemente as pesquisas do psicólogo cognitivo Lawrence W. Barsalou, do Instituto de Neurociência e Psicologia da Universidade de Glasgow. Abordando a natureza do processamento conceitual humano e seu papel na percepção, memória, linguagem, pensamento, interação social e cognição em saúde, Barsalou (1983) postulou que determinadas categorias funcionais são construídas a partir do conhecimento existente para satisfazer as demandas de um contexto específico de ocasião. Barsalou chamou tais categorias de categorias *ad hoc*.

Segundo Barsalou, a associação das categorias *ad hoc* é construída com base na satisfação do objetivo e não no relacionamento entre características, posto que tais categorias são frequentemente construídas *on line*. O ponto central da tese de Barsalou é que as categorias *ad hoc* exibem uma estrutura de similaridade graduada comparável, na qual um membro de uma categoria pode ser visto como o mais prototípico da categoria. De acordo com o pesquisador, o conceito prototípico de uma categoria *ad hoc* diz respeito a uma instância de tipificação que cresce à medida que a similaridade do conceito da categoria se mostra mais típica à categoria. Em outras palavras, uma categoria *ad hoc* “contém as propriedades das instâncias que são relevantes para o objetivo que a categoria atende”⁴ (BARSALOU, 1983, p. 225).

Assim como o trabalho de Rosch (ROSCH, 1973; ROSCH et al., 1976) influenciou a pesquisa de Barsalou, sua tese sobre as categorias *ad hoc* (BARSALOU, 1983) encontrou terreno fértil e foi determinante para os estudos de Sam Glucksberg e Boaz Keysar que, nos anos 1990, desenvolviam estudos sobre a conceituação das metáforas. Glucksberg e Keysar estabeleceram relações processuais entre as categorias *ad hoc* de Barsalou e a estruturação da metáfora.

Segundo os pesquisadores, o modelo comparacionista de distinção entre metáfora e símile não se sustenta, como já havíamos anunciado nos parágrafos introdutórios. Glucksberg e Keysar (1990) e Glucksberg (2008, 2011) defendem a tese de que em metáforas como (1) “Meu namorado é um gato” não há correspondência das

form to maximize the information-rich clusters of attributes in the environment and, thus, the cue validity of the attributes of categories. Prototypes of categories appear to form in such a manner as to maximize the clusters and cue validity within categories.”

⁴ No original: “[...] contains properties of the instances relevant to the goal the category serves.”

características/propriedades comuns entre o conceito referente (canônico) e o conceito referido (metafórico)⁵. De acordo com Glucksberg e Keysar,

Metáforas não são compreendidas com base em sua transformação em símiles. Ao invés disso, elas são concebidas como declarações de inclusão em classe e são compreendidas como tal. Quando metáforas são expressas como comparações (i.e., como símiles), então elas são interpretadas como declarações de categorização implícita, ao invés do contrário.⁶ (GLUCKSBERG; KEYSAR, 1990, p. 16).

Essa postura de conceituar a metáfora por inclusão em classes de categorização desestabiliza o modelo comparacionista de tradição aristotélica. No paradigma de categorização e inclusão em classe, a natureza da metáfora é proposicional, uma vez que quando as pessoas recorrem às metáforas para se comunicar, elas estão dizendo exatamente o que querem dizer. Se assim não fosse, as metáforas não poderiam ser entendidas ou interpretadas.

Ao inserir o estudo das metáforas no modelo proposto por Barsalou (1993), Glucksberg e Keysar (1990) abrem caminho para novas perspectivas. De acordo com Glucksberg (2011), uma metáfora como (1) “Meu namorado é um gato” promove uma remodelação cognitiva de categorização felina distinta da ontológica. Em (1) o conceito metafórico GATO* tipifica não a categoria canônica de “gato”, mas uma categoria de ocasião (*ad hoc*). A categoria *ad hoc* tipificada de GATO* é o ‘gato de madame’ (outra metáfora)⁷. Diferentemente do “gato” de rua, que come em latas de lixo, é sujo, mal cheiroso e arisco, o ‘gato de madame’ é bem alimentado, vive no conforto da casa, é higiênico, carinhoso, bem cheiroso, etc. Essa classe categorial de “gato” se reflete na aparência do felino: belo, sensual, elegante, etc. Na metáfora “Meu namorado é um gato” é esta categoria de GATO* que é cognitivamente selecionada, tanto na produção quanto na interpretação, isto é, “meu namorado” é cognitivamente inserido *ad hoc* ao conjunto de membros dessa categoria.

Gurgel (2016) chama a atenção para o fato de que os conceitos metafóricos *ad hoc* são formados com base em um objetivo muito peculiar ao contexto, isto é, são categorias funcionais recém-criadas e que, como tais, devem ter estrutura categorial graduada. Vale notar também que a composição proposicional da categoria *ad hoc* nomeada pela metáfora é de ordem superior ao processo ordinário, isto é, ocorre no nível cognitivo de categorização metafórica, tanto de quem produz quanto de quem interpreta a expressão metafórica.

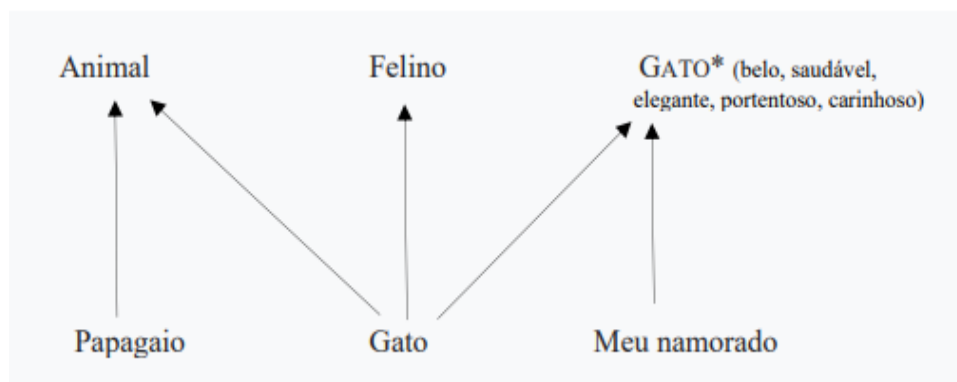
⁵ Ivor Alexandre Richards (1950) criou uma taxonomia sobre a estruturação da metáfora. Termos como “tópico”, “veículo”, “base” e “tensão” ainda são amplamente difundidos e utilizados pelos estudiosos da metáfora. Por questões paradigmáticas não usaremos neste artigo a taxonomia de Richards.

⁶ No original: “Metaphors are not understood by transforming them into similes. Instead, they are intended as class-inclusion statements and are understood as such. When metaphors are expressed as comparisons (i.e., as similes), then they are interpreted as implicit category statements, rather than the other way around.”

⁷ Em Curitiba é bastante corrente a expressão “piá de prédio” em alusão aos meninos que vivem encerrados em apartamentos. O termo é usado pejorativamente para qualificar os meninos que têm pouca habilidade com as atividades esportivas.

A partir dos estudos de Klucksberg e Keysar (1990) e Klucksberg (2008, 2011) podemos agora evidenciar a categorização da metáfora (1) “Meu namorado é um gato”. Representamos na figura 1 as categorias “gato”, “namorado” e GATO*.

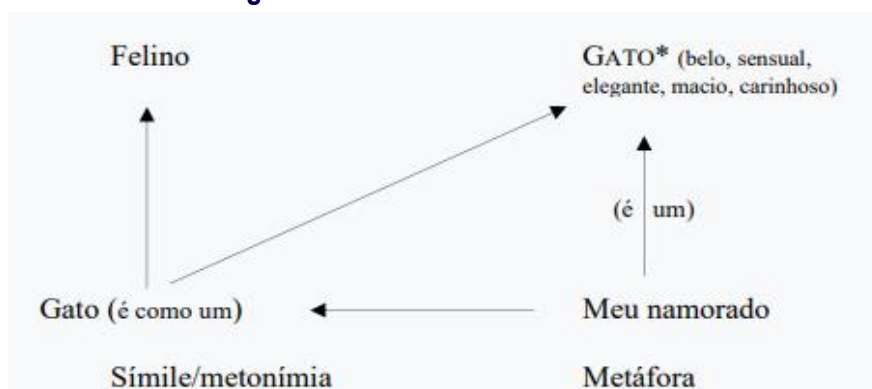
Figura 1 – Categorização de gato⁸ e namorado



Fonte: adaptado de Klucksberg (2008).

Vale notar que o GATO* usado como constituinte metafórico evoca uma categoria que contempla o referente “namorado”, enquanto que aquele usado canonicamente se refere a um “gato” real. Com base na figura 1, podemos demonstrar graficamente na figura 2 a diferença entre a metáfora e seu símile (ou metonímia).

Figura 2 - Gatos canônicos e gatos metafóricos.



Fonte: os autores

Gurgel (2016) assevera que as metáforas operam inclusões em classe, de forma que “todos os membros da categoria a que o nome predicado faz canonicamente referência, são membros da categoria *ad hoc* a que o nome do predicado faz metaforicamente referência” (p. 268). Glucksberg (2011, p. 16) explica que as metáforas têm uma interpretação sensata na medida em que

⁸ Reconhecemos também que o conceito “gato” nessa metáfora categoriza ainda uma terceira classe (atualmente em desuso) para GATO*: a do indivíduo humano ladrão, laráprio, gatuno. Como a categoria GATO* é mais recorrente, esta terceira opção é menos manifesta ao interlocutor e, portanto, não a consideraremos nesta análise.

[...] são compreendidas tão rapidamente quanto expressões literais comparáveis, e entender metáforas é não depender de um significado literal para ser inaceitável no contexto. Como qualquer expressão linguística, as metáforas são processadas automaticamente e em paralelo com qualquer significados que podem estar disponíveis.⁹

Na metáfora “Meu namorado é um gato”, o conceito “gato” refere-se à uma categoria superordenada (de nível superior) de criaturas que incluem “namorados” e “bichos” como membros da mesma categoria. Essa categoria é um domínio abstrato de representação, no qual ambos os conceitos NAMORADO* e GATO* partilham metaforicamente propriedades lógicas semelhantes. É esse domínio de categorização abstrata que evocamos quando usamos uma metáfora, como “Meu namorado é um gato”.

3 METÁFORA E RELEVÂNCIA

“A metáfora é deflacionária”. É com essa asserção metafórica que Sperber e Wilson (2008) defendem a tese de que a cognição humana não requisita um mecanismo especializado para o processamento metafórico, argumento que vai na contramão do que preconiza a abordagem mais difundida sobre a metáfora: a teoria da metáfora conceitual, de Lakoff e Johnson (1986). O modelo padrão da teoria da relevância (SPERBER; WILSON, 1995) postula que as pessoas em interações comunicativas estão atentas às situações que lhes parecem mais relevantes. A tese se fundamenta na ideia de que a comunicação é naturalmente guiada pelo princípio da relevância e presume que todo ato ostensivo de comunicação carrega a presunção de sua própria relevância ótima.

Segundo Sperber e Wilson (1995), a relevância é a propriedade psicológica que guia a comunicação humana, tanto do ponto de vista da produção, quanto da interpretação. Nessa perspectiva, a relevância se vincula às intenções do falante e ao empreendimento do ouvinte para interpretar enunciados, isto é, a relevância decorre de uma relação custo-benefício entre o esforço e o efeito do processamento de enunciados. Em razão disso, na interpretação comunicativa, quanto menor for o esforço de processamento e maior o efeito, maior será a relevância. A presunção dos autores é de que um *input* ostensivo é otimamente relevante se, e somente se, esse *input* atender a duas cláusulas: a) ser relevante o suficiente para merecer esforço de processamento do ouvinte; b) ser o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do falante.

A teoria da relevância prevê que a comunicação humana é deliberadamente ostensiva, do ponto de vista das intenções do falante, e inferencial, do ponto de vista dos propósitos interpretativos do ouvinte. De acordo com Sperber e Wilson (1995) a comunicação informativa envolve dois níveis de intenções do falante: a) intenção informativa – intenção de informar algo a alguém; e b) intenção comunicativa – intenção de comunicar uma intenção informativa a alguém. Para que a comunicação ocorra dentro das expectativas do falante, ele deverá garantir ostensivamente ao ouvinte que se o

⁹ No original: “[...] are understood as quickly as comparable literal expressions, and understanding metaphors is not dependent on a literal meaning to be unacceptable in context. Like any linguistic expression, metaphors are processed automatically and in parallel with any literal meanings that may be available” (p. 16).

ouvinte prestar atenção naquilo que o falante intenciona comunicar, o ouvinte poderá obter efeitos contextuais suficientemente relevantes que poderão render-lhe ganhos informativos.

Sobre a interpretação da metáfora, Sperber e Wilson (2008, p. 84-85) postulam que

[...] as interpretações metafóricas ocorrem exatamente da mesma maneira que as outras interpretações. Não há nenhum mecanismo específico para a metáfora, nenhuma generalização que se aplica apenas a eles. Em outras palavras, as metáforas linguísticas não são um tipo natural e a “metáfora” não é uma noção teoricamente importante no estudo de comunicação verbal. Na Teoria da Relevância a abordagem da metáfora é improdutiva e está fadada a decepcionar aqueles que sentem que a metáfora verbal merece uma teoria completa própria, ou deveria estar no centro de uma teoria mais ampla da linguagem, ou mesmo de pensamento.¹⁰

Destarte, fica patente a ideia de que no modelo relevantista as metáforas não são uma categoria especial da linguagem natural, posto que os enunciados metafóricos alcançam relevância ao produzir efeitos cognitivos. Os autores (2008, p. 85) afirmam que “as metáforas não são excepcionais e que o conteúdo linguístico de todos os enunciados, mesmo aqueles que são literalmente entendidos, subdetermina amplamente sua interpretação”¹¹. Sperber e Wilson (2008) ampliam o estudo da relevância feito anteriormente (SPERBER; WILSON, 1995) e lançam novos argumentos favorecendo a hipótese de que o significado metafórico decorre do ajuste (por implicação inferencial) entre os conceitos codificados/lexicalizados e as informações contextuais a partir do estreitamento (*narrowing*) ou alargamento (*broadening*) do conceito (CARSTON, 2002, 2010; WILSON; CARSTON, 2006, 2008).

Nesse novo modelo explicativo, a noção de estreitamento e alargamento/ampliação diz respeito à noção de extensão de categoria para o conceito. O modelo relevantista ampliado (SPERBER; WILSON, 2008) prevê que a extensão da categoria envolve a projeção de definir, ou pelo menos caracterizar, propriedades do conceito codificado em uma categoria mais ampla. Para Sperber e Wilson (2008, p. 91), a categorização da extensão envolve estender uma palavra com um sentido relativamente preciso “para uma faixa de itens que claramente estão fora de sua denotação linguisticamente especificada, mas que compartilha algumas propriedades contextualmente relevantes com itens dentro da denotação”.¹²

Os autores explicam que:

¹⁰ No original: “[...] metaphorical interpretations are arrived at in exactly the same way as these other interpretations. There is no mechanism specific to metaphor, no interesting generalisation that applies only to them. In other terms, linguistic metaphors are not a natural kind, and “metaphor” is not a theoretically important notion in the study of verbal communication. Relevance Theory’s account of metaphor is on the lean side, and is bound to disappoint those who feel that verbal metaphor deserves a full-fledged theory of its own, or should be at the centre of a wider theory of language, or even of thought.”

¹¹ No original: “[...] metaphors are not exceptional, and that the linguistic content of all utterances, even those that are literally understood, vastly underdetermines their interpretation.”

¹² No original: “[...] to a range of items that clearly fall outside its linguistically specified denotation, but that share some contextually relevant properties with items inside the denotation.”

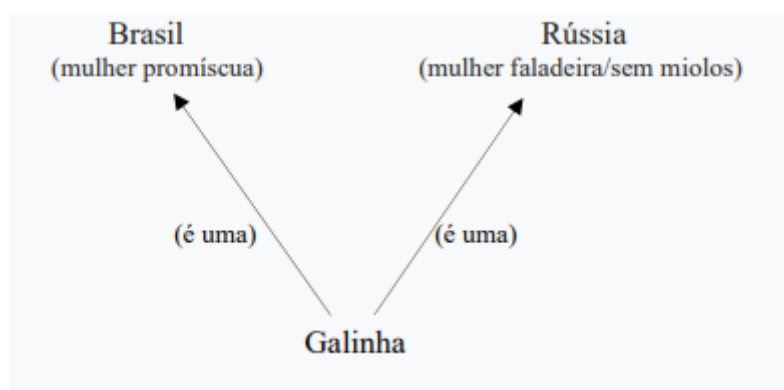
No caso de estreitamento, as implicações são válidas apenas em parte da extensão do conceito codificado (por exemplo, apenas algumas temperaturas implicam doença). No caso de ampliação, as implicações não são apenas de itens na extensão do conceito codificado, mas também de itens contextualmente salientes que caem fora da extensão, mas que compartilham com itens dentro das propriedades de extensão que determinam essas implicações (por exemplo, andar de bicicleta é fácil não só em terrenos planos, mas também em terrenos planos).¹³ (SPERBER; WILSON, 2008, p. 92).

Segundo Carston (2002), o estreitamento do conceito ocorre quando uma extensão de entidades em geral designa um conjunto mais restrito de entidades e o alargamento surge quando a extensão designa um conjunto mais amplo que o conceito codificado. Para entendermos melhor essa questão, consideremos a seguinte caso: a primeira autora deste artigo é russa e, ao casar-se com um brasileiro nos anos 1980, veio morar no Brasil. Após alguns meses, em um almoço familiar, em que todos discorriam sobre uma parente do marido, ela proferiu o seguinte enunciado à mesa:

(3) Ah! A Polina é bacana, mas ela é uma galinha!

Os comensais se olharam em silêncio entre um misto de incredulidade e riso contido. Ao perceber que havia dito algo equivocado, a esposa argumentou que na Rússia o termo “galinha” se aplica metaforicamente à mulher de pouca habilidade cognitiva (‘bobinha’, ‘sem miolos’, em sentido metafórico) e que fala em demasia (‘cacareja’, em sentido metafórico). Qual foi o erro que a esposa russa cometeu? Ela realizou o estreitamento da extensão “galinha” para a categoria GALINHA* da cultura errada. Para a esposa russa, o enunciado era perfeitamente lógico, mas não para os brasileiros. No Brasil, o significado de “mulher galinha” está atrelado ao conceito de mulher promíscua, diferentemente do significado russo. O incidente discursivo comprova a tese amplamente aceita de que a metáfora é construída culturalmente. Para ilustrar o caso, representamos na figura 3 as categorizações brasileira e russa do conceito “galinha”.

Figura 3 – Categorização russa e brasileira do conceito galinha



Fonte: os autores.

¹³ No original: “In the case of narrowing, the implications hold across only part of the extension of the encoded concept (e.g., only some temperatures imply illness). In the case of broadening, the implications hold not only of items in the extension of the encoded concept but also of contextually salient items which fall outside the extension, but which share with items inside the extension properties that determine these implications (e.g., cycling is easy not only in flat but also in flattish terrains).”

É interessante notar que os falantes brasileiros, principalmente os mais jovens, realizam a categorização do conceito implícito de mulher promíscua à categoria “galinha” mesmo sem ter a representação do comportamento sexual da ave¹⁴. Isso significa que essa metáfora é uma metáfora viva (de uso corrente), mas que contém um significado cristalizado convencionalmente incorporado ao léxico. É curioso também que, no Brasil, a metáfora “galinha”, “galinhão” passou a se aplicar aos indivíduos de sexo masculino e a representar promiscuidade e pouco romantismo nas relações sexuais, dando origem, inclusive, ao verbo “galinhar”.

São muitos os conceitos metafóricos que estão incorporados à linguagem e fazem parte do léxico brasileiro corrente. É o caso, por exemplo, de expressões metafóricas como “dar murros em ponta de faca”, “quebrar a cara”, “pisar em ovos”, “enfiar os pés pela cabeça”, “comer o pão que o diabo amassou” e outros. As implicações inferenciais *ad hoc* de expressões lexicalizadas acabam por satisfazer a expectativa de relevância e o conceito da expressão é cognitivamente selecionado para o efeito do significado no contexto indicado¹⁵.

Em estudos anteriores (SANTOS; GODOY, 2020, 2021), defendemos a ideia de que a atribuição de relevância no processamento cognitivo tem sucesso após a imagem mental do enunciado (holograma) passar pelo crivo da vigilância epistêmica (SPERBER et al., 2010). Para as expressões metafóricas lexicalizadas, a imagem-holograma já vem pronta, o que diminui os custos inferenciais de constituição imagéticos. Neste caso, a vigilância epistêmica, numa espécie de abdução cognitiva, não impõe restrições de sentido ao holograma pré-formatado, que segue naturalmente para a consolidação do efeito e do significado.

Atribuir significado metafórico a enunciados compostos por expressões metafóricas lexicalizadas não é um problema à teoria da relevância, porque a categorização das expressões ocorre sobre as propriedades lógico-semânticas proposicionais dos enunciados – afinal os enunciados alcançam relevância aos produzir efeitos cognitivos. No entanto, atribuir relevância e interpretar metáforas criativas, cujos conceitos metafóricos são categorizados *ad hoc*, é um processo que merece ser mais bem explicado.

¹⁴ Há no mínimo três ambientes de convivência das galinhas: a) em granjas de engorda ou de postura ao redor dos centros urbanos, onde, pela tipologia do agronegócio, não há galo – a fertilização das aves é induzida pela ração; b) em ambiente fechado em pequenas propriedades rurais onde geralmente um único galo cobre o plantel e c) em propriedades rurais onde os galináceos vivem soltos a campo aberto. Neste caso a proporção de galos de cobertura é em torno de 1 para 10 aves. É justamente neste último ambiente que tem origem a metáfora da mulher-galinha em ambas as culturas, porque as pessoas desde tempos remotos criavam galinhas no campo aberto muito antes de povoar as cidades. A diferença entre as metáforas nas duas culturas é que a categorização da mulher-galinha na cultura russa recai sobre o comportamento cognitivo e comunicativo da ave, enquanto que na cultura brasileira a categorização ocorre sobre o comportamento sexual, a saber: a galinha, estando exposta diariamente a inúmeros galos, fica sujeita a várias coberturas no mesmo dia por diferentes galos.

¹⁵ Caso interessante recai sobre os adágios, provérbios e dizeres populares, em que as expressões metafóricas evocam ensinar, aconselhar, consolar, advertir, repreender, persuadir ou até mesmo praguejar (XATARA; SUCCI, 2008, p. 35).

4 METÁFORAS CRIATIVAS *AD HOC*

O tratamento da metáfora pela categorização de conceitos *ad hoc* ou de estruturas lexicalizadas¹⁶ parece estar bem delineado pelas teorias da metáfora. No entanto, estudos recentes (SPERBER; WILSON, 2008; WILSON; CARSTON, 2006, 2008; ROMERO; SORIA, 2014, entre outros) apontam que casos mais complexos de interpretação metafórica, como o caso da metáfora altamente criativa, carecem maiores e melhores explicações. Para discorrermos sobre essa questão, vejamos a resposta que o presidente russo Vladimir Putin fornece a uma pergunta de uma jornalista russa numa entrevista coletiva realizada em Moscou em 7 de fevereiro de 2022, ocasião em que estava presente o presidente da França Emanuel Macron.

JORNALISTA: Se me permitir, eu gostaria de voltar ao tema das garantias de segurança. O Sr. o mencionou, mas surge a impressão de que, depois da resposta da OTAN e de Washington sobre as propostas da Rússia, esse tema foi silenciado.

E eu gostaria também de voltar a suas palavras: o Sr. mencionou um dos argumentos, que trazem nossos parceiros a respeito da Aliança, quanto a seu caráter pacífico. Eu lembraria também o argumento de que a OTAN não é uma organização militar, mas política. E mais um argumento: as decisões na OTAN, são tomadas em consenso, portanto, visto que vários membros da Aliança são contra o ingresso da Ucrânia, então, isso não vai acontecer. Assim, quais são seus temores?¹⁷

VLADMIR PUTIN: No ano de 2014, chegaram [na Ucrânia] os representantes de alguns países, os países europeus assinaram [um acordo] como garantia do desenvolvimento pacífico do processo político, e – três dias depois o poder foi tomado por via armada.

Eles mesmos não cumprem nada e exigem de nós sabe Deus que cumprimentos? Não vamos brincar desse jeito, esse parquinho de diversões é ruim. Nós não gostamos dessa brincadeira.¹⁸

¹⁶ É recorrente expressões como “congeladas”, “cristalizadas”, “mortas” ou “convencionais” para as metáforas de estruturas lexicalizadas, como os exemplos (1) e (3). Também é recorrente o uso da expressão “vivas” para metáforas como “A conta de energia elétrica ficou salgada” e do termo “criativas” para metáforas como os exemplos (6) e (8) adiante. Além disso, há uma taxonomia própria sobre a estruturação da metáfora “A é B”, como “categórica”, “assertiva” ou “conceitual”.

¹⁷ No original: “Если позволите, я бы хотела вернуться к теме гарантий безопасности. Вы о ней упоминали, но общее впечатление складывается, что после того, как НАТО и Вашингтон дали ответ на российские предложения, про эту тему как-то умалчивают или, как у нас в России говорят, «заиграли» её.

И также хотела бы вернуться к Вашим словам – Вы приводили один из аргументов, которые нам наши партнёры говорят по поводу Альянса, по поводу мирного характера. Я бы ещё напонила такой аргумент, что НАТО – это не военная организация, а политическая. И ещё один аргумент – что решения в НАТО принимаются консенсусом, соответственно, поскольку ряд членов Альянса против вступления Украины, то этого не состоится. Как Вы к таким аргументам относитесь? Тогда в этой ситуации в чём Ваши опасения?”

¹⁸ No original: “Ведь приехали в 2014 году представители нескольких стран, европейские страны поставили подписи, гарантии под мирным течением политического процесса – через три дня захватили власть вооружённым путём.

Сами ничего не исполняют, а от нас требуют каких-то исполнений? Давайте так не будем играть, это плохая песочница.¹⁸ Нам такая игра не нравится.”

Da resposta de Putin, tomemos primeiramente a expressão metafórica “Esse parquinho de diversões é ruim” e a transcrevemos em (4):

(4) Esse parquinho de diversões é ruim.

Na metáfora criativa (conceito metafórico não lexicalizado) o significado metafórico sempre requisita a projeção de um conceito de natureza provisória específico de ocasião (*ad hoc*). No caso de (4), a interpretação evoca a contextualização geopolítica do leste europeu, onde a OTAN¹⁹ flertava com a Ucrânia, uma ex-república soviética, situação que preocupava a Putin pelo fato de que, caso a Ucrânia ingressasse na OTAN as armas modernas, inclusive as nucleares, permitiriam ataques ao território russo em pouquíssimos minutos. Dado que a expressão “parquinho de diversões” é um ato ostensivo de orientação cognitiva da jornalista, do presidente francês, do público presente e dos leitores do site, na busca por relevância e efeitos contextuais, a interpretação de (4) depende do estabelecimento de alguma relação predicativa entre o conceito “Ucrânia” e o conceito “parquinho de diversões”.

De acordo com Carston (2002), Wilson e Carston (2006, 2008), propriedades lógicas do país “Ucrânia” devem correlacionar-se com propriedades lógicas de “parquinho de diversões” de modo que se estabeleça uma relação de implicações de propriedades lógicas semelhantes entre ambos os conceitos, relação essa que vai implicar novas propriedades lógicas para o conceito “parquinho de diversões”. No nível metafórico, são essas propriedades semelhantes logicamente implicadas *ad hoc* que estabelecem a relação metafórica entre o conceito “Ucrânia/país vizinho” e o conceito “parquinho de diversões”²⁰.

Wilson e Carston (2008, p. 1) chamam tais propriedades lógicas de propriedades emergentes. As autoras argumentam que as propriedades emergentes “não são nem padrão associado aos constituintes individuais do enunciado isoladamente, nem derivável por regras padrão de composição semântica”²¹, isto é, as propriedades lógicas emergem no decurso da interpretação metafórica a partir dos conceitos codificados nos enunciados.

A questão das propriedades emergentes é tratada por Gentner e Bowdle (2008) como mapeamentos de estrutura estendida entre domínios. De acordo com Romero e Soria,

Na abordagem de mapeamento, uma metáfora liga cognitivamente dois domínios separados, usando a linguagem apropriada a um deles como uma lente através da qual se observa o outro e apenas itens pertencentes ao domínio alvo são incluídos na denotação do conceito *ad hoc* que resulta do ajuste pragmático. Quando uma metáfora é interpretada, são identificados pelo menos dois conceitos representados por dois domínios. Um dos conceitos é o tópico sobre o

¹⁹ A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) é uma aliança militar criada em 1949 e constitui um sistema de defesa coletiva dos seus atuais 30 países membros.

²⁰ As metáforas congeladas perdem o poder de despertar associações de propriedades entre os conceitos. Por exemplo: defesa de tese, pano de fundo, pulo do gato, chuva de prata, espaços mentais, etc.

²¹ No original: “[...] are neither standardly associated with the individual constituents of the utterance in isolation nor derivable by standard rules of semantic composition”.

qual estamos falando e é representado pelo domínio de destino. O outro diz respeito ao que atribuímos ao tópico e é representado pelo domínio de origem, o domínio ao qual pertencem os termos que constituem o veículo metafórico (ROMERO; SORIA, 2014, p. 12).²²

Denotamos do conteúdo proposicional da metáfora (5) a seguinte implicatura:

(5) A Ucrânia é o parquinho de diversões (perigosas) da OTAN.

Para Putin, isso é uma “brincadeira” ruim, um “parquinho de diversões” ruim: “comprometem-se e não cumprem as promessas” (e assim ameaçam a paz na Rússia).

Veja-se, contudo, que essa premissa não contém a implicação última da resposta de Putin. Para catalisar o significado de Putin, o enunciado (5) deve ser correlacionado ao enunciado metafórico anterior para que se estabeleça um novo mapeamento com novas propriedades lógicas (GENTNER; BOWDLE, 2008) do novo conceito; e, então, para ser derivada uma (nova) implicação significativa.

Juntemos os dois enunciados metafóricos de Putin:

(6) Não vamos brincar desse jeito, esse parquinho de diversões perigosas é ruim.

No contexto geopolítico, a correlação de propriedades lógicas do conceito “brincar” e do conceito “parquinho de diversões” leva à derivação *ad hoc* da seguinte implicatura da resposta de Putin:

(7) A OTAN flertar com a Ucrânia afronta nossos interesses. Se vocês (OTAN) continuarem a interferir nos nossos interesses, não será bom para vocês.

Esta é a implicatura que Putin ostensivamente comunicou na entrevista do dia 7 de fevereiro. Ela foi comunicada implicitamente por ostensão metafórica para produzir efeitos contextuais (informativos) relevantes à jornalista e aos presentes na entrevista coletiva. Putin usou essa metáfora porque ela intensifica enfaticamente sua intenção informativa e aumenta os efeitos contextuais. Destarte, presumimos que a metáfora (6) “Não vamos brincar desse jeito, esse parquinho de diversões perigosas é ruim” atua como gatilho ostensivo *ad hoc* ao intensificar enfaticamente a intenção informativa do presidente russo. Em suma: *a metáfora é o gatilho ostensivo para o efeito.*

De acordo com Sperber e Wilson (2008), embora as metáforas não sejam necessárias nem suficientes para a criação de efeitos enfáticos, elas são construções linguísticas particularmente mais adequadas para este fim por pelo menos duas razões: a)

²² No original: “In the mapping approach, a metaphor cognitively links two separate domains, by using the language appropriate to one of them as a lens through which to observe the other and only items belonging to the target domain are included in the denotation of the ad hoc concept that results from the pragmatic adjustment. When a metaphor is interpreted, at least two concepts represented by two domains are identified. One of the concepts is the topic we are talking about and is represented by the target domain. The other concerns what we attribute to the topic and is represented by the source domain, the domain to which the terms that constitute the metaphorical vehicle belong.”

aumentam os efeitos contextuais e b) intensificam uma intenção informativa. De acordo com os autores (2008, p. 102), os conceitos *ad hoc* construídos com base na maioria dos termos metafóricos “são genuinamente *ad hoc*: ou seja, eles são ajustados às circunstâncias precisas de seu uso e são, portanto, improváveis de serem parafraseáveis por uma expressão de linguagem comum”²³.

É igualmente interessante destacar que a metáfora (6) de Putin, além de produzir efeitos informativos relevantes derivados da implicatura (7), também produz efeitos contextuais emocionais, afinal, quem ficaria tranquilo diante da presunção de uma ameaça tão ostensiva? Em “Efeito racional e efeito emocional: um estudo pragmático da cognição humana” (SANTOS; GODOY, 2020) e “Arquitetura do processamento cognitivo: efeito racional e efeito emocional” (SANTOS; GODOY, 2021), demonstramos que certos enunciados, mas não todos, produzem tanto efeitos informativos quanto emocionais e esse parece ser o caso da metáfora (6).²⁴ No nível pré-emocional, o efeito informativo disparado pela implicatura (7) gera nos interlocutores o efeito emocional “mal-estar/desconforto” que dispara duas emoções básicas, raiva e medo²⁵, as quais culminam nos sentimentos irritação/aborrecimento e ameaça/intimidação, respectivamente. Enquanto as pré-emoções e emoções básicas são *flashes* comportamentais corporais, os sentimentos podem perdurar uma vida toda. Mais: a metáfora (6) gera a imagem-holograma infantil (SANTOS; GODOY, 2020, 2021) de uma criancinha entre outras criancinhas brigando pelo baldinho de areia, pela bola ou o pelo balanço no parquinho que contrasta com a imagem-holograma adulta, séria, de Putin, diante da ameaça a seu país. Não podemos assegurar se a jornalista, o presidente francês, o público presente à coletiva e os leitores do site interpretaram a metáfora de Putin exatamente do mesmo modo que descrevemos aqui. O fato é que no dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia invadiu a Ucrânia.

Os estudos da metáfora pela perspectiva cognitiva têm avançado substancialmente e a cada dia surgem novas abordagens sejam sobre a categorização de classes, sejam sobre o mapeamento de domínios, sobre itens lexicais ou sobre as propriedades lógicas. No entanto, ainda não está bem delineado o tratamento de quando a metáfora criativa estreita a extensão categorial para um subconjunto restrito de indivíduos ou que esse subconjunto contenha um único elemento na categoria. Neste caso, aparentemente, a presunção e o princípio de relevância falham. Para entendermos melhor essa questão, consideremos o seguinte caso: o segundo autor deste artigo vive em um sítio no interior do Paraná e, certo dia, seu filho ao saber que o pai pretendia ir para a cidade, indagou-lhe:

²³ No original: “[...] are genuinely ad hoc: that is, they are adjusted to the precise circumstances of their use and are therefore unlikely to be paraphrasable by an ordinary language expression.”

²⁴ Pradeep Sopory (2005) aborda a afetividade da metáfora pela perspectiva linguística apenas. Zoltán Kövecses (2008), por sua vez, contrasta as emoções amor e raiva a partir da teoria da metáfora conceitual. Ambos os estudiosos não se alinham à perspectiva cognitivista relevantista.

²⁵ Sobre a emoção medo, a exemplo da que foi disparada pela metáfora (6), os noticiários jornalísticos geralmente apelam aos sentimentos positivos e negativos para produzir efeitos contextuais. Apelar às emoções negativas é mais simples e eficiente, porque estas obedecem menos ao autocontrole. Assim, as notícias utilizam metáforas para provocar medo.

(8) FILHO: Você vai passar na casa do senhor? (O pai olhou fixamente o filho e deteve-se por alguns segundos. O filho, vendo que o pai não entendeu sua pergunta, com um sorriso irônico²⁶, emendou):

(9) FILHO: Na Casa do Criador, pai²⁷!

(10) PAI (Entre sorriso): Vou sim. Por quê?

(11) FILHO: Preciso comprar uma bota.

Por que o pai não entendeu o enunciado metafórico do filho? Por vários motivos. Primeiramente, a cognição do pai estava presa às coisas mundanas do sítio e não acessou o contexto religioso, processo que impossibilitou o acesso às entradas enciclopédicas SENHOR* e CRIADOR*. Em segundo lugar, decorrente do fato anterior, o pai não conseguiu categorizar o conceito SENHOR*²⁸ implicado intencionalmente pelo filho no conceito codificado “senhor” da extensão “criador²⁹”. Em outras palavras: o pai não conseguiu estreitar o conceito SENHOR* do subconjunto “senhor” e nem alargar o conceito SENHOR* do subconjunto CRIADOR*. Em terceiro lugar, ele não conseguiu parear as propriedades lógicas emergentes do conceito “senhor” com as propriedades lógicas do conceito SENHOR* nos respectivos domínios. Em quarto lugar, a memória dedutiva não gerou a imagem-holograma (SANTOS; GODOY, 2020, 2021) para o conceito SENHOR*. Em quinto lugar, como o ser humano não pode se recusar a interpretar e entender enunciados comunicados inferencialmente, porque o processamento da linguagem é automático, sem controle consciente e não pode ser desligado, o sistema dedutivo do pai entrou em *loop* e só foi “resetado” pela intervenção do filho. Em sexto lugar, considerando-se que a mente humana leva em torno de 200 milésimos de segundos para processar uma informação (KLIMCHAC, 2009), os poucos segundos (em torno de três segundos) que o pai dedicou a processar a informação metafórica, que só foram interrompidos pela intervenção do filho, é cerca de quinze vezes maior que o tempo médio de processamento de informações. Ou seja, o pai levou quinze vezes o tempo normal de processamento e não conseguiu interpretar a metáfora. Isso significa que a presunção e o princípio de relevância falharam no caso desta metáfora criativa. O enunciado do filho não foi suficientemente relevante, embora o pai tenha dedicado esforço para interpretá-lo a ponto de modificar, confirmar ou refutar alguma informação no ambiente cognitivo. Destarte, em sétimo lugar, como o custo cognitivo de processamento ficou demasiado alto, o enunciado não gerou nenhum efeito informativo.

Segundo Sperber e Wilson (2008, p. 102), metáfora como (8):

[...] deve ajudar a esclarecer como e por que as metáforas são de fato, particularmente propensas a alcançar relevância ideal por meio da criação de efeitos: o esforço necessário

²⁶ Embora não seja nosso objetivo neste estudo, destacamos que a metáfora é um recurso bastante usual para produzir efeitos humorísticos.

²⁷ “Casa do criador” é uma loja agropecuária na cidade de Rebouças, interior do Paraná.

²⁸ Na modalidade escrita da Língua Portuguesa está convencionado a grafia “Senhor” com inicial maiúscula para categorizar “Deus”. No entanto, no contexto oral *ad hoc* em que o enunciado (8) foi pronunciado não havia qualquer convenção fonético-fonológica que pudesse ser suficientemente relevante para garantir a presunção de relevância ótima à categoria religiosa.

²⁹ Na tradição judaico-cristã, “Deus é o Senhor Criador” do Universo. Para efeitos categoriais, neste estudo desconsideramos o dogma cristão que Deus é uno e trino formado pelo Pai, pelo Filho e pelo Espírito Santo.

para a construção do conceito *ad hoc* exige efeitos de correspondência, e dada a liberdade deixada ao intérprete no processo de construção, estes efeitos dificilmente consistirão em apenas algumas implicações fortemente implicadas. Isto significa que a construção do conceito sistematicamente exige mais esforço no caso de metáforas.³⁰

A falha da presunção e do princípio da relevância na interpretação da metáfora (8) é um caso-limite da teoria da relevância, posto que, de acordo com Sperber e Wilson (1995) ambos os conceitos são heurísticas imprescindíveis à comunicação humana. Sobre a ótica relevantista, a comunicação entre pai e filho não se efetivou na metáfora (8). Vale reiterar que somente após o filho enunciar (9) é que a interpretação metafórica informativa do pai sobre (8) fluiu naturalmente, isto é, somente após a interpretação literal/natural de (9) é que o pai conseguiu atribuir relevância à expressão metafórica (8). Embora os efeitos metafóricos em (8) tenham sido produzidos a partir da interpretação literal de (9), esse processo destoa da corrente de estudiosos que defende a interpretação metafórica a partir da literalidade³¹.

Interessante destacar que, assim como a metáfora (6), a metáfora (8), além de produzir efeitos informativos, também gera efeitos emocionais. No custoso processamento do pai sobre (8), a Forma Lógica do enunciado (construto proposicional das propriedades lógicas no nível explícito (desambiguação) e implícito (complementação inferencial) do código linguístico) dispara no nível das pré-emoções (SANTOS; GODOY, 2020, 2021) o efeito “mal-estar/desconforto”. Esse efeito dispara o sentimento raiva, que evolui para o sentimento irritação/aborrecimento. No entanto, no instante em que o filho enuncia (9), há a transição do efeito “mal-estar” para o efeito “bem-estar” do pai. Esse processamento gera a emoção básica “alegria”, que evolui para os sentimentos “satisfação/contentamento” e “felicidade”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tradição que define a metáfora por classes categoriais, um conceito metafórico categorial se caracteriza em função de outra classe categorial. A relação metafórica realiza o estreitamento ou o alargamento do subconjunto do conceito metafórico a partir do conjunto de conceitos semânticos naturais (literais). Essa perspectiva de definição da metáfora por categorias é muito usada nos estudos de metáforas lexicalizadas, do tipo “A Polina é uma galinha”.

Quanto às metáforas criadas em contextos de ocasião, como os enunciados (6) e (8), o efeito metafórico é construído sobre as propriedades lógicas das categoriais conceituais cognitivamente disponíveis *ad hoc* para o discurso dos interlocutores. Para as metáforas que requerem propriedades lógicas de conceitos pertencentes ao conjunto e

³⁰ No original: “[...] should help to clarify how and why metaphors are indeed particularly likely to achieve optimal relevance through the creation of poetic effects: the effort required for *ad hoc* concept construction calls for matching effects, and given the freedom left to the interpreter in the construction process, these effects are unlikely to consist in just a few strongly implicated strong implications. It is not that concept construction systematically demands more effort in the case of metaphors.”

³¹ Para Searle (1993), por exemplo, metáforas são comparações implícitas.

subconjunto que categorizam conceitos amplos, como “Não vamos brincar desse jeito, esse parquinho de diversões perigosas é ruim”, a presunção e o princípio de relevância são bastante produtivos. O efeito contextual informativo e emotivo ocorrem naturalmente. Já, quando o subconjunto de conceitos é restrito a um referente na categoria, como na metáfora criativa *ad hoc* “Você vai passar na casa do senhor?”, o princípio de relevância falha, e o disparo do efeito informativo e emotivo não ocorre. Enfatizamos que, em ambos os casos, (6) e (8), há incompatibilidade entre os contextos *ad hoc*. Em (6), se justapõe o contexto infantil sobre o contexto adulto de Putin (autoimagem). Em (8), há a justaposição do contexto mundano do pai sobre o contexto religioso evocado pelo filho.

Por isso, de acordo com este estudo, a metáfora cumpre duas funções discursivas: ela a) funciona como estratégia ostensiva de implicação da intenção informativa do locutor e b) produz tanto efeitos informativos como efeitos emocionais.

Na perspectiva de quem a produz, a metáfora é o recurso linguístico usado pelo locutor sobre conceitos literais/concretos de categorias distintas que, em contextos *ad hoc*, guia ostensivamente uma intenção informativa/emotiva. Na perspectiva de quem a interpreta, a metáfora é um construto cognitivo (heurística) de categorização abstrata sobre propriedades lógicas de conceitos distintos que, na relação metafórica, partilham propriedades lógicas semelhantes. Nossa conclusão é que, em sintonia com a perspectiva relevantista, a metáfora integra a linguagem natural e não comunica implicaturas fortes, mas um conjunto de implicaturas fracas³², uma vez que ela guia e é naturalmente guiada pelo princípio de relevância, que presume o acréscimo de benefícios cognitivos contextuais ao efeito.

REFERÊNCIAS

- BARSALOU, L. W. Ad Hoc Categories. *Memory & Cognition*. v. 11, n. 3, p. 211-227, 1983.
- CARSTON, R. Metaphor, Ad Hoc Concepts and Word Meaning. *UCL Working Papers in Linguistic*, v. 14, p. 83-105, 2002.
- CARSTON, R. Metaphor: Ad Hoc Concepts, Literal Meaning, and Mental Images. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 110, n. 3, p. 295-321, 2010.
- GENTNER, D.; BOWDLE, B. F. Metaphor as Structure-Mapping. In: GIBBS, Raymond W (ed.). *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge U. P., 2008. p. 109-128.
- GLUCKSBERG, S. How Metaphors Create Categories, Quickly. In: GIBBS, Raymond W (ed.). *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge U. P., 2008. p. 67-84.
- GLUCKSBERG, S. Understanding Metaphors: The Paradox of Unlike Things. In: AHMAD, K. (ed.). *Affective Computing and Sentiment Analysis: Emotion, Metaphor and Terminology*. London: Springer, 2011. p. 1-12.
- GLUCKSBERG, S.; KEYSAR, B. Understanding Metaphorical Comparisons: Beyond Similarity. *Psychological Review*, v. 97, n. 1, 1990.
- GURGEL, D. F. “Nem toda aleluia é uma aleluia”: acerca da categorização metafórica na narrativa ficcional. *Letras*, Curitiba, v. 93, p. 253-277, jan./jun 2016.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Arnold. 1985.
- KLIMCHAK, S. Por trás das palavras. *Revista Mente e Cérebro*, São Paulo: Duetto, n. 9, p. 50-53, 2009.

³² Implicaturas fracas dizem respeito à plausibilidade de verdade dos enunciados. Segundo a teoria da relevância, para os casos em que o locutor não sabe nem é capaz de prever quais implicaturas o interlocutor interpretará, a verdade a ser considerada é plausivelmente muito fraca.

- KÖVECSE, Z. Metaphor and Emotion. In: GIBBS, Raymond W (ed.). *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 380-396.
- LAKOFF, G. JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: Chicago University Press. 1986.
- RICHARDS, I. A. *The philosophy of Rhetoric*. 2. ed. New York: Oxford University Press. 1950.
- ROMERO, E.; SORIA, B. Relevance Theory and Metaphor. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 14, n. 3, p. 489-509, set./dez. 2014.
- ROSCHE, E. H. Natural Categories. *Cognitive Psychology*, v. 4, p. 328-350, 1973.
- ROSCHE, E.; MERVIS, C. B.; GRAY, W. D.; JOHNSON, D. M.; BOYES-BRAEM, P. Basic Objects in Natural Categories. *Cognitive Psychology*, v. 8, p. 382-439, 1976.
- SANTOS, S. L.; GODOY, E. Efeito racional e efeito emocional: um estudo pragmático da cognição humana. *Memorare*. Dossiê Especial Pragmática: desenvolvimentos e extensões, Tubarão, v. 7, n. 2, maio/ago., p. 44-58, 2020.
- SANTOS, S. L.; GODOY, E. Arquitetura do processamento cognitivo: efeito racional e efeito emocional. *Linguagem em Discurso*, Tubarão, v. 21, série 3, jul/dez., p. 435-454, 2021.
- SEARLE, J. Metaphor. In: Ortony A. (ed.) *Metaphor and Thought*. New York: Cambridge University Press, 1979. p. 92-123.
- SOPORY, P. Metaphor and Affect. *Poetics Today*, v. 26, n. 3. p. 433-458, 2005.
- SPERBER, D.; CLÉMENT, F.; HEINTZ, C.; MASCARO, O.; MERCIER, H.; ORIGGI, G.; WILSON, D. Epistemic vigilance. *Mind and Language*, v. 25, n. 4, 2010, p. 359-393.
- SPERBER, D.; WILSON, D. A Deflationary Account of Metaphors. In: GIBBS, Raymond W. (ed.). *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 84-105.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. 2nd. ed. Cambridge: Harvard University Press. 1995.
- WILSON, D.; CARSTON, R. Metaphor and the “Emergent Property” Problem: A Relevance-Theoretic Treatment. *The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication*. v. 3. Kansas: New Prairie Press, p. 1-40, 2008.
- WILSON, D.; CARSTON, R. Metaphor, Relevance and the “Emergent Property” Issue. *Mind and Language*, v. 21, n. 3, 2006, p. 404-433.
- XATARA, C. M.; SUCCI, T. M. Revisitando o conceito de provérbio. *Veredas on line*. Juiz de Fora: n. 1. p. 33-48, 2008.
- ПРЕСС-КОНФЕРЕНЦИЯ по итогам российско-французских переговоров. Entrevista coletiva de Putin e Macron realizada em 7 fev. 2022 e publicada em 8 fev. 2022. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/67735>. Acesso em: 27 abr. 2022.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-22-03-421-441>

Recebido em: 10/07/22 | Aprovado em: 09/03/23

PROSODY, RELEVANCE AND MANIPULATION IN POLITICAL DISCOURSE

Prosódia, relevância e | Prosodia, relevancia y
manipulação no discurso político | manipulación en el discurso político

Leopoldo Omar Labastía*

Facultad de Lenguas, Universidad Nacional del Comahue
General Roca, Río Negro, Argentina

Abstract: The aim of this paper is to examine the role of intonation in political discourse in River Plate Spanish as a means to manipulate audiences into accepting questionable assumptions. The analysis of intonation is carried out in the Autosegmental-Metrical model applied to Argentinian Spanish and its interpretation is made in the framework of Relevance Theory. Some extracts from three interviews of two politicians and a presidential address are analysed, using PRAAT (BOERSMA; WEENINCK, 2020), a software for speech analysis, and interpreted using the Sp_ToBI transcription system. The analysis shows that level and rising intonation, often associated with background information, can be used to indicate, together with other linguistic devices, that information is to be processed as forming part of the common ground shared with the audience, and thus beyond questioning. In this way, information favourable to the speaker is made more accessible and attention is diverted from critical information.

Keywords: Prosody. River Plate Spanish. Political Discourse.

Resumo:

O objetivo deste artigo é examinar o papel da entonação no discurso político no espanhol rioplatense como um meio de manipular o público para aceitar suposições questionáveis. A análise da entonação é realizada no modelo autosegmental-métrico aplicado ao espanhol argentino e sua interpretação é feita no marco da teoria da relevância. Alguns trechos de três entrevistas de dois políticos e um discurso presidencial são analisados, usando o software para análise de fala PRAAT (BOERSMA; WEENINCK, 2020), e interpretados usando o sistema de transcrição Sp_ToBI. A análise mostra que a entonação suspensiva e crescente, muitas vezes associada a informações de fundo, pode ser usada para indicar, juntamente com outros dispositivos linguísticos, que a informação deve ser processada como parte de um consenso compartilhado com o público e, portanto, inquestionável. Dessa forma, as informações favoráveis ao falante ficam mais acessíveis e a atenção é desviada das informações críticas.

Palavras-chave: Prosódia, Espanhol rioplatense, discurso político

Resumen: El objetivo de este trabajo es examinar el rol de la entonación en el discurso político en español rioplatense como medio de manipulación de la audiencia para lograr la aceptación de supuestos cuestionables. El análisis de la entonación se realiza en el modelo Métrico-Autosegmental de la entonación aplicado al español argentino y su interpretación se realiza en el marco de la Teoría de la Relevancia. Se analizan algunos extractos de tres entrevistas con dos políticos y un discurso presidencial con PRAAT (BOERSMA; WEENINCK, 2020), un programa de análisis del habla, y se interpretan utilizando el sistema

* Texto.

de transcripción Sp_ToBI. El análisis muestra que la entonación suspensiva y ascendente, a menudo vinculada a información de fondo, puede utilizarse para indicar, junto con otros recursos lingüísticos, que la información debe procesarse como parte del terreno común con la audiencia, y que, en consecuencia, no debería cuestionarse. De esta manera, la información favorable al hablante se hace más accesible y la atención de la audiencia se desvía de información crítica.

Palabras clave: Prosodia, español rioplatense, discurso político

1. INTRODUCTION

It is a fact that the different ways in which speakers can say an utterance makes a major contribution to the way they intend that utterance to be interpreted. The continuous variations of pitch, length, loudness and voice quality which are superimposed on words affect the way they are processed, and the same utterance with different prosodic features may be interpreted in different ways. Prosodic features provide different types of input to the comprehension process: some of them are ‘natural’ and may express states of mind like anger, agitation, etc.; others are properly linguistic, such as lexical stress or tone (WILSON; WHARTON, 2006). In other words, prosody has a dual nature: it is partly iconic, conveying paralinguistic meanings, and partly arbitrary, with language-specific features of a phonological nature (HOUSE, 2006). Both types of meaning make an effective contribution to the speaker’s intended meaning.

For a long time, most of the investigation into the relation between prosody and speaker meaning has been carried out by phonologists, and progress has been made in the formal analysis of prosodic structure and its relation to meaning (WHARTON, 2012). More recently, this interaction has been approached by pragmatists, especially in the wake of Paul Grice’s influential views. Grice (1989) proposes that an essential feature of human communication is the expression and recognition of intentions: the speaker’s intended interpretation is inferred by a process of hypothesis formation and evaluation, guided by general principles of communication that communicator and audience are supposed to follow. The question then arises as to how different prosodic features, and intonation in particular, contribute to this process.

This paper explores the function of different intonation patterns in the framework of Relevance Theory, a cognitive pragmatic theory based on Grice’s central claims on the role of decoding, inference and relevance in communication. In particular, it applies the idea of procedural encoding to the analysis of intonation in political discourse.

Political discourse is a form of action meant to exert symbolic pressure on the public to legitimize political power. The power of discourse emerges through the control of the belief systems of individuals and groups. It is argumentative, essentially polarized and polemic (VERÓN, 1987). Van Dijk (1997, p. 28) regards political speech as evaluative, and postulates that all ideological and political discourse follows the strategic principle of the Ideological Square, which consists of emphasizing OUR good actions and THEIR bad actions, and of de-emphasizing OUR bad actions and THEIR good actions. Each argumentative move in political discourse follows the overall principle of positive self-presentation and negative other-presentation. We analyse how intonation contributes to manipulating audiences in order to control their belief-systems, and indirectly their actions, on the basis of those beliefs (VAN DIJK, 2006).

The paper is organized in the following way. In section 2, we introduce the pragmatic and prosodic framework. In section 3, we present the corpus and methodology. In section 4, we analyse the data from a pragmatic point of view. In section 5, we evaluate our analysis in the light of other cognitive pragmatic work on political discourse. Finally, in section 6, we summarize the contribution of intonation to information processing.

2. THEORETICAL FRAMEWORK

2.1 PRAGMATIC FRAMEWORK

The theoretical framework for this paper is Relevance Theory (RT), a cognitive inferential pragmatic theory (SPERBER; WILSON, 1995; WILSON; SPERBER, 2004). It is basically a generalization about the human cognitive system which forms the basis of a communicative theory of utterance interpretation. Any external stimulus, internal representation or utterance (information) may be relevant when it combines with a context of background assumptions the individual already possesses and yields positive cognitive effects, that is, changes in an individual's representation of the world. These effects are mainly of three types: contextual implications, or conclusions that cannot be derived from new information or from the context independently, but only from a productive combination of both, revisions leading to the strengthening of background information, and revisions leading to the weakening and eventual abandonment of background information. The more cognitive effects these stimuli or representations trigger, the greater the relevance. But cognitive processing involves effort of perception, memory and inference. The greater the effort, the less relevant the information will appear to be; the lesser the effort, the more relevant it will appear to be. Greater effort will be acceptable only when it leads to greater cognitive gain. Relevance results from the contextualization of a stimulus, mental representation or utterance in a context which is not given in advance, but which is selected *ad hoc* on the basis of its accessibility to maximize the relevance of the utterance.

Any pragmatic theory makes assumptions as to the information the participants in a conversation must share for communication to be possible. RT proposes the concept of mutual cognitive environment. A cognitive environment is the set of facts an individual can entertain in their mind and accept as true or probably true. In a mutual cognitive environment, for every fact that an individual entertains, they also entertain the fact that their interlocutor entertains it (SPERBER; WILSON, 1995).

Languages contribute two types of input to the process of pragmatic interpretation: conceptual and procedural. Procedural devices (discourse connectives, pronouns, determiners, modal and evidential particles, etc.) encode processing instructions on how to combine conceptual representations and contextual assumptions, by guiding the hearer to the speaker's intended interpretation, thus reducing cognitive effort (BLAKEMORE, 1987; WILSON; SPERBER, 1993; WILSON, 2011). Prosody has also been analysed as a procedural device with pragmatic import (ESCANDELL-VIDAL, 1998, 2002, 2011; HOUSE, 2006, 2009; WILSON; WHARTON, 2006, among others).

According to Relevance Theory, inferential communication involves two layers of intention: the informative intention (the intention to inform an audience of something) and the communicative intention (the intention to inform the audience of one's informative intention). Understanding is achieved when the communicative intention is fulfilled, that is, when the audience recognizes the informative intention. The informative intention must be recognized as such, but it may or may not be fulfilled, because its fulfilment depends on how much the audience trusts the communicator. In other words, there is difference between understanding and believing (WILSON; SPERBER, 2004, p. 611).

2.2 PROSODIC FRAMEWORK

The prosodic framework of analysis adopted here is the Autosegmental-Metrical model (AM, PIERREHUMBERT, 1980; LADD, 2008), initially applied to English and later used in the analysis of Spanish and other languages. Intonation contours result from the concatenation of H (high) and L (low) tones, which form two different types of unit: pitch accents (T*), which are associated with the tonic syllables (those that carry stress) and edge tones (T%), associated with the margins of prosodic constituents at different levels of the prosodic hierarchy. Edge tones can also end at a mid level (M%)¹. In this paper we concentrate on tonal movements at the end of the intonation phrase, the so-called nuclear pitch accent. The nuclear pitch accent and the boundary tone form the nuclear tone configuration. The meaning of the nuclear configuration applies to the whole intonation phrase of which it is part.

The AM model is applied to the analysis of intonation in Spanish through the Sp_ToBI transcription, a notational system for the different varieties of Spanish (PRIETO; ROSEANO, 2010; HUALDE; PRIETO, 2015). Argentinian Spanish (River Plate variety) intonation has been analysed in experimental conditions in Colantoni and Gurlekian (2004), and Gabriel et al. (2010, 2011, 2013), among others. Spontaneous production in this dialect has been approached in Labastía (2011, 2016, 2018), and Dabrowski and Labastía (2013), among others.

According to Gabriel et al. (2010, 2013), there are three falling nuclear configurations in Argentinian Spanish: H+L* L% (↘high falling), L* L% (↘low falling) and L+H*+L L% (↗↘rising falling). These authors propose that the first two configurations appear in broad focus statements, while they associate the third with narrow focus, contradiction, emphatic and exclamative statements. In the analysis of these in spontaneous discourse, the three configurations indicate that the content in those intonation phrases is relevant in itself and orient the hearer to the derivation of the different cognitive effects proposed in RT. H+L* L% is associated with the derivation of contextual implications, while L* L% conveys a high degree of certainty on the part of the speaker and qualifies as a categorical assertion, and L+H*+L L% indicates that the content is highly relevant and may be taken as a reinforcement or a contradiction of background information (LABASTÍA, 2016).

¹ Hualde and Prieto (2015) suggest that this mid level should be transcribed as !H% to maintain a binary system of transcription. For the sake of clarity, we keep the M% symbol used in Gabriel et al. (2010).

As regards the level nuclear configuration, Gabriel et al.'s proposal (2010) does not assign it a specific meaning. In spontaneous discourse data, this configuration often appears in incomplete statements and is used to signal to the hearer that he should hold off investing processing effort until the speaker instructs him to do so through a falling pitch configuration (LABASTÍA, 2011), because, with the intonation phrases with a level configuration, he is in the process of building a larger discourse structure. With this configuration, the speaker is providing the context in which the point of the utterance will achieve relevance. The information in those intonation phrases is to be incorporated into the mutual cognitive environment, but it is to be considered as background to the relevant information, which usually follows it and is intoned with a falling configuration (LABASTÍA, 2018).

Besides the falling and the level nuclear configurations, there are also other configurations which end at a mid or high level, which we have labelled as 'rising'. In Gabriel et al. (2010) L*M%, or the low rising configuration, appears in uncertainly statements, while L+H* HM% appears in echo wh-questions, imperative and confirmation yes-no questions and in certain types of vocatives. In Labastía (2018), four rising configurations are identified, L* M% (↗low rising), L+H* H% (↗high rising), L+H* LM% (↗↘↗rising-falling-rising)² and L+H* HM%³ (↗→↘rising-rising-falling), which also appear in incomplete statements. They combine nuclear tones with a high or mid boundary tone. These nuclear configurations can also appear in incomplete utterances, and the processing instruction seems to be, as in the case of the level configuration, to postpone deriving cognitive effects because the speaker is building up a larger discourse structure. But, unlike the level configuration, the rising configurations seem to mark the content of the intonation phrases in which they appear as already present in the context. Consequently, they may operate as a reminder of background information which is already present in the cognitive environment, and which is made accessible to reduce processing costs. According to Labastía (2018), the different rising configurations (those ending in H% or M%) encode different degrees of accessibility of background information, from more to less accessible: L* M%, L+H* H%, L+H* LM%, L+H* HM%. The nuclear configurations in River Plate Argentinian Spanish and their procedural meaning are summarized in Table 1.

In the procedural view of intonation, the use of these tonal configurations does not necessarily coincide with the objective conditions of discourse. Each configuration indicates a piece of computational information. That is, the speaker does not necessarily mirror the context as it is, but rather presents the information as she wants it to be perceived by the hearer (ESCANDELL-VIDAL, 1998, p. 200).

The different intonation phrases are grouped together in a larger unit, which we call 'sequence' ('processing unit' in House, 1990). The first phrases in the sequence tend to have mid-level or rising configurations, and indicate the information is to be considered part of the background, while the final phrases usually have falling configurations, indicating they are part of the foreground, and contain the point of the utterance. The sequence usually starts on a relatively high pitch and progressively descends to a low pitch level at the end. Example (1) shows part of a sequence in an extract from the corpus

² The L+H* LM% is not analysed in Gabriel et al. (2010, 2013), but appears in spontaneous production and is recorded in Labastía (2018).

³ In Gabriel et al. (2010, 2013), this configuration is transcribed as L+H* HL%.

(Macri’s interview, 2021). Slant bars separate intonation phrases and syllables in capital letters mark prominences. The underlined syllable indicates the beginning of the nuclear pitch configuration. In this example, intonation phrase 1, with a low rising configuration, provides the context in which phrase 2, with a low falling configuration, achieves its relevance. Figure 1 shows the acoustic analysis of these intonation phrases, made with the help of PRAAT, a free-access speech analysis programme (BOERSMA; WEENINCK, 2020). Figure 2 shows the schematic representation of a sequence.

	Pitch direction	Sp_toBI	Arrow	schema	Description
Foreground	Falling	H+L* L%	↘		A fall within the temporal limits of the stressed syllable. The F0 remains low until the end of the intonation phrase.
		L* L%	↘		A low sustained or falling tone at the speaker’s baseline
		L+H*+L L%	↗↘		A rising-falling pattern within the metrically strong syllable
background	Mid level	L+H* M%	↗→		A rise to the stressed syllable which continues at a mid-level until the end of the intonation phrase
	Rising	L+H* H%	↗		A rise to the stressed syllable which continues until the end of the intonation phrase
		L* M%	↗		A low level at the stressed syllable which rises to a mid-level until the end of the intonation phrase
		L+H* LM%	↗↘↗		A rise to the stressed syllable followed by a fall and a rise to a mid-level towards the end of the intonation phrase
L+H* HM%	↗→↘		A rise to the stressed syllable which continues into the following syllable and ends at a mid-level at the end of the intonation phrase		

Table 1: Nuclear pitch configurations in River Plate Argentinian Spanish (LABASTÍA, 2018).

The schemas show pitch movement in the nuclear syllable (grey), and pre-nuclear and post-nuclear syllables.

[1] MM3_03 (05:00')

/1 que sea el Último goBIERno popuLISTa de nuestra hisTOría /

L+H* L+H* L+H* L* M%

So that this is the last populist administration in our history

/2 y que VENgan VEINte Años de creciMIENto /

L+H* L+H* L+H* L* L%

and there come twenty years of growth.

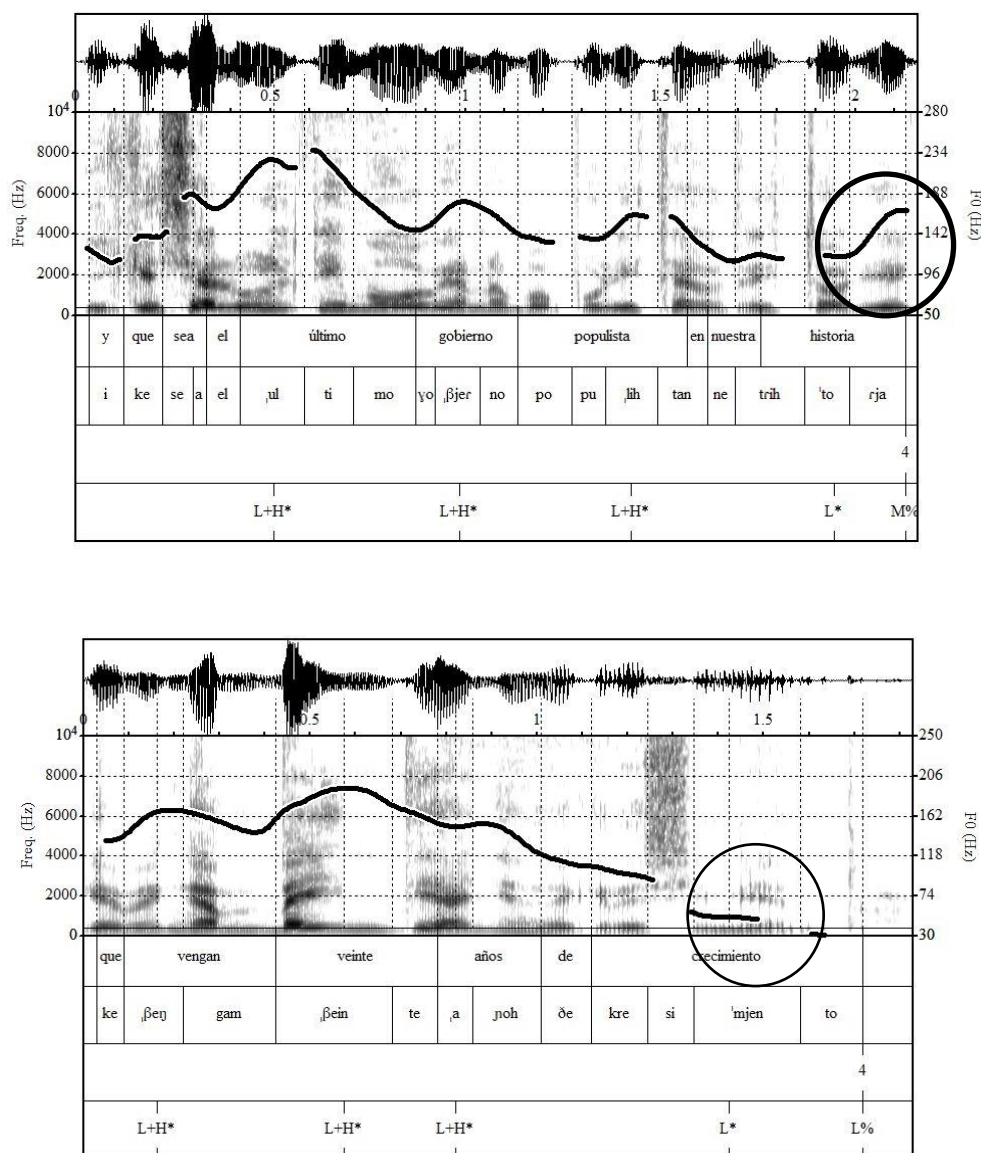


Figure 1: Acoustic analysis of the end of a sequence with two intonation phrases in example 1.

The panel above shows the first phrase, with a low rising nuclear configuration (inside the circle), and the one below the second phrase, with a low falling configuration (inside the circle).

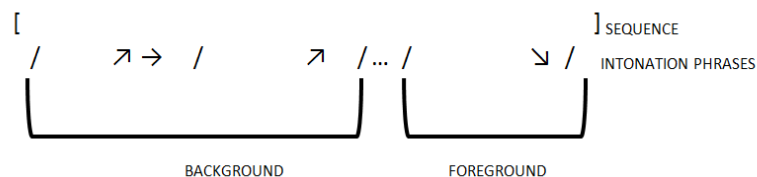


Figure 2: The internal structure of sequences, with the nuclear pitch configurations indicating background and foreground information

This proposal is in keeping with Sperber and Wilson’s (1995, p. 202-217) observations about prosody and relevance. They consider that it is natural for information that the speaker presents as given or uncontroversial to come before new information, in the same way as “it is natural to raise a question before answering it, or to communicate a complex piece of information step by step” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 211). Background information is information that contributes only indirectly to relevance, by reducing processing effort; it need be neither given nor presupposed. Foreground information is information that is relevant in its own right by having contextual effects; it need not be new (SPERBER; WILSON, 1995, p. 217). Indicating the relative relevance of different pieces of information helps reduce the hearer’s cognitive effort.

3. CORPUS AND METHODOLOGY

In this paper, we would like to analyse the information these politicians present as background with the help of intonation and the way they (intend to) guide listeners to certain assumptions in which to process the main point of the utterance. We would like to show that backgrounding and foregrounding with the help of intonation plays an important role in the interpretation of discourse, and in particular political discourse. Backgrounding may enable politicians to insinuate information as if it had already been consented to as part of the mutual cognitive environment shared with their audience. This could be a mechanism to attempt to manipulate audiences into inadvertently adopting their viewpoint.

As our corpus, we have chosen three interviews and a presidential address: An interview of Cristina Kirchner (former president of Argentina) by Carlos Cué (El País, Spain, September 26th, 2017, 01:46:48’); an interview of the then president Mauricio Macri by Pablo Sirvén (La Nación Más, 2017, 1:01:29’); an extract from a presidential address by Mauricio Macri, broadcast on the Argentinian public television (2018, 25:00’); and an extract from a more recent interview of Macri by a board of four journalists (La Nación Más, March 28th, 2021, 51:56’).

The video interviews were downloaded from Youtube. We watched the video recordings of the four events and selected some fragments which we found useful to put our hypothesis to the test. We transformed the video into WAV audio files and extracted these fragments as 44.100 Hz, 16 bit mono files and analysed them with Praat (BOERSMA; WEENINCK, 2020). We used the Sp_ToBI labelling system applied to

Argentinian Spanish (GABRIEL et al., 2010, 2013) with some modifications resulting from the analysis of spontaneous speech (LABASTÍA, 2018). We submitted some key examples to the scrutiny of three colleagues – expert phoneticians – who agreed on 90% of the cases with respect to the non-falling/falling contrast.

In the analysis of the examples, we are guided by intonation to identify the foregrounded and backgrounded information. On the basis of phonological organisation, we identify the central point of the utterance, the response to the journalist’s question, and focus on the information in phrases with level or rising configurations preceding the central point. We present examples as pairs in which the information backgrounded by one politician is in conflict with the one backgrounded by the other.

In the transcription of intonation, we follow the same conventions explained in 2.2. The translation of each phrase can be found below the Sp_ToBI analysis. The backgrounded intonation phrases are marked in black letter type.

4. ANALYSIS OF THE DATA

In example [2], at the beginning of the interview, journalist Carlos Cué asks Cristina Kirchner about the situation Argentina is in. She considers that the country is not doing well, and explains why this is so.

[2] CFK_01 (02:00')

/1 por lo PRONto es↗→TAMOS con /2 un niVEL de endeuda↗→\MIENto /3 vertigi\NOso /
 L+H* M% L+H* HM% H+L* L%
 To begin with, we're at a debt level which is staggering

/4 si ↗→\HUbo /5 ↗→\ALgo / 6 imporTANTE durante nuestra ges↗→TIÓN /
 L+H* HM% L+H HM% L+H* M%
 If there was anything important during our administration (at all)

/7 como gobierno fue precisa\MENTE /8 haBER sacado al país del de↗FAULT /
 L+H* H% L+H* H%
 As a government it was precisely to have saved the country from default

/9 ↗→Y /10 haber lleVAdo a la Argen↗Tina /11 a un ni\VEL /12 de desendeuda↗MIENto /
 L+H* M% L+H* H% H+L* L% L+H* H%
 and to have taken Argentina to a level of deleveraging

/13 iNÉdito desde MIL nove↗→CIENtos /14 setenta y \SEIS / en un mundo...
 L+H* M% H+L* L%
 unheard of since nineteen seventy-six in a world...

Kirchner organizes her answer in two sequences: the first one groups intonation phrases 1-3, and the second one, phrases 4-14. The focus of Kirchner's answer lies in intonation phrases 3 and 13-14, with a falling configuration, where she declares that the indebtedness level in Argentina is 'staggering', and where she claims that the level of deleveraging during her administration had not occurred since 1976. Instead, in phrases 1 and 2, with a level and rising configuration, she presents as background the fact that under the present (Macri's) administration, the country is getting heavily into debt. Then in phrases 4-12 (with the exception of 11), once again with level and rising configurations, she presents as background the fact that her administration saved the country from default and led Argentina to deleveraging. The information Cristina Kirchner presents as background (with non-falling configurations) constitutes a defence of her achievements as an administration. Besides, intonation phrase 4 is introduced with a conditional clause at the beginning of the sequence, in which she suggests that this fact is undeniable and has to be admitted as such. This also favours its interpretation as background. Cristina Kirchner's backgrounded information helps her to mark a clear contrast with the current administration: in this way, she is able to distance herself from the alleged current trend of financial indebtedness. The (foregrounded) negative evaluation of her political opponent's management is based on the (backgrounded) positive evaluation of her own administration concerning indebtedness. This move is meant for Kirchner to present herself as someone who has not incurred the same errors as the current administration, and so is likely to be an alternative to it in future.

In example [3], the then president Macri uses background intonation to introduce an aspect of Kirchner's administration which clearly contrasts with her positive self-presentation in [2]. The interviewer has just asked him why he waited for two years to announce his administration's policies. Macri answers in the following way.

[3] MM1_01 (02:25)

/1 ↗→PORque /2 el niVEL de de↘SORden /3 de ↗→CRisis /4 encuBIERta que here↗Damos /
H* M% **H+L* L%** **L+H* M%** **L+H* H%**
 Because the level of disorder of crisis covert that we inherited

/5 no se ↗→PUEde /6 no se PUEde dimensioNAR aún ↘HOY /... /7 entonces ha↗→↘Bía que /
L+H* M% **H+L* L%** **L+H* HM%**
 cannot be gauged even today so one had to

/8 lleVAR a una transición en la ↗CUAL /
H+L* L%
 lead to a transition in which

/9 saCÁsemos a la ArgenTina del RIEsgo del coLAPso abso↗LUto /
L* M%
 we could get Argentina out of the risk of absolute collapse

/10 y dar el TIEMpo que todo el MUNdo enTIENda que lo que esTÁbamos vi[↗]→VIENdo era/

L+H* LM%

and allow for some time for the world to understand that what we were living was

/11 una falseDAD abso[↗]↘LUta /

L+H*+L L%

absolutely false

In this extract, Macri organizes his answer in two sequences, the first one including phrases 1-6, and second one phrases 7-11. The point of Macri's utterance in this example is expressed in intonation phrases 6 and 11 (with falling intonation): we were living at a level of disorder which could not be measured even then, and what we were living at the time of the previous (Cristina Kirchner's) administration was absolutely false. These phrases answer the interviewer's question as to why Macri took so long to explain his plan. The rest of the phrases in this utterance have level or rising configurations. What is being backgrounded here is the claim that Macri had inherited this covert crisis (phrases 3 and 4) that was leading the country to the edge of absolute disaster (phrase 9), and that his delay in announcing his policies was due to the fact that a transition was necessary for the world to be able to become fully aware of the depth of the plight the country was in (phrase 10). The fact that this covert crisis was inherited from the previous (Kirchner's) administration in phrases 3 and 4 are the subject/topic of the sentence, and, as such, also favour their interpretation as background. Macri's backgrounded information positions him in the role of saviour of a country on the brink of tragedy, and justifies his not having announced his policies beforehand. Macri is trying to garner support for his policies from those who might still be undecided (VERÓN, 1987), and at the same time to discredit his political opponent on the basis of the alleged chaos resulting from her administration.

Examples 4 and 5 introduce contrasting backgrounded claims concerning an aspect of Cristina Kirchner's administration: the management of the country's hydrocarbon resources. In example 4, the interviewer asks Cristina Kirchner why it is so difficult to leave positions of power, hinting at the fact that, after finishing her term as president, she has now run for the position of senator. Kirchner denies any attachment to power, and claims that it is a stressful job to be part of a government which makes decisions against the circles of power.

[4] CFK_02 (01:29:10)

/1 vos te imagiNÁS un go[↗]→BIERno /2 que recupeRÓ las afj[↗]→P /

L+H* M% L+H* M%

Can you imagine a government which recovered the pension schemes

/3 un go[↗]→BIERno/4 que recupe[↗]→RÓ/5 el maNEjo de los hidrocarBUros en la Argen[↗]→TIna/

L+H* M% L+H* M% L+H* M%

a government which recovered the management of hydrocarbons in Argentina?

/6 en ↘FIN /7 no ge↗↘NEra simpatías /8 en los CÍRculos de po↗→DER /

H+L* L% L+H*+L L% L+H* L+H* M%

In sum, it does not arouse sympathy from the power circles

/9 o en determiNAdos CÍRculos internacio↘NAles /

L+H* L+H* L* L%

or in certain international circles,

This extract is organised as a single sequence. The relevant part of this utterance, marked with falling intonation (phrases 6-9), concerns the issue of the reaction her administration might have caused in the powers that be. In this section, Kirchner is trying to persuade her interviewer that she is not interested in retaining power because of the strain it demands from someone who defies those powers. In order to do so, she presents some contextual assumptions to provide evidence for the point she is trying to make by claiming two measures her late husband's and her own administration took: the recovery of pension funds and of the country's natural resources from private hands. These assumptions are expressed in phrases 1-5, pronounced with a level configuration, and are intended to be interpreted as the reason for Kirchner's administration not being accepted by the circles of power. One of these backgrounded claims is that her administration recovered the management of hydrocarbons for Argentina. The intended conclusion would be that leading a revolutionary administration with those achievements can't have been easy, and therefore she is not interested in continuing to wield that power, which has been a continual source of stress for her. Yet, she presents herself as a political activist whose role in politics has been and is to serve her people and country and defend it from greedy economic interests.

Example 5 is part of Mauricio Macri's presidential address in 2018, when, in the middle of a financial crisis, the then president explains the international events that contributed to the crisis. Among them, he mentions his predecessor's hydrocarbon policy:

[5] MM2_001 (05:40')

/1 y tambIÉN usTEdes SABen que por una MAAla polÍtica del goBIERno ante↗→RIOR) /

L+H* M%

And you also know that due to a bad policy of the previous administration,

/2 actualMENTe imporTAMOS pe↘TRÓleo /

H+L* L%

at present we are importing oil

/3 y desgraciadaMENTe el PRECio del peTRÓleo en el ↗MUNdo/4 aumen↗↘TÓ /

L+H* H% L+H*+L L%

and unfortunately the price of oil in the world went up

In this extract, the first sequence groups intonation phrases 1 and 2, and the second, phrases 3 and 4. The issue which is relevant in this fragment, expressed in phrases 2 and 4 (both with falling intonation), is that at that time Argentina imported oil, and the unfortunate fact that the price of oil went up. This part of the assertion is contextualised in the points made in phrases 1 and 3: that this was a bad policy of the previous administration (i.e. Cristina Kirchner's), and that this event happened throughout the world, not just in Argentina. Phrase 1 introduces the concept of a bad policy as the reason for importing oil through the use of *por* (due to). With these two pieces of information, backgrounded with a level and a rising configuration respectively, Macri is disclaiming responsibility for this unfortunate situation, which is meant to partly account for the current crisis, and at the same time he is shifting the blame to the previous administration. In both cases, he attributes this knowledge to his audience ('and you also know that...'), as if this was already part of the mutual cognitive environment shared with them. This view is in clear contrast with Cristina Kirchner's contextual assumptions in example 4 (phrases 3 to 5), where she claims to have achieved a recovery of these natural resources for the country. Macri's purpose in this fragment is to show that he is not entirely to blame for what is happening to the country at the time of the speech, which results from a combination of her predecessor's bad policy and the current international situation.

In example 6, in discussing the difficulties that a politician has to face, Macri refers to an accusation made against him: that he had been involved in an eavesdropping operation on the opposition.

[6] MM1_06 (26:30)

/1 tal vez la pe[↗]→OR fue cuando /2 me inventARon esta CAUsa de las es[↗]→CUchas /

L+H* M% L+H* M%

Perhaps the worst one was when they invented on me this criminal case of eavesdropping

/3 tele[↗]↘FÓnicas /4 que tambIÉN fue una expeRIENcia ↘LÍmite /

L+H* LM% H+L* L%

on telephone calls which was also a borderline experience

/5 porque cuando te aCUsan de ALgo que no es ver[↗]DAD /6 senTÍs una impo↘TENcia /

L+H* H% H+L* L%

because when you're accused of something which is not true you feel impotent

/7 y VES que un juEZ y el Otro y el ↗→Otro /8 VAN convali[↗]→DANdo /9 esta men[↗]TIra /

L+H* M% L+H* M% L+H* H%

and you see one judge and another and another validating this lie

/10 te sen[↗]→↘TÍs como / 11 qué está paSANDo a[↗]↘CÁ /

L+H* HM% L+H*+L L%

and you feel like... what's going on here?

This extract is organized in three sequences: the first one includes phrases 1-4; the second groups phrases 5 and 6, and the third, phrases 7-11. The point of this utterance is Macri's experience of being unfairly accused and how he felt at the time. This is foregrounded (with falling pitch configurations) in phrases 4, 6 and 11. The context Macri provides in which to process this relevant information is expressed in 1-3, 5 and 7-10, all pronounced with level or rising configurations. The issue which he backgrounds is the alleged fact that this criminal case was invented by the opposition, and that he was unjustly accused of something which was false, and that the judges who heard the case played along. The conditional sentence introduced by means of *cuando* (when) at the beginning of the sequence may also contribute to this backgrounding effect in the second sequence. The overall effect he creates is one of presenting a background in which he appears as an innocent victim of the opposition's maneuvers to discredit him as a future presidential candidate. The contextual implication is that he was a powerless victim of an evil plot by Cristina Kirchner's administration, and at the same time deserves great respect for having endured this plight within the rule of the law, and shows his moral strength in the face of adversity. This also contributes to showing that he is in control of the country.

It is interesting to contrast Macri's claim in example 6 with Cristina Kirchner's claim in example 7. In this case, Carlos Cué asks Cristina if she thinks she could end up in jail, since she has been charged with corruption. Kirchner refers to cases of people who were allegedly imprisoned unfairly, and answers in the following way:

[7] CFK_7 (54:20)

/1 cuando en UN paÍS /2 se reSIENte el esTAdo de deREcho /

L* L% L* L%

When in a country the rule of law is affected,

/3 ↗→CUANdo /4 el poDER judicial o se judicialIza la poLÍTica /5 y en↗→TONces el la/

L+H* M% L* L% L+H* M%

when the judicial power is ruled by politics and then

/6 la justTicia o el poDER judiCIAL /7 PASa a ↗→SER /8 UN dispositIvo del poDER /

L* L% L+H* M% L* L%

justice or the judicial power becomes a power resource

/9 pasa a ser una FUERza de taREAs del goBIERno /10 para discipli↗→NAR /

L* L% L+H* M%

it becomes a government's task force to discipline

/11 a la ↗GENte /12 o para ataCAR /13 a los Líderes po↗→LÍTicos /

L+H* H% H+L* L% L+H* HM%

people or to attack political leaders

/14 BUEno CLARo que ↗→SÍ /

L+H*+L L%

then of course (I can end up in jail)!

This example is organized as a single sequence. The relevance of this utterance lies in the answer to the question posed by the interviewer, as to whether Cristina Kirchner may or may not end up in jail. The affirmative answer to the question can be found in intonation phrase 14. The rest of the utterance, a long subordinate clause headed by “when,” which could be considered a temporal clause with a conditional value, describes the context in which her affirmative answer will achieve relevance. Without specifically referring to Macri’s administration, she is introducing as background a context in which the rule of law is practically no longer in force, and in which justice has become a weapon wielded by the state to fight the opposition. Her veiled accusation is made patent by the use of the term *task force*, an armed force organized for a special operation, which equates Macri’s government with a military dictatorship. As Macri does in example 7, here Mrs. Kirchner presents herself as the helpless victim of a violent government, thus showing that she is just on a par with the many who are suffering unfairly for not supporting the current administration, which is using the judicial system to its own advantage.

An interesting point to consider is that the only cases of level or rising configurations appear towards the end of this section, just before the answer, in phrases 10, 11 and 13, whereas the previous phrases are uttered with a low configuration (L* L%), whose meaning we described above as used to present foregrounded, relevant information as a categorical assertion made with a high degree of certainty. We think that these phrases could also have been uttered on a level or a rising configuration. The fact that this configuration appears in what we consider to be part of the background seems to contradict our characterization of this configuration as used for foregrounding. A similar case can be found in example 8, an extract from a recent interview of Macri (no longer president) by a board of journalists who question him about his responsibility for Cristina Kirchner returning to power as vice-president, and for him and Cristina Kirchner being responsible for the lack of national unity. Macri answers that the widening gap is a question of values, and accuses Kirchner of sequestering Peronism and of trying to destroy the republican system of government.

[8] MM3_01 (11:00')

/1 HOY te_↓NEmos /2 un kirchne_↓RISmo /3 que ha_↓ VUELto /4 demos[↑]→TRANdo /
L* L% L* L% L* L% L+H* M%

Today we have a Kirchnerist movement which has returned, thus demonstrating

/5 que es la facCION que do[↑]→Mina /6 el pero_↓NISmo /
L+H* M% H+L* L%

that it is the faction which dominates Peronism

/7 que ha secuesTRAdo el peroNISmo ya hace CAsi VEINte_↓ Años /
L* M%

which has held Peronism captive for almost twenty years

/8 ha veNido con la deciSIÓN de romPER el sis[↑]→TEma /
L+H*+L L%

has come with the decision to destroy the system.

/9 ella tiene CLARo que TIENE que romPER el sis^{ta}ma /

L+H*+L L%

She has it clear in her mind that she must destroy the system.

The central point Macri makes in this extract, organized as a single sequence, can be found in phrases 8 and 9: the Kirchnerite branch of Peronism and Cristina Kirchner are there to destroy the republican system. The previous phrases can be considered to constitute the context in which to process these final phrases: phrases 1 to 7 combine the low configuration in phrases 1-3 and 7 with the level configuration in 4 and 5, and a falling configuration in 6. The context of these phrases introduces the reason why the Kirchnerite branch is in a position to break the system: they have captured Peronism, and the Peronist party is now in power. Consequently, it is Cristina Kirchner (at the time vice-president) who is actually in power, not the president Alberto Fernández. As in example 7, we believe that these early phrases might as well have been uttered with a level or rising configuration. It is possible to relate the choice of L* L% (low) nuclear configuration to the fact that in both Cristina Kirchner's interview with Carlos Cué and Mauricio Macri's more recent interview with a board of journalists, neither Kirchner nor Macri were in power any longer, and the journalists adopted a somewhat aggressive, confrontational style which is absent from Macri's interview as president, in which the interviewer acted with special deference towards him as the highest authority in the country. In both cases, the interviewees reacted with categorical replies to defend their views and attack their political opponents from a position devoid of any privileges. In these phrases with L* L%, the status of the information as background might be given by its early position in the sequence rather by the nuclear pitch configuration and, in the case of example 7, also by its being part of a conditional clause early in the sequence.

5. DISCUSSION

Through the analysis of some fragments of political discourse, we have tried to show how the use of non-falling nuclear configurations help process information as contextual assumptions, in which other claims gain relevance by having positive cognitive effects. Backgrounding serves the purpose of the Ideological Square of positive self-presentation and negative other-presentation. With the intonationally backgrounded information, the speaker makes accessible or more accessible the premises for the hearer's intended conclusion and the fulfillment of the task at hand, which is usually set by the interviewer's questions. As we hope to have shown, the information Kirchner backgrounds is in sharp contrast with the one Macri backgrounds. This reveals the ideological bias each politician is trying to marginally convey.

In the analysis of examples 7 and 8 we have also noticed the appearance of L* L%, a falling configuration, where we would have expected level or rising configurations. We have attributed it to the interviewee's need to assert their views categorically, even in introducing the background assumptions, in the face of the interviewers' rather aggressive questioning. We have also found that the interpretation of part of the utterance as

background does not depend only on the intonation used, but also on other factors, such as its initial position in the utterance, i.e. in initial intonation phrases in the sequence (cf. SPERBER; WILSON, 1995, p. 211), the appearance of certain nominalized expressions in subject/topic position, or the use of logical connectors like *cuando* (when), introducing conditions in subordinate clauses early in the utterance.

According to Wilson (2011, p. 20-21), a speaker who produces an utterance has two goals: to get the hearer to understand her meaning, and to persuade him to believe it. The hearer has two tasks: to understand the speaker's meaning, and to decide whether to believe it. The first task concerns the pragmatic ability to infer the speaker's intended meaning from linguistic and contextual cues. The second involves a capacity for 'epistemic vigilance', that is, the ability to avoid being accidentally or intentionally misinformed. This ability is related both to the assessment of the reliability of the source of information (its benevolence and competence), and reliability of its content in connection to background beliefs.

Within a massive modularist view of the human mind, Mercier and Sperber (2009) postulate the existence of two kinds of inferences: intuitive inferences, which result from the direct output of the inferential modules in comprehension and take place without attention to reasons for accepting them, and reflective inferences, which result from the operation of a particular metarepresentational module, the argumentation module, which takes the input of the comprehension module and subjects it to close scrutiny, and yields an argument for or against a given conclusion. Intuitive inferences are fast, automatic and mostly unconscious, relying on a fast and frugal heuristics of comprehension: following a path of least effort in constructing an interpretation of the utterance, the addressees will stop when their expectations of relevance are satisfied (WILSON; SPERBER, 2004, p. 613). As such, these mechanisms may lead to erroneous conclusions. We trust our mental processes to yield true conclusions, but in order to increase their performance, we take cognitive shortcuts. Sperber et al. (1995) affirm that we are "nearly incorrigible cognitive optimists." We take for granted that our spontaneous cognitive processes are highly reliable, but we are likely to sacrifice precision for the sake of efficiency. Instead, reflective inferences are slow, consciously controlled and effort-demanding, but make it possible to overcome the shortcomings of intuitive inferences. According to Mercier and Sperber (2009), humans rely massively on communicated information, and this reliance is a source of vulnerability to misinformation and deception. Epistemic vigilance mechanisms have arisen to filter communicated information in order to assess the trustworthiness of communicated information.

Speakers have linguistic resources to get past the hearer's epistemic vigilance mechanisms and convince him. Wilson (2011, p. 23-4) considers that, to achieve this, the speaker can produce an argument showing that her point follows logically from, or is strongly supported by other background information. These resources consist of logical and discourse connectives, as well as indicators of epistemic modality and evidentiality. In this perspective, called the argumentative theory of reasoning, the function of these resources would not be to guide the comprehension process, but to display the communicator's competence and benevolence, and to get the hearer to trust her. Backgrounding through intonation could be included as part of these resources.

De Saussure (2012) has introduced the idea of discursive presupposition, that is, assumptions that get accommodated as part of the assumed background knowledge without the hearer noticing it. They may be used for persuasion and manipulation. Discursive presuppositions tend to be processed at a low degree of awareness and may bypass critical evaluation. They are necessary conditions for relevance, but they are not grasped as the speaker's point in the utterance. They are economically incorporated because they are not evaluated by the relevance-checking procedures or by the epistemic vigilance controls. This is the basis for their persuasive power. They get spontaneously accommodated even when they are inconsistent with otherwise accessible information. Although de Saussure is referring here to a different notion, his description fits well with what we have discussed in relation to background information in intonation phrases with level or rising configurations.

Maillat and Oswald (2009, 2011) discuss the cognitive aspects of manipulation in a similar way. Manipulation exploits the cognitive dynamics of the search for relevance: finding the optimal ratio between cognitive effects and processing efforts. Due to economy constraints on efficiency, the addressee may not take into account all relevant information and take shortcuts, sometimes at the expense of consistency and logical validity. The manipulator may impose external restrictions on the interpretative process, so that the addressee is led to shallow-process certain contextual assumptions in order to optimize the use of cognitive resources, and consequently he interprets the utterance in a limited context. Manipulation also ensures that any alternative set of contextual assumptions is not accessed. A manipulative speaker will increase the accessibility of some contextual assumptions so that the addressee does not process the utterance in a larger context, where he might find inconsistencies or contradictions with other background knowledge or previously held beliefs he might entertain. Manipulation is an attempt at controlling the context selection process of an utterance by making some contextual assumptions so salient that they cannot but be processed, and thus prevent the argumentative module from applying critical information and bypass epistemic vigilance. According to Oswald (2016), this is a key feature for argumentative effectiveness.

It is our hypothesis that background intonation operates in this way: By making information accessible, it favours its interpretation as background assumptions, and may thus contribute to their shallow processing in such a way that they get incorporated as if they were already part of the mutual cognitive environment shared by communicator and audience. As such, it is likely to favour accommodation and acceptance without close scrutiny, and bypass the filters of epistemic vigilance. They may lead to the acceptance of certain propositions which may be at odds with the audience's background beliefs without their noticing. At the same time, it may prevent the audience from entertaining other assumptions which might lead them to question the validity of those premises. But, as we have seen, intonation does not, by itself, determine the interpretation of information as background. It operates in conjunction with other devices, such as logical operators (cf. conditional sentences in examples 6 and 7), early appearance in the sequence of intonation phrases, or other linguistic devices such as topicalisation (example 8). All the properties of the ostensive stimulus together help to set the inferential process in the track intended by the speaker.

6. CONCLUSION

In this paper, we have discussed the contribution of intonation to the processing of spoken political discourse, but we would like to suggest that the conclusions that we have drawn from it can apply to other types of spoken discourse as well. Our data indicate that backgrounding through non-falling configurations may be used to signal, together with other linguistic devices, that part of the utterance contains the premises in which relevant information may be processed and positive cognitive effects achieved. This resource may be used to marginally communicate information, and also to manipulate audiences into believing certain facts, as in the case of political discourse. The audience may be led to infer certain content without realizing it is problematic, and “its acceptance may help satisfy the communicator’s covert perlocutionary goals” (OSWALD, 2014, p. 101).

The results of this work are also significant in the light of Sperber and Wilson’s (1995) comments. As the communicator makes her informative intention mutually manifest, the audience may accept it or reject it. In face-to-face communication, the audience will be able to convey their acceptance or refusal to accept it. However,

Where communication is non-reciprocal, there are various possible situations to be taken into account. The communicator may be in a position of such authority over her audience that the success of her informative intention is mutually manifest in advance. Journalists, professors, religious or political leaders assume, alas often on good grounds, that what they communicate automatically becomes mutually manifest. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 63).

Of course, this does not mean that the propositions that get communicated will automatically become part of the mutual cognitive environment shared with their audience. Whether manipulation is actually effective or not depends on other factors related to epistemic vigilance: whether the communicator is considered trustworthy and benevolent in the first place, especially in relation to his/her past history as a source of information, and whether his/her pronouncements are actually subjected to deep scrutiny for consistency and accuracy, and pass epistemic vigilance controls through reflective inference, as Mercier and Sperber (2009) have pointed out. Besides, most, if not all of us, are prone to information bias, depending on our previously held beliefs, and will tend to accept or reject these pronouncements accordingly.

REFERENCES

- BLAKEMORE, D. *Semantic Constraints on Relevance*. Oxford: Blackwell, 1987.
- BOERSMA, P.; WEENINCK, D. *PRAAT: Doing phonetics by computer*. Downloaded from: <https://praat.softonic.com/>. Access in: April 27, 2022.
- COLANTONI, L.; GURLEKIAN, J. Convergence and intonation. Historical evidence from Buenos Aires Spanish. *Bilingualism: Language and Cognition*, v. 7, p. 107-119, 2004.
- DABROWSKI, A.; LABASTÍA, L. Prosodia y relevancia en el discurso: Selecciones tonales y altura tonal en el español rioplatense. In: LABASTÍA, L. (ed.), *Cuestiones de Fonética, Fonología y Oralidad*. Volúmenes Temáticos de la Sociedad Argentina de Lingüística 2012. V. 12. Mendoza: Editorial FFyL-UnCuyo y SAL, 2013, p. 71-87.

- ENTREVISTA a Mauricio Macri en La Nación Más, 28 de marzo de 2021. Downloaded from: https://www.youtube.com/watch?v=UUB3FRzFzI&ab_channel=LANACION. Access in: April 27, 2022.
- ENTREVISTA a Mauricio Macri, por Pablo Sirvén, 2017. Downloaded from: <https://www.youtube.com/watch?v=NiT7yTebBc8>. Access in: April 27, 2022.
- ENTREVISTA de Cristina Kirchner con El País de España, 28 de septiembre de 2017. Downloaded from: <https://www.youtube.com/watch?v=VgCb9Cj1g9E>. Access in: April 27, 2022.
- ESCANDELL-VIDAL, V. Intonation and Procedural Encoding: The Case of Spanish Interrogatives. In: ROUCHOTA, V.; JUCKER, A. (eds.). *Current Issues in Relevance Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 169-203.
- ESCANDELL-VIDAL, V. Echo-Syntax and Metarepresentations. *Lingua*, v. 112, p. 871-900, 2000.
- ESCANDELL-VIDAL, V. Prosodia y Pragmática. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, v. 4, n. 1, p. 193-208, 2011.
- GABRIEL, C.; FELDAUSEN, I.; PEŠKOVÁ, A. Prosodic Phrasing in *Porteño* Spanish. In: GABRIEL, C.; LLEÓ, C. (eds.). *Intonational Phrasing in Romance and Germanic. Cross-linguistic and bilingual studies*. Amsterdam: John Benjamins, 2011. p. 153-182.
- GABRIEL, C.; FELDAUSEN, I.; PEŠKOVÁ, A.; COLANTONI, L.; LEE, S-A.; ARANA, V. Argentinian Spanish Intonation. In: PRIETO, P.; ROSEANO, P. (eds.). *Transcription of Intonation of the Spanish Language*. Muenchen: Lincom, 2010. p. 285-315.
- GABRIEL, C.; PEŠKOVÁ, A.; BLÁZQUEZ, B. La entonación en el español de Buenos Aires. In: COLANTONI, L.; RODRÍGUEZ LOURO, C. (eds.), *Perspectivas teóricas y experimentales sobre el español de la Argentina*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2013. p. 99-115.
- GRICE, P. H. *Studies in the Way of Words*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1989.
- HOUSE, J. Intonation Structures and Pragmatic Interpretation. In: RAMSARAN, S. (ed.). *Studies in the Pronunciation of English*. London: Routledge, 1990. p. 38-57.
- HOUSE, J. Constructing a Context with Intonation. *Journal of Pragmatics*, v. 38, n. 10, p. 1542-1558, October 2006.
- HOUSE, J. Prosody and Context Selection: A Procedural Approach. In: BARTH-WEINGARTEN, D.; DEHÉ, N.; WICHMANN, A. (eds.). *Where Prosody Meets Pragmatics*. Bingley (UK): Emerald, 2009. p. 129-142.
- HUALDE, J.; PRIETO, P. Intonational variation in Spanish: European and American varieties. In: FROTA, S.; PRIETO, P. (eds.). *Intonation in Romance*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2015. p. 350-391.
- LABASTÍA, L. Procedural Encoding and Tone Choice in Buenos Aires Spanish. In: ESCANDELL-VIDAL, V.; LEONETTI, M.; AHERN, A. (Eds.), *Procedural Meaning, Problems and Perspectives*. Bingley (UK): Emerald, 2011, p.383-413.
- LABASTÍA, L. Declarative utterances in Buenos Aires Spanish. In: ARMSTRONG, M.; HENRIKSEN, N.; VANRELL, M. (Eds.), *Intonational Grammar in Ibero-Romance*. Amsterdam: John Benjamins, 2016, p. 207-226.
- LABASTÍA, L. *Entonación y estructura informativa en el español rioplatense*. Tesis doctoral. Madrid: UNED, 2018. Disponible en: <http://e-spacio.uned.es/fez/view/tesisuned:ED-Pg-Filologia-Lolabastia>
- LADD, D. *Intonational Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- MAILLAT, D.; OSWALD, S. Defining Manipulative Discourse: The Pragmatics of Cognitive Illusions. *International Review of Pragmatics*, v. 1, n. 2, p. 348-370, 2009.
- MAILLAT, D.; OSWALD, S. Constraining Context: A Pragmatic Account of Cognitive Manipulation. In: HART, C. (ed.). *Critical Discourse Studies in Context and Cognition*. Amsterdam: John Benjamins, 2011. p. 65-80.
- MERCIER, H.; SPERBER, D. Intuitive and Reflective Inferences. In: EVANS, J.; FRANKISH, K. (eds.). *In Two Minds: Dual Processes and Beyond*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2009. p. 149-170.
- OSWALD, S. It is Easy to Miss Something You Are Not Looking For: A Pragmatic Account of Covert Communicative Influence for (Critical) Discourse Analysis. In: HART, C.; CAP, P. (eds.). *Contemporary Studies in Critical Discourse Analysis*. London: Bloomsbury, 2014. p. 97-120.

- OSWALD, S. Rhetoric and Cognition: Pragmatic Constraints on Argument Processing. In: PADILLA-CRUZ, M. (Eed.). *Relevance Theory: Recent Developments, Current Challenges and Future Directions*. Amsterdam: John Benjamins, 2016. p. 261-285.
- PALABRAS del Presidente Mauricio Macri. Casa Rosada, República Argentina, 2018. Downloaded from: <https://www.youtube.com/watch?v=s1oo6zKjX6A> (Casa Rosada). Access in: April 27, 2022.
- PIERREHUMBERT, J. *The Phonology and Phonetics of English Intonation*. PhD thesis, Cambridge (MA): MIT, 1980.
- PRIETO, P.; ROSEANO, P. Transcription of Intonation of the Spanish Language. Introduction. In: PRIETO, P.; ROSEANO, P. (eds.). *Transcription of Intonation of the Spanish Language*. Muenchen: Lincom, 2010. p. 1-13.
- SAUSSURE, L. de. Cognitive Pragmatics Ways into Discourse Analysis: The Case of Discursive Presuppositions. *Lodz Papers in Pragmatics*, v. 8, n. 1, p. 37-59, October 2012.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance. Communication and Cognition*. Cambridge (MA); Oxford (UK): Blackwell Publishers, 1995.
- SPERBER, D.; CARA, F.; GIROTTO, V. Relevance Theory Explains the Selection Task. *Cognition*, v. 57, p. 31-95, 1995.
- VAN DIJK, T. What is Political Discourse Analysis? In: BLOMMAERT, J.; BULCAEN, C. (eds.) *Political Linguistics. Belgian Journal of Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins, v. 11, p. 11-52, 1997.
- VAN DIJK, T. Discourse and Manipulation. *Discourse and Society*, v. 17, n. 3, p.359-383, 2006.
- VERÓN, E. La palabra adversativa. Observaciones sobre la enunciación política. En: VERÓN, E. (Ed.), *El discurso político*. Buenos Aires: Hachette, 1987. p. 13-26.
- WHARTON, T. Prosody and Meaning. Theory and Practice. In: ROMERO-TRILLO, J. (ed.), *Pragmatics and Prosody in English Language Teaching*. Dordrecht; Heidelberg; New York; London: Springer, 2012. p. 97-116.
- WILSON, D.; SPERBER, D. Linguistic Form and Relevance. *Lingua*, v. 93, p. 1-25, 1993.
- WILSON, D.; SPERBER, D. Relevance Theory. In: HORN, L.; WARD, G. (eds.). *The Handbook of Pragmatics*. Malden (MA); Oxford (UK): Blackwell Publishers, 2004. p. 607-632.
- WILSON, D.; WHARTON, T. Relevance and Prosody. *Journal of Pragmatics*, v. 38, n. 10, p. 1559-1579, October 2006.
- WILSON, D. The Conceptual-Procedural Distinction: Past, Present and Future. In: ESCANDELL-VIDAL, V.; LEONETTI, M.; AHERN, A. (eds.). *Procedural Meaning, Problems and Perspectives*. Bingley: Emerald, 2011. p. 3-31.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-22-03-443-464>

Recebido em: 26/06/22 | Aprovado em: 13/12/22

POLITENESS, RELEVANCE, AND GOAL-CONCILIATION: AN ANALYSIS OF “CAN YOU PASS THE SALT?”

Polidez, relevância e conciliação de metas: uma análise de “Você pode passar o sal?” | Cortesía, relevancia y conciliación de metas: un análisis de “¿Puedes pasarme la sal?”

Fábio José Rauen*

University of Southern Santa Catarina, Postgraduate Program
in Language Sciences, Tubarão, Santa Catarina, Brazil

Gabriela Niero**

Secretary of State for Education of Santa Catarina,
Caetano Bez Batti Basic Education School, Urussanga, Santa Catarina, Brasil

Abstract: Based on Rauen’s goal-conciliation theory, Sperber and Wilson’s relevance theory, and Brown and Levinson’s politeness theory, we model in this essay the utterance “Can you pass the salt?”—taken as a classic example of a polite request between politeness theorists—assuming the mobilization of a polite or attenuated speech act contributes to the accomplishment of practical goals. Next, we discuss the modeling considering some criticisms produced by second-wave politeness studies and politeness relevance-theoretic studies. We conclude that politeness aspects are part of intentional action plans, affecting the design of the lowest level practical goal superordinating the respective informative and communicative subgoals. We claim the speaker defines—in the scope of that lower-level practical goal—the speech-act, the politeness super-strategy, and the formulation of the polite utterance considering a palette of linguistic possibilities.

Keywords: Linguistic Politeness. Cognitive Pragmatics. Goal-Conciliation Theory. Relevance Theory. Politeness Theory.

Resumo: Com base nas teorias de conciliação de metas de Rauen, de relevância de Sperber e Wilson e de polidez de Brown e Levinson, modelamos neste ensaio o enunciado “Você pode passar o sal?” – tomado como um exemplo clássico de pedido polido entre teóricos da polidez – assumindo que a mobilização de um ato de fala polido ou atenuado contribui para a realização de objetivos práticos. Em seguida, discutimos a modelagem considerando algumas críticas produzidas pelos estudos de polidez de segunda onda e estudos de polidez orientados pela teoria da relevância. Concluímos que aspectos de polidez integram planos de ação intencionais, afetando a projeção da meta prática de nível mais baixo que superordena as respectivas submetas informativa e comunicativa. Afirmamos que o falante define no escopo dessa meta prática de nível mais baixo o ato de fala, a superestratégia de polidez e a formulação do enunciado polido considerando uma paleta de possibilidades linguísticas.

Palavras-chave: Polidez linguística. Pragmática cognitiva. Teoria de conciliação de metas. Teoria da relevância. Teoria da polidez.

* PhD in Letters/Linguistics at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). Professor and Coordinator of the Postgraduate Program in Language Sciences at the University of Southern Santa Catarina (Unisul). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1096-7253>. E-mail: fabio.rauen@gmail.br.

** PhD in Language Sciences at the University of Southern Santa Catarina (Unisul). Professor at the Caetano Bez Batti Basic Education School, Urussanga, Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5176-7680>. E-mail: gabiniero@hotmail.com.

Resumen: Con base en las teorías de conciliación de metas de Rauen, de relevancia de Sperber y Wilson y de cortesía de Brown y Levinson, modelamos en este ensayo la declaración ¿Puedes pasar la sal? – tomado como un ejemplo clásico de solicitud cortés entre los teóricos de la cortesía – asumiendo que la movilización de un acto de habla cortés o atenuado contribuye al logro de objetivos prácticos. A continuación, discutimos el modelado considerando algunas críticas producidas por los estudios de cortesía de segunda ola y los estudios de cortesía orientados a la teoría de la relevancia. Concluimos que los aspectos de cortesía forman parte de los planes de acción intencional, incidiendo en la proyección de la meta práctica de nivel más bajo que superordina las respectivas submetas informativas y comunicativas. Afirmamos que el hablante define, dentro del alcance de este objetivo práctico de nivel inferior, el acto de habla, la superestrategia de cortesía y, considerando una paleta de posibilidades lingüísticas, la formulación del enunciado cortés.

Palabras clave: Cortesía lingüística. Pragmática cognitiva. Teoría de conciliación de metas. Teoría de la relevancia. Teoría de la cortesía.

It was more of a typical lunch in the company cafeteria. Mary realizes her food is a bit bland. And now? Does she salt her food or eat it that way? Salting is better for her. There is a salt shaker on the table, but it is far away, close to John. So, does she take the salt shaker herself or ask for it? After all, she wants just a little bit of salt. Mary is a dear person; she holds John in high esteem. Taking the salt by herself is not cool. It is better to ask for it. John might think she is rude. “Can you pass the salt?” she says. Mary and John remain good colleagues, and now life has flavor. (NIERO, 2020, p. 15).

1. INTRODUCTION

We assume in goal-conciliation theory that self and hetero-conciliation of practical goal achievements expectations superordinate human action. By hypothesis, a speaker interested in conciliating a practical goal would mobilize politeness strategies with which—considering her abilities and preferences—she would increase the chances of getting a hearer’s collaboration¹. Thus, face-works would integrate individuals’ intentional action plans towards the collaborative hetero-conciliation of their practical goals.

Goffman (2011/1967) conceives face-work as an effort to maintain, preserve or improve people’s public self-image. Brown and Levinson (1987) claim we use face-work for such ends because speech acts are potentially threatening, and we are sociable and interactive rational beings seeking ways to achieve specific goals. According to them, people want to be socially well-accepted (positive face) and desire to maintain their freedom to act (negative face).

For Sperber and Wilson (1986, 1995), on the other hand, evolutionary pressures have led us to process information as efficiently as possible. Therefore, assuming speakers did their best, we process communicative stimuli, maximizing cognitive effects and saving cognitive efforts. Rauen (2014) goes further. He considers that practical intentions—in the scope of action plans with which speakers direct their efforts towards the cooperative accomplishment of their goals—superordinate such stimuli. Thus, he describes and explains communicative processes in terms of collaborative goal-conciliations.

¹ Following relevance-theoretic studies tradition, speakers are female, and listeners are male.

Mary intends to salt her food, but the salt shaker is near John. To get it—in a socially constrained context of cordial relations between co-workers—she decides to ask for John’s collaboration. Therefore, she calculates sociocultural variables and *ex-ante facto* abducts that if she should say: “Can you pass the salt?” John would probably pass the salt shaker, and she would season her food.

“Can you pass the salt?” (SEARLE, 2002/1979, p. 57) has been taken up as one of the most striking examples of a genuinely polite speech act. Brown and Levinson (1987, p. 132-144) claim politeness and indirect formulation are intrinsically correlated, echoing Searle’s (2002/1979, p. 56) idea that politeness is the central motivation for the indirect character of the speech act in directives².

Brown and Levinson’s (1987) theory has produced advances in understanding the phenomenon of linguistic politeness, but their account has also received much criticism since then. Second-wave neo-Gricean politeness studies have criticized its excessively strategic and universalizing character³. Post-Gricean works assuming Sperber and Wilson’s (1986, 1995) relevance theory have tried to accommodate those questions from a pragmatic-cognitive bias⁴.

Considering such a context, we use in this essay Rauen’s goal-conciliation theory (2014), Sperber and Wilson’s relevance theory (1986, 1995), and Brown and Levinson’s (1987) politeness theory to model the use of that utterance in Mary and John’s context, observing the extent to which an approach in terms of goal hetero-conciliations enables advances in the understanding of linguistic politeness phenomena.

Rauen’s (2014) goal-conciliation theory conceives utterances as enabling antecedent actions towards the hetero-conciliation of higher-level practical goals. Its descriptive-explanatory architecture (see figure 1) contains four stages—the first three are abductive, the last three are deductive—comprising goal projection *Q* [1], formulation [2], execution [3], and checking [4] of optimal antifactual abductive hypotheses *PQ* connecting a plausible antecedent action *P* towards the accomplishment of a projected consequent state *Q*.

Figure 1 – Goal-conciliation theory architecture⁵

Abduction	[1]		Q
Deduction	[2]	P	Q
	[3]	P	
	[4]		Q'

Source: Rauen (2018, p. 14).

² Strictly speaking, such a claim is controversial because, among other reasons, there is evidence of sociocultural injunctions in politeness interpretation, suggesting the indirect formulation of speech acts cannot be considered a universal strategy for that goal as Escandell-Vidal (1996, p. 631) warns us.

³ See, for example, Blum-Kulka (1992), Terkourafi (2002), Spencer-Oatey (2008), and Culpeper (2011).

⁴ See, for example, Escandell-Vidal (1996, 1998), Jary (1998), Watts (2003), Haugh (2003), Ruhi (2008), and Chen (2014).

⁵ *Q'* represents that instances of goal-achievements are different from the projected goal states *Q*.

Four theoretical notions stem from such an architecture. First, we assume there is a goal-conciliation when achievements Q' satisfy projected goals Q (otherwise, there is a goal-non-conciliation). Furthermore, we conceive active and passive (non)conciliations (figure 2) since executing of the antecedent action is optional.

Figure 2 – Goal-achievements possibilities⁶

Stages	(1a) Active Conciliation	(1b) Active (Non)-Conciliation	(1c) Passive Conciliation	(1d) Passive Non-Conciliation
[1]	Q	Q	Q	Q
[2]	P Q	P Q	P Q	P Q
[3]	P	P	¬P	¬P
[4]	Q'	¬Q'	Q'	¬Q'

Source: Rauen (2014, p. 604).

Second, as the agent trusts the effectiveness of antecedent actions to achieve consequent states, we can classify antefactual abductive hypotheses from categorical to tautological, passing through biconditional, conditional, and enabling ones (figure 3). So, we assume in goal-conciliation theory that communicative stimuli mobilize enabling hypotheses ($P \leftarrow Q$) since they are necessary but not sufficient to accomplish consequent states.

Figure 3 – Goal-achievements possibilities according to intentional action plans

Types of Conciliation	Antecedent Action	Consequent State	Categorical Hypothesis	Biconditional Hypothesis	Conditional Hypothesis	Enabling Hypothesis	Tautological Hypothesis
	P	Q	$P \leftrightarrow Q$	$P \leftrightarrow Q$	$P \rightarrow Q$	$P \leftarrow Q$	$P - Q$
Active Conciliation	+	+	+	+	+	+	+
Active Non-Conciliation	+	-	-	-	-	+	+
Passive Conciliation	-	+	-	-	+	-	+
Passive Non-Conciliation	-	-	-	+	+	+	+

Source: Adapted from Rauen (2018, p. 16)

Third, we can consider self-conciliations and hetero-conciliations since we can achieve goal-conciliations individually or collaboratively. In requests, for example, the speaker mobilizes antecedent actions with which she believes she can achieve the goal through the collaboration of others.

Fourth, we assume the speaker mobilizes three layers of intentions in communicative exchanges: a *practical intention* superordinating an informative intention, an *informative intention* superordinating a communicative intention, and a *communicative intention* superordinating a communicative action (RAUEN, 2020).

Thus, some practical intention superordinates an informative intention to make manifest or more manifest a set of information $\{I\}$ (SPERBER; WILSON, 1986, 1995 p. 58). Such an informative intention superordinates a communicative intention to make mutually manifest or more manifest to both speaker and hearer the speaker makes manifest this set of information $\{I\}$. Finally—in the scope of the practical intention—the speaker produces an overt ostensive stimulus making mutually manifest or more manifest to both—speaker and hearer—she makes manifest such a set of information $\{I\}$.

⁶ \neg represents the non-execution of the antecedent action P and the non-achievement of the consequent state Q' .

2. MODELING “CAN YOU PASS THE SALT?”

Having described in short lines the central notions of goal-conciliation theory, we will apply its architecture in an instance of realization of the sentence “Can you pass the salt?” To do so, we will arbitrate that John and Mary are having lunch in the company’s cafeteria, and Mary realizes her food is bland (cognitive assumptions S_{1-2} below):

S_1 – Mary and John are having lunch in the company’s cafeteria.

S_2 – Mary realizes Mary’s food is bland.

Hypothetically, the assumption S_2 would mobilize from Mary’s encyclopedic knowledge the assumption S_3 that “salt seasons food.” Furthermore, by *conjunctive modus ponens*, it would mobilize the assumption S_4 that “Mary would intend to season Mary’s food with salt.” We would assume it is equivalent to the emergence of the *highest-level goal Q* superordinating the chain of goals in our example since S_4 would express a desirable future state⁷.

S_3 – Salt seasons food.

S_4 – Mary intends to season Mary’s food with salt ($S_2 \wedge S_3 \rightarrow S_4 \equiv \text{goal } Q$).

Supposedly, the most plausible enabling antefactual abductive hypothesis $P \leftarrow Q$ for Mary to achieve the goal Q in the context would be “if Mary got salt,” antecedent action P , “then Mary would probably season Mary’s food,” consequent state Q ⁸.

S_5 – If Mary gets salt to season Mary’s food, Mary will probably season Mary’s food with the salt ($S_4 \rightarrow (S_5 \leftarrow S_4)$ ⁹ \equiv *abduction of self-conciliating enabling antefactual hypothesis*)¹⁰.

Mary notices there is a salt shaker near John S_6 .

S_6 – There is a salt shaker near John.

⁷ Rauen (2021, 2022) describes the emergence of antefactual abductive hypotheses in the flow of deductive chains of assumptions corresponding to the ordinary and non-trivial processing of information as modeled in relevance theory. ‘ \equiv ’ represents those correspondences.

⁸ On criteria for the emergence of abductive hypotheses, see Rauen (2014).

⁹ We should read formulation $S_4 \rightarrow (S_5 \leftarrow S_4)$ as it follows: Assumption S_4 implies by *modus ponens* \rightarrow the emergence of an enabling antefactual abductive hypothesis according to which to achieve assumption S_4 it is necessary, but not sufficient \leftarrow to execute the assumption S_5 .

¹⁰ According to Rauen (2020, p. 17), formulation $S_4 \rightarrow (S_5 \leftarrow S_4)$ yields two consequences for the treatment of intentional action plans. We can consider the antecedent action S_5 of getting the salt both a conclusion of abductive reasoning ($S_4; S_5 \leftarrow S_4; S_5$) and an instance of affirming antecedent (or minor premise) of deductive reasoning. So, we take the antefactual abductive hypothesis as a major premise in such a deductive reasoning despite its broadening character and “being able to season food with salt” (S_4) as a *modus ponens* conclusion $S_5 \leftarrow S_4; S_5; S_4$ ’).

So, Mary would have three plausible options S_{7a-c} to season her food. She could take the salt shaker herself, ask John for the salt shaker, or give up getting salt.

S_{7a} – If Mary takes the salt shaker herself, Mary will probably season the food.

S_{7b} – If Mary asks* John for the salt shaker, Mary will probably season the food.

S_{7c} – If Mary gives up getting salt, Mary will not probably season the food.

We hypothesize the choice would demand the consideration of social variables, including those considered in Brown and Levinson’s (1987, p. 76) formula about the face-threatening level of a speech act (Wx): D (social distance) plus P (relative power), plus Rx (ranking of imposition of the predominant culture) of the interactants—here freely extended to behaviors.

$$Wx = D(S,H) + P(S,H) + Rx$$

Consequently, Mary could pick up the salt shaker imposing herself and taking the risk of being rude or impolite. She could also give up seasoning her food blocking herself. Alternatively, she could request John’s collaboration in any other kind of intermediary relationship of distance, power, or cultural imposition¹¹. In all cases, those options could be successful or unsuccessful (figure 4).

Figure 4 – Mary’s antecedent action options

John’s Collaboration	No		Yes
Execution of the Action	Yes	No	
Covert Intention		No	Yes
Conciliation	Mary tries to get the salt shaker Mary gets the salt shaker	Mary eats the bland food John does not provide the salt shaker	Mary eats the bland food and pretends satisfaction. John does not provide the salt shaker
Non-Conciliation	Mary tries to get the salt shaker Mary does not get the salt shaker	Mary eats the bland food John provides the salt shaker	Mary eats the bland food and pretends satisfaction. John provides the salt shaker

Source: Our elaboration.

In this essay, we are interested in situations involving overt stimuli with which Mary promotes John’s collaboration (option S_{7b}). Hence, to achieve the subgoal P of getting salt, we assume the emergence of the hetero-conciliating enabling antecedent abductive hypothesis $O \leftarrow P$ “if John passed the salt shaker, Mary would probably get salt from the salt shaker.”

¹¹ In such a case, the agent yields an overt or ostensive communication stimulus in relevance-theoretic terms or designs a hetero-conciliable intentional action plan in goal-conciliation-theoretic terms.

S₇ – If John passes Mary the salt shaker, Mary will probably get salt from the salt shaker
 (S₅→(S₇←S₅) ≡ *abduction of hetero-conciliating enabling antefactual hypothesis*).

Thus, Mary would choose the best-suited speech act available in her culture to make manifest or more manifest her wish that John pass her the salt shaker. According to Brown and Levinson (1987), she could engage John in one of three ways (highlighted here in order of imposition)¹²: explicitly and directly, without any equalization strategy (*bald-on-record*); explicitly with equalization, using positive or negative politeness strategies (*on-record*); or implicitly, producing an indirect utterance (*off-record*).

Figure 5 outlines those options in terms of face-work (politeness theory) and intentional action plans (goal-conciliation theory):

Figure 5 – Face-work strategies in hetero-conciliation situations

Bald-on-Record	On-Record		Off-Record
	Positive	Negative	
Mary demands the salt shaker	Mary asks for the salt shaker with some positive politeness strategy	Mary asks for the salt shaker with some negative politeness strategy	Mary suggests the intention of getting the salt shaker
Conciliation: John offers the salt shaker Non-Conciliation: John does not offer the salt shaker			

Source: Our elaboration.

Let us assume, among others, that the following assumptions S₈₋₁₁ about the social relations between Mary and John are mutually manifest.

- S₈ – Mary and John work at the same company.
- S₉ – Mary and John are section colleagues.
- S₁₀ – Mary and John maintain a cordial relationship.
- S₁₁ – Mary and John share the same culture.

Let us see a possible calculation of those variables in such a context:

- S₁₂ – Social distance between Mary and John is minimal.
- S₁₃ – Mary’s power over John is equivalent to John’s power over Mary.
- S₁₄ – There is no cultural imposition of Mary on John or of John on Mary.

Let us now assume Mary knows a range of speech acts such as asking for, requesting, ordering, demanding, soliciting, suggesting, claiming, imploring, and begging. Hence, by hypothesis, asking for the salt shaker would probably be conventionally accepted by the interactants, given their cordial relationship.

¹² It is worth mentioning that the calculus of threatening social variables of the speech act (Wx)— D (social distance), P (relative power), and Rx (ranking of imposition of the predominant culture in the interaction) between speaker S and hearer H —modulates the emergence of the practical intention itself. Hence, how Mary will get John’s collaboration is a function of these variables. If Mary assumes a superior stance to some degree, she will tend to choose a *bald-on-record* formulation. Otherwise, she will tend to choose an *off-record* formulation. In any intermediate situation, she will tend to choose an *on-record* formulation.

However, even asking for something suggests imposition, committing the hearer to a speaker's desirable future action¹³. Asking for is a face-threatening act requiring a (polite) equalization strategy aimed at both the hearer's negative face and the speaker's positive face.

Let us arbitrate that Mary opts for an *on-record speech act*. So, it is reasonable to assume that, considering assumptions S_{12-14} , she would chose the speech act of asking* John for the salt shaker¹⁴. Therefore, to achieve the subgoal O of John passing Mary the salt shaker, the enabling antefactual abductive hypothesis $N \leftarrow O$ that would emerge would be “if Mary asked* John for the salt shaker, John would probably pass Mary the salt shaker.”

S_{15} – If Mary asks* John for the salt shaker, John will probably pass Mary the salt shaker ($S_7 \rightarrow (S_{15} \leftarrow S_7) \equiv$ *enabling hypothesis*).

Having defined the lowest-level practical action in the chain of goals and sub-goals ($N-Q$), it would remain to Mary to decide how to engage John, informing and communicating the asking*. Thus, to achieve the subgoal N of asking* John for the salt shaker, two enabling antefactual abductive hypotheses would emerge. Firstly, the enabling antefactual abductive hypothesis $M \leftarrow N$ that “if Mary informed John that Mary asks* John for the salt shaker, Mary would probably ask* John for the salt shaker.” Secondly, the enabling antefactual abductive hypothesis $L \leftarrow M$ that “if Mary communicated to John that Mary asks* John for the salt shaker, Mary would probably inform John that Mary asks* John for the salt shaker.”

S_{16} – If Mary informs John that Mary asks* John for the salt shaker, Mary will probably ask* John for the salt shaker ($S_{15} \rightarrow (S_{16} \leftarrow S_{15}) \equiv$ *enabling hypothesis*).

S_{17} – If Mary communicates to John that Mary asks* John for the salt shaker, Mary will probably inform John that Mary asks* John for the salt shaker ($S_{16} \rightarrow (S_{17} \leftarrow S_{16}) \equiv$ *enabling hypothesis*).

At this point, Mary would think about how to elaborate the ostensive stimulus—be it verbal or non-verbal, such as pointing toward the salt shaker in a friendly way, for example. Assuming Mary opts for a verbal stimulus, there would be a palette of options for accomplishing the communicative goal. As we arbitrate in this essay, Mary chooses to use the conventionally indirect form “Can you pass the salt?” to achieve the subgoal L of Mary communicating to John that Mary asks* John for the salt shaker. So, the emergent enabling antefactual abductive hypothesis $K \leftarrow L$ here would be: “if Mary uttered ‘Can you pass the salt?’ Mary would probably communicate to John that Mary asks* John for the salt shaker.”

¹³ According to Silva (2017, p. 28, emphasis in the original), “Trosborg (1995) classifies the act of *asking* as a *pre-event*, usually constructed in the form of a statement or question.” On the subject, see also Rauen (2022).

¹⁴ By asking*—asking with such a strategy of equalization—we define an abstract set of interaction possibilities with which Mary manages both a threat to her positive face—as she asks* a favor—and a threat to John's negative face—as the asking* interferes with his freedom to follow the course of his actions.

S₁₈ – If Mary utters “Can you pass the salt?” Mary will probably communicate to John that Mary asks* John for the salt shaker (S₁₇→(S₁₈←S₁₇) ≡ *enabling hypothesis*).

See figure 7 for the formalization of those probable achievements:

Figure 6 – Mary’s intentional action plan

Q – Season Mary’s food with salt, Mary (<i>higher-level practical goal</i>)
P – Get salt, Mary (<i>intermediate-level practical goal</i>)
O – Pass Mary the salt shaker, John (<i>intermediate-level practical goal</i>)
N – Ask* John for the salt shaker, Mary (<i>lower-level practical goal</i>)
M – Inform John that Mary asks* John for the salt shaker, Mary (<i>informative goal</i>)
L – Communicate to John that Mary asks* John for the salt shaker, Mary (<i>communicative goal</i>)
K – Utter “Can you pass the salt?”, Mary (<i>antecedent action</i>)

Source: Our elaboration.

Uttering the sentence would set in motion a series of consequences.

S₁₉ – Mary utters “Can you pass the salt?” (*Execution of the antecedent action S₁₈*).

First, Mary would assume she would probably have communicated and informed her asking* (*communicative and informative intention*) and, consequently, she would probably have asked* for the salt shaker (*lower-level practical intention*).

S₂₀ – Mary probably communicates to John that Mary asks* John for the salt shaker (S₁₈→S₁₇ ≡ *probable hetero-conciliation of the communicative goal*).

S₂₁ – Mary probably informs John that Mary asks* John for the salt shaker (S₁₇→S₁₆ ≡ *probable hetero-conciliation of the informative goal*).

S₂₂ – Mary probably asks* John for the salt shaker (S₁₆→S₁₅ ≡ *probable hetero-conciliation of the lower-level practical intention*).

Second, the probable achievement of the asking* would increase the likelihood that John would pass the salt shaker and that she would get the salt to season her food.

S₂₃ – John will probably pass Mary the salt shaker (S₁₅→S₇ ≡ *probable hetero-conciliation of the intermediate-level practical goal*).

S₂₄ – Mary probably will get the salt shaker from John (S₇→S₅ ≡ *probable hetero-conciliation of the intermediate-level practical goal*).

S₂₅ – Mary will probably season the food with the salt shaker’s salt (S₅→S₄ ≡ *probable hetero-conciliation of the higher-level practical goal*).

The formalization of those probable achievements can be seen in figure 7:

Figure 7 – Consequences of Mary’s antecedent action in her intentional action plan

- K – Mary utters “Can you pass the salt?” (*antecedent action*)
- L’ – Mary probably communicates to John that Mary asks* John for the salt shaker (*communicative goal*)
- M’ – Mary probably informs John that Mary asks* John for the salt shaker (*informative goal*)
- N’ – Mary probably asks* John for the saltshaker (*lower-level practical goal*)
- O’ – John will probably pass Mary the salt shaker (*intermediate-level practical goal*)
- P’ – Mary will probably get the salt from the salt shaker (*intermediate-level practical goal*)
- Q’ – Mary will probably season Mary’s food with [...] (*higher-level practical goal*)

Source: Our elaboration.

Let us now see the impact of such an utterance on the interlocutor¹⁵. Assuming the communicative principle and the respective presumption of optimal relevance (SPERBER; WILSON, 1986, 1995), John would mobilize the relevance-theoretic comprehension procedure to interpret the utterance. Relevance theory is a pragmatic-cognitive approach organized around the *cognitive principle of relevance*—according to which the human mind maximizes the inputs it processes—and the *communicative principle of relevance*—according to which utterances yield precise expectations of optimal relevance.

The authors define relevance as a potential property of cognitive inputs. Inputs are relevant when positive cognitive effects from their processing make the cognitive efforts required to get them worthwhile. That occurs when such inputs strengthen previous cognitive assumptions, contradict, and sometimes eliminate previous cognitive assumptions, or produce new cognitive assumptions by interacting with previous cognitive assumptions. In short—*ceteris paribus*—the relevance of a cognitive input is greater to the extent that its positive cognitive effects are greater or to the extent that the processing efforts designed to get those positive cognitive effects are smaller.

According to the communicative principle of relevance, any ostensive stimulus—a linguistic utterance, for example—is supposed as optimally relevant. An utterance is optimally relevant when (a) it is at least relevant enough to justify the hearer’s processing effort, and (b) it is the most relevant one according to the speaker’s abilities and

¹⁵ Intentional action plans can fail in many ways. Rauen (2020a, 2020b) provides some clues about how that might happen, highlighting the enabling character of all of Mary’s antifactual abductive hypotheses. Let us take John’s possible reactions (1-6) to Mary’s utterance as examples. (1) John does not say anything and does not pass the salt shaker. (2) John says: “How?” (3) John says: “I can” but does not pass the salt shaker. (4) John says: “No” and does not pass the salt shaker. (5) John says: “Yes” and passes the salt shaker. (6) John does not say anything and passes the salt shaker. In terms of goal-conciliation theory, (1-4) are instances of active non-conciliation. John does not collaborate with Mary, despite her asking*. In (1), the reply suggests John did not hear the utterance or, if he did, he refused to cooperate. In (2), the reply suggests Mary’s overt stimulus was minimally relevant to attract his attention, but he did not understand it for some reason. In (3), the reaction suggests he understood the utterance but refused to collaborate; he interpreted ‘can’ as a capacity and made fun of it, or even that there was a cultural misunderstanding, as suggested by Escandell-Vidal (1996). In (4), the refusal is explicit. Only (5-6) are instances of hetero-conciliations. Such instances suggest John understood the ostensive stimulus and integrated it into an intentional action plan to satisfy Mary’s expectations.

preferences. Based on such a presumption, the authors propose a *relevance-theoretic comprehension procedure*. According to it, the hearer must follow a path of minimum effort in computing cognitive effects (a) considering interpretations in order of accessibility and (b) ending the processing when his expectation of optimal relevance is satisfied (or abandoned). So, John would fit the linguistic form of the utterance into a logical form until it became fully propositional, including the respective speech act – *explicature*; and, if relevant, he would integrate the propositional form as an implicated premise into inferential chains until getting an interpretation satisfying his expectation of optimal relevance – *implicatures*.

Thus, a possible explicature of Mary’s utterance (figure 8) could take the form of supposition S_1 , as follows:

Figure 8 – Explicature of Mary’s utterance¹⁶

Linguistic Form	Can	you	pass	∅	the salt	
	↑	↑	↑	↑	↑	
Logical Form	can	someone	pass	someone	something	
	↓	↓	↓	↓	↓	
Explicature	MARY WANTS TO KNOW IF	CAN	JOHN	PASS	MARY	THE SALTSHAKER WITH SALT

Source: Our elaboration.

S_1 – **Mary wants to know if** John can pass Mary the salt shaker with salt.

Assuming John knows that “Can you pass the salt?” is a recurrent formulation for requests in Brazilian culture, we could suppose the mobilization of the following assumption S_2 recognizing such an indirect formulation.

S_2 – People ask someone if someone can do something to ask* for someone to do something (*implicated premise retrieved from encyclopedic memory*).

If we assume the pair S_{1-2} as implicated premises, it is possible to infer the implicated conclusion or *implicature* S_3 below¹⁷:

¹⁶ We admit our description suggests false linearity. The elaboration of the explicature involves a complex process of advances and feedback, including chains of inferences. According to the description, John fits the linguistic form of the utterance into a logical form according to which “someone can pass someone else something.” The verbal formulation ‘can pass’ corresponds to an encyclopedic entry as ‘CAN PASS*,’ such that ‘can’ represents a polite request and not a demand on the interlocutor’s capabilities, and ‘pass’ represents something as ‘achieving something.’ The lexical entry ‘you’ fills in the logical entry ‘someone’ and must be paired with the encyclopedic entry ‘JOHN’—the interlocutor of the utterance. The verbal formulation demands a noun phrase ‘something,’ filled in by the lexical item ‘salt,’ and requires the interpretation of the metonymy since what John can achieve is a ‘SALT SHAKER CONTAINING SALT’; and an elliptical ‘∅’ prepositional phrase ‘for someone,’ to be interpreted as ‘FOR MARY,’ who is the addressee of the action. Finally, we fit the entire description into a speech act like ‘MARY WANTS TO KNOW IF P.’

¹⁷ Another potential development is to interpret the cause of the asking*. S_1 – Mary asks* John for the salt shaker; S_2 – People ask* for salt shakers to season their food; S_3 – Mary asks* John for the salt shaker for Mary to season Mary’s food with the salt from the salt shaker ($S_1 \wedge S_2 \rightarrow S_3$). We can make other inferences,

S_3 – Mary is asking* John for John to pass Mary the salt shaker with salt (*implicated conclusion* $S_1 \wedge S_2 \rightarrow S_3$).

Furthermore, we assume John would expect polite and attenuated interpersonal behaviors—given their cordiality. Those expectations would enable him to process Mary’s utterance as an indirect request¹⁸.

S_1 – People ask* if someone can do something to ask* for someone else to do something (*implicated premise retrieved from encyclopedic memory*).

S_2 – “Can you pass the salt?” is a polite way of requesting (*implicated conclusion* $S_1 \rightarrow S_2$).

S_3 – Mary made John a polite request (*implicated conclusion* $S_2 \rightarrow S_3$).

Assuming John interpreted Mary’s utterance as a polite request, he would probably design an intentional action plan as follows:

S_1 – Mary intends to season Mary’s food with the salt from the salt shaker (*higher-level practical goal Q*).

S_2 – If John helps Mary to let Mary season Mary’s food with the salt from the salt shaker, Mary will probably season the food with the salt from the salt shaker ($S_1 \rightarrow (S_2 \leftarrow S_1) \equiv$ *enabling hypothesis*).

S_3 – If John passes Mary the salt shaker, John will probably help Mary so that Mary can season Mary’s food with the salt from the salt shaker ($S_2 \rightarrow (S_3 \leftarrow S_2) \equiv$ *enabling hypothesis*).

So, John would pass Mary the salt shaker S_4 , and such an action would yield cognitive effects as S_{5-6} in his intentional action plan.

S_4 – John passes Mary the salt shaker (*execution of the antecedent action*).

S_5 – John will probably help Mary so that Mary can season Mary’s food with the salt from the salt shaker ($S_4 \rightarrow S_5 \equiv$ *probable self-conciliation of John’s intermediate-level practical goal*).

S_6 – Mary will probably season Mary’s food with the salt from the salt shaker ($S_5 \rightarrow S_6 \equiv$ *probable hetero-conciliation of Mary’s highest-level practical goal*).

questioning the extent to which some inferences are plausible or relevant. John may conclude Mary’s food is bland, for example. S_1 – Mary asks* John for the salt shaker for Mary to season Mary’s food with the salt from the salt shaker (implied premise); S_2 – Mary’s food is bland ($S_1 \rightarrow S_2$). Furthermore, it is even worth questioning whether it is plausible or relevant—in a context of intentional action plans moderated by socially and culturally constrained relations of politeness—that John perceives Mary’s utterance as a polite request. We claim John’s interpretation also includes politeness calculations à la Brown and Levinson (1987) to recognize if Mary uses the formulation “Can you pass the salt?” as a polite way to get John’s cooperation without her speech act threatening John’s face or her face. Thus, as some authors treat, including Ruytenbeek (2019), we can recognize politeness as a weak implicature minimally, even in conventional utterances.

¹⁸ We claim conventional politeness—including the one anticipated in Haugh’s (2003) terms—is relevant to hetero-conciliate practical goals. As we will see later, if Mary were impolite or chose an utterance in which the urgency of the face-threatening act was greater than the concern for both faces, the impoliteness of the speech act would probably be more relevant than the request itself, disfavoring the hetero-conciliation possibilities of her practical goal.

We can represent John's plan as follows:

Figure 9 – John's intentional action plan

Q – Season Mary's food with the salt from the salt shaker, Mary (<i>higher-level practical goal</i>)
P – Help Mary so that Mary can season Mary's food [...], John (<i>intermediate-level practical goal</i>)
O – Pass Mary the salt shaker, John (<i>practical goal</i>)
O – John passes Mary the salt shaker (<i>antecedent action</i>)
P' – John probably helps Mary so that Mary can season Mary's food [...] (<i>intermediate-level practical goal</i>)
Q' – Mary will probably season Mary's food with the salt [...] (<i>higher-level practical goal</i>)

Source: Our elaboration.

The salt shaker's offer would have the following effects on Mary's plan:

- S₂₆ – John passes Mary the salt shaker with salt (*execution of John's antecedent action*).
- S₂₇ – Mary communicates to John that Mary wants John to pass the salt shaker with salt (S₁₉∧S₂₆→S₂₇ ≡ *hetero-conciliation of Mary's communicative goal/strengthening of S₂₀*).
- S₂₈ – Mary informs John that Mary wants John to pass the salt shaker with salt (S₂₇→S₂₈ ≡ *hetero-conciliation of Mary's informative goal/strengthening of S₂₁*).
- S₂₉ – Mary asks* John for John to pass Mary the salt shaker with salt (S₂₈→S₂₉ ≡ *hetero-conciliation of Mary's lowest level practical goal/strengthening of S₂₂*).
- S₃₀ – Mary gets the salt shaker with salt (S₂₉→S₃₀ ≡ *hetero-conciliation of Mary's intermediate-level practical goal/strengthening of S₂₄*).
- S₃₁ – Mary seasons Mary's food with the salt from the salt shaker (S₃₀→S₃₁ ≡ *hetero-conciliation of Mary's highest-level practical goal/strengthening of S₂₅*).

Figure 10 shows us the conciliation of Mary's goal Q¹⁹:

Figure 10 – Conciliation of Mary's goal Q

K – Mary utters "Can you pass the salt?" (<i>antecedent action</i>)
O' – John passes Mary the salt shaker with salt (<i>intermediate-level practical goal</i>)
L' – Mary communicates to John that Mary asks* John for the salt shaker (<i>communicative goal</i>)
M' – Mary informs John that Mary asks* John for the salt shaker (<i>informative goal</i>)
N' – Mary asks* John for the salt shaker (<i>lower-level practical goal</i>)
P' – Mary gets the salt from the salt shaker (<i>intermediate-level practical goal</i>)
Q' – Mary seasons Mary's food with the salt [...] (<i>higher-level practical goal</i>)

Source: Our elaboration.

Finally, John would get the following effects from the salt shaker's practical usage:

¹⁹ Note the displacement of the achievement of subgoal O in this representation.

S_7 – Mary seasons Mary’s food with the salt from the salt shaker (Mary’s action \equiv *hetero-conciliation of Mary’s highest-level practical goal/strengthening of S_6*).

S_8 – John helps Mary so that Mary can season Mary’s food with the salt from the salt shaker ($S_7 \rightarrow S_8 \equiv$ *self-conciliation of John’s intermediate-level practical goal/strengthening of S_5*).

Figure 11 shows us the conciliation of John’s goal Q :

Figure 11 – Conciliation of John’s goal Q

O – John passes Mary the salt shaker (*antecedent action*).

Q' – Mary seasons Mary’s food with the salt from the salt shaker (higher-level practical goal).

P' – John helps Mary so that Mary can season Mary’s food [...] (*intermediate-level practical goal*)

Source: Our elaboration

Having presented the case, it is worth noting that strategies can fail in many ways. Using polite formulations from one cultural background typifies a strategic anticipation of possible failures. We model the successful mobilization of an on-record strategy. Nevertheless, it might as well be the case that it fails²⁰. Mobilizing some *bald-on-record* or *off-record* version would not necessarily fail, even if Mary mismapped the social variables at play in the interaction.

Let us imagine Mary felt entitled to be more assertive and use a *bald-on-record* strategy. She could make mutually manifest the following utterance in a more imperative tone.

Mary: “Pass the salt!”

In such a case, we could assume three possibilities. First, John might find Mary’s speech act impolite and decide not to cooperate with her. Second, John might not care about the explicit directivity of Mary’s speech act and decide to cooperate with her. Third, John might find Mary’s speech act impolite but decide to collaborate with her even so (maybe promoting his positive face).

Conversely, let us imagine Mary felt uncomfortable using any explicit strategy. In such a case, she could use an *off-record* formulation like the following:

Mary: “This food is a bit bland, don’t you think?”

Here, we could also assume three possibilities. John might not realize Mary’s request and not cooperate with her. John might realize Mary’s behavior as a request and decide to cooperate or not to cooperate with her.

²⁰ On failure possibilities, see Rauen (2020).

Our strong claim is the ascendancy of the practical goal achievement expectation. In essence, the problem stems from social variables mismatching, including cross-cultural issues, affecting the emergence of the lower-level practical intention that superordinates the informative and communicative intentions governing the speech act choices.

3. DISCUSSION

We discuss in this section the extent to which an account in terms of goal collaborative hetero-conciliation enables advances in understanding linguistic politeness phenomena. A first consequence is integrating a contextualized version of Goffman's (2011/1967) face-work notion. We need to compare short, medium, and long-term gains as social agents depending on others to accomplish our goals. So, communication strategies favoring collaboration over time should prevail over more immediate gains.

Additionally, Goffman's face-work—as a condition for communication and not necessarily as its central objective—occurs through *avoidance mechanisms*, when the speaker prefers not to act, and *correction mechanisms*, when the speaker employs defensive cultural strategies for her face and other's face. Our case suggests a way to think about both mechanisms. When we compare strategies and possibilities for (non)conciliation, we also highlight the likelihood of aborting intentional action plans.

Brown and Levinson (1987) develop Goffman's face idea in terms of *negative face*, the desire to stay free to act, and *positive face*, the desire to be socially well-accepted. So, speech acts can threaten both speakers' and hearers' positive and negative faces. As we anticipated, they claim speech acts can be *bald-on-record* (explicitly with no repairing strategy), *off-record* (implicitly with some covert repairing strategy), and *on-record* (explicitly with some positive or negative face repairing strategy). According to the authors, there are a lot of *on-record* strategies whose choice derives from the estimation of power, social distance, and ranking of cultural imposition between the interactants. The indirect formulation of a speech act is an important politeness strategy in such an account because the more indirect the speech act, the more polite and less threatening it will be.

For us, strategic considerations of politeness integrate the intentional action plans architecture. They enable the hetero-conciliation of higher-level practical goals in our modeling. For example, when realizing the food was bland, Mary designed a practical goal of seasoning it. Hence, she abducts a way to achieve her purpose through John's collaboration.

There are several ways for Mary to accomplish her intent from a goal-conciliation-theoretic point of view. Assuming she could obtain John's cooperation, it was up to us to describe and explain how Mary has chosen an utterance for such a purpose. At that point, we claimed that she maps Brown and Levinson's (1987) power, distance, and cultural imposition ranking variables. The decision to ask for, command, and demand, among other acts enhancing John's collaboration, stems from that. Thus, the option for some politeness super-strategy happens when Mary defines the lowest-level practical goal in the chain of goals and sub-goals.

Additionally, Mary's choice considers how she transmits the information of the speech act. So, we pair super-strategies with unintentional information transmission forms and covert and overt intentional ones (WILSON, 2004). Finally, Mary chooses an indirect request because—given the cordiality of her relationship with her colleague—she assumes that conventional ways contribute to John's cooperation and help keep cordial relations between them.

Brown and Levinson (1987) use sentences like “Can you pass the salt?” as examples of universal politeness strategy—be conventionally indirect—aimed at the hearer's negative face. As Escandell-Vidall (1998), we disagree with the idea of the universality of that strategy and with the assumption that speakers follow Gricean maxims. We use polite utterances in our culture not because we follow maxims; but because we are interested in mobilizing the collaboration of others, preserving—according to our preferences or abilities—our faces and the faces of our collaborators in such a process. Skilled members have a range of ways to accomplish their goals, including indirectly asking for what they need. In our example, we merely emphasize the incorporation of such indirect formulations into intentional action plans.

Several neo-Gricean scholars—in what became known as the second wave of politeness studies—commented on and criticized Brown and Levinson's (1987) politeness theory. Let us see, for example, Blum-Kulka (1992), Terkourafi (2002), Spencer-Oatey (2008), and Culpeper (2011) studies.

Blum-Kulka (1992)—analyzing differences between Israelis and North Americans—shed light on cultural differences in the treatment of linguistic politeness as one of the main criticisms of the more formalist and strategic works of first-wave politeness studies. According to her, such differences influence power, social distance, and cultural imposition ranking calculations. Even emphasizing a case in which individuals belong to the same culture—we recognize that mapping errors can influence the choice of strategy and the interpretation of the speech act as consequently (im)polite. Such mapping is surely more critical in intercultural relations²¹.

According to Terkourafi (2002), (im)politeness mobilizes fixed, recurrent, and generally conventional formulations. According to her, we interpret (im)politeness using specific frames about behaviors and social conventions. She criticizes the quantitative character of the calculation of power, distance, and ranking of cultural imposition social variables in Brown and Levinson (1987), proposes a distinction between (in)politeness and discourtesy linked to the speaker's intention and suggests we interpret politeness as weaker generalized implicatures.

Apart from the neo-Gricean approach in Terkourafi's work, we have demonstrated that mapping the variables power, distance, and ranking of cultural imposition in our case is qualitative rather than quantitative and, above all, strategic. Mary is interested in getting the salt from the salt shaker and maintaining the cordiality of relations. So, she merely uses a best-suited conventional utterance to accomplish her practical goal.

²¹ Blum-Kulka (1992) also analyzes notions of focus and frankness in (im)polite formulations, emphasizing that Israelis consider indirect forms to be very formal and difficult to understand. From our point of view, this merely implies, for example, that Israelis would make a direct request at the risk of being rude to a Brazilian interlocutor; and Brazilians would make an indirect request at the risk of being misinterpreted.

Spencer-Oatey (2008) suggests we have property and association rights and quality, relational and identity faces. *Property rights* have to do with our belief that we are entitled to the consideration of others, and *association rights* relate to our belief that we are entitled to social involvement with others. The *quality face* has to do with the desire to be evaluated positively, the *relational face* with the desire to relate to others, and the *identity face* with the wish that other people recognize and defend our identities. Roughly speaking, the maintenance of those rights and faces enables the management of social relationships. In addition, relationship-dependent projected goals influence how we manage rights and faces, and any mismatching can weaken them.

For us, issues of face, rights, and relational goals can compose the set of suppositions $\{S_n\}$ retrieved from the encyclopedic memory both in the calculation of social variables superordinating the choice of ostensive stimuli by the speaker and in the hearer's interpretation of those stimuli. Any mistake in mapping variables gets in the way of conciliating a goal or compromises the relationship of the interactants.

Culpeper (2011) criticizes the individuality of the notion of face, the universality of politeness, and the impossibility of distinguishing positive and negative faces in many contexts²². We believe emphasizing individual strategic aspects does not preclude recognizing social injunctions on intentional action plans. Furthermore, we think being contrary to Brown and Levinson's (1987) claim of universality of the concept of politeness does not preclude recognizing the universality of the emergence of politeness phenomena. Finally, we consider that difficulties in distinguishing positive and negative faces do not prevent us from recognizing the practical virtues of such a classification. In our example, Mary strategically and individually values John's negative face while accentuating her friendly positive face in the context of typical sociocultural injunctions of Brazilian culture.

Relevance theory scholars have also addressed the issue of linguistic politeness. We will highlight in this study the works of Escandell-Vidal (1996, 1998), Jary (1998), Watts (2003), Haugh (2003), Ruhi (2008), and Chen (2014).

Escandell-Vidal (1996) claims we choose strategies according to expectations about linguistic behavior taking cultural differences into account. Any strategy choice is context-dependent and must respect the interactants' cultural impositions. The author criticizes using indirect requests as a universal politeness strategy because, for example, "Can you pass the salt?" can work as a politeness strategy in Portuguese, Spanish, and English, but not in Polish, Thai or Russian. Instead, she suggests using the frame concept to deal with politeness phenomena. According to her, the interpretation of politeness follows the same relevance-theoretic inferential path as other utterances. Furthermore, social aspects of communication, including politeness, must be explained in context

²² Culpeper (2011) suggests dealing with impoliteness because it tends to break expectations about interpersonal behaviors. From our point of view, nothing prevents modeling impoliteness in the scope of intentional action plans. That leaves us to investigate the strategic advantages and disadvantages of impolite utterances. By the way, this is a topic gaining undeniable relevance in times of disinformation and hate speech. In addition, the author suggests analyzing the influence of feelings and emotions on the interpretation of politeness. We recognize the merit of the criticism. Emotions and feelings certainly impact intentional action plans.

considering the structure of knowledge and not inferential devices. In our essay, we chose to work with such questions from the notion of mutually manifest cognitive environments. By hypothesis, we consciously or unconsciously put in motion a particular set of cognitive assumptions about politeness $\{S_n\}$ in all communicative exchanges.

Escandell-Vidal (1998), in turn, proposes to replace the notion of politeness strategies with social adequacy, and suggests we should study politeness through the concept of the epidemiology of representations as proposed in Dan Sperber's theory of culture (1996). She claims we must transmit politeness overtly to communicate it—like any other information. So, we convey politeness only when it does not conform to the hearer's expectations.

We claim politeness strategies are always at the service of goal hetero-conciliations regardless of their perception as polite ostensive stimuli. They are defined based on social variables calculations to find the most socially appropriate strategy for each situation. Polite formulations tend to favor goal achievements and preserve interactants' faces. So, face preservation tends to favor future accomplishments. We essentially claim Mary monitors such issues precisely when she calculates whether (or not) she will be polite.

Jary (1998) claims politeness stems from expectations regarding interlocutors' social behaviors, but they do not communicate additional meanings. He argues that we expect the speaker to be polite to create or maintain a space within the social group or ensure her ongoing short or long-term well-being. For him, politeness has meaning only when it is mutually manifest. Such happens when the speaker expresses more or less esteem for the hearer than expected. Jary (1998) claims the hearer follows five routes to interpret the degree of esteem expressed by the speaker: (i) without politeness marking, (ii) and (iii) with more, (iv) and (v) with less esteem. Routes (ii) and (iv) represent cases in which the hearer attributes to the speaker the intention her verbal behavior has the effect in question, and routes (iii) and (v) represent cases in which that does not happen. From the hearer's point of view, identifying the speaker's short and long-term goals is crucial to recognizing the degree of esteem at stake.

We claim we can associate the desire for status and well-being with the face-works at the service of higher short or long-term practical goals. It is a fact that realizing and even talking about the (im)polite behavior reveals such behavior was relevant, but this is not a condition for goal achievements. Although we do not problematize the notion of esteem in our example, it is reasonable to admit the pertinence of such a line of argument. From the point of view of a speaker who uses some polite strategy supporting a goal achievement, the esteem calculation must integrate the mapping of social variables and manifest itself in some of the three Brown and Levinson's (1987) politeness super-strategies. Thus, even not using Jary's (1998) model or terminology, we can assume they can configure action routes in the architecture of an intentional action plan.

Finally, Jary (1998) claims the speaker's stimuli make a set of assumptions more manifest, and the hearer can yield beneficial or harmful implications when interpreting them. Thus, let us imagine the speaker chooses the optimal politeness strategy to engage the hearer according to her abilities and preferences. Consequently, it is possible to conjecture those beneficial implications contribute to practical goal-conciliations and vice versa.

Watts (2003) contrasts *social politeness*—seen as cordiality and good manners, i.e., the politeness people use—and *theoretical politeness*—that was conceived to investigate how people behave. He claims the first-wave politeness theorists are indifferent to the course of interaction and analyze isolated and not socially and culturally contextualized statements, among other critiques. Watts (2003) proposes distinguishing polite and impolite behavior through the notion of *habitus*—allowing us to define when we are cordial and rude—as he conceives the idea of political behavior that is constructed and accepted during social interactions.

Strictly speaking, we try to describe and explain how people’s (im)polite behavior strategically competes for the achievement of their goals, shedding little light on the theoretical concept of politeness itself. For us, it is not possible to disconnect models of polite acts in terms of intentional action plans from those social injunctions. Customs that form the *habitus* and allow us to distinguish polite from impolite acts certainly constitute a subset of assumptions $\{S_n\}$ about social behaviors we retrieve from our encyclopedic memory when elaborating action plans and interpreting utterances.

Haugh (2003) argues that politeness understanding depends on expectations. So, politeness can be *anticipated* when it is conventional and already expected in the interaction or *inferred* when it is not expected and depends on inferences to be understood. Despite the inferred politeness, he criticizes the notion of politeness cognitive effects, justifying that it is impossible to distinguish when those effects guarantee them²³.

In our modeling of a conventionally polite utterance, we demonstrate that even anticipated politeness needs to go through inferential processes involving assumptions and knowledge about the sociocultural conventions of each group or individual. That is a possible justification for Russians, Poles, or Thais not to understand this formulation as a request.

Ruhi (2008) proposes that we study politeness at the level of intentionality and as a meta-representational phenomenon. She refutes the pure notion of intention, as the speaker’s intentions are not fixed or determined *a priori*. For Ruhi (2008), politeness is not intrinsic to utterances, but a subjectivation of the speaker’s intentions. She claims politeness is a kind of basic explicature or a higher-level explicature. Furthermore, according to her, politeness occurs at the level of the speaker’s intentionality, which lies between the illocutionary and perlocutionary effects of the speech acts to which it is linked.

We claim all these questions deserve investigation. We adopt a tactical notion of goals emerging in our interactions – they are, therefore, context-dependent. So, we should rethink the critique of *a priori* determination of the intentions in such terms. For example, we have seen that John does not necessarily need to realize Mary’s utterance as a polite one to support Mary’s goal. We have seen that John does not necessarily need to realize Mary’s utterance as a polite one to support Mary’s goal. We design our modeling in terms of implicated premises and conclusions, but it is possible to conjecture a description of Mary’s speech act incorporating some consideration of politeness (see bold in description S_1 , below). Of course, any goal-conciliation modeling should highlight locutionary,

²³ By the way, Haugh (2003) suggests we must study politeness from a discursive point of view.

illocutionary, and perlocutionary aspects of communicative exchanges. That is so because it considers communicative, informative, and practical intentions²⁴.

*S*₁ – Mary *politely* wants to know if John can pass Mary the salt shaker.

Finally, Chen (2014) considers that we should study politeness with the notion of *situated social cognition*. He claims it is worth fostering assumptions about the conventions and sociocultural aspects, including those about socially accepted behavior that come into play in interpersonal processes and enable practical goals hetero-conciliations. Furthermore, communication is an interpersonal process of social meanings with which we negotiate identities, roles, and relationships. We claim these meanings emerge both in the calculus of social variables from the speaker’s point of view and in relevance expectations from the hearer’s point of view.

Chen (2014) argues that understanding politeness implies activating the knowledge of polite rules and forms. In our example, that is what John is supposed to do in interpreting the conventional way of requesting: “Can you pass the salt?” For him, we can see politeness in relevance-theoretic terms as a basic or higher-level explicature (RUHI, 2008), a weak implicature, or a combination of those options. We think the most plausible hypothesis is that politeness is a weak implicature inserted in any intentional action plan enabling goal hetero-conciliations.

4. FINAL THOUGHTS

We model in this essay the utterance “Can you pass the salt?” in a context in which two co-workers have lunch together in the company’s cafeteria. Upon realizing that her food is a bit bland, Mary designs an intentional action plan with which she mobilizes John’s collaboration to get the salt shaker near him. Mapping aspects such as social distance, power, and ranking of cultural imposition, Mary chooses to ask for the salt shaker, using an on-record politeness strategy simultaneously considering the positive and negative faces of her interlocutor. So, she gets the salt shaker and seasons her food using an indirect interrogative formulation that is conventionally polite among Brazilians.

As we modeled, aspects of politeness integrate intentional action plans. They affect the determination of the lowest-level practical goal that superordinates informative, communicative, and enunciative subgoals. We define the speech act and the politeness super-strategy in the scope of such a lower-level practical goal and, further on, the formulation of the polite speech act, considering a palette of linguistic options.

In such a context, conventional utterances tend to be those that emerge optimally, as they anticipate goal achievements and work interactants’ faces with an adequate balance of cognitive efforts. In Brazilian culture, indirect requests such as “Can you pass the salt?”, in addition to making it possible to get salt, yield a determined optimal set of weak implicatures that—corresponding to the expectations of politeness of the interactants—contribute to the smooth running of cordial social relations among them.

²⁴ On the subject, see, for example, Silva (2016), Sousa (2016), and Pelinson (2015).

In other words, while “Can you pass the salt?” became relevant for practical purposes—it made the food more seasoned—it also made it possible for John and Mary to stay good colleagues since it preserved some space for John to act facing the polite request.

ACKNOWLEDGEMENTS

We thank the Linguagem em (Dis)curso evaluators for their decisive contributions to the improvement of the final version of this text. We thank professors Elena Godoi, Maria Marta Furlanetto, and Suelen Francez Machado Luciano for their contributions regarding the qualification of Gabriela Niero’s dissertation in 2021. We also thank Israel Vieira Pereira and Angelica Andersen for the careful review of the English version of our manuscript. The remaining errors are our exclusive responsibility. Fábio José Rauen thanks the members of the Research Group on Cognitive Pragmatics for the epistemic-methodological discussions underlying the investigation. He also thanks the Ânima Research Institute and the Graduate Program in Language Sciences at the University of Southern Santa Catarina (UNISUL) for their institutional support. Gabriela Niero thanks the Coordination of Superior Level Staff Improvement Foundation (CAPES) for granting a scholarship and the Santa Catarina State Department of Education for granting the study leave that made possible her doctoral degree in Language Sciences.

REFERENCES

- BLUM-KULKA, S. The Metapragmatics of Politeness in Israeli Society. In: WATTS, R. J.; IDE, S.; EHLICH, K. (eds.) *Politeness in Language: Studies in its History, Theory and Practice*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2005/1992. p. 255-280.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CHEN, X. Politeness Processing as Situated Social Cognition: A RT-Theoretic Account. *Journal of Pragmatics*, n. 71, p. 117-131, Jul. 2014.
- CULPEPER, J. Politeness, and Impoliteness. In: AIJMER, K.; ANDERSEN, G. (eds.) *Sociopragmatics*. V. 5. Berlin: Mouton de Gruyter, 2011. p. 391-436.
- ESCANDELL-VIDAL, V. Politeness: A Relevant Issue for Relevance Theory. *Revista Alicantina de Estudos Ingleses*, Madrid, n. 11, p. 45-57, 1998.
- ESCANDELL-VIDAL, V. Towards a Cognitive Approach to Politeness. *Contrastive Semantics and Pragmatics*, v. 2, n. 18, p. 629-650, 1996.
- GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011/1967.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (eds.). *Syntax and Semantics*. V. 3: Speech Acts. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.
- GRICE, H. P. Lógica e Conversação. In: DASCAL, M. (org.). *Fundamentos Metodológicos da Linguística*. V. 4: Pragmática: Problemas, Críticas e Perspectivas da Linguística. Campinas: Editora USP, 1982. p. 81-103.
- HAUGH, M. *Anticipated versus Inferred Politeness*. *Multilingua*, n 22, p. 397-413, 2003.
- NIERO, G. “Você pode passar o sal?”: polidez, relevância e heteroconciliação de metas. 2022. 175 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL, Tubarão, 2022.

- NIERO, G.; RAUEN, F. J. Relevância, conciliação de metas e polidez. *Memorare*, Tubarão, SC, v. 7, n 2, p. 71-92, maio/ago. 2020.
- PELINSON, F. *A polidez na comunicação do preconceito no contexto educacional: um viés pragmático*. 2015. 178 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2015.
- RAUEN, F. J. For a Goal Conciliation Theory: Ante-Factual Abductive Hypotheses and Proactive Modelling. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 595-615, set./dez. 2014.
- RAUEN, F. J. Intenção e Conciliação de Metas. *Percursos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n 26, p. 24-48, 2020.
- RAUEN, F. J. Por uma modelação abdução-dedutiva de interações comunicativas. In: TENUTA, A. M.; COELHO, S. M. (Org.). *Uma abordagem cognitiva da linguagem* [livro eletrônico]: perspectivas teóricas e descritivas. Belo Horizonte: FALE/UFMG, p. 13-29, 2018.
- RAUEN, F. J. Como a teoria de conciliação de metas descreve e explica proposição e resposta de exercício envolvendo sistema linear. In: RAUEN, F. J. et al. (orgs.). *Linguagem e ensino de ciências e matemática: perspectivas de interfaces*. Formiga (MG): Real Conhecer, 2021. Available on: <https://editora.realconhecer.com.br/2021/10/linguagem-e-ensino-de-ciencias-e.html>. Access in: 10 Feb. 2022
- RUHI, S. Intentionality, Communicative Intentions, and the Implication of Politeness. *Intercultural Pragmatics*, n. 5, p. 287-314, 2008.
- RUYTENBEEK, N. Indirect Requests, Relevance and Politeness. *Journal of Pragmatics*, v. 142, p. 78-89, 2019.
- SEARLE, J. R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SILVA, A, C, T. *A cortesia na comunicação informal*. 2016. 69 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2016.
- SILVA, V, F. *A elaboração de pedidos em e-mails em ambiente acadêmico: uma contribuição para o ensino de PL2E*. 2017. Tese (Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017.
- SOUSA, B, M, S, C. *A polidez em entrevistas de falantes de língua portuguesa em Cabo Verde e Timor Leste*. 2016. 366 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2016.
- SPENCER-OATEY, H. *Culturally Speaking: Managing Rapport through Talk across Cultures*. 2nd. ed. London and New York: Continuum, 2008.
- SPERBER, D; WILSON, D. *Relevance: Communication & Cognition*. 2nd. ed. Oxford: Blackwell, 1995. (1st. ed. 1986).
- TERKOURAFI, M. Politeness and Formulaicity: Evidence from Cypriot Greek. *Journal of Greek Linguistics*, n. 3, p. 179-201, 2002.
- WATTS, R. *Politeness*. Cambridge: Cambridge U. P., 2003.
- WILSON, D. *Pragmática teórica*. (Free transl. by Fábio José Rauén). London: UCL, 2004.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-22-03-465-482>

Recebido em: 28/06/2022 | Aprovado em: 06/02/23

ESCOLHAS LINGUÍSTICAS E VALORES CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO INTERACIONAL DE PEDIDOS DE BRASILEIROS E ITALIANOS

Linguistic Choices and Cultural Values in the Interactional Construction of Brazilians' and Italians' Requests	Elecciones lingüísticas y valores culturales en la construcción interaccional de las peticiones de brasileños e italianos
--	---

Elisabetta Santoro*

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Adriana Mendes Porcellato**

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: O pedido pode ser considerado um “ato social básico” utilizado no cotidiano em variados contextos. Parte-se aqui do pressuposto que sua força ilocucionária se constrói em movimentos interacionais, que definem o agir linguístico entre convencionalidade e intencionalidade. A análise de interações pode ajudar a compreender esses movimentos, ainda mais se forem comparadas línguas e culturas. Para esse fim, foram investigados 40 *role plays*, gravados por italianos e brasileiros, nos quais foram controladas as variáveis: distância social, idade e grau de imposição. As transcrições foram anotadas, com o objetivo de verificar como se constrói a sequência interacional e quais são os elementos que a constituem. Foram observadas convergências nas principais escolhas linguísticas que determinam a construção da sequência interacional nas duas línguas, mas também diferenças, principalmente quanto ao contato estabelecido com o interlocutor, baseado em valores culturais distintos: a empatia para os brasileiros, e o respeito do território alheio para os italianos.

Palavras-chave: Pedidos. Interações. Convencionalidade. Italianos. Brasileiros.

Abstract: Requests can be considered “basic social acts”, used in various contexts in everyday life. The premise here is the assumption that the illocutionary force of requests is constructed in interactional moves, which define the linguistic activity mingling conventionality and intentionality. Analyzing interactions can help understand these moves, especially when languages and cultures are compared. To this end, 40 role plays recorded by Brazilians and Italians controlling the variables of social distance, age, and degree of imposition were investigated. The transcriptions were coded to verify how the interactional sequences are constructed and what elements they are constituted of. Similarities were observed in the main linguistic choices that determine the construction of the interactional sequence in both languages, as well as differences, mainly regarding the type of contact established with the interlocutor, based on different cultural values: empathy in the case of Brazilians, and respect for other people’s territory in the case of Italians.

Keywords: Requests. Interactions. Conventionality. Italians. Brazilians.

* Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Línguas Modernas (DLM), <https://orcid.org/0000-0001-7577-368X>, esantoro@usp.br

** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Línguas Modernas (DLM), <https://orcid.org/0000-0001-6644-6038>, adriana.porcellato@alumni.usp.br

Resumen: La petición puede considerarse un "acto social básico" utilizado en la vida cotidiana en diversos contextos. Se asume que su fuerza ilocutiva se construye sobre movimientos interaccionales, que definen la acción lingüística entre la convencionalidad y la intencionalidad. El análisis de las interacciones puede ayudar a comprender estos movimientos, más aún si se comparan lenguas y culturas. Para ello, se investigaron 40 juegos de rol, grabados por italianos y brasileños, en los que se controlaron las variables: distancia social, edad y grado de imposición. Las transcripciones fueron etiquetadas, con el objetivo de verificar cómo se construye la secuencia interaccional y qué elementos la constituyen. Se observaron convergencias en las principales elecciones lingüísticas que determinan la construcción de la secuencia interaccional en ambas lenguas, pero también diferencias, principalmente en lo que se refiere al contacto establecido con el interlocutor, basado en valores culturales distintos: la empatía para los brasileños, y el respeto al territorio ajeno para los italianos.

Palabras clave: Peticiones. Interacciones. Convencionalidad. Italianos. Brasileños.

1. INTRODUÇÃO

O ato de fala do pedido pode ser considerado um “ato social básico”, um aspecto primordial da comunicação humana, que desenvolvemos na infância desde o primeiro contato com nossos cuidadores e usamos em diferentes contextos e situações ao longo de nossas vidas. De fato, para realizar desejos e necessidades da vida cotidiana, precisamos constantemente contar com a cooperação dos outros e procuramos influenciar suas ações, partindo do pressuposto de que podemos confiar na solidariedade e na empatia, isto é, na capacidade intrinsecamente humana de colaborar (ROSSI, 2015), que constitui um dos alicerces em que se baseia a interação social.

Para que o nosso interlocutor perceba que estamos apelando para a sua cooperação, baseamos nossas interações em procedimentos que sejam, em certa medida, “reconhecidos, reconhecíveis, e compartilhados por um dado grupo social”¹ (CAFFI, 2009, p. 19). Em outras palavras, somos guiados pela convencionalidade, por meio da qual aumentamos a probabilidade de compreender e de sermos compreendidos. Contudo, o processo não é simples, pois, como afirma Caffi (2009, p. 24), “[...] dois indivíduos em uma dada situação, com base em um saber complexo compartilhado, constroem um sentido para dar à sua ação comunicativa, negociando em várias fases, por meio de vários instrumentos, que são sobretudo instrumentos linguísticos, o seu agir”².

Na tentativa de explicar a ação comunicativa e de entender como se determina aquilo que cada falante efetivamente diz, foi muitas vezes utilizada a ideia de intenção, que pressuporia a capacidade de decidir, de forma voluntária e consciente, quais instrumentos linguísticos serão selecionados. As críticas a esse conceito surgiram a partir de várias perspectivas teóricas e podem ser assim resumidas: (a) nossas escolhas não são nem completamente dependentes da nossa vontade, nem plenamente conscientes; (b) também por isso, não podemos conhecer exatamente razões e finalidades do nosso agir linguístico.

¹ “[*procedure di azione*] riconosciute, riconoscibili, e condivise da un dato gruppo sociale.” Todas as traduções, exceto onde expressamente indicado, são de nossa autoria.

² “[...] esiste il fatto che due individui in una data situazione, sulla base di un sapere complesso condiviso, costruiscono negoziamente un senso da dare al loro agire comunicativo, negoziando in varie fasi, attraverso vari strumenti, che sono soprattutto strumenti linguistici, il loro agire.”

Por concordarmos com essa visão, adotaremos aqui a proposta de Greimas e Courtés, que defendem substituir o conceito de intenção com o de intencionalidade, entendido como alternativa porque “mesmo não se identificando nem com o de motivação nem com o de finalidade, os subsume: assim, ele permite conceber o ato como uma tensão que se inscreve entre dois modos de existência: a virtualidade e a realização” (2008 [1993]³, p. 267). Em outras palavras, falando de intencionalidade se coloca em primeiro plano um sujeito, cujos querer e dever fazer da dimensão virtual podem ou não se concretizar⁴.

Nesse quadro, a busca por recorrências e regularidades nas interações, que remetem à convencionalidade, se mescla com a observação de como se organizam manifestações individuais, que se podem entender partindo também da ideia de uma intencionalidade possível, materializada na construção interacional do sentido.

2. OBJETIVOS DO ESTUDO

Com base nessas reflexões, retomando um trabalho anterior (SANTORO, 2016), decidimos investigar, de maneira exploratória, interações gravadas por brasileiros e italianos, para comparar línguas e, portanto, convenções potencialmente distintas. Os dados provêm da gravação em áudio e vídeo de *role plays*, que, iniciados a partir de estímulos idênticos apresentados a falantes das duas línguas, nos permitem dispor de interações comparáveis. Trata-se, em todos os casos, de pedidos de empréstimo, caracterizados por diferentes níveis de dificuldade ou graus de imposição.

A partir disso, os objetivos do estudo são: (a) verificar de que forma é coconstruído o ato de fala do pedido em português brasileiro e italiano, considerando os elementos que constituem interações entre dois falantes; (b) observar a presença de convergências e divergências nas duas línguas examinadas, buscando encontrar possíveis relações entre as escolhas linguísticas e os traços que podem caracterizar as duas culturas; (c) avaliar se e em que medida o grau de imposição afeta o nível de convencionalidade na realização do pedido.

³ A tradução em português brasileiro do “Dicionário de Semiótica”, do qual é extraída a citação, foi publicada em 2008, a partir de uma edição em francês, intitulada “*Sémiotique : Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*”, cuja primeira publicação é de 1993. No entanto, versões anteriores do dicionário circularam, inicialmente divididas em dois volumes, um de 1979 e outro de 1986, publicados pela editora Hachette de Paris.

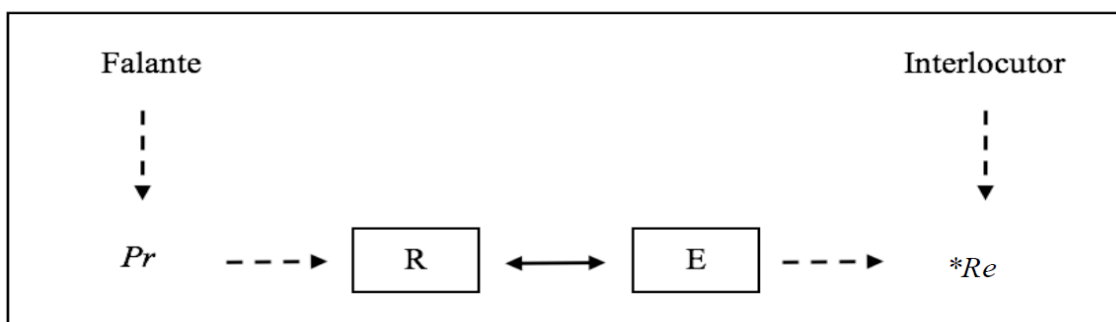
⁴ Além da posição de Greimas e Courtés, merecem destaque também aquelas que foram desenvolvidas no âmbito do Sociointeracionismo discursivo com Gumperz (1982) e da Análise do Discurso de linha francesa (ver, entre outros, PÉCHEUX; FUCHS, 1997). Embora se julgue possível um direcionamento da ação linguística, que pode ser definido em termos de objetivos, planejamento ou propósitos, considera-se, por um lado, que é indispensável a interpretação construída na interação e, por outro, que o sujeito possui apenas a ilusão de poder controlar o que diz, não sendo, portanto, possível defender que seja realmente “intencional” (sobre o tema, veja-se Khalil (2017)).

3. ESTUDAR A CONSTRUÇÃO INTERACIONAL DO ATO DE FALA DO PEDIDO: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para entender de que maneira o ato de fala do pedido se constrói na interação, tomaremos aqui como referência inicial a proposta de Sbisà (2009 [1989]), que parte de uma perspectiva ligada à Semiótica narrativa e discursiva de Greimas e à ideia de que, em uma interação, o falante se propõe sempre a “persuadir” seu interlocutor. A este é garantida a possibilidade de “interpretar”, que se manifesta de duas maneiras: ele pode assumir uma posição de confiança e adesão ou, ao contrário, mostrar desconfiança e recusar-se a aceitar o que lhe é sugerido. A delicada negociação desses movimentos é objeto da reflexão de Sbisà, que se coloca como objetivo “a elaboração de um modo para analisar a dimensão ilocucionária de textos ou conversações, que usa como critério, além dos indicadores de força ilocucionária, também a colocação de cada enunciado em uma (ou mais) sequências” (SBISÀ, 2009, p. 6)⁵. A pergunta é o que acontece entre os participantes de uma interação como efeito de seu próprio discurso e de que forma o falante pode produzir um “fazer fazer”, típico de um ato de fala como o pedido, e/ou um “fazer crer”, que pressuponha a adesão ao desejo e às intenções do falante.

Em primeiro lugar, conforme Sbisà, no âmbito de um ato ilocucionário, o “efeito” (E), produzido pelo proferimento (Pr) e expresso por meio da “resposta” (*Re), poderá ser considerado consequência do próprio ato ilocucionário – e, portanto, transformação – apenas após produzir uma “recepção” (R), com um imediato ou negociado acordo dos participantes a respeito do ato e de sua realização. É, assim, a resposta recebida pelo ato que permite decidir sobre seu efeito ilocucionário, como mostra o esquema reproduzido a seguir.

Figura 1 - A sequência interacional em um ato de fala



Fonte: Sbisà (2009 [1989], p. 66).

⁵ “la messa a punto di un modo di analizzare la dimensione illocutoria di testi o conversazioni che usa come criterio, oltre agli indicatori di forza illocutoria, anche la collocazione di ciascun enunciato in una (o più) sequenze”.

Tendo isso em vista, a função da “recepção” é essencial para poder estabelecer o efeito da força ilocucionária e, portanto, do próprio ato de fala⁶. Após essa definição, Sbisà propõe, para uma descrição mais detalhada da sequência, a retomada do “esquema narrativo” da Semiótica, do qual, baseando-se no exame dos elementos presentes nas trocas interacionais, utiliza as fases chamadas (1) manipulação, (2) ação e (3) sanção.

Na fase da manipulação (M), acontece o proferimento inicial com o qual o falante busca levar o seu interlocutor a realizar a ação desejada. Passa-se, em seguida, à ação (A), isto é, ao momento no qual o interlocutor, reagindo à manipulação, decide se realiza ou não a ação solicitada. É nessa fase que se definem também a “recepção” e o efeito do proferimento, pois é justamente a reação do interlocutor que permite fazer isso. Concluindo essa sequência, digamos, “canônica”, aparece, em geral, a sanção (S), que manifesta o eventual reconhecimento e a avaliação do falante relativamente à ação realizada. Vejamos o seguinte exemplo:

A: Moço, você poderia me emprestar uma caneta? (M)

B: Sim, claro. Aqui está. (A)

A: Obrigada. (S)

A manipulação (M), cujo objetivo é persuadir o interlocutor B a emprestar-lhe uma caneta, começa com o apelativo “moço”, com o qual se chama a atenção do interlocutor, estabelecendo com ele, desde o primeiro momento, um vínculo baseado na empatia. Em seguida, passa-se para o ato de fala em si, formulado por meio de uma pergunta e com o uso do verbo modal “poder” na segunda pessoa do singular. A formulação assume uma dupla função: a de verificar a viabilidade e/ou a possibilidade de o pedido ser atendido e a de aumentar o grau de indiretividade (BLUM-KULKA et al., 1989, p. 43-44). Na fase da ação (A), B responde positivamente à manipulação de A, dizendo “Sim, claro”, e executa o que foi pedido, oferecendo a caneta e acompanhando o gesto com a expressão verbal “Aqui está”, que, por meio do dêitico, faz referência ao objeto solicitado. A interação encerra-se com a sanção (S) de A, que se manifesta por meio de um agradecimento, deixando claro o reconhecimento da realização da ação.

Vê-se que, em um ato de fala diretivo como o pedido, que implica sempre uma tentativa de “fazer fazer”, de guiar ou influenciar o comportamento futuro do interlocutor, o momento de abertura, que influencia a posterior conduta do interlocutor, pode ser sempre interpretado como manipulação, no sentido de que isso vale tanto no caso de pedidos mais diretos, quanto no caso de, por exemplo, o falante se limitar a manifestar uma necessidade que, sobretudo em posição inicial, equivale a pedir a ajuda do outro.

Ora, é evidente que esse movimento ternário que acabamos de descrever não dá conta de todos os possíveis “movimentos interacionais” que podem acontecer. Uma proposta que pode oferecer outros caminhos de análise é a de Edmondson (1981), o qual

⁶ A questão do efeito e da recepção do ato de fala foi discutida desde Austin e Searle. Enquanto o primeiro afirmava que um ato de fala poderia ser considerado “realizado”, se fosse possível verificar um efeito (AUSTIN, 1962, p. 116-117), o segundo sustentava que não seria tão importante a resposta, mas a simples constatação da compreensão do que diz o falante (SEARLE, 1969, p. 47).

parte da ideia de que uma interação já pode ser considerada realizada, se houver um proferimento inicial (*proffer*) e uma reação (*satisfy*), mas busca dar conta de sua eventual complexidade, elaborando um esquema potencialmente ilimitado de possibilidades, gerado a partir de eventuais recusas, contrapropostas e mudanças de direcionamento no interior de uma troca conversacional. Daremos ênfase aqui a dois movimentos interacionais, que podem contribuir para a análise: os *contra*, que visam a fazer retroceder o falante do seu *proffer* ou movimento inicial; os *counter* ou contrapropostas, que são tentativas de provocar uma transformação ou um acréscimo em relação ao movimento inicial.

Para explicar o que pode causar os movimentos que compõem as sequências interacionais dos pedidos, há outro aspecto a ser levado em conta, isto é, que se trata de um ato de fala, considerado, no âmbito da *Politeness Theory* ou Teoria da Cortesia (BROWN; LEVINSON, 1987), um *Face Threatening Act* (FTA). De fato, sua realização implica uma ameaça à face negativa do interlocutor, ou seja, uma coerção de sua liberdade de agir, desviada para atender às necessidades do outro. Paralelamente a essa ameaça à face negativa do ouvinte, há também, na realização de um pedido, a exposição da face positiva do falante, pois está em jogo seu desejo de encontrar aprovação e ser aceito pelo interlocutor, que, dependendo das circunstâncias, pode considerar inapropriado o seu pedido e, inclusive, recusar-se a atendê-lo. Partindo dessas considerações, também as estratégias podem ser divididas em duas categorias: aquelas de cortesia positiva atendem à face positiva do ouvinte e apelam para a sua solidariedade, envolvendo-o na situação ou buscando criar certa proximidade entre os interlocutores; enquanto aquelas de cortesia negativa tentam preservar a face negativa do interlocutor, minimizando a interferência na sua liberdade de ação e a “invasão” no seu território.

As noções de face positiva e negativa de Brown e Levinson provocaram algumas perplexidades e controvérsias entre pragmaticistas, que enxergaram nessa terminologia polarizada um excessivo juízo de valor, além da veiculação de uma ideia de mútua exclusão, que, na verdade, os próprios autores admitiram (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 18). Propostas posteriores tentaram oferecer outras possibilidades, deixando também mais clara a possível coexistência dos dois tipos de estratégias. Bravo (1999) defende, por exemplo, o uso dos termos *autonomía*, para indicar aquelas estratégias que se usam para distinguir-se ou distanciar-se do outro, e *afiliación*, para o movimento contrário, de aproximação ao interlocutor, também insistindo no fato de que ambas podem conviver no mesmo ato ilocucionário. Surgiram também outras terminologias, como aquela proposta por Tannen, que sugere o uso do termo *involvement*, para indicar a busca pela aproximação com o outro, e *individualism*, que, assim como no caso dos conceitos de autonomia e cortesia negativa, serve para indicar distanciamento e uma tendência a considerar o espaço individual como prioritário (TANNEN, 2011).

Essas tendências são muitas vezes não apenas de um indivíduo, mas de um grupo social, como sugere Hofstede (2001), um sociólogo que elaborou índices para poder descrever comportamentos culturais em nível de identidades nacionais e que reconhece justamente no individualismo e no coletivismo dois polos essenciais para compreender culturas. De acordo com a proposta de Hofstede, as sociedades coletivistas seriam aquelas em que as pessoas têm a propensão de se sentir parte de um grupo coeso, no qual é

importante manter sempre a harmonia; ao passo que as sociedades mais individualistas seriam aquelas em que, em princípio, cada um enxerga a si mesmo não tanto como membro do grupo do qual faz parte, mas como alguém com suas próprias características, propenso a priorizar a proteção do seu território. Embora ambas as tendências sempre convivam até certo ponto, o predomínio de uma em detrimento da outra pode influenciar a maneira como as pessoas se relacionam dentro de determinadas comunidades de fala. Por mais que seja uma simplificação, essas comunidades, muitas vezes, por razões essencialmente operacionais, se fazem coincidir com as identidades nacionais.

É claro que também as escolhas linguísticas são influenciadas pelo modo como as pessoas se veem: por um lado, sociedades mais coletivistas evidenciarão traços mais diretamente relacionados à solidariedade; por outro, sociedades mais individualistas priorizarão o cuidado para não invadir o território do outro. É assim que podem ser interpretados, por exemplo, os diferentes níveis de (in)diretividade, que exigem um maior ou menor grau de inferência do interlocutor, assim como atos de suporte e modificadores⁷, os quais modulam a força ilocucionária e buscam criar efeitos de sentido de aproximação e distanciamento. A finalidade é minimizar a potencial “ameaça” de alguns atos de fala, como o pedido, considerando também que ela não é sempre igual, mas depende das variáveis contextuais que afetam a interação, como a distância social (DS), que diminui com o aumento da intimidade entre os interlocutores, e o grau de imposição (GI), que está relacionado com a dificuldade de realização do pedido (BROWN; LEVINSON, 1987).

4. A METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA: CORPUS E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Como dissemos, nosso material de análise foi constituído por *role plays*: italianos (IT) e brasileiros (BR) gravaram pedidos, a partir de um roteiro pré-definido, e as interações foram realizadas em duplas (*two-party interactions*). Em todas as interações, havia sempre um interlocutor A, ao qual era dada a tarefa de fazer o pedido ao interlocutor B. Para garantir uma maior espontaneidade, apenas o interlocutor A recebia a instrução, que era fornecida por escrito para poder chegar a todos de forma idêntica. Além disso, na elaboração dos roteiros, foi tomado o cuidado de propor situações de vida cotidiana, que não exigissem o desempenho de um papel específico, permitindo que os informantes mantivessem sua identidade. Tratava-se de pedidos de empréstimo do tipo *time now*, já que o objeto deveria ser entregue no momento da interação. Em um caso, a situação proposta previa o empréstimo de uma caneta e, portanto, um grau de imposição (GI) considerado baixo (↓); no outro, o objeto solicitado era um celular para um ligação interurbana urgente, de modo que o grau de imposição (GI) era alto (↑).

⁷ Ambas as autoras deste artigo pertencem ao Grupo de Pesquisa “Pragmática (inter)linguística, cross-cultural e intercultural”, criado em 2013 e cadastrado, desde então, no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, que elaborou, ao longo dos anos, uma taxonomia, inspirada no trabalho seminal de Blum-Kulka et al. (1989), mas adaptada às exigências dos corpora analisados, compilados a partir de *Discourse Completion Tasks* (DCTs) em várias línguas (até agora, sobretudo, português brasileiro, italiano e espanhol argentino, mas também alemão, português europeu, espanhol chileno e peninsular, inglês e chinês) e *role plays*. Detalhes sobre a taxonomia do GPP estão no primeiro livro da Série, à qual foi dado o mesmo nome do grupo, no capítulo intitulado “Estudar pedidos na perspectiva da Pragmática cross-cultural” (SANTORO et al., 2021).

A partir de um *corpus* mais amplo, foram selecionadas 20 interações entre duplas de brasileiros (BR) e 20 entre duplas de italianos (IT), gerando uma amostra comparável quanto ao tipo de relação entre os interlocutores. Em todos os casos, havia uma elevada distância social (DS↑), pois os pedidos eram dirigidos a desconhecidos e aconteciam em um espaço público (no nosso caso, a rua). A outra variável considerada para equilibrar as amostras foi a idade dos interlocutores: em ambos os grupos, há interações entre pessoas de faixas etárias iguais (A=B) ou distintas (A>B; A<B), considerando como marco estarem abaixo ou acima dos 30 anos.

Após a transcrição, as interações foram anotadas utilizando o software *Atlas.ti*⁸, observando primeiramente como poderiam ser subdivididas, com base na sequência manipulação > ação > sanção. A definição das categorias de análise foi *data-driven*, portanto, baseada nos próprios elementos presentes nas interações. Isso levou, entre outras coisas, à necessidade de incluir uma etapa suplementar que segue à sanção. Na etapa posterior, procedemos à identificação dos aspectos constitutivos e recorrentes de cada fase.

Na manipulação, observamos, em primeiro lugar, a presença de apelos (*alrterers*), utilizados para se dirigir ao outro e chamar sua atenção. Nos dados, os apelos são essencialmente de dois tipos: aqueles que expressam cortesia ritualizada (“com licença”/“*mi scusi*”) e aqueles, cuja função é salientar a solidariedade (como, por exemplo, no caso de “moço/a” ou “senhora”/“*signora*”), que chamamos marcadores de vínculo. Ainda nessa fase, há o pedido em si ou ato principal (*head act*), que classificamos com base na (in)diretividade, prevendo formas diretas, convencionalmente indiretas e não convencionalmente indiretas (BLUM-KULKA et al, 1989). Outro elemento frequente na manipulação é a justificativa, que se manifesta também como explicitação de uma necessidade e/ou de uma urgência. No quadro 1, a seguir, recapitulamos as categorias utilizadas, com exemplos extraídos, quando possível, dos dados em português brasileiro.

Quadro 1 - A fase da manipulação: categorias de análise

Manipulação	apelo	marcadores de vínculo	<i>Moço/moça</i>
		cortesia ritualizada	<i>Com licença</i>
	ato principal	direto	<i>Me empresta a caneta?</i>
		convencionalmente indireto	<i>O senhor/A senhora tem uma caneta pra me emprestar?</i>
		não convencionalmente indireto	<i>Vixe, não tenho caneta!</i>
	justificativa (explicitação de motivos ou necessidade)		<i>Eu tô sem caneta aqui... Preciso anotar um número de um celular aqui</i>

Fonte: Elaboração nossa.

⁸ *Atlas.ti* é uma ferramenta que auxilia na pesquisa qualitativa e no processo de organização da análise dos dados. Cabe ressaltar que a categorização depende das escolhas teórico-metodológicas dos pesquisadores e a anotação do *corpus* é realizada manualmente.

A fase denominada “ação” é o momento da interação em que o interlocutor B reage à manipulação de A. As respostas foram divididas em duas categorias: a primeira, que chamamos “adesão ao querer de A”, inclui todos os movimentos nos quais o interlocutor mostra sua disponibilidade a colaborar; a segunda, à qual, seguindo Edmondson (1981), demos o nome “*contra*”, foi utilizada quando o interlocutor não atende ao pedido de A. Quando o interlocutor se mostra colaborativo, o movimento é, na maior parte dos casos, a realização da ação solicitada (no nosso caso, o empréstimo dos objetos). Existe, contudo, também outro movimento possível, representado pela proposta de realizar uma ação alternativa à solicitada (“*counter*”). Em geral, isso acontece quando o interlocutor não pode e/ou não quer realizar a ação, mas, sensível à necessidade de A, tenta buscar uma solução que o ajude a resolver seu problema. Nos casos em que o pedido não é atendido, há, às vezes, um movimento que pode ser denominado “insistência” e corresponde a uma nova manipulação. As subdivisões estão resumidas no quadro 2.

Quadro 2 - A fase da ação: categorias de análise

Ação	adesão ao querer de A	realização da ação
		counter (proposta de uma ação alternativa)
	contra (não realização da ação)	
[Manipulação 2]	insistência	

Fonte: Elaboração nossa.

A sequência base que adotamos encerra-se com o movimento da sanção. Como se vê no quadro 3, a seguir, trata-se, em quase todos os casos, de um agradecimento, se há uma adesão do interlocutor (independentemente da efetiva concretização da ação); e de uma aceitação da recusa, quando o pedido não é atendido.

Quadro 3 - A fase da sanção: categorias de análise

Sanção	agradecimento (manifestação verbal ou não verbal de gratidão)	<i>Muito obrigada viu</i>
	aceitação da recusa	<i>Então tá</i>

Fonte: Elaboração nossa.

Na análise, foi incluída uma fase posterior à sanção, na qual estão todos os elementos que concluem a interação e que, no *corpus* examinado, são: (a) pedidos de desculpas, sobretudo por parte do interlocutor B quando não pode satisfazer a solicitação; (b) turnos que seguem os agradecimentos finais ou os pedidos de desculpas, que denominamos “reação conclusiva”; (c) várias formas de despedida.

Quadro 4 - A fase da pós-sanção: categorias de análise

Após a sanção	pedido de desculpas	<i>Desculpa viu</i>
	reação conclusiva (após agradecimentos ou pedidos de desculpas)	<i>Imagina</i>
	despedida	<i>Até mais, tchau</i>

Fonte: Elaboração nossa.

Os dados foram analisados tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo: por um lado, verificamos o número de ocorrências de cada categoria, inclusive, comparando os dois grupos e o diferente grau de imposição das duas situações; por outro, foram observadas as estruturas linguísticas e sua função, tendo em vista o contexto interacional.

6. PEDIR EM PORTUGUÊS BRASILEIRO E ITALIANO: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Na análise dos dados, realizada a partir da anotação do corpus, observamos, em um primeiro momento, como se apresentava a sequência interacional manipulação > ação > sanção (> após a sanção), que identificamos ser linear em apenas 40% dos casos. Isso revela uma tendencial não linearidade das interações que pode depender justamente da coconstrução entre os interlocutores e da consequente imprevisibilidade de suas contribuições. Não há diferenças significativas entre IT e BR, mas se verifica uma preponderância de interações não lineares quando o grau de imposição é alto (GI↑), com uma incidência levemente superior entre os IT. Vejamos, a seguir, um exemplo de cada tipo e cada língua.

(1)

A: licença:: por favor você teria uma caneta pra me emprestar? <manipulação>

B: tenho sim <ação>

A: ai:: brigada ((risos seguidos de longa pausa para anotar o telefone)) muito obrigada <sanção>

B: tchau <após a sanção>

(2)

A: *mi scusi? Le devo chiedere un favore, grosso però... <manipulação>*

B: *dica!*

A: *nel senso che è un'urgenza e non mi prende il cellulare perché non...non so perché, forse qui c'è eh:: la tim non funziona <manipulação>*

B: *mh-mh*

A: *ho un amico che mi sta arrivando dall'aeroporto e ho bisogno di dirgli una cosa urgentemente. <manipulação>*

B: *va bene <ação>*

A: *se mi fa questo grossissimo favore, le pago, casomai, la telefonata, ma... <manipulação>*

B: *ma si immagini. Prego. <ação>*

A: *grazie mille, eh? Grazie. <sanção>*⁹

Nas duas interações, é possível pelo menos reconhecer as três fases principais, embora, em alguns casos, a linearidade não seja respeitada, já que há mais do que um único turno de fala para realizar cada fase. No exemplo 2, a manipulação, fragmentada em quatro turnos, acaba se alternando com a ação, em um movimento colaborativo entre os interagentes. Na construção do pedido, constata-se a presença de diferentes estratégias: após a primeira aceitação, que se manifesta com um sinal de concordância do interlocutor (“*va bene*”), há mais um turno de manipulação da falante, seguido de uma reação ainda mais definida do interlocutor (“*ma si immagini... prego*”) e da entrega do celular, confirmando que, embora o pedido de empréstimo não tenha sido sequer diretamente formulado, o efeito da manipulação se concretizou.

Há também intervenções inesperadas como pedidos de esclarecimento ou conversas incidentais do interlocutor – isto é, assuntos paralelos, não essenciais para a realização da ação – que podem alterar o curso do pedido, pois interrompem a sequência padrão e exigem uma mudança no desenvolvimento da interação.

Passando à análise dos elementos que compõem a manipulação, vê-se que, em praticamente todos os casos, há um apelo antes do pedido, o que provavelmente foi propiciado pelas características das situações propostas (na rua e entre desconhecidos). Contudo, enquanto em IT sua presença é absolutamente constante, em BR, constata-se um número de ocorrências levemente menor, em especial no pedido da caneta, quando o grau de imposição é mais baixo.

Em IT, o núcleo do apelo é uma manifestação de cortesia ritualizada, expressa por fórmulas como “*scusi*” ou “*mi scusi*”, sempre conjugadas em terceira pessoa no *corpus*, por se tratar de interações de elevada distância social, que exigem o tratamento formal. Cabe ressaltar que essas fórmulas, derivadas do verbo “*scusarsi*” (desculpar-se), correspondem a um pedido de permissão, cuja convencionalidade sugere haver a tendência a sinalizar a “invasão” do território, no momento em que se interpela o outro, preservando, desse modo, seu espaço individual.

Por outro lado, em BR, predomina o uso de marcadores de vínculo. Tendo em vista que todas as interações acontecem entre desconhecidos, chama a atenção o amplo uso de “moço/moça” com função apelativa, que não está necessariamente ligado à idade do interlocutor. O uso de marcadores de vínculo está concentrado, sobretudo, no pedido de alto grau de imposição, o que pode indicar a correlação existente entre sua presença e a configuração do movimento manipulatório, testemunhando também uma tendência em apostar no efeito de proximidade com o interlocutor, particularmente valorizado nas sociedades com traços que tendem ao coletivismo (HOFSTEDÉ, 2001).

Ainda na fase da manipulação, são muito frequentes as justificativas, que evidenciam os motivos que levam o falante a solicitar a ajuda do outro. Por um lado, as justificativas apelam para a solidariedade do interlocutor (BROWN; LEVINSON, 1987),

⁹ A: com licença? Preciso pedir um favor, mas é um grande favor... /B: diga !/A: é que é uma urgência e meu celular não pega porque não... não sei por quê, talvez aqui tenha eh... a tim não funciona / B: mh-mh / A: tenho um amigo que está chegando do aeroporto e preciso falar uma coisa pra ele urgentemente / B: está bem / A: se puder me fazer esse enorme favor, eu pago, no caso, a ligação, mas... / B: imagina. Aqui está. / A: muito obrigada, viu? Obrigada.

pois o tornam partícipe da situação do falante; por outro, mostram que ele está sendo visto como um ser independente e racional (BLUM-KULKA, 1992; CAFFI, 2001), ao qual precisam ser explicadas as razões pelas quais deveria agir em prol de quem realizou o pedido.

Nas interações analisadas, é evidente a correlação entre grau de imposição (GI) e presença de justificativas, que fazem referência às razões ou explicitam a necessidade de ser ajudado pelo outro. De fato, na situação em que se pede uma caneta emprestada (GI↓), há uma única justificativa por pedido em média, enquanto na situação do celular essa média sobe para 2,7 em BR e 2,6 em IT.

Esses resultados podem ser vistos na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Número de justificativas por situação (BR e IT)

	BR		IT		Totais
	caneta (GI↓)	celular (GI↑)	caneta (GI↓)	celular (GI↑)	
Justificativas (explicitação de motivos)	7	20	4	17	48
Justificativas (explicitação de necessidade)	3	7	6	9	25
Totais	10	27	10	26	73

Fonte: Elaboração nossa.

Quanto à execução dos pedidos em si, verificamos que, em todos os casos analisados (ver quadro 5, a seguir), eles são realizados por meio de um ato principal convencionalmente indireto.

Quadro 5 - Atos principais nos pedidos em BR e IT

Caneta		Celular	
BR	IT	BR	IT
Você tem um papel, uma caneta?	<i>Avrebbe una penna per caso?</i>	Você pode me emprestar o celular rapidinho?	<i>Non è che mi presterebbe il suo cellulare per un minuto per favore?</i>
A senhora tem uma caneta pra me emprestar?	<i>E:: mica ha una penna?</i>	Poderia me emprestar um minutinho?	<i>Le dispiacerebbe prestarmi il cellulare poi eh:: le pago un caffè?</i>
Você poderia me emprestar uma caneta?	<i>Non è che ha una penna?</i>	Você pode me emprestar o seu celular?	<i>Non è che potrei fare una telefonata dal suo cellulare?</i>
Pode me emprestar uma caneta por favor?	<i>Che per caso ha una penna?</i>	Cê pode me emprestar seu celular por favor?	<i>Che per caso avrebbe un cellulare?</i>

Cê tem uma caneta?	<i>Ha per caso una penna? # in borsa</i>	Será que você pode me emprestar o seu?	<i>Mica ha il cellulare::?</i>
Você tem uma caneta pra emprestar	<i>Non avrebbe per caso una penna?</i>	Você pode me emprestar o celular?	<i>Potrebbe prestarmi il suo cellulare?</i>
Cê tem uma caneta pra me emprestar?	<i>Avrebbe mica una penna?</i>	Faz favor... cê tem um celular pra me emprestar...?	<i>Ha un- ha un telefonino a disposizione?</i>
(Você) poderia por gentileza me arrumar uma caneta?	<i>Ha una penna per scrivere?</i>	Será que você pode emprestar (um) celular pra mim?	<i>Se mi può fare una cortesia, di prestarmi il cellulare...</i>
Por favor, você teria uma caneta pra me emprestar?	<i>Ha per caso una penna?</i>	Eu posso usar seu celular pra mandar um recado pra ele?	<i>Mi potrebbe?</i>
Cê pode me emprestar uma caneta?	<i>Ha una penna per caso?</i>	Você tem um... que você pode me emprestar?	<i>Se mi fa questo grossissimo favore, le pago, casomai, la telefonata, ma...</i>

Fonte: Elaboração nossa.

Nossa hipótese é que um ato convencionalmente indireto consiste em um tipo de ato principal mais “seguro”, porque se encontra no meio entre o pedido mais impositivo, geralmente expresso com um ato principal direto, e a máxima necessidade de inferência, que um ato de fala não convencionalmente indireto requereria, obrigando o interlocutor a um esforço muito maior de interpretação do valor ilocucionário e sendo, portanto, menos eficiente (LAKOFF, 1974; BROWN; LEVINSON, 1987).

De fato, os falantes analisados, por um lado, explicitam o pedido e não exigem que o interlocutor seja obrigado a realizar uma inferência, mas, por outro, deixam-no “livre”, pois não demandam diretamente uma ação, mas “verificam condições”, na maior parte das vezes, relacionadas ao “ter” (“você tem uma caneta?”, “*hai una penna?*”) ou ao “poder” (“você pode(ria) me emprestar seu celular?”, “*non è che può/potrebbe prestarmi il suo cellulare?*”).

A estratégia de perguntar sobre a posse do objeto, que substitui o “verdadeiro” pedido de empréstimo, é dominante na situação da caneta. Por outro lado, na situação do celular, que implica um grau de imposição muito mais elevado, a preferência da grande maioria dos informantes, tanto BR quanto IT, é pelo uso do verbo modal “poder”.

A preponderância de atos convencionalmente indiretos confirmaria tanto as conclusões de Blum-Kulka et al. (1989) quanto aquelas a que chegamos em estudos anteriores (cf. SANTORO; PORCELLATO, 2020) relativamente à necessidade de escolhas que garantam ao falante uma maior chance de ser compreendido, sem, no entanto, precisar utilizar pedidos impositivos, que invadem o território alheio. Isso iria em direção contrária à convicção de que a indiretividade – que, confiando na solidariedade do outro, permite “voltar atrás” e não se comprometer demais – seja a estratégia mais utilizada.

Os falantes de IT pedem a caneta de forma altamente rotinizada, revelando que selecionam formas prototípicas convencionalizadas, que exigem um menor empenho, desnecessário quando não há uma grande preocupação com a invasão do território do outro (GI↓). O grau de imposição parece influenciar de forma significativa a realização dos pedidos, já que, no caso do empréstimo do celular (GI↑), constata-se uma grande variedade de diferentes “soluções” comunicativas, que denotam uma maior preocupação com a potencial limitação da liberdade do outro.

Em BR, percebe-se uma diferença menos acentuada entre os dois tipos de pedidos, o que faria pressupor uma menor influência do grau de imposição na realização do ato principal. Nos atos de fala com o grau de imposição mais elevado (GI↑), predomina a verificação de condições ligada ao “poder fazer” (utilizada em 8 dos 10 pedidos), enquanto, na situação da caneta (GI↓), os falantes se dividiram entre a verificação de condições relativas ao “ter” (selecionada em 6 dos 10 casos) e ao “poder” (escolhida nos restantes 4 pedidos).

O grau de imposição influencia também o uso de modificadores e atos de suporte e os exemplos analisados confirmam a hipótese segundo a qual não só a presença, mas também a variedade de estratégias que modificam a força ilocucionária aumenta conforme cresce a “dificuldade” do pedido.

Observando os modificadores escolhidos para modular a força ilocucionária no ato principal da situação da caneta, nota-se, tanto em BR quanto em IT, um uso repetido de expressões convencionalizadas, que revelam a existência de um repertório “pronto para o uso”, aparentemente utilizado pelos falantes para poupar esforços. Em IT, chama especialmente a atenção a repetição do duvidador (“*per caso*”), que aparece em 6 dos 10 pedidos, que, assim como o uso da negação ou de outras fórmulas dubitativas (“*non [è che]*”, “*mica*”), garante maior liberdade ao interlocutor, pois tende a criar o efeito de que o falante é pessimista em relação à possibilidade de realização do pedido (NUZZO, 2007).

Ao contrário, para pedir um celular emprestado, o que certamente exige uma “invasão” muito maior do espaço do interlocutor, os falantes encontram soluções mais criativas e selecionam instrumentos linguísticos de diferentes tipos para realizar o ato. Além de estratégias mais comuns como verbos modais, condicional ou fórmulas dubitativas, aparecem também minimizadores (“*rapidinho*” e “*minutinho*” em BR e “*per un minuto*” em IT), escolhas lexicais atenuantes (“*le dispiacerebbe*”) ou ainda estruturas hipotéticas (“*se mi fa questo grossissimo favore...*”). Em IT, constata-se, inclusive, a presença de ofertas de ressarcimento (“*le pago un caffè*” ou “*le pago casomai la telefonata*”), que indicam o reconhecimento de que o pedido exige um custo elevado do interlocutor.

A variedade de estratégias presentes nos atos principais parece ser menor em BR. Uma possível explicação para isso é a tendência de atribuir ao apelo uma função de mais relevo, pois com os frequentes marcadores de vínculo como “moço” e “minha senhora” se cria um efeito de aproximação entre os interlocutores, que dispensa estratégias mais sofisticadas de cortesia negativa e se fundamenta no envolvimento emocional, na empatia e na solidariedade (BLUM-KULKA, 1992).

Na fase da ação, observamos o comportamento do interlocutor, após ter recebido o pedido. É esse o momento da interação, no qual vendo o modo como o interlocutor interpreta a manipulação (recepção) e, em seguida, reage (resposta), é possível identificar o efeito, isto é, a força ilocucionária do pedido.

Embora haja algumas exceções, os participantes dos *role plays* tendem a responder positivamente à manipulação. Os casos em que o pedido é negado – que denominamos *contra* – se concentram na situação da caneta, de baixo grau de imposição, e são, com frequência, seguidos pelos movimentos ditos *counter*, com os quais o interlocutor propõe alternativas. Em outras palavras, mesmo recusando-se a atender a solicitação ou sem condições de fazê-lo, o interlocutor mostra que adere ao desejo dos falantes, foi persuadido pela manipulação a “querer fazer” o que é pedido e é solidário com quem se dirigiu a ele mesmo sem conhecê-lo. Vejamos um exemplo em cada língua.

(3)

A: Você tem uma caneta pra emprestar pra eu anotar esse número... por favor? <manipulação>

B: [não tenho... <<contra>> mas a papelaria ali atrás vende <<counter>> <ação>

A: obrigado <sanção>

(4)

A *scusi un attimo:: che per caso ha una penna?* <manipulação>

B [mi dica] *una penna:: e gua-*

A *mi serve una penna devo prendere questo numero di telefono* <manipulação>

B *eh:: purtroppo mi trova sprovvisto signora non non ce l'ho con me* <<contra>> <ação>

A *vabbé*

B *non so come potremmo fare:: forse se lo può segnare sul cellulare* <<counter>> <ação>

A [vediamo::] *ah forse sì sul cellulare* <sanção>

B [potrebbe essere] *un 'ide:a* <<counter>> <ação>

A *eh vediamo un po' :: grazie eh* <sanção>

B [xx] *di nu:lla ci mancherebbe arrivederci*

A [grazie grazie] *grazie :: arrivederci* <sanção>¹⁰

No exemplo em BR, o interlocutor indica uma papelaria, na qual o falante poderia encontrar a caneta de que precisa. Em IT, B não tem uma caneta e, portanto, não pode satisfazer o pedido, mas, utilizando um nós inclusivo (“*non so come potremmo fare*”), mostra que assume para si o problema apresentado por A e sugere que utilize o celular para escrever o número.

Obviamente, é preciso levar em conta que, em se tratando de dados coletados por meio de *role plays*, pode haver diferenças em relação à vida real, que se concretizam sobretudo na etapa da ação. Tanto a manipulação quanto a sanção, são, de fato, operações eminentemente discursivas, que, por isso, tendem a não sofrer grandes mudanças na

¹⁰ A me dá licença um minuto:: será que por acaso o senhor tem uma caneta? / B [me diga] uma caneta:: e vej- / A preciso de uma caneta preciso anotar esse número de telefone / B eh:: infelizmente estou sem senhora não não tenho nenhuma comigo / A tudo bem / B não sei como poderíamos fazer:: talvez a senhora possa anotar no celular / A [vamos ver::] ah talvez sim no celular / B [poderia ser] uma idei:a / A eh vamos ver aqui :: obrigada viu / B [xx] de na:da imagina até logo / A [obrigada obrigada] obrigada :: até logo

“simulação” própria do *role play*, no qual os falantes usam seu repertório linguístico para interagir seguindo as instruções dadas. Por outro lado, como as ações (não) realizadas não têm consequências reais, observamos nos dados uma maior disposição a entregar objetos até valiosos como um celular, o que poderia não acontecer na vida real.

A fase da sanção, que encerra a sequência base, é constituída, na grande maioria dos casos, por agradecimentos, acompanhados de uma aceitação resignada, quase todas as vezes em que o pedido não é atendido (o que acontece, sobretudo, na situação da caneta em IT). Além de o falante reconhecer a ação realizada pelo interlocutor, agradecer, mais do que uma verdadeira manifestação de gratidão, implica, às vezes, também considerar que o diálogo se encaminha para a conclusão, por representar um movimento ritualizado na condução da interação (HYMES, 1971; ASTON, 1995).

Não obstante, em aproximadamente metade dos casos, há também uma etapa posterior, à qual os participantes da interação reservam respostas aos agradecimentos, despedidas e comentários finais. Além disso, os movimentos *contra* são acompanhados, em geral, por pedidos de desculpas dos interlocutores, o que mostra solidariedade, mesmo na impossibilidade de ajudar o outro. Na situação do celular, são menos frequentes as manifestações de despedida, porque, em alguns casos, a gravação se interrompe no momento da entrega do objeto, a que deveria se seguir a ligação telefônica. Cabe observar que as despedidas aparecem em número muito maior em italiano (3 BR - 12 IT), o que pode ser interpretado como uma necessidade convencionalizada de anunciar a saída, talvez mais necessária nesse grupo, se considerarmos a ideia mais marcada de “invasão do território alheio”, que se manifesta desde a escolha de como interpelar o outro. Todavia, também nesse caso, podemos pensar que a interrupção da gravação no momento da entrega do objeto pedido possa ajudar a entender a razão pela qual as despedidas aparecem em número menor.

7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Um dos objetivos deste estudo era observar a coconstrução do ato de fala do pedido, levando em conta tanto as sequências dos movimentos interacionais, quanto os elementos que as constituem. A análise mostrou que a manipulação se inicia, em todos os casos, com apelos seguidos de justificativas ou expressões de necessidade e que, raramente, o pedido em si se encontra logo no primeiro turno de fala, como se o falante quisesse antes verificar a disponibilidade de seu interlocutor.

Outro dado relevante é que nas interações examinadas os atos principais são, sem exceção, convencionalmente indiretos. Em outras palavras, o falante seleciona a opção que, por um lado, diminui o risco de desrespeitar o espaço alheio e de criar o efeito de coerção da liberdade do outro, e, por outro, garante que o pedido seja entendido, confiando no conhecimento compartilhado entre os interagentes e na convencionalidade das alternativas disponíveis em uma dada cultura.

O sucesso das estratégias adotadas parece confirmado pelas respostas dos interlocutores, os quais, em sua maioria, satisfazem os pedidos ou manifestam sua adesão em relação ao desejo ou à necessidade do falante. De fato, mesmo quando não há condições de atender o pedido, o interlocutor mostra empatia e solidariedade, propondo soluções para ajudar.

O nível de convencionalidade é especialmente elevado no encerramento da sequência base, ou seja, na fase que denominamos “sanção”. De fato, é notável a frequência com a qual aparecem agradecimentos ritualizados não somente com a função de reconhecer a ação realizada, mas também com a função de sinalizar o desfecho da interação, no qual, às vezes, aparecem também despedidas.

A comparação entre brasileiros e italianos revelou que, embora apresentem analogias em sua construção, os pedidos mostram algumas diferenças significativas. Chamam a atenção os apelos, que, no caso dos brasileiros, se apoiam essencialmente em manifestações de vínculo e empatia, enquanto nas interações dos italianos são caracterizados pela necessidade de “pedir licença” para interpelar o outro, mostrando a importância de preservar o território alheio.

Isso aponta para uma possível relação entre as escolhas linguísticas e os traços que podem caracterizar as duas culturas. No caso de BR, se evidencia uma tendência a valorizar a solidariedade e o pertencimento a um grupo social, típica de uma cultura de aproximação. Ao contrário, no caso de IT, as preferências parecem indicar uma cultura que preza, em maior medida, o respeito do espaço individual.

As diferenças entre as línguas se manifestaram também na análise da relação entre o grau de imposição e o nível de convencionalidade na realização do pedido. Apenas as interações entre italianos mostram, de forma evidente, o uso de formas convencionalizadas no pedido mais “fácil”, enquanto deixam margem a uma grande variabilidade e a escolhas aparentemente mais individuais, quando os riscos ligados a uma potencial recusa são maiores. Não acontece o mesmo em português brasileiro e uma hipótese para explicar a diferença pode estar justamente no tipo de relação estabelecido desde o primeiro contato, que, apelando para a solidariedade, determina também as outras escolhas.

Ampliar o *corpus* e diversificar situações permitirá aprofundar essas primeiras hipóteses interpretativas. Por enquanto, a análise dos dados lembra o que disse um dos falantes: “Isso que é o povo brasileiro... é solidário pra caramba!”

REFERÊNCIAS

- ASTON, G. Say “Thank You”: Some Pragmatic Constraints in Conversational Closings. *Applied Linguistics*, v. 16, n. 1, p. 57-86, mar. 1995.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. London: Oxford University Press, 1962.
- BLUM-KULKA, S.; HOUSE, J. J.; KASPER, G.; ROEVER, C. *Cross-Cultural Pragmatics: Requests and Apologies*. Norwood, New Jersey: Alex Publishing Corporation, 1989.
- BLUM-KULKA, S. The Metapragmatics of Politeness in Israeli Society. In: WATTS, R. J.; IDE, S.; EHLICH, K. (org.). *Politeness in Language: Studies in its History, Theory, and Practice*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1992. p. 255-280.
- BRAVO, D. ¿Imagen positiva vs. imagen negativa? Pragmática socio-cultural y componentes de face. *Oralia: análisis del discurso oral*, v. 2, p. 155-184, 1999.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some Universals in Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CAFFI, C. *La mitigazione: un approccio pragmatico alla comunicazione nei contesti terapeutici*. Münster Hamburg: Lit, 2001.

- CAFFI, C. *Pragmatica sei lezioni*. Roma: Carocci, 2009.
- EDMONDSON, W. *Spoken Discourse: A Model for Analysis*. London; New York: Longman, 1981.
- GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. (2008). *Dicionário de semiótica*. Trad. de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto (Título original: *Sémiotique : dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1993).
- GUMPERZ, J. J. (org.). *Language and Social Identity*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1982.
- HOFSTEDTE, G. *Culture Consequences*. 2. ed. Thousand Oaks (CA): Sage, 2001.
- HYMES, D. H. Sociolinguistics and the Ethnography of Speaking. In: ARDENER, E. (Org.) *Social Anthropology and Language*. London: Tavistock, 1971.
- KHALIL, L. M. G. As noções de intenção e intencionalidade sob a perspectiva da Sociolinguística Interacional: reflexões teóricas e análise de duas situações de interação. *Entrepalavras*, v. 7, n. 2, p. 351, out. 2017.
- LAKOFF, G. What You Can Do with Words: Politeness, Pragmatics and Performatives. *Berkeley Studies in Syntax and Semantics*, v. 1, n. XVI, p. 1-55, 1974.
- NUZZO, E. *Imparare a fare cose con le parole: richieste, proteste, scuse in italiano lingua seconda*. Perugia: Guerra Edizioni, 2007.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 163-252.
- ROSSI, G. *The Request System in Italian Interaction*. 2015. 313 f. Doutorado – Radboud University, Nijmegen, 2015.
- SANTORO, E. Illocuzione e interazione nelle richieste in italiano: un confronto tra parlanti nativi e apprendenti brasileiros. In: SANTORO, E.; VEDDER, I. (orgs.). *Pragmatica e interculturalità in italiano lingua seconda*. Firenze: Franco Cesati, 2016. p. 41-52.
- SANTORO, E.; PORCELLATO, A. M. Língua, cultura e cognição: um estudo do ato de fala do pedido em italiano, português brasileiro, espanhol argentino e alemão. *PERcursos Linguísticos*, v. 10, n. 26, p. 49-71, 2020.
- SANTORO, E.; SILVA, L. A. DA; KULIKOWSKI, M. Z. Estudar pedidos na perspectiva da Pragmática cross-cultural. In: SANTORO, E.; SILVA, L. A.; KULIKOWSKI, M. Z. (orgs.); *Estudos em Pragmáticas: atos de fala em português, italiano, espanhol e inglês*. p.13-36, 2021a. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/710>>. Acesso em: 15/12/2021.
- SBISÀ, M. *Linguaggio, ragione, interazione: per una pragmatica degli atti linguistici*. Ed. digitale. Trieste: EUT Edizioni Università di Trieste, 2009 [1989].
- SEARLE, J. *Speech Acts*. Reprint ed. Oxford: Cambridge University Press, 1969.
- TANNEN, D. *That's Not What I Meant! How Conversational Style Makes or Breaks Relationships*. New York, London: HarperCollins, 2011.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-22-03-483-500>

Recebido em 28/07/22 | Aprovado em: 15/12/22

“PODER” E “CONSEGUIR”: UM ESTUDO SOBRE SEUS USOS POR APRENDIZES DE PORTUGUÊS BRASILEIRO

“Poder” and “Conseguir”: A Study on their Usage by Learners of Brazilian Portuguese	“Poder” y “conseguir”: Un estudio sobre sus usos por aprendices extranjeros de portugués brasileño
---	--

Cristina Becker Lopes Perna*

PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil

Ana Maria Tramunt Ibaños**

UPLA, Porto Alegre, RS, Brasil

Martha Machado Porto***

PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo: Estuda-se neste trabalho o uso dos verbos “poder” e “conseguir” entre aprendizes de nível básico de português como língua estrangeira (PLE). Esses verbos em contexto são discutidos sob uma perspectiva semântico-pragmática, sob a luz de teorias modais como as de Kratzer (1977; 1981; 1991; 2008; 2012) e outros, além de noções clássicas de “accomplishment” e de “achievement”, conforme Vendler (1957; 1967), Dowty (1979), Abusch (1985) e Smith (1997). Pelo fato de o par de línguas português brasileiro (PB) e espanhol divergirem em vários aspectos, o objetivo é verificar se ocorre ou não uma transferência não facilitadora do espanhol para o português, conforme Cabrelli et al. (2020). Analisados exemplos de sala de aula, o estudo sugere a possibilidade de adoção de práticas de *awareness raising* sobre essas diferenças entre o PB e o espanhol para que os aprendizes possam utilizar essas formas de modo apropriado conforme o contexto de uso.

Palavras-chave: Modalidade. Português como língua estrangeira. Competência pragmática. *Awareness Raising*. Língua Espanhola.

Abstract: In this paper, we study the use of the verbs “poder” and “conseguir” among basic level learners of Portuguese as a foreign language. These verbs in context are discussed from a semantic-pragmatic perspective, in the light of modal theories such as those of Kratzer (1977; 1981; 1991; 2008; 2012) and others, as well as the classical notions of “accomplishment” and “achievement”, according to Vendler (1957; 1967), Dowty (1979), Abusch (1985) and Smith (1997). Since the Brazilian-Portuguese (BP) and South American Spanish language pairs differ in several aspects, the objective is to verify whether or not non-facilitative transfer from Spanish to Portuguese occurs, according to Cabrelli et al. (2020). By analyzing the occurrences of these verbs in oral speech during classroom moments, the study suggests the possibility of adopting practices to raise awareness of these differences between BP and Spanish so that learners can use these forms appropriately according to their context of use.

* Professora Titular da Faculdade de Letras da PUCRS, tradutora juramentada, coordenadora do grupo de pesquisa UPLA (Uso e Processamento de língua Adicional). Email: Cperna@pucrs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9638-1180>.

** Professora aposentada da Faculdade de Letras da PUCRS, linguista, tradutora juramentada, pesquisadora do grupo de pesquisa UPLA (Uso e Processamento de Língua Adicional). Email: anai0753@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9645-1364>.

*** Aluna de graduação da Faculdade de Letras da PUCRS, bolsista do grupo de pesquisa UPLA (Uso e Processamento de Língua Adicional). Email: marthaporto@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6567-7923>.

PERNA, Cristina Becker Lopes; IBAÑOS, Ana Maria Tramunt; PORTO, Martha Machado. “Poder” e “conseguir”: um estudo sobre seus usos por aprendizes de português brasileiro. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 483-500, set./dez. 2022.

Keywords: Modality. Portuguese as a Foreign Language. Pragmatic Competence. *Awareness Raising*. Spanish Language

Resumen: Se estudia en este trabajo el uso de los verbos “poder” y “conseguir” entre los estudiantes de nivel básico de portugués como lengua extranjera. Estos verbos en contexto se discuten desde una perspectiva semántico-pragmática, a la luz de teorías modales como las de Kratzer (1977; 1981; 1991; 2008; 2012) y otros, así como de las nociones clásicas de “realización” y “logro”, según Vendler (1957; 1967), Dowty (1979), Abusch (1985) y Smith (1997). Debido a que los pares lingüísticos portugués de Brasil (PB) y español de América del Sur divergen en varios aspectos, el objetivo es de verificar se se produce una transferencia no facilitadora del español al portugués, según Cabrelli et al. (2020). Analizando las ocurrencias de los verbos in habla el estudio sugiere la posibilidad de adoptar prácticas de sensibilización sobre estas diferencias entre el PB y el español para que los alumnos puedan utilizar estas formas de forma adecuada según sus contextos de uso.

Palabras clave: Modalidad. Portugués como lengua extranjera. Competencia pragmática. *Awareness Raising*. Español

1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de fazermos uma análise sobre os usos dos verbos “Poder” e “Conseguir”, frequentemente utilizados de forma equivocada por falantes nativos de espanhol cursando Português como Língua Estrangeira (PLE) – em módulo online –, em um Curso de Letras de uma IES do sul do Brasil apresentamos, como ilustração, os exemplos abaixo, selecionados de amostra de sala de aula. Salientamos que, neste trabalho, utilizaremos o termo Português como Língua Estrangeira (PLE), como sinônimo de Português como Língua Adicional (PLA) e Português como L1 (PL1), assim como Língua Estrangeira (LE) como sinônimo de Língua 2 (L2):

- (1) Eu necessito de ajuda (necesito tu ayuda)/Preciso de ajuda/I need help.
- (2) Esta é Laura, minha noiva/(esta es Laura mi novia)/Esta é a Laura, minha namorada/This is my girlfriend Laura.
- (3) Não posso suportar isso/Não consigo suportar isso/(no puede soportarlo)/Não aguento isso/I can't stand it.

Nesses casos, há três instâncias de transferência linguística no processo de aprendizagem e aquisição de uma segunda ou terceira língua, em que ela pode ser ou não apropriada dependendo do contexto em que se encontra. O exemplo (1) encontra-se no meio termo de uma adequação. Não está errado usar “necessitar”, mas é mais comumente usado pelos falantes nativos de Português Brasileiro (PB) – pelo menos no RS – o verbo “precisar”. O exemplo (2) apresenta uma transferência no nível lexical, chamada de não facilitadora; “novia” não é noiva, mas namorada, podendo, por isso, haver um problema de comunicação. O exemplo (3), por fim, apresenta o verbo “poder” ou “conseguir” de forma epistêmica, mas deixando de lado a expressão corriqueira no PB com o verbo “aguentar”.

Tendo em vista o exposto, nosso artigo preocupa-se basicamente com questões ligadas ao exemplo (3), ou seja, o uso de verbos modais ou quase-modais como “poder” e “conseguir” por aprendizes de PB. Para tanto, nosso cenário teórico envolve questões de PLE e fenômenos com os quais se ocupa, aquisição de competência pragmática, modalidade na sua visão semântico-pragmática como delineada por Kratzer (1977; 1981;

1991; 2008; 2012) e outros, além das noções clássicas de “*accomplishment*” e de “*achievement*”, conforme Vendler (1957; 1967), Dowty (1979), Abusch (1985) e Smith (1997), nos dados coletados em sala de aula, os quais ilustram o nosso trabalho.

Para dar conta do nosso arcabouço teórico, iniciaremos nossa proposta situando o percurso a partir dos estudos pragmáticos que se preocupam com a aquisição e competência pragmática no âmbito da língua adicional, no nosso caso, especificamente, o da competência pragmática em PLE.

2. DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA PRAGMÁTICA EM PLE

A competência pragmática é um aspecto bastante significativo de habilidade linguística que pode – e deve – ser desenvolvida em aulas de língua adicional com vistas a melhorar a habilidade de os aprendizes desenvolverem uma comunicação significativa. No caso específico deste artigo, as autoras observaram que nas aulas de português como língua estrangeira os alunos de origem latina produzem algumas construções que, aparentemente, são transferidas do espanhol para o português, como é o caso do verbo “poder” no lugar do verbo “conseguir”, o que pode causar estranhamento no entendimento da fala.

Segundo Cabrelli et al. (2020), em função da sua considerável semelhança, a transferência do espanhol facilita no processo de aquisição quando o aprendiz está adquirindo o PB. Este argumento está presente em estudos que comparam a aquisição do PB (CABRELLI; AMARO et al, 2009) entre falantes de inglês e espanhol. De acordo com Wiedemann (2009), estima-se que os monolíngues de inglês precisam do dobro de tempo para adquirem o português quando comparados com monolíngues de espanhol

Entretanto, o par de línguas PB e espanhol diverge em vários aspectos, principalmente quanto a questões relativas ao uso de modais e seus respectivos aspectos semântico-pragmáticos, conforme veremos no artigo. De acordo com esses estudos, no caso do espanhol para o português, essa transferência é considerada não facilitadora (CABRELLI et al, 2020, p. 12): “A tarefa dos alunos de língua espanhola de PB nesses casos é, portanto, superar a influência não facilitadora do espanhol”¹.

Acreditamos que essa influência não facilitadora possa ser sanada através do desenvolvimento de competência pragmática na aula de PLE, no qual os aprendizes sejam conscientizados sobre as diferenças entre o espanhol e o PB, através de uma metodologia que inclua atividades de *awareness raising*, sobre as diferenças entre o espanhol e o PB, especificamente nos casos dos modais supracitados. Segundo Ishihara (2007) descreve, *awareness raising* são estratégias linguísticas necessárias para que os alunos desenvolvam consciência sobre como aplicar formas apropriadas em um contexto de L2. Para Parajuli (2022), o ensino explícito da competência pragmática deve ser incluído nas aulas de língua adicional. Ishihara e Cohen (2014) sustentam que o conhecimento sobre pragmática permite que os aprendizes desenvolvam *insights* sobre como a língua deve ser usada em contextos diferentes, indo além do sentido literal do que é dito ou escrito para

¹ No original: “The task of Spanish-speaking learners of BP in these cases is thus to overcome the non-facilitative influence of Spanish.”

comunicar o sentido pretendido. Para Timpe-Laughlin et al (2015), a habilidade em usar a língua de forma apropriada dentro de um contexto é uma característica fundamental e comumente descrita como competência pragmática.

Essa afirmação pode ser ampliada para situações de escolhas lexicais nas quais os aprendizes têm de lançar mão de expressões que demandam o uso de verbos que são utilizados de forma diferente nas línguas, conforme suas origens e usos, como é o caso de “poder” e “conseguir”, objeto de nossa análise. Tais verbos são costumeiramente utilizados de forma adequada pelos falantes nativos do PB, como podemos perceber em situações corriqueiras de diálogos e também em contextos formais e escritos da língua. No entanto, a experiência das aulas de português para estrangeiros² em níveis iniciais de aprendizagem da língua e a descrição sobre os verbos “poder” e “conseguir” na plataforma de ensino *Speaking Brazilian*³ apontam que esses mesmos verbos parecem sinônimos aos aprendizes de PB e são comumente utilizados de forma indistinta: o verbo “poder” muitas vezes é utilizado com o sentido de “conseguir” por falantes não nativos. Esse seria um fenômeno comum entre falantes nativos de espanhol e falantes de inglês (nativos ou não). Entre as hipóteses que explicariam esse fenômeno estão o princípio de transferência linguística, próprio dos processos bilíngues em que características da L1 são incorporadas à L2.

Conforme mencionado anteriormente, especialmente em línguas de mesma família como o PB e o espanhol, alguns aspectos desse processo de transferência são considerados facilitadores (CABRELLI et al., 2020) por proporcionarem uma apropriação mais veloz da língua-alvo, além de apreensão vocabular, ao passo que outros são considerados não facilitadores por dificultarem a aquisição da nova língua e tornarem menos veloz esse processo e, por interferirem, são chamados de interferência.

Retomamos alguns exemplos da introdução deste artigo para explicar esse fenômeno:

- (1) Eu necessito de ajuda (transferência facilitadora do espanhol);
- (2) Esta é Laura, minha noiva (transferência não-facilitadora do espanhol).

Os verbos “necessitar” e “ser” não são objeto de estudo deste artigo, mas as sentenças (1) e (2) apresentam bons exemplos de transferência do espanhol, que podem ocasionar tanto um benefício, pela familiaridade das línguas em questão, quanto um prejuízo para aprendizes latinos de PB e, por isso, foram escolhidas para ilustrar esse fim. Em (1) temos um exemplo de transferência facilitadora, em que a correspondência do espanhol é praticamente a mesma: “necessito ayuda”. Em (2) temos uma transferência não facilitadora ocasionada pelo termo espanhol “novia”, que significa namorada, o que comumente ocasiona problemas de comunicação entre falantes de PB que desconhecem esse significado em espanhol.

² As aulas de português para estrangeiros na PUCRS são ministradas em módulo online síncrono.

³ *Speaking Brazilian* (<https://www.speakingbrazilian.com/>) é uma plataforma online de PLE que apresenta conteúdos interessantes sobre a língua com o propósito de oferecer cursos de português a falantes estrangeiros.

Por definição, uma interferência decorre de uma transferência não facilitadora direta de um uso/expressão da L1, o que gera um prejuízo de apropriação e aquisição da L2. Por exemplo, a transferência direta de expressões que são frequentemente usadas nas formas coloquiais do espanhol, como em “yo no puedo con esto”; ou no inglês a transferência dos modais “can/could”, como em “I can’t help it,” e “I couldn’t make it” – na ausência no caso do inglês de um correlato mais adequado que representasse os significados lexicais, semânticos e pragmáticos da expressão em espanhol. Se transferidas de forma direta para o PB essas expressões (“yo no pude com esto”; “I can’t help it” e “I couldn’t make it”) podem causar prejuízo de significado.

Ocorre que essas escolhas lexicais, além de gerarem dúvidas entre falantes não nativos de PB, dificultam a proficiência da língua-alvo e também podem dificultar a compreensão e a comunicação e até mesmo causar certo estranhamento quando usadas em situações de diálogo com falantes nativos de PB.

Sobre o tema, podemos observar os seguintes exemplos⁴:

- (4) “Eu não posso acessar ao sistema”;
- (5) “Eu não posso achar as chaves”;
- (6) “Eu não posso abrir a porta”;
- (7) “Ele não pode achar a resposta”;
- (8) “Eu não posso chegar mais cedo”.

Observamos nas aulas de PLE que os falantes de contexto hispânico-latino têm uma tendência a transferir expressões que se pareçam com as de uso na sua língua materna. Esse fenômeno também ocorre entre falantes de outros contextos bilíngues, que sabem inglês, que aprenderam o PB a partir do inglês, ou que sabem outras línguas, e que não têm a compreensão clara do significado dos verbos “poder” e “conseguir” no PB e tampouco de seus usos, conforme sinalizam os exemplos da plataforma *Speaking Brazilian*⁵:

⁴ As explicações desses exemplos serão apresentadas na seção 4 deste artigo, intitulada *Reflexões sobre o uso dos verbos*.

⁵ É importante explicarmos que a plataforma *Speaking Brazilian* é destinada a falantes não nativos de PB e apresenta textos e vídeos curtos sobre aspectos gramaticais que costumam causar dúvidas entre esses aprendizes da língua. Os conteúdos são sempre explorados de forma didática e bilíngue (português-inglês), de forma a desenvolver habilidades de leitura entre os aprendizes de PB e também a contemplar falantes nativos que possam ter dúvidas ou algum interesse nos aspectos gramaticais apresentados.

Tabela 1 – Exemplos com os verbos “poder” e “conseguir” na plataforma Speaking Brazilian:

<p>Poder = Conseguir?</p> <p>All the times my students ask me what is the difference between the verbs “<i>poder</i>” and “<i>conseguir</i>”. This question comes up because these verbs are synonymous in some contexts, but completely different in other contexts.</p> <p>In this lesson, I’m going to give you some tips so that you know when to use the verb “<i>poder</i>” or “<i>conseguir</i>”.</p> <p style="text-align: center;">Capability or ability</p> <p>The verbs “<i>poder</i>” and “<i>conseguir</i>” can be used interchangeably when we are talking about our capability or ability to do something or about the possibility of doing something. However, the verb “<i>conseguir</i>” is more common in colloquial language in this sense.</p> <p>For example:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eu posso correr 5km. – Menos comum. (I can run 5km. – Less common)
--

Fonte: Plataforma *Speaking Brazilian*, adaptação das autoras.

Tabela 2 – Exemplos com os verbos “poder” e “conseguir” na plataforma Speaking Brazilian:

<p>So, to sum up:</p> <p>We use the verb <i>PODER</i> to indicate permission or prohibition. We use the verb <i>CONSEGUIR</i> in the sense of achieving a goal.</p> <p>The two verbs, <i>PODER</i> and <i>CONSEGUIR</i>, can be used to indicate ability or the capability to do something, but the verb “<i>conseguir</i>” is most common in this sense.</p> <p>That’s it, guys. Now you know how to use the verbs “<i>poder</i>” e “<i>conseguir</i>”.</p> <p style="text-align: center;">Now is homework time!</p> <p>Write a comment below using the verbs “<i>poder</i>” or “<i>conseguir</i>”.</p> <p>If you liked this video, don’t forget to give it a thumbs up and subscribe to my channel.</p> <p>Every week, I post new video with tips on grammar, expressions and pronunciation in Brazilian Portuguese.</p> <p>See you next time! Bye-bye.</p>
--

Fonte: Plataforma *Speaking Brazilian*, adaptação das autoras.

Os exemplos da plataforma somados à experiência em sala de aula dos alunos do Programa de Português para Estrangeiros mencionado anteriormente, todos de origem latina, nos permitem dizer que a dúvida sobre qual verbo utilizar (“poder” ou “conseguir”) em diversos contextos é bastante corriqueira entre falantes não nativos de PB, sobretudo aqueles de origem hispânica e os que aprenderam o PB a partir do inglês (sendo falantes nativos de inglês ou não, que tiveram acesso à instrução de PB através do inglês, como na plataforma *Speaking Brazilian*). Podemos considerar nesses casos o inglês como uma língua mediadora, sendo L2 ou não, para a língua-alvo em questão, o PB, que pode funcionar como uma L2, ou L3, ou ter outra classificação de acordo com as proficiências e conhecimentos de línguas dos aprendizes.

Observamos que os falantes estrangeiros compreendem os verbos “poder” e “conseguir” como uma tradução correlata para os modais “can/could” do inglês, sobretudo nos contextos de fala em que são utilizados. Do espanhol também podemos depreender um uso coloquial frequente da expressão “yo no puedo con esto”, com significado semelhante a “eu não estou suportando isso”, o que poderia explicar a preferência pelo uso do verbo “poder” no sentido, de “suportar/conseguir” como uma transferência do espanhol. Essa expressão é apenas um exemplo que ilustra esse fenômeno e que poderia dar conta de explicar o porquê de os falantes não nativos de origem latina preferirem utilizar o verbo “poder”, visto como um auxiliar e modal no PB, como será analisado no decorrer deste artigo.

O exemplo da expressão coloquial em espanhol “yo no puedo con esto” e os exemplos (4-8) com o uso indevido do verbo “poder” no PB nos demonstram a importância do uso do contexto e, portanto, da competência pragmática, nas escolhas lexicais, e evidenciam, especialmente, o quanto essas escolhas podem ser eclipsadas por falantes não nativos e não tão proficientes em uma língua adicional. À primeira análise, a escolha do verbo “conseguir” nos parece ser a mais adequada do ponto de vista da pragmática para os contextos em que foram elencadas as sentenças (4-8). Não obstante, esta também nos parece ser a escolha semântica mais adequada e, portanto, a opção pragmático-semântica mais acertada do uso desses verbos, e até mesmo a naturalmente escolhida por falantes nativos do PB, e que também evitaria estranhamentos entre os falantes nativos.

A experiência das salas de aula de português para estrangeiros de uma IES no sul do Brasil, a descrição da plataforma e o que foi apresentado nesta seção nos levam a crer que são necessárias discussões semânticas e pragmáticas para a compreensão mais adequada do fenômeno de substituição de “poder” por “conseguir”.

Para tanto, precisamos considerar alguns dos principais conceitos de modalidade, tais como categoria (epistêmica, deôntica, circunstancial etc.) e força modal, conforme o exposto por Kratzer (1977; 1981; 1991; 2008; 2012) e von Stechow (2006), além de evidenciarmos com uma breve discussão sobre a importância de um estudo mais detalhado acerca da modalidade no PB, língua em que a classificação da modalidade ainda é pouco mapeada segundo Pires de Oliveira (2014), principalmente no que se refere à interface com teorias pragmáticas para aquisição de uma L2.

Além disso, pretendemos discorrer sobre as diferenças semânticas e pragmáticas dos verbos “poder” e “conseguir” no PB com o intuito de trazer para a discussão neste artigo, a partir da divisão verbal proposta por Vendler (1957; 1967), os conceitos de “*achievement verb*” e “*accomplishment verb*” e o sentido apropriado do uso dos verbos “poder” e “conseguir”.

3. PODER X CONSEGUIR: UM DESDOBRAMENTO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO?

Para o propósito deste artigo, apresentaremos apenas o âmago da questão dos modais, como entendido por Kratzer (1977; 1981; 1991; 2008; 2012) e von Stechow (2006)⁶, em que se entende modalidade como uma predicação de segunda ordem que pode evidenciar tanto possibilidade quanto necessidade, podendo ser expressa por verbos auxiliares, adjetivos, advérbios, substantivos e sufixos (através da morfologia dos verbos), e até mesmo do sentido inerente dos verbos. Por isso, a modalidade é um recurso próprio da cognição humana e da linguagem (MONAWAR, 2016), que expressa o possível, o provável, o permitido, o proibido, entre outras construções lógicas. Modalidade é entendida como uma relação de quantificação sobre mundos possíveis (cf. Kratzer). A quantificação codifica o que interpretamos como “poder” e “dever” numa relação epistêmica, circunstancial ou deôntica. Nos exemplos abaixo (PORTNER, 2008, p. 2), observamos o uso de “must” (dever) classificado em pelo menos duas categorias:

- (9) John must be sick;
(10) John must apologize.

“Must” é epistêmico em (9), ou seja, está relacionado a conhecimento, e é deôntico em (10), relacionado a um sistema de regras⁷. A diferença entre os vários usos de um dado modal, de acordo com Kratzer (2008), é determinada por tipos de mundos possíveis⁸ e se prende a duas funções independentes estabelecidas contextualmente (contexto conversacional), a saber: força modal e fonte de ordenação. A força modal aliada à fonte de ordenação dá origem à categoria modal, que pode ser, conforme mencionado, epistêmica, circunstancial e deôntica, entre outras classificações. Para cada uma dessas classificações, ainda de acordo com Kratzer (2008), é importante que se considere o contexto para o estabelecimento dessas categorias.

Para Kratzer (2012), existe força modal porque os verbos e as demais expressões que representam modalidade na linguagem podem ser organizadas em diferentes graus. Há verbos de modalidade forte e fraca. Algo importante a ressaltar é que, em línguas

⁶ Não apresentaremos todo aparato teórico, nem tampouco a formalização dos tipos de modais, uma vez que não é a questão central do texto.

⁷ Dado um contexto conversacional f , define-se o modal em sua relação dentro do mundo w .

Epistêmico: $f(w)$ um conjunto de fatos conhecidos em w

Deôntico: $f(w)$ é um conjunto de regras em vigor em w

Teleológico: $f(w)$ i um conjunto de metas em w

Bulético: $f(w)$ é um conjunto de desejos em w

Circunstancial: $f(w)$ um conjunto de circunstâncias determinadas em w

Estereotípica: $f(w)$ um conjunto de expectativas em relação ao que w é.

⁸ A ideia de modalidade também está presente na teoria dos mundos possíveis (LEWIS, 1986/1998) “há muitas maneiras pelas quais as coisas poderiam ter sido além da maneira como elas são”. A partir de condicionais e de atitudes proposicionais, é possível formular hipóteses sobre situações que diferem da realidade (KRATZER, 2012).

distintas, pode ser que o modal não se aplique da mesma forma, ou melhor, pode ser que tenhamos numa língua um único modal com diferentes forças, e em outra língua duas escolhas lexicais. Assim, em inglês dizemos:

- (11) Laura can write (she learned it);
(12) Laura can write (there are no obstacles for her to write).

Já, em português, teremos:

- (13) Laura sabe escrever (ela aprendeu);
(14) Laura pode escrever (não há obstáculos para isso).

Essa diferença de escolha lexical pode, em hipótese, ser um dos problemas relacionados a transferências realizadas por aprendizes de uma língua, fato que é interessante se considerarmos as questões de transferência em PLE por falantes não nativos de PB. Outro aspecto que pode contribuir para a compreensão dessas questões de transferência por aprendizes de PB é o uso do verbo “conseguir”. Para isso, é importante realizarmos uma breve descrição das categorias propostas por Vendler (1957; 1967), que tiveram desdobramentos em Dowty (1979), Abusch (1985) e Smith (1997).

Diferentemente do verbo “poder”, notadamente modal, o verbo “conseguir” assume outras características semânticas⁹, que podem ser bem percebidas através da categorização verbal proposta por Vendler (1957; 1967) e retomada por diversos autores, entre eles Dowty (1979), Abusch (1985) e Smith (1997). Por ser um clássico, a atualidade e a funcionalidade da divisão verbal de Vendler é tal que pode ser explorada e aplicada a diferentes línguas, entre elas o PB.

Vendler (1957; 1967) propôs uma categorização de verbos para o inglês, a *verbal schemata*, dividindo-os em quatro grupos que posteriormente dariam origem aos papéis semânticos dos verbos e a uma série de teorias sobre aspecto verbal. Trata-se de um trabalho bastante precursor que se mantém atual pela relevância de suas contribuições. Sinteticamente, o autor dispõe os verbos nestas quatro categorias gerais, a saber:

Tabela 3 – Categorias Verbais de Vendler (1957) ¹⁰:

stative verbs	achievement verbs
activity verbs	accomplishment verbs

Fonte: Elaborado pelas autoras.

⁹ Alguns autores (QUARESMA; MENDES et al, 2014) sugerem que o verbo conseguir poderia assumir uma característica modal, sendo por isso, uma espécie de modal atípico.

¹⁰ As autoras optaram por manter a nomenclatura original, a fim de evitar prejuízos de compreensão. Uma tradução possível para as categorias dos verbos seria: verbos de estado, verbos de atividade, verbos de realização e verbos de concretização, respectivamente.

Conforme mencionado, dessas quatro categorias nos interessa desenvolver os “*achievement verbs*” e os “*accomplishment verbs*”. Um “*achievement verb*” é um verbo que expressa a realização de um feito, como nos exemplos dados por Vendler (1957; 1967) : “to reach the summit of a mountain”, *alcançar o topo de uma montanha*; “to won a race”, *vencer uma competição*. Obviamente, é necessário adaptarmos esta ideia para outros verbos, como fazem outros autores, tal como Smith (1997), e transpô-la para o PB.

Já os “*accomplishment verbs*” são descritos por Vendler (1957; 1967) como verbos contendo uma ação com um objetivo final, tais como “to run a mile”, *correr uma milha*, “to draw a circle”, *desenhar um círculo*. De igual modo ao exposto sobre “*achievement verbs*”, é necessário adaptarmos essa ideia e extendê-la a outros verbos e contextos, tais como “to walk to school”, *caminhar para escola*, como faz Saeed (2003). Smith (1997) também retoma essas ideias e estabelece outras relações para os verbos com conceitos e propriedades semânticas, tais como *telicidade*¹¹.

É interessante mencionarmos que o autor também trata como casos à parte os verbos modais e outros casos específicos de verbos, ressaltando que estes não fechariam critérios para pertencer a determinado grupo de verbos, fato que corrobora para o argumento que defendemos neste artigo de que os verbos modais devem ser distinguidos das demais categorias de verbos. Vendler (1957; 1967) distingue inclusive casos em que verbos assumem mais de uma categoria e demonstra seus diferentes sentidos através de exemplos empíricos e contextuais, fato que corrobora também para a ideia que defendemos neste artigo de que apenas uma perspectiva semântico-pragmática seria a suficientemente adequada para explicar o uso dos verbos “conseguir” e “poder” no PB.

Acerca da modalidade no PB vamos considerar apenas a modalidade dos verbos auxiliares. O trio de auxiliares consagrado na literatura do PB (PIRES DE OLIVEIRA, 2007, 2014; PESSOTTO, 2014) é composto por dois verbos, “dever” e “poder”, e uma expressão verbal, “ter que”. Seguindo o aparato teórico de Kratzer (2012), é importante que as estruturas em que ocorrem esses verbos e a expressão verbal sejam analisadas de acordo com os contextos conversacionais para que possamos classificá-los adequadamente. No entanto, alguns estudos dão conta de explicar as classificações e ocorrências possíveis desses modais no PB, o tipo de quantificação que exercem e a força de sua modalidade.

Para Pessotto (2014), o verbo modal auxiliar “poder” pode assumir as classificações deontica, teleológica e epistêmica. Além disso, esse verbo expressa uma possibilidade em um mundo *w*, sendo assim um quantificador existencial. Já a expressão “ter que” denota obrigação, sendo, por isso, um modal de força forte, podendo assumir características deonticas, telológicas, ou epistêmicas, de acordo com o contexto das sentenças. Por fim, para a autora, o verbo “dever” é preferencialmente epistêmico, com evidências desse fato amparadas na intuição pragmática, na aquisição pragmática e na própria sintaxe do verbo auxiliar¹².

¹¹ Propriedade em que distingue os verbos de modo geral como télicos (com um final de ação), e atélicos (sem um final de ação).

¹² Outras classificações dos modais auxiliares do PB podem ser vistas em Lunguinho (2010). O autor difere de Pessoto (2014), entre outros aspectos, quanto ao verbo “dever” ser preferencialmente epistêmico. Para

Considerando os três modais clássicos do PB, “ter que”, “dever” e “poder”, segundo os autores citados, o de maior força modal é a expressão “ter que”. É importante que se diga que não há um consenso entre autores sobre a força da modalidade entre os verbos “poder” e “dever”. No entanto, pode-se inferir empiricamente que o verbo “poder” exerce considerada força modal diante de verbos que tradicionalmente não expressam modalidade, pelo menos ao que se encontra na literatura, como o verbo “conseguir”, o que justamente pretendemos argumentar neste artigo.

Em relação ao verbo “conseguir”, normalmente fora da lista dos modais em língua portuguesa, assumimos a noção apresentada por Quaresma et al. (2014), que avaliam “conseguir” como verbo modal com valor de capacidade interna do participante dentro da modalidade deôntica de permissão (VAN DER AUWERE; PLUNGIAN, 1998). Em outras palavras, quando se diz algo como

- (15) Pedro conseguiu consertar a porta; ou
- (16) Maria consegue tocar Beethoven de ouvido,

avaliamos “conseguir” com força modal de habilidade interna.

Posto isso, passamos para outra etapa de nosso artigo, que se constitui numa reflexão sobre os exemplos dados pelos alunos e retiradas da plataforma *Speaking Brazilian*.

4. PODER E CONSEGUIR: REFLEXÕES SOBRE SEUS USOS

Nesta seção discutiremos algumas das observações feitas nas aulas de português para estrangeiros e no que pudemos apreender da plataforma *Speaking Brazilian*.

Iniciaremos retomando os exemplos (4-8):

- (4) Eu não posso acessar ao sistema.
- (5) Eu não posso achar as chaves.
- (6) Eu não posso abrir a porta.
- (7) Ele não pode achar a resposta.
- (8) Eu não posso chegar mais cedo.

Nessas sentenças, observamos situações em que o verbo “poder” foi utilizado com o sentido de não haver condições de se fazer determinada tarefa, e não com o sentido de que haveria algum impedimento de fazer determinada tarefa, como ocorre na sentença (4) “Eu não posso acessar ao sistema”. É possível percebermos que a sentença (4) gera duplo sentido que pode confundir ou causar estranheza entre os falantes nativos, já que não seria a escolha preferida no PB. Essa sentença conduz ao entendimento duplo de que ou há alguma restrição (regra) ao acesso ao sistema e, nesse caso, “poder” funcionaria como um

ele, os verbos “dever” e “ter que” funcionam como quantificadores universais, ao passo que “poder” é um quantificador existencial, conforme os exemplos: João deve/tem que comer frutas; João pode comer frutas.

PERNA, Cristina Becker Lopes; IBANOS, Ana Maria Tramunt; PORTO, Martha Machado. “Poder” e “conseguir”: um estudo sobre seus usos por aprendizes de português brasileiro. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 22, n. 3, p. 483-500, set./dez. 2022.

modal deôntico, que impediria o referido sujeito de acessá-lo, ou de que o sujeito não teria condições de realizar determinada tarefa, e, nesse caso, seria um modal circunstancial.

Embora falantes nativos de PB não tenham consciência de suas escolhas lexicais, observamos que os falantes nativos de PB optam pelo verbo “conseguir” neste contexto. Conforme observamos nas salas de PLE, os aprendizes de níveis iniciais de PB de contexto latino geralmente utilizam de forma indistinta os verbos “poder” e “conseguir”.

Um fenômeno diferente ocorre nas sentenças (5) “Eu não posso achar as chaves”, (6) “Eu não posso abrir a porta”, (7) “Ele não pode achar a resposta” e (8) “Eu não posso chegar mais cedo”, em que todas as situações apresentam um modal de valor epistêmico, e a (6) também com a possibilidade de modal de valor deôntico. O processo inferencial e, portanto, a leitura empírico-pragmática das sentenças conduz ao sentido de que existe um impedimento, uma proibição das ações/atividades referidas.

Em (5) o sentido da sentença nos leva a crer que existe algum impedimento. O sujeito teria esquecido as chaves, por exemplo, para que as chaves não pudessem ser encontradas. Em (6) a porta não pode ser aberta porque não se tem as chaves ou porque o acesso a elas é restrito a determinadas pessoas (tendo, portanto, um valor deôntico). Em (7) ele não pode encontrar a resposta porque falta alguma parte no enunciado, na questão, ou porque faltam elementos para investigação. Em (8), por fim, a sentença fornece o sentido de que existe alguma razão, algum impedimento para que o sujeito chegue cedo.

Além disso, como no exemplo (4), existe um caso em que os verbos apresentam o mesmo sentido, o mesmo valor semântico. Este caso é quando se trata de capacidade ou habilidade (cf. Quaresma et al. (2014)) em que os verbos indistintamente correspondem à mesma ideia de significado. Como nos exemplos abaixo:

- (15a) Eu posso tocar a Sonata no. 5 de Beethoven (modal deôntico);
- (15b) Eu consigo tocar a Sonata no. 5 de Beethoven (modal deôntico de habilidade interna);
- (16a) Ele pode consertar a câmera fotográfica (modal deôntico);
- (16b) Ele consegue consertar a câmera fotográfica (modal deôntico de habilidade interna).

Nos casos acima, os verbos são igualmente modais deônticos de capacidade interna, tanto a modalidade clássica do verbo “poder”, do que pretendemos discorrer ao longo deste artigo, quanto o próprio verbo “conseguir” que funciona como uma modalidade atípica como se poderia denominar (QUARESMA et al., 2014). Essa modalidade atípica talvez seja reforçada tanto pelo sentido semântico do verbo como de suas funções pragmáticas, sendo, portanto, um caso em que ambos os verbos podem assumir mesmo significado. Porém, consideramos importante reconhecer o caso e saber suas especificidades.

Nesse sentido, seria interessante considerarmos as características pragmáticas do verbo “conseguir” no PB, o que podemos inferir ser a opção mais comum por falantes nativos nos casos exemplificados ao longo do texto. Aqui também cabem ressaltar alguns estudos do português europeu (doravante PE), que consideram o “conseguir” como um verbo modal, deôntico de capacidade interna, certamente instanciado por características pragmáticas próprias do uso da língua naquele país (QUARESMA et al., 2014). De forma análoga, podemos considerar que tais ocorrências também sejam semelhantes no PB.

Na condição de “*achievement verb*”, o verbo “conseguir” não poderia ser utilizado de forma indistinta como sinônimo de “poder”, ressaltando-se os casos semântico-pragmáticos em que significa exatamente o mesmo que ter capacidade ou habilidade, e possibilidade de definições próprias do “poder” e de suas características de modalidade deôntica de capacidade interna. Assim, é reforçada a ideia que discutimos neste artigo de que apenas uma descrição e análise conjuntas, semântica e pragmática, seriam adequadas para a explicação do fenômeno dos verbos “poder” e “conseguir” no PB, especialmente, de se seu uso indistinto por parte de falantes não nativos.

Ainda considerando os falantes que aprendem PB a partir do inglês, como o observado na plataforma online *Speaking Brazilian*, torna-se um tanto difícil compreender que “conseguir” nos contextos informais em que este verbo é utilizado seja semanticamente distinto do verbo “poder”. Entre diversos motivos, podemos inferir que esses falantes em atividades de comando como as apresentadas no início do artigo nas sentenças (4-8) não conseguem perceber a diferença léxico-semântica e pragmática desses verbos. Uma das razões possíveis para este fato é a de haver comparações com o verbo “conseguir” e uma relação entre os auxiliares modais “can/could” entre aprendizes de PB que iniciam seus estudos nesta língua a partir do inglês, conforme sugere a plataforma *Speaking Brazilian*, e também por falantes nativos de espanhol europeu, que comparam o “can/could” com a língua espanhola. Vale ressaltar que, no caso de negação, é comum para falantes de espanhol usarem, em vez de “conseguir”, a expressão “no me sale”, como em:

(17) No me sale abrir la puerta/Não consigo abrir a porta.

Entendemos que uma proposta interessante está em explorar os significados dos verbos, ou significados possíveis que eles podem assumir, como o proposto pela autora da plataforma *Speaking Brazilian*, Virgínia Langhammer¹³.

Para o caso dos verbos “poder” e “conseguir” a plataforma apresenta diferentes exemplos em que os verbos podem assumir formas semânticas e pragmáticas, além de suas diferentes significações. Entre elas, o verbo “poder” significando o mesmo que o verbo “conseguir” (capacidade/habilidade), no sentido deôntico com valor de capacidade interna, o verbo “poder” com sentido permissão/proibição (modal deôntico clássico), o verbo “poder” com valor modal epistêmico e o verbo “conseguir” no sentido de alcançar um objetivo, um “*achievement*”, como nos exemplos que seguem, retirados da própria plataforma:

(18a) Eu posso correr 5 km (modal epistêmico);

(18b) Eu consigo correr 5km (modal com valor de capacidade interna);

(19a) Eu não posso ir ao cinema hoje porque ainda tenho trabalho (modal deôntico);

(19b) Eu não consigo ir ao cinema hoje porque ainda tenho trabalho (modal deôntico de capacidade interna).

¹³ Virgínia Langhammer é falante nativa de PB, fluente em inglês, francês e espanhol e idealizadora da plataforma-escola *Speaking Brazilian*.

No par (18a-b), os verbos “poder” e “conseguir” são sinônimos, pois significam ter uma habilidade, ter a capacidade de se fazer algo, ou representam a possibilidade de se fazer algo, assumindo a modalidade epistêmica em (a) e deôntica com valor de capacidade interna em (b). No caso, preferimos normalmente o verbo “conseguir” por modalizar a frase e, por isso, deve ser a escolha pragmaticamente mais usual. Porém, se o contexto for outro, e o falante quiser reforçar uma modalidade mais forte, menos branda, ele optará pelo verbo “poder”. Por exemplo, em um contexto em que o falante esteve um período acamado, recuperando-se de uma cirurgia, mas agora já está recuperado, ele poderia responder: “Eu posso correr 5km”. Como já dito anteriormente o contexto é fundamental para a compreensão do sentido das sentenças com modalidade. Já no par (19a-b), o verbo “conseguir” assume o mesmo sentido modal do verbo “poder” deôntico, modalizado, com uma força mais branda, representada pelo modal atípico “conseguir”, deôntico de capacidade interna.

(20a) Posso entrar? (modal deôntico);

(20b) Posso sair mais cedo? (modal deôntico);

(21a) Você não pode fumar aqui. (modal deôntico);

(21b) Mariana não pode dirigir porque ainda tem 16 anos¹⁴ (modal deôntico).

Os pares (20a-b) e (21a-b) expressam como única possibilidade o uso do verbo “poder” cujo modal deôntico indica a permissão (20a-b) e a proibição (21a-b), dois significados semânticos próprios desse verbo de característica modal, que não se aplicaria ao verbo “conseguir”. Presumimos que este caso não costuma causar tantas dúvidas aos falantes não nativos de PB, embora sua compreensão parcial leve a construções como as exploradas nos exemplos (4-8).

(22a) Mariana conseguiu o emprego que queria (*achievement*);

(22b) João finalmente conseguiu publicar seu livro (*achievement*).

Nas sentenças (22a-b) pode-se observar o uso do “conseguir” como um verbo de “*achievement*” em que se observa a obtenção de um objetivo, sendo, fundamentalmente, este o sentido semântico do verbo “conseguir”: alcançar um objetivo. E certamente também nesse caso encontra-se o correspondente em espanhol “yo no logré acessar o Moodle” – “eu não consegui acessar ao Moodle”, situação na qual os aprendizes das aulas observadas utilizam a expressão “Eu não pude acessar ao Moodle”.

No entanto, conforme pudemos perceber pela experiência da sala de aula das turmas de português para estrangeiros e também pelo exposto na plataforma *Speaking Brazilian*, nem sempre aprendizes de PB conseguem distinguir adequadamente os usos dos verbos “conseguir” e “poder”. Assim, do ponto de vista pragmático, podem ser explorados exemplos de uso desses verbos, conforme exemplos da plataforma *Speaking Brazilian*¹⁵:

¹⁴ Exemplo adaptado da Plataforma *Speaking Brazilian* para a realidade brasileira.

¹⁵ Exemplos adaptados da plataforma *Speaking Brazilian*.

- (23a) Mariana não pode dirigir porque ainda não tem 18 anos (modal deôntico);
- (23b) Mariana não consegue dirigir porque quebrou a perna (modal deôntico de capacidade interna);
- (23c) Mariana consegue dirigir, mas não pode porque ainda não tirou a carteira de motorista (modal deôntico de capacidade interna/modal deôntico).

No trio de exemplos (23a-c), percebe-se um uso mais sutil dos verbos “poder” e “conseguir” em que os detalhamentos das situações por contexto são determinantes para as escolhas dos verbos: partindo-se de uma força de modalidade forte (de proibição/permissão), e deôntica, com o poder, à capacidade interna, também deôntica, com o verbo “conseguir”, dentro das gradações contextuais a que lhe são atribuídas. Em (23b), por exemplo, não existe a proibição de “poder”, mas a ausência de capacidade/habilidade que empiricamente lê-se como momentânea, devido à condição de Mariana ter quebrado a perna. Não há, portanto, a possibilidade de Mariana dirigir. Essa sentença contrasta com (23c) em que o sujeito Mariana consegue dirigir, detém a habilidade/capacidade, tem essa possibilidade do ponto de vista de saúde/físico, mas é impedida, porque não possui carteira de motorista, requisito legal, representando assim o modal deôntico com uma gradação forte do “poder”.

Encerramos a seção com as reflexões elencadas acerca dos verbos “poder” e “conseguir” e seus usos com um importante resgate à literatura de Vendler (1957; 1967), com a ideia de “*achievement*” do verbo conseguir, e Quaresma et al (2014), para quem o verbo “conseguir” assume aspectos de modalidade atípica, funcionando como um modal deôntico de capacidade interna com as mesmas características de “poder”, mas com força menor devido a questões pragmáticas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência em sala de aula de PLE em níveis iniciais em uma IES do sul do Brasil com alunos de contexto hispânico, oriundos de instituições de ensino latino-americanas, nos permitiu observar que a aquisição pragmática da modalidade dos verbos “poder” e “conseguir” não é imediata e suscita diversas reflexões como as que foram expostas neste artigo. Devido ao fato de PB e espanhol serem línguas de mesma família, aprendizes de PB tendem a realizar transferências diretas de termos e expressões de sua língua materna, que nem sempre correspondem ao mesmo sentido semântico-pragmático na língua-alvo. Conforme Cabrelli (2020), essa transferência nem sempre é facilitadora, fato que pode ser evidenciado por diversas situações contextuais que geram estranhamento e, por vezes, duplo sentido entre falantes nativos de PB e aprendizes de PB de contexto latino. Mais do que dificuldades de comunicação, as impropriedades semânticas e pragmáticas podem dificultar a aquisição de proficiência da língua-alvo, ou, quanto muito, atrasar o desenvolvimento dos aprendizes.

Para que nossos argumentos não se fundamentassem apenas nas amostras do universo a que tivemos acesso, buscamos outros dados e experiências de aquisição de PLE e encontramos na plataforma *Speaking Brazilian*, destinada a aprendizes estrangeiros de PB, situações semelhantes às que nos deparamos na sala de aula com os alunos de contexto hispânico. O problema de aquisição semântico-pragmática dos verbos “poder” e “conseguir” nos pareceu ainda mais pertinente, diante do fato de que o site de

ensino trata amplamente das diferenças de uso e sentido desse par de verbos que, muitas vezes, parecem sinônimos a falantes não nativos. Pudemos notar, através de exemplos e reflexões das relações e transferências, facilitadoras ou não, é que os aprendizes se valem dessas transferências a partir de suas línguas maternas, ou através de uma L2, provavelmente inglês, fato que pode ser percebido através de correspondências com os modais “can/could”.

Para além disso, as amostras da sala de aula nos levaram a refletir não apenas sobre questões de proficiência e aquisição pragmática, mas sobre os sentidos léxico-semânticos e pragmáticos dos verbos “poder” e “conseguir”, o que nos conduziu à pesquisa e a reflexões semânticas sobre modalidade (cf. Krazter (1977; 1981; 1991; 2008; 2012) e von Fintel (2006)), modalidade especificamente em português (cf. Quaresma et al. (2014)), modalidade em PB apresentadas por Pires de Oliveira (2014) e Pessotto (2014) e às ideias de “*achievement*” e “*accomplishment*” apresentadas por Vendler (1957; 1967), expandido em Dowty (1979), Abusch (1985) e Smith (1997).

Acerca do que discutimos sobre a natureza semântico-pragmática desses verbos, para além de questões de aquisição, entendemos como importante retomar e reforçar a natureza quasi-modal do verbo “conseguir”, que assume sua modalidade atípica com o sentido de modal deôntico de capacidade interna para autores de PE (cf. Quaresma et al. (2014)) e que compreendemos como análoga a situações contextuais do PB, como em: (18b) *Eu consigo correr 5km* e (19b) *Eu não consigo ir ao cinema hoje porque ainda tenho trabalho*, conforme expusemos neste artigo. Além disso, a noção de “*achievement*”, pouco usada no PB, mas presente no clássico de Vendler (1957; 1967), foi fundamental para a distinção de sentido nos contextos conversacionais entre os verbos “poder” e “conseguir”, especialmente em situações como em (22a) *Mariana conseguiu o emprego que queria* e (22b) *João finalmente conseguiu publicar seu livro* (cf. exemplos deste trabalho).

A validade e a relevância de nossas contribuições se amparam no fato de que o PB ainda é pouco mapeado linguisticamente e, nesse sentido, como bem apontado por Pires de Oliveira (2014), ainda há muito a ser estudado e analisado sobre as construções de modalidade no que se refere à aquisição de uma segunda língua. Nesse sentido, são interessantes as contribuições de Quaresma et al. (2014) ao que se referem à classificação atípica do “conseguir”, como um verbo modal deôntico de capacidade interna. A recorrência do uso desse verbo para situações como as apresentadas no texto, tais como em (19b) *Eu não consigo ir ao cinema hoje porque ainda tenho trabalho* e em (23b) *Mariana não consegue dirigir porque quebrou a perna*, se deve à força de modalidade fraca, modalizada com “conseguir”, o que pode ser considerado com uma das razões da prevalência pragmática do uso deste verbo em detrimento de “poder”.

Ainda, em razão da natureza semântico-pragmática e de todas as questões de estranhamento por parte de falantes nativos e de dificuldade de aquisição dos aprendizes, optamos por esse tratamento de interfaces para essa problemática dos verbos “poder” e “conseguir” para que pudéssemos ter um arcabouço teórico adequado para a reflexão dos fenômenos que observamos em sala de aula e encontramos respaldo na plataforma *Speaking Brazilian*. Entendemos que os fenômenos pragmáticos ultrapassam as construções semânticas, de forma que a compreensão adequada de certos fenômenos da língua, os dos verbos “poder” e do “conseguir”, pressupõe uma leitura semântico-pragmática.

Na perspectiva de ensino de PLE, salientamos que o desenvolvimento da competência pragmática através de práticas de *awareness raising* com os aprendizes de PLE possibilitará que eles utilizem as formas apropriadas de acordo com o contexto de fala. O ensino explícito de fenômenos pragmáticos pode ajudá-los a perceberem as formas e funções linguísticas que, segundo Bardovi-Harlig (2001), trariam mudanças em sua produção e percepção da segunda língua. De acordo com Parajuli (2022), a instrução explícita de fenômenos pragmáticos produz efeitos positivos no ensino e aprendizagem de uma segunda língua. Em razão disso, acreditamos que o desenvolvimento da metodologia de *awareness raising* para chamar a atenção sobre diferenças semântico-pragmáticas observadas em sala de aula pode vir a contribuir para um melhor desempenho dos aprendizes nesse nível inicial de aprendizagem de PLE.

Por fim, uma prática que não conduzimos neste estudo e que permanece para trabalhos futuros é realizar testes de aceitabilidade com falantes de espanhol e aprendizes de PB em situações que possam gerar dúvidas nas escolhas dos verbos “poder” e “conseguir”. Testes de aceitabilidade, divididos em duas seções, com e sem contexto, supostamente poderiam trazer dados mais interessantes para discussão e até para a elaboração de materiais de apoio para o ensino de PLE.

REFERÊNCIAS

- ABUSCH, Dorit. *On verbs and time*. (1985). Doctoral Dissertations 1896 – February 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7275/zvey-4x7>. Acesso em: 11 jul. 2022.
- BARDOVI-HARLIG, Kathleen. Evaluating the empirical evidence: Grounds for instruction in pragmatics. In: ROSE, Keenth R; KASPER, Gabriele (eds.). *Pragmatics in Language Teaching*. Cambridge University Press, 2001. p 13-32.
- CABRELLI, Jennifer; IVERSON, Michel; GIANCASPRO, David; GONZÁLEZ, Becky H. The roles of L1 Spanish versus L2 Spanish in L3 Portuguese morphosyntactic development. In: *Linguistic Approaches to Portuguese as Additional Language*. XXX; XXX; XXX (eds.) Amsterdam: Johns Benjamins Publishing Company, 2020.
- DOWTY, David. *Word meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: D. Reides Publishing Company, 1979.
- ISHIHARA, Noriko. *Web-based curriculum for pragmatics instruction in Japanese as a foreign language: An explicit awareness-raising approach*. *Language Awareness*, 16 (1),2007), p. 21-40.
- ISHIHARA, Noriko; COHEN, Andrew D. *Teaching and learning pragmatics: Where Language and culture meet*. Routledge, 2014.
- KRATZER, Angelika. *What “must” and “can” must and can mean*. *Linguistics and Philosophy* 1:337-355, 1977.
- KRATZER, Angelika. The Notional Category of Modality. In: EIKMEYER, H-J e RIESER, H. (eds.) *Words, worlds, and contexts: new approaches to word semantics*. Berlin: de Gruyter, 1981, p.28-74. Reedição de 2008.
- KRATZER, Angelika. Modality In: STECHOW, A.V. e WUNDERLICH, D. (eds.) *An International Handbook of Contemporary Research*. Berlin: de Gruyter, 1991. p. 639-650.
- KRATZER, Angelika. *Modals and Conditionals*. Oxford Studies in Theoretical Linguistics. 2012.
- KRATZER, Angelika. Modality. In: *Selected Works of Angelika Kratzer*, University of Massachusetts Amherst, 1991, p.639-650. Disponível em: https://works.bepress.com/angelika_kratzer/. Acesso em: 11 jul. 2022.
- KRATZER, Angelika.; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta.; PESSOTO, Ana L. Talking about Modality: an interview with Angelika Kratzer. In: *ReVEL*, special issue 8, UFRGS, 2014, p. 8-20. Disponível em <http://www.revel.inf.br/files/47be5da3763b241cfe69fc9328fcc1fd.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

- LANGHAMMER, Virgínia. *Speaking Brazilian*. Nova York. Disponível em: <https://www.speakingbrazilian.com/about>. Acessos em 20 abr. 2022.
- LANGHAMMER, Virgínia. *Speaking Brazilian*. Nova York. Disponível em: <https://www.speakingbrazilian.com/blog/search/poder>. Acesso em 20 abr.2022.
- LEWIS, David. *On the Plurality of Worlds*. Blackwell Publishing, 1986.
- LUNGINHO, Marcos. Sobre a concordância modal no Português Brasileiro. In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 11, n. 2, UNB, 2010, p. 117-140. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/10474/9229>. Acesso em 11 jul. 2022.
- MOLSING, Karina; IBANOS, Ana. *Time and TAME in Language*. Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- MONAWAR, Monica. Modality and evidentiality: a discussion of philosophical and formal aspects. In: *Letras de Hoje*, v. 51, n. 3, jul-set., 2016, p.412-420. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/22525/1489>. Acesso em 11 jul. 2022.
- PARAJULI, Klehor. Enhancing Pragmatic Competence in Language Learners. *A Peer Reviewed Journal in Social Sciences*, v. 1, n. 1, Feb. 2022, p. 14-23, <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/22525/14891>. Acessos em setembro de 2019 e julho de 2022.
- PESSOTTO, Ana Lucia. Epistemic and Gradable Modality in Brazilian Portuguese: a Comparative Analysis of “poder”, “dever” and “ter que”. In: *ReVEL*, special issue n. 8, UFRGS, 2014, p.49-75. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/7ff183ad0e917431c7d51637a4231cfb.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; MULEKANGOY, Francisco. Notas sobre a semântica do sufixo ‘VEL’: A expressão da Modalidade no PB. In: *Revista Letras*, Curitiba, 73: set/dez 2007, p. 185-201. Editor UPFR. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/7546>. Acessos em julho de 2022.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. A Modalidade na Semântica Formal das Línguas Naturais. In: *ReVEL*, edição especial n. 8, UFRGS, 2014, p.1-7. Disponível em <http://www.revel.inf.br/files/90c276b55be49b53f447ffca5545352e.pdf>. Acesso: 11 jul. 2022.
- PORTNER, Paul. *Modality*. Oxford University Press: Oxford, 2009.
- QUARESMA, Paulo; MENDES, Amália; HENDRICKX, Iris; GOLÇALVES, Teresa. Automatic tagging of Modality: identifying triggers of modal values. In: Bunt, Harry (ed.) *Proceedings 10th Joint ISO – ACL SIGSEM Workshop on Interoperable Semantic Annotation*, May 26, 2014, Reykjavik, Iceland, p. 95-101. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/30784/1/Quaresma_et_at_modality_ACL_2014.pdf. Acesso em 10 maio 2022.
- SAEED, John. *Semantics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.
- SMITH, Catherine. The Parameter of Aspect. *Studies in Linguistics and Philosophy*, v. 43. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.
- TIMPE-LAUGHLIN, Veronica; WAIN, John; SCHMIDGALL, John. *Defining and operationalizing the construct of pragmatic competence: Review and recommendations*. (Research Report No. RR-15-06) Educational Testing Service, Princeton, NJ, 2015.
- VENDLER, Zeno. Verbs and Times. *The Philosophical Review*, v. 66, n. 2, p. 143-160 Apr. 1957.
- VENDLER, Zeno. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.
- VAN DER AUWERA, John; PLUGIAN, Vladimir A. Modality’s semantic map. *Linguistic Typology*, v. 2, n. 1, p. 79-124, 1998.
- VON FINTEL, Kai. Modality and language. In: BORCHERT, D. M. (org.). *Encyclopedia of philosophy*. 2. ed. Detroit: Macmillan Reference USA, 2006.
- WIEDEMANN, Lyris. *Portuguese for Spanish Speakers – what research tells us*. Trabalho apresentado no Annual Meeting of the American Association of Teachers of Spanish and Portuguese. Albuquerque, Novo México, EUA, 2009.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-22-03-501-511>

Recebido em: 14/12/21 | Aprovado em: 20/12/22

LÍNGUA, MATERIALIDADE DISCURSIVA E COSMOGONIA

Language, Discursive | Lengua, materialidad
Materiality, and Cosmogony | discursiva y cosmogonía

Tania Conceição Clemente de Souza*

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Ao se trabalhar com a relação língua e cosmogonia do ponto de vista discursivo, esbarramos em diferentes aspectos inerentes à organização social dos Kurâ Bakairi, materializada na forma como se pode, ou não se pode, lançar mão do conjunto de formativos da língua. As línguas são constituídas por sua historicidade, forjada, sobretudo, por textos fundadores da identidade do povo e da língua. Trata-se de pôr em pauta uma interdição fundadora da própria estrutura da língua em si. Em termos teóricos, abraçamos pressupostos oferecidos pela escola francesa de Análise de Discurso. E aí destacar que essa organização do mundo num viés político-cosmogônico vem a constituir a materialidade discursiva da língua em vários componentes gramaticais.

Palavras-chave: Materialidade discursiva e cosmogonia. Língua e identidade. Língua Bakairi.

Abstract: When working with the relation between language and cosmogony from a discursive point of view, we bump into different aspects inherent to the social organization of the Kurâ Bakairi, materialized in the way one can, or cannot, make use of the set of language formatives. Languages are constituted by their historicity, forged, above all, by texts that are the founders of the identity of the people and of the language. It is a matter of putting into question a founding interdiction in the very structure of language itself. In theoretical terms, we embrace assumptions offered by the French school of Discourse Analysis. And there we highlight that this organization of the world in a political-cosmogonic bias comes to constitute the discursive materiality of language in several grammatical components.

Keywords: Discursive Materiality, and Cosmogony. Language, and Identity. Bakairi Language.

Resumen: Al trabajar la relación entre lengua y cosmogonía desde un punto de vista discursivo, nos encontramos con diferentes aspectos inherentes a la organización social de los Kurâ Bakairi, materializados en la forma en que pueden, o no, hacer uso del conjunto de formativas lingüísticas. Las lenguas están constituidas por su historicidad, forjada, sobre todo, por los textos fundadores de la identidad del pueblo y de la lengua. Se trata de poner a la orden del día una interdicción fundadora de la propia estructura del lenguaje. En términos teóricos, adoptamos los supuestos ofrecidos por la escuela francesa de Análisis del Discurso. Y ahí destacar que esta organización del mundo en un sesgo político-cosmogónico viene a constituir la materialidad discursiva del lenguaje en varios componentes gramaticales.

Palabras clave: Materialidad discursiva y cosmogonía. Lengua y identidad. Lengua Bakairi.

* Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professora titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística e Línguas Indígenas do Museu Nacional/UFRJ. Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística da Faculdade de Letras/UFRJ. Bolsa Cientista do Nosso Estado – FAPERJ.

INTRODUÇÃO

*Xíxi, o deus-Sol, quando fez o mundo,
deu arma de fogo para o karaiva
e flecha pro índio. Deu uma língua para
o índio e outra para o karaiva.*
Waluga – janeiro de 1985

Nossa proposta neste texto é focar alguns aspectos da formação do léxico em Bakairi numa perspectiva discursiva e cosmogônica. O termo cosmogonia abrange as diversas lendas e teorias sobre as origens do universo de acordo com as religiões, mitologias e ciências através da história. O que de interessante deve-se destacar é que essa organização do mundo num viés político-cosmogônico vem a constituir a materialidade discursiva da língua em vários componentes.

Ao se trabalhar com a relação entre língua e cosmogonia do ponto de vista discursivo, esbarramos em diferentes aspectos inerentes à organização social dos Kurâ Bakairi, materializada na forma como se pode, ou não se pode, lançar mão do conjunto de formativos da língua. As línguas são constituídas por sua historicidade forjada, sobretudo, por textos fundadores da identidade do povo e da língua. Trata-se de pôr em pauta uma interdição fundadora da própria estrutura da língua em si. Em termos teóricos, abraçamos pressupostos oferecidos pela escola francesa de Análise de Discurso.

1 SOBRE A LÍNGUA E O POVO BAKAIRI

A língua bakairi pertence à família das línguas Karib, um tronco do sistema das línguas ameríndias, segundo Voeglin e Voeglin (1977). A maior parte das línguas Karib são faladas na América do Sul, ao norte do rio Amazonas, mas algumas são encontradas mais ao sul, no Brasil Central, precisamente no estado do Mato Grosso. O Karib costuma ser subdividido em três ramificações – Norte, Nordeste e Sul. O Bakairi pertence à ramificação Sul, sendo a língua mais meridional da família.

A população Bakairi, composta de 1.042 indivíduos, segundo dados da Funai (2013), está distribuída em duas terras indígenas, Terra Indígena Pakuenra e a Terra Indígena Santana, localizadas respectivamente nos municípios de Paranatinga e Nobre, no estado de Mato Grosso, Centro-Oeste do Brasil. Os Bakairi se dispersaram a partir do lugar que consideram como berço mítico de origem se dividindo em dois grupos, mais tarde conhecidos como “mansos” ou “ocidentais”, absorvidos como mão-de-obra pela sociedade colonial desde o século XVIII, e os “brabos” ou “orientais”, que se isolaram no Alto Xingu. Estes, no final do século XIX, foram arrebanhados por Von den Steinen a mando do governo brasileiro, com fins à pacificação, e alocados nas regiões atuais onde vivem.

2 HISTORICIDADE E ESCOLHA DO OBJETO

As análises com a língua bakairi são fruto da coleta de dados entre os Bakairi desde janeiro de 1984, até os dias atuais. Inúmeros são os trabalhos realizados que trazem contribuição ao estudo da fonologia, da morfologia da sintaxe e do discurso, articulando preceitos da Teoria Gerativa e da escola francesa de Análise de Discurso. Inclui-se entre esses trabalhos a tese de doutorado (SOUZA, 1994). Data de 1892, a publicação da gramática escrita por Von den Steinen resultante de duas viagens realizadas ao Brasil pelo pesquisador alemão em 1884 e 1887. Composta por mais de 400 páginas, a gramática traz estudos em fonética, vocabulário temático, focando corpo humano, parentesco, flora, fauna e etnografia. Além do vocabulário, são analisadas 542 frases, vários textos e alguns mitos, dentre os quais está a primeira transcrição de *Udodo Pajika* ‘*A onça e o tamanduá*’. Um século depois, em 1985, faço a segunda coleta deste mito com a pessoa Bakairi mais idosa – Waluga, com 85 anos presumidos, monolíngue.

A onça e o tamanduá nos remete aos primeiros momentos de confronto entre os Bakairi e os não indígenas, e estes dois personagens representam o índio, no caso udodo ‘a onça’ e o não-índio, pajika ‘o tamanduá’. A onça é um dos elementos ancestrais na cosmogonia bakairi e dele se originam os bakairi; enquanto o tamanduá-bandeira personificando o não-índio é definido como ‘aquele que abraça por trás’, ou seja, traidor. A coleção de mitos Bakairi é extensa, mas a referência a este mito em particular se deve ao fato de ser o índio referendado por udodo ‘a onça’. O elemento gramatical que ocupa nossa reflexão inicial é o formativo **-do** que entra na composição de **udo-do** ‘onça’. A palavra ‘udo’ significa homem, ser humano, por extensão, significa também *índio*, palavra silente na língua, forjada pelo colonizador.

Em pauta discutiremos, de imediato, o alcance do formativo **-do** na materialidade discursiva da língua, buscando explicitar a relação de interface entre os mitos fundadores da identidade e organização social Bakairi em relação à organização do léxico. Em um segundo momento, ilustraremos um pouco mais a formação de outras palavras, a princípio com o mesmo sentido, mas que são criadas a partir de mitos ligados a diferentes fases da organização social Bakairi. Os Bakairi delimitam sua existência em três momentos – a origem, num tempo sem luz, o da intervenção de Xíxi, deus-Sol que institui as diferenças a partir da dualidade trevas-luz e o da descoberta do milho. A cada um desses momentos corresponde uma organização social e uma civilização. Os Bakairi de hoje em dia se identificam como a terceira civilização, a que renasceu do milho. São momentos fundadores da história do grupo instaurados pela mitologia.

Em nossos trabalhos, vimos definindo o mito como discurso fundador:

A respeito da noção de discurso fundador, gostaríamos de observar ainda que, em Orlandi (1993, p. 13), esta noção é trabalhada na relação com a produção dos sentidos e este passa a ser caracterizado como fundador porque ele “cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado.” A forma como estamos lendo a noção de discurso fundador se distancia da de Orlandi, porque não estamos pensando o que há de fundador dentro dos muitos discursos produzidos sobre o outro, como foi traduzido o olhar do europeu sobre o novo mundo, por exemplo. Não encerram *discursos sobre*, mas sim *discursos de si*. E este movimento discursivo é que vem fundar a memória que atravessa o discurso indígena. (SOUZA, 2016, p. 106).

3 LÉXICO BAKAIRI E COSMOGONIA

A Onomástica tem em sua base dois componentes principais: a toponímia e a antroponímia, que se resumem em descrever a singularidade do nome de lugares, animais, plantas e de identificar os indivíduos de uma sociedade. Assim, quando se busca sistematizar a relação entre as palavras e as coisas, no campo da onomástica, o primordial é não perder de vista a historicidade da formação desses conjuntos de itens lexicais específicos com relação à cultura e à visão cosmogônica do grupo.

Há, dentro da Onomástica, um campo chamado de Toponímia. Diferente da toponímia, a antroponímia se relaciona com o sistema de denominação dos indivíduos humanos de uma sociedade. “Os sistemas de denominação antroponímica são constructos culturais específicos, e ambos apresentam características gerais que se repetem nas culturas” (SÓLIS, 2018, p. 23).

Diferente dessas duas propostas que atribuem aos sistemas de topônimos e antropônimos uma base cultural, numa outra perspectiva, a da materialidade discursiva, podemos definir além de antropônimos e topônimos outros itens lexicais a serem analisados como fundadores da identidade de um grupo quando, por exemplo, se tomam crenças, valores éticos, mitos, etc como elementos que estão na origem da constituição da identidade e da organização social de um povo. Nesse sentido, as duas perspectivas acima não dão conta dos processos de formação lexical como um todo, mas o trabalho com a noção de materialidade discursiva, sim, pensada como “nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época”, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada”. (PÊCHEUX, 2011, p. 151-152). Ou seja, por materialidade discursiva, entende-se a inscrição da história no tecido da língua. Assim, uma proposta de análise da língua por esse viés joga, além da descrição e distribuição dos elementos gramaticais da língua, com a compreensão da discursividade, explorando-se nesta dimensão, a inscrição da historicidade de textos que estão na origem, como abarcam nossos objetivos aqui.

3.1 KURÂ BAKAIRI: OS FILHOS DE XÍXI, O DEUS-SOL

Há, em Bakairi, um tipo de formativo de nomes, que se prende a uma lista fechada de palavras, não podendo este ser utilizado em processo aberto de derivação lexical. É o caso, por exemplo, do formativo **-do**¹. A compreensão melhor que explicita a não produtividade do formativo **-do** nos remete a um dos mitos de origem do povo Baikiri:

Houve um tempo - conta a mitologia Bakairi - em que os seres tinham a mesma forma física e falavam uma mesma língua. O mundo era do domínio das trevas. Xíxi - o deus-Sol - invadiu

¹ Dados transcritos em ortografia. O símbolo [r] corresponde a um flap nasal ou oral; o símbolo [â] corresponde ao schuá [ə]; [g] representa a fricativa velar sonora. A vogal média posterior [o] é sempre aberta, e a vogal média anterior [e] é sempre fechada. [y] corresponde a [ɨ]. O padrão acentual em Bakairi é fixo, assinalando como proeminente a penúltima sílaba da palavra, exceto em palavras terminadas por ditongo (oral ou nasal), quando a última sílaba passa a ser a proeminente.

o mundo das trevas e instituiu as diferenças entre os seres. As pessoas – kurâ - se tornaram diferentes dos animais – ãnguido. A metamorfose se dava na e pela luz. Aqueles que deveriam se tornar kurâ se colocavam sob os raios da Luz e seus corpos tomavam a forma que têm hoje. A luz tinha que alcançar o corpo plenamente. Quando isso não acontecia, os seres ficavam híbridos - metade ãnguido e metade kurâ - e eram atirados ao fundo das águas, onde a luz não chegava. Tornavam-se kurâma ‘gente excluída’.

A Luz trouxe a dualidade ao mundo Bakairi. Uma dualidade expressa também na forma de duas línguas: o kurâ itãro e o ãnguido itãro. A língua dos Bakairi é o kurâ itãro. O piaji ‘pajé’ - aquele que fala com a sombra, com a luz, com os bichos - domina as duas línguas, mas só revela a língua ancestral do tempo das sombras àquele que se tornar pajé. (SOUZA, 1994. p 11).

Sobre esse pequeno trecho, há muitas reflexões a serem tecidas. Sob o domínio das trevas, não havia diferença entre os seres humanos e não humanos. Estes seres ancestrais eram chamados de anguido, cuja formação lexical corresponde a angui-**do**. Com a intervenção de Xíxi, o deus-sol, se institui a dualidade entres os seres humanos – os Kurâ – e os não humanos – os anguido. O que vale observar é que a denominação dos seres filhos do Sol não é formada pelo processo de derivação com o formativo **-do**. A segmentação de k-ura revela a marca da primeira pessoa de verbos transitivos – k- ~ka- – agregada ao pronome livre de primeira pessoa – ura ‘eu’, dando lugar à palavra kurâ que significa ‘gente’. A palavra kurâ, porém, tem um uso identitário na língua, sentido advindo dessa explicação dos sentidos de origem e da significação do mundo. Os Bakairi se identificam pela denominação Kurâ e falam o kurâ itanro ‘nossa língua’. Quando querem falar de uma língua outra usam a expressão tojitanro ‘a língua em geral’.

Um outro aspecto pertinente ao uso de kurâ é o significado de ‘nosso’, correspondendo à referência cruzada ‘eu + você’. Esse tipo de formação vocabular é classificado em termos linguísticos como um dual. Como acontece com muitas línguas indígenas, trata-se de um tipo de referência classificada como um ‘nós exclusivo’. O escopo que define essa exclusão é, em Bakairi, uma forma de identificação: quando usamos a expressão kurâ, dizemos eu e você (ou tu), e excluimos os demais, os outros. Entretanto, kurâ, pelas normas da língua, só pode ser usado entre duas pessoas com a mesma identidade: somente dois interlocutores Bakairi podem se chamar por kurâ; e somente dois interlocutores karaiva (não-índio) podem utilizar kurâ. Quando queremos nos referir a um eu e você com identidades diferentes, obrigatoriamente, usamos os dois pronomes livres: ura âma ‘eu e você’. Trata-se, então, de se atestar um tipo de interdição fundadora do eu-Bakairi, por isso, recobre um nós que exclui qualquer outro não-Bakairi. Ainda a partir do formativo **-do**, focalizamos, por fim, a expressão kurâ-**do**, que significa gente em geral, pessoas, ratificando **-do**, como marca fundadora da identidade Bakairi da forma como significam o mundo. Ao lado de kurâ, há o pronome xina ‘nós inclusivo’, que abarca todo mundo e qualquer outro.

É oportuno corrigir aqui a análise de linguistas com pouco estudo do bakairi, mas que, seguindo considerações de Capistrano de Abreu (1895), classificam **-do**, como marca de plural. A inferência de Capistrano de Abreu, provavelmente, advém do fato de kurâ**do** significar ‘gente’ em sentido generalizado, ‘todo mundo’, sem excluir ninguém. A expressão de pluralidade em bakairi se dá por dois movimentos: (1) afixando ao verbo o morfema **-mo**, numa uma frase como: mâka nadapiogu**imo** ‘eles estão se batendo’ e (2) afixando ao substantivo a marca de coletivo, de muitos, como em kurâ**domondo** ‘todo

mundo'. A função do formativo **-do** como em **kurádo** é generalizar a referência, significando 'qualquer gente ou qualquer um', destituindo o caráter de dual.

Sobre o processo de interdição na língua, lembramos Milner (1976, p.18) ao argumentar que "o fato na língua consiste em que há o impossível: impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira [...] falar de língua e de partição é colocar que não se pode dizer tudo." A posição de Milner é a de defender o indizível, daí propor que a "a língua está ligada á operação do não-tudo" e aprofundar esta questão no âmbito da língua e da gramática.

De que gramática fala Milner? Certamente, da gramática significada como instrumento tecnológico, tanto nos termos formais da Linguística quanto nos termos da gramática prescritiva, como as conhecemos. Mas o que estamos discutindo, no momento, é uma ordem de gramática fundadora, que está na origem da relação homem/mundo quando da instituição do que pode e não pode ser dito. Entender que a língua pode estar estruturada de uma certa forma e não de outra tem a ver, segundo nossa reflexão, com o fato de serem línguas intrinsecamente orais sem pareamento com a escrita. Com base nessas considerações, é que discordamos de Auroux (1992) sobre o que ele diz sobre gramatização, escrita e metalinguagem. Segundo o autor, "a gramática e o dicionário são como duas tecnologias, que são ainda hoje a base de nosso saber metalinguístico" (idem, p. 65) e que a invenção desses dois artefatos depende do desenvolvimento da escrita, e, portanto, povos cujas línguas são orais não desenvolvem o pensamento metalinguístico. Nos colocamos contrários a tais colocações, pois Auroux sustenta tal afirmativa no fato de que não se tem notícia "em nenhuma civilização oral de um corpo de doutrina elaborado em relação com as artes da linguagem, mesmo onde podemos observar que certos indivíduos são especialistas no papel de tradutores ou 'poetas'". Discordamos do autor quando afirma que as civilizações orais não possuem metalinguagem (SOUZA, 1994; 2016), pois não concebemos que a gramatização, ou a reflexão metalinguística, – como propõe Auroux (idem) – possam ser únicas, fechadas num corpo doutrinário e admitir que esse tipo de gramatização decorra da falta de desenvolvimento da escrita. A gramatização de línguas de oralidade e a reflexão metalinguística pressupõem um saber de outra ordem, que nem sempre conseguimos explicitar, mas quando se desenvolve um trabalho empírico com povos de línguas de oralidade, dependemos de um tipo de pensamento – selvagem, como propõe Lévi-Strauss² – para chegar ao nível de formalização pretendido, ou como estamos tentando fazer aqui, buscar uma outra via de reflexão.

Continuando a discussão sobre esse universo de seres ancestrais, há várias entidades que poderiam ser aqui listadas, mas o que nos interessa agora destacar é um conjunto de palavras – conjunto fechado, como já apontamos – com recorrência do formativo **-do**.

No quadro (1) abaixo, temos uma lista de palavras, cuja derivação vem de **udodo** 'onça'. A série, marcada com este formativo, tem sua origem na cosmogonia Bakairi e são todos personagens ancestrais na criação do mundo dos Kurâ Bakairi, sendo **udodo** 'onça', o ser do qual descende o índio. **Udo** 'indígena', 'ser' é parte de **udodo** 'onça', o que vem expresso na queda de uma das sílabas da palavra. Esse movimento de elisão parece ilustrar origem por partição na própria língua, descendência. Um outro exemplo

² Conferir Souza (2016) sobre a discussão em torno da constituição do pensamento abstrato dos povos de línguas de oralidade, tendo na base de sua constituição o recurso a sinédoques abstratas.

desse processo é o da formação do pronome ‘quem’: o item que corresponde à concepção de ser original **anguido** – hoje significando animal – perde o formativo **-do** e dá lugar a **angui** ‘quem’. Essa partição – **anguido** X **angui** – em verdade, vem expressar a dualidade instaurada com a luz, assim como a dualidade **anguido** ‘animal, ser não humano’ X **kurâ** ‘ser humano, eu-bakairi’.

Quadro 1

Udodo	‘onça’ [índio no mito <i>udodo pajika</i> , sobre o confronto índio X não-índio]
Udo	‘ser humano’(índio), ‘guerreiro’
Uodo	‘meu corpo’
Anguido	‘animal’(ser original)
Pekódo	‘mulher’
pekódoimembyre	‘menina’ (mulher pequena)
Ugondo	‘homem’
Ugondoimembyre	‘menino’ (homem pequeno)

Fonte: Elaboração da autora.

Ainda dentro de uma outra lista de nomes em **-do** (quadro 2), temos em destaque **kawida** segundo o qual uma menina pouco simpática, que não queria se casar, tinha uma arara de estimação que dormia com ela, mas um outro ser, **cemimo** ‘o morcego’ entrou no corpo da arara e acabou a engravidando. A menina dá à luz um menino de nome **Kwamoti**, que vem a ser abandonado.

Quadro 2

Kurodo	‘urubu rei’[kur(a)+-odo-/gente-corpo = corpo de gente]
Kawida	‘arara’ [a presença de -da no lugar de -do ocorre devido ao processo de harmonia vocálica com a primeira vogal da palavra]

Fonte: Elaboração da autora.

Há outras palavras, dentro do universo do ‘sagrado’, ‘espiritual’, que também derivam pelo mesmo formativo, mas que parecem ter como origem a palavra **kado**, entidade a quem se obedece, pois castiga, e a quem se oferecem festas e rituais, tanto por reverência, tanto por agradecimento pelas bem-aventuranças. Na lista de palavras a seguir, há exemplos desse outro movimento no léxico, dentre estes destaco as palavras para ‘cantor’: **âewondo** e **tygasein**. A primeira se refere ao cantor designado para cantar as músicas em louvor a **Kado**, já a segunda designa o cantor de quaisquer outras músicas.

Quadro 3

kado	‘entidade a quem se oferecem festas e rituais’
kado-pa [-pa ‘negação’]	‘espírito, fantasma’
egado-pyre – [kado-ex]	‘sombra’
karrado	‘sombra, imagem’
âewondo	‘cantor’
tygasein	– ‘cantor’

Fonte: Elaboração da autora.

Enfim, há outras palavras diferentes das que trouxemos até aqui no plano do sagrado, ou mítico, assim como há outros seres personificados nas tramas do mito – cemimo ‘morcego’, pajika ‘tamanduá’, pokurâu ‘coruja’, etc – que não são derivados pelo formativo **-do**, por não serem ancestrais dos Bakairi.

Considerar que udo ‘guerreiro’, ‘índio’ é palavra formada pela elisão de uma sílaba de *udodo* ‘onça’ tem como perspectiva uma relação de descendência e não de ascendência. Esta perspectiva pode ser observada na formação de várias palavras, como procuramos mostrar acima, e até na relação entre léxico e projeção temporal, discutido a seguir.

3.2 LÉXICO E DIMENSÃO TEMPORAL

As categorias lexicais em línguas indígenas, em geral, nem sempre são fáceis de serem definidas, isso porque há marcas morfológicas que tanto ocorrem com nomes como com verbos. Em bakairi, por exemplo, as marcas de alienação dos nomes são as mesmas que atendem à raiz do paradigma de pessoa dos verbos transitivos³. Também algumas marcas de tempo-aspecto ocorrem junto a nomes e a verbos. Dentre estas, está o caso do formativo **-pyre** ~ **-byre**⁴ que, dependendo do processo lexical em jogo, pode ter o sentido de ‘ex’ e de negação junto aos nomes. Quando ocorre preso à raiz verbal tem um sentido aproximado do modo mais que perfeito em português, ou seja, de um passado anterior a outro passado. Diferente do formativo **-do**, este sufixo não faz parte de um conjunto fechado, sendo bem produtivo, podendo inclusive ser empregado junto a empréstimos, como em *carrobyre* ‘carro velho’, ‘carro destruído’, como aquilo que um dia foi um carro.

A formação de alguns substantivos com **-byre** são pertinentes para, mais uma vez, ilustrar que o movimento de criação de algumas palavras pressupõe uma relação de descendência, de um retorno à origem. Vejamos os exemplos abaixo.

Quadro 4

Pekodo	‘mulher’
pekodo imeri	‘filha’
pekodo imeimbyre	‘menina’
Ugondo	‘homem’
Âewondo	‘filho’
ugondo imeimbyre	‘menino’

Fonte: Elaboração da autora.

³ Por ser o bakairi uma língua ergativa, as marcas de pessoa dos verbos intransitivos são diferentes das marcas dos verbos transitivos.

⁴ Essas duas formas alternativas atendem à distribuição dos segmentos surdos e sonoros em função da harmonia consonantal. O princípio obrigatório da estrutura silábica do bakairi não permite que sílabas (CV) contíguas comecem ambas por consoantes surdas, ocorrendo, assim, a alternância entre surdo/sonoro, como em *konopio* ‘passarinho’ e *tozekado* ‘banco’.

A derivação de pekodo imeimbyre ‘menina’ e de ugondo imeimbyre vem da negação de pekodo imeri e de ugondo imeri. Já aludimos acima sobre uma regra histórica na língua de queda de consoante nasal ou flap nasal entre vogais, vindo, antes da queda, nasalizar a vogal da sílaba anterior. Todos as vogais de traço nasal em bakairi são decorrentes dessa regra, como vemos, por exemplo, em ugondo < ukoroto (forma registrada em Von den Steinen). A palavra imeimbyre tem essa mesma formação < ime(r)i-byre. Quanto à pekodo imeimbyre, teríamos como tradução não-filha-da-mulher, já que o termo possessivo antecede o termo possuído [pekodo imeri ‘filha da mulher’]. Em termos de projeção temporal podemos pensar numa tradução literal próxima a ‘a menina que não teria sido filha da mulher’, isto é, uma menina criança. O mesmo se estende à formação de ugondo imeimbyre ‘menino’.

Esse tipo de processo espelha uma dimensão temporal a partir do vocábulo catalizador na derivação, mas não se pode analisar, ou se afirmar de imediato, que os nomes são marcados com tempo. Em outros termos, podemos dizer esse tipo de formativo é um modalizador de nomes que aponta o ponto de origem da derivação. E atesta, como já dissemos em SOUZA (1994), a noção de tempo circular, como no tempo do absolutismo em que se tem um eterno retorno ao começo. Os rituais remontam sempre ao momento fundador dos acontecimentos, das práticas rituais, investindo num domínio de memória perene.

Essa circularidade temporal está instituída na língua através das diversas marcas linguísticas que constituem os dizeres em bakairi recobrando as palavras e as coisas, as palavras e os seres, e o impossível de se dizer.

3.3 TEXTUALIDADE E DIMENSÃO TEMPORAL

A fim de uma vez mais ilustrar que esse retorno a um momento primeiro constitui a organização da língua como um todo, trouxemos aqui a tradução literal de um pequeno recorte de um texto bakairi sobre as comidas bakairi.

‘Bakairi come beiju. Come o beiju só depois de feita a massa dele com mandioca. Ele faz massa de mandioca depois de descascar, ralar e espremer [a mandioca]. Assim que isso é feito, faz o beiju. Para comer o beiju, assa e depois come. [...].’

O desenvolvimento do tema aí solicitado, “as comidas de Bakairi”, girou em torno de um elemento básico à alimentação -awadu ‘o beiju’. Com relação à narrativa do evento “Bakairi come beiju”, houve necessidade de uma explicitação das etapas que antecedem o ato de comer beiju. Em retrospectiva não-linear foram apontados: fazer a massa do beiju; enumerar as etapas precedentes a isso: descascar, ralar e espremer a mandioca; comer o beiju, que antes foi assado para ser comido. O encadeamento entre as frases se dá através da repetição das ações (fazer e comer, principalmente).

Esse movimento cósmico-circular, como já apontamos acima, estrutura a língua na projeção textual através das diversas marcas aspectuais que modificam os verbos em bakairi. De onde se permite entender por que as chamadas formas perfectivas - as que de fato marcariam e delimitariam o curso do tempo em termos de presente, passado e futuro - não compõem a estrutura discursiva. A circularidade aponta, na verdade, o não-tempo,

ou o retorno a um tempo original, mítico, como no absolutismo, negando uma possível direção prospectiva e apontando uma retrospectiva circular, por isso, não linear. (in: *Em busca do risco do bordado*, SOUZA, 1994)

Sobre o momento de registro desse texto, lembramos que nossa consultora Hermosina Shagope antes de enunciar o texto em Bakairi, em seu todo, diz bakairi awadu inhedãwile ‘Bakairi come beiju’, faz uma pausa e fala em português: “a gente conta as coisas em bakairi numa ordem diferente de como você conta em português. Vocês começam do começo do preparo do beiju e vão até o fim. Em bakairi é diferente”. Eis aí toda uma reflexão metalinguística sobre as duas línguas – o português e o bakairi. Shagope tem conhecimento das diferenças estruturais das duas línguas e faz questão de anunciá-las. A respeito desse tipo de organização textual em bakairi, Capistrano de Abreu (1895) o classifica como um processo paratático e considera as repetições desnecessárias. “Na forma de exprimir o pensamento é palpável que a subordinação lógica não é alcançada.” (idem, p. 217-218), avalia o autor. Tal gesto analítico não se afasta das colocações de Auroux (1992), quando afirma que a falta da escrita não permite uma reflexão metalinguística aos povos sem escrita.

CONCLUSÃO

A questão da formação do léxico e da tessitura da língua em bakairi não se reduz a uma visão de mundo, constituída pela cultura. Existe, sim, uma visão cosmogônica instituída no léxico, na estrutura da língua como um todo, que, por sua vez, vai permitir entender a organização social do grupo, as relações de parentesco, bem como os valores éticos, religiosos, os rituais, etc. São redes de diferentes ordens que tecem a materialidade da língua.

Essa perspectiva analítica, porém, só é alcançada quando se toma a língua como um todo, mas num movimento constante entre a análise de frases isoladas e a análise da textualidade, esta, porém, vista pelo ângulo da historicidade da língua e do povo numa imbricada relação de constituição mútua, movimento inscrito na materialidade discursiva.

Ao postular a reflexão sobre a organização lexical da língua, em termos de uma materialidade discursiva instaurada pela mitologia do grupo, pensamos ser esta articulação entre cosmogonia e discursividade, eficaz no trabalho de reflexão por parte dos indígenas sobre a própria língua. Em cursos de pós-graduação têm sido previstas cotas para admissão de alunos indígenas, deliberação mais do que bem vinda, mas que, em termos práticos, a admissão desse alunado nem sempre funciona de forma satisfatória, na medida em que não há um desejo por parte de quem ensina de ouvir o índio sobre o funcionamento da própria língua e, em que medida, esse tipo de funcionamento pode ser estudado pelos cânones instituídos como científicos. No caso do aluno indígena, há necessidade de proceder a vários tipos de abstrações: abstrair a taxonomia e os princípios linguísticos e abstrair a própria língua em função dessa taxonomia e princípios. Tarefa complexa e difícil não só para o índio, mas também para os demais alunos, como verificamos no nosso dia a dia como docente.

Há, com certeza, uma outra via para se desenvolver a reflexão metalinguística. Uma via que pode começar por se entender a relação entre língua e materialidade discursiva desde que haja uma escuta da forma de dizer do sujeito índio. A formalização – esta sim abstrata e séptica, como a definimos nas grades estreitas do sistema – constitui a “língua como um real representável por um cálculo, como um real que se substitui por pequenas palavras de formalização. Ao que serve o conceito de signo e o princípio de divisibilidade: cada segmento da língua – palavra, frase, som, sentido – entendido como signo, é repetido de maneira unívoca e analisável: identidade por identidade, diferença por diferença.” (MILNER, 1978. p. 8).

Enfim, por uma interdição fundadora do dizer temos um *eu* partido, multifacetado, um *não-um*, como preconiza a Psicanálise e que, ao mesmo tempo, determina quem pode e não pode partilhar das mesmas formas da língua. A velha sábia contadora de histórias, há muito tempo, já sabia disso: “Xixi, o deus-Sol, quando fez o mundo, deu uma língua para o índio e outra para o karaiva.” (Waluga, 1985)

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992
- CAPRISTANO DE ABREU, J. C. Os Bacaerys. *Revista Brasileira*, v. 1, Tomos III e IV, 1895
- LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Tópicos*. São Paulo: Anhembi, 1956.
- MILNER, J.C. *L’amour de la langue*. Paris: Seuil, 1976.
- ORLANDI, E. *Discurso Fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. Campinas: Pontes, 1975.
- SOLÍS, F. G. Prefácio. In: Aguiar, M. S. et al (orgs). *Onomástica e a identidade do homem*. Goiânia: Ed. Imprensa Universitária, 2018.
- SOUZA, T. C. C. de. Considerações sobre a estrutura discursiva na língua Tapirapé. *Série Estudos 12*, Uberaba, 1986
- SOUZA, T. C. C. de. Perspectivas de análise do discurso numa língua indígena: o Bakairi (carib). In: Orlandi, E. (org) *Discurso indígena*. Campina: Ed. da Unicamp, 1991.
- SOUZA, T. C. C. de. *Discurso e Oralidade - um estudo em língua indígena*. Tese de Doutorado. Campinas: IEL/UNICAMP, 1994
- SOUZA, T. C. C. de. Mito e discursividade: um processo metonímico. *Revista Boitatá*, v. 6, p. 2008.
- SOUZA, T. C. C. de. Línguas indígenas: memória, arquivo e oralidade. *Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 1, n. 2, 2016.
- SOUZA, T. C. C. de. *Política linguística, política de línguas indígenas e identidade discursiva*. Conferência. GT de Línguas Indígenas. Londrina, Paraná: XXXV ENANPOLL, 2020
- VOEGLIN, C. F; VOEGLIN, E. M. *Classification and Index of the Word’s Languages*. New York, Oxford: Elsevier, 1977
- VON DEN STEINEN, K. *Die Bakairi Sprache*. Leipzig: Forgotten Books, 1892
- VON DEN STEINEN, K. *Durch Central Brasilien*, Leipzig, 1886 tradução brasileira: *O Brasil Central - Expedição de 1884 ao Xingu*, São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.